



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PROGRAP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL- PROSS

DANIELLA SILVA DOS SANTOS DE JESUS

**GARIMPO DE SILÊNCIOS**  
**EXPERIÊNCIAS DO TRABALHO DE MULHERES NAS LAVRAS DIAMANTINAS**  
**(IGATU/ANDARAÍ-BA, DÉCADAS DE 1930 A 1970)**

São Cristovão/SE

Agosto/2019

DANIELLA SILVA DOS SANTOS DE JESUS

**GARIMPO DE SILÊNCIOS**  
**EXPERIÊNCIAS DO TRABALHO DE MULHERES NAS LAVRAS DIAMANTINAS**  
**(IGATU/ANDARAÍ-BA, DÉCADAS DE 1930 A 1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como exigência para a obtenção do título de Mestra em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Lúcia Machado Aranha.

São Cristovão/SE

Agosto/2019

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Jesus, Daniella Silva dos Santos de

J58g      Garimpo de silêncios: experiências do trabalho de mulheres nas lavras diamantinas (Igatú/Andaraí-BA, décadas de 1930 a 1970) / Daniella Silva dos Santos de Jesus; orientadora Maria Lúcia Machado Aranha. – São Cristóvão, SE, 2019.

178 f.: il.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

DANIELLA SILVA DOS SANTOS DE JESUS

**GARIMPO DE SILÊNCIOS**  
**EXPERIÊNCIAS DO TRABALHO DE MULHERES NAS LAVRAS DIAMANTINAS**  
**(IGATU/ANDARAÍ-BA, DÉCADAS DE 1930 A 1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como exigência para a obtenção do título de Mestra em Serviço Social.

Aprovação, em: 30 de Agosto de 2019.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Lúcia Machado Aranha  
(Orientadora- UFS-SE)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Acácia Batista Dias  
(Examinadora Externa- UEFS-BA)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marjorie Cseko Nolasco  
(Examinadora Externa- UEFS-BA)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Almeida Vasconcelos  
(Examinadora Interna- UFS-SE)

Aos garimpeiros e garimpeiras de Chique-Chique de Igatu, que por meio de suas histórias e memórias, pintaram com cores mais vivas as páginas deste trabalho, dando-lhe materialidade.

A Akin e Maria Flor em memória de seus antepassados, que na luta pela sobrevivência subiram as serras, enfrentando todo tipo de adversidade, sonhando encontrar a “pedra que traz felicidade”.

Ao meu pai, Antônio Domingos, e ao meu avô, Pedro Silva, fisicamente distantes, por motivos alheios às nossas vontades, mas se aqui estivessem, certamente estariam felizes por esta conquista.

À turma do mestrado (2017.1), de maneira especial à Anne, Diléa e Regiane, pela convivência fraterna, agruras e alegrias compartilhadas, apoio e cumplicidade. “É, só tinha de ser com vocês! Senão era mais uma dor”.

## AGRADECIMENTOS

O caminho percorrido desde a decisão de tentar a sorte na garimpagem que é a seleção de um mestrado até a finalização desta dissertação não foi dos mais fáceis. Antes foi preciso superar medos e incertezas, que teimavam em me mostrar o mestrado como um “não lugar”. Recém-saída de uma relação abusiva, que por anos me anulou enquanto mulher e ser humano, decidi retomar as rédeas da minha vida. Comecei revirando antigos sonhos, dentre eles o de me tornar mestra, tocando uma pesquisa que falava da força e da luta de minhas ancestrais. Neste processo pude contar com o apoio intelectual e/ou afetivo de muitas pessoas, que contribuíram decisivamente para o meu “bamburrar” acadêmico. Nominar sem o risco de esquecer alguém seria impossível. De antemão, agradeço a todos/as que estiveram comigo neste caminhar, como diria Gonzaguinha: “é tão bonito quando a gente sente, que nunca está sozinho por mais que pense estar”.

Agradeço inicialmente a minha família pelo sentimento de orgulho e confiança depositados em mim. Esta é mais uma vitória nossa! Fui a primeira da família Silva a adentrar na universidade pública e serei a primeira mestra. Mesmo não compreendendo o que e o para que de um mestrado, que se traduz quando demonstram preocupação com o meu “enlouquecer de tanto estudar” ou pela incompreensão para o fato de ter tantos livros, sinto o quanto esta conquista significa para eles, que mesmo tolhidos em seu direito à educação, compreendem a sua potência de mudar o mundo e as coisas. A minha mãe Maria Luiza e minha avó Nita agradeço ainda por me proporcionarem apoio emocional para estudar longe de casa, numa conjuntura familiar pouco favorável. Aos que me acompanharam durante a seleção do mestrado, sobretudo nas fases finais, lembrarão do quanto cada resultado positivo me angustiava ao ponto de desejar não passar. Foi em um leito de hospital, acompanhando minha avó, que recebi o resultado da entrevista que tecnicamente confirmava a minha aprovação, o que na prática significava que em alguns dias teria que ir morar em outro estado.

Naquele momento não me permitiu ao direito de ficar feliz e de compartilhar a notícia com a minha família. Alguns poucos amigos sabiam e tentavam me fortalecer no sentido de que a situação se resolveria sem eu ter que abrir mão desta conquista. Felizmente o acidente sofrido por minha avó não lhe trouxe maiores complicações de saúde, e foi ela quem me convenceu a não desistir do mestrado, me tranquilizando de que tudo ficaria bem. Por vivermos sob o mesmo teto e cuidarmos uma da outra, ela mais do que ninguém sabia o quanto de esforço, dedicação e renúncia estavam contidos naquele resultado.

Após a decisão de me inscrever no processo seletivo contei com a contribuição prestimosa de dois grandes amigos, que foram essenciais neste processo. Minha amiga Jeruzia foi uma das grandes incentivadoras. Suas dicas de estudo, sugestões de orientadoras e compartilhamento de suas vivências como mestranda do PROSS-UFS foram essenciais à minha aprovação. Jeruzia foi a pessoa que digitalizou uma revista inteira para que eu pudesse ter acesso a uma referência importante na prova escrita, quem me acolheu em sua casa nas etapas do processo seletivo mesmo só tendo me visto uma vez na vida. A força das nossas experiências de vida e os obstáculos enfrentados por conta da nossa origem pobre, do interior da Bahia, advindas de escolas públicas, nos uniu. Sabemos o percurso árduo até o mestrado e da importância de ocuparmos este espaço, até pouco tempo inacessível aos nossos. Obrigada pela partilha, empatia, sororidade e sobretudo por ser minha família afetiva em Sergipe. Ao professor/orientador e amigo Valter Guimarães agradeço pela amizade e por ter acreditado no potencial desta pesquisa desde sempre. Suas sugestões, sempre tão prestimosas, do projeto de pesquisa até o texto dissertativo, certamente foram decisivas para que hoje pudesse agradecê-lo formalmente neste espaço. Obrigada por ter trilhado este caminho junto comigo.

E por falar em caminhos, o meu e o da minha amiga-irmã-conterrânea Denise parece ter sido traçado pelo destino. Nos conhecemos pela internet há mais ou menos 3 anos e desde então não nos separamos. Pelas voltas que a vida dar acabamos adentrando juntas no mestrado, ela na História e eu no Serviço Social, e passamos a compartilhar muito mais que um teto. É com muito carinho que relembro todas as nossas lutas e angústias, mas, sobretudo, dos nossos inúmeros momentos de felicidade, que muitas vezes consistia em ir comer pastel e tomar cerveja na Praça do Rosa Elze em dias de feira. Saudades!

Também guardo um carinho e respeito imenso por todas as pessoas com as quais compartilhei a experiência do mestrado. Quando olho para trás e rememoro os debates e discussões travadas nas aulas das professoras Josiane, Lica, Vera Núbia, Maria Helena, Josefa Lusitânia, Nailsa, sinto-me bastante honrada de fazer parte do PROSS/UFS. Ao amigo Walter tenho muito a agradecer pela solicitude e disposição em nos auxiliar nas questões administrativas. O que seria de nós sem a sua presteza e paciência? Obrigada por tudo. Agradeço também ao acolhimento da professora Rosangela Marques e da turma de Política Social II durante a realização do estágio de docência, no qual pude exercitar “a dor e a delícia” de ser professora. A todos da minha turma o meu muito obrigada pela parceria e partilha ao longo destes dois anos. A jornada não foi fácil, mas saímos dela ainda maiores e melhores. Anne, Diléa e Regiane, além de colegas se tornaram amigas, com quem compartilhei muitas

dores, mas também as melhores risadas. Nos momentos mais difíceis soubemos transformar os obstáculos em força e coragem para chegar no fim.

À orientadora deste trabalho, Lúcia Aranha, agradeço pela paciência e zelo comigo, sobretudo nesta reta final. Lúcia é sabedora de todos os contratempos que surgiram durante a escrita e do quanto foi doloroso colocar o último ponto final nesta dissertação. A sua placidez e leveza me deram a força necessária para saber que a hora certa chegaria e aqui estou para te agradecer por esta parceria incrível. A confiança que sempre demonstrou em mim foi essencial para a “gestação” e “parto” desta pesquisa. Obrigada por ter me deixado voar. Foi uma honra “bamburrar” ao seu lado!

Sou grata às valiosas contribuições recebidas na banca de qualificação, composta pelas professoras Zeneide Rios e Lusitânia Borges, que por motivos de força maior não puderam participar da banca de defesa. Agradeço às professoras Maria da Conceição Vasconcelos, Acácia Batista e Marjorie Nolasco por terem aceitado o desafio de avaliar este trabalho nesta segunda etapa. Vale ressaltar que a participação das professoras Zeneide, Acácia e Marjorie guarda um sentido muito especial, visto que as mesmas acompanham meus passos na pesquisa desde os tempos da graduação em História, na UEFS/BA, quando participei como bolsista de iniciação científica, do *Projeto Garimpendo um novo ambiente: do extrativismo à conservação ambiental*, executado em Igatu e financiado pela FAPESB. Esta pesquisa, portanto, guarda muito destas experiências e do esforço coletivo destas mulheres.

Muito tenho a agradecer as minhas companheiras de trabalho do CREAS, sobretudo a Arandy, Beatriz e Dalva e pela solidariedade e compreensão no processo final de escrita. Mesmo o mês de agosto sendo bastante movimentado, em razão da realização da campanha pelo fim da violência doméstica contra as mulheres fui poupada das atividades, para que pudesse me dedicar a finalização da dissertação. De qualquer sorte simbolicamente ela se constitui na materialização do grito de liberdade de uma mulher vitimada pelo machismo, dado no momento em que ressignificou a violação sofrida através do estudo e do voltar a sonhar. Obrigada meninas, pelo companheirismo!

Na realização da pesquisa de campo pude contar com algumas colaborações que foram imprescindíveis para o acesso às mulheres garimpeiras. Primeiramente agradeço a minha colega de profissão e amiga Jarlita, que contribuiu no processo de busca ativa junto ao grupo de idosas de Igatu. Foi a partir dele que obtive referências de mulheres com experiências laborativas no garimpo, que posteriormente se tornaram sujeitos desta pesquisa. Também pude contar com o valioso auxílio de Arandy, que, além de psicóloga, companheira de trabalho e de lutas, é uma liderança comunitária em Igatu. Ela abraçou esta pesquisa com a força e a garra de uma boa

igatuense, não medindo esforços em mediar meu acesso às entrevistadas. Fico extremamente feliz em poder contribuir com a reconstrução da história do seu povo sob o ponto de vista das mulheres, muitas destas pertencentes à sua família.

Em Igatu, devo ainda agradecer à família Cruz, na pessoa de Dona Antônia, pela acolhida na fase da realização das entrevistas. Esta matriarca é a avó da minha grande amiga e comadre Ynessa, e também bisavó dos meus dois diamantes, Akin e Maria Flor, que chegaram ao mundo no processo de gestação desta pesquisa. Cuidar e amar estes pedacinhos de gente foi a procrastinação mais prazerosa em tempos de escrita. Amo vocês, irmã e sobrinhos do coração.

Afastada de casa e do trabalho esta pesquisa não seria possível sem o suporte financeiro propiciado pela CAPES. Fica o registro de agradecimento e o desejo de que esta fundação não seja sucumbida pelos constantes desmontes e ataques à ciência brasileira, sobretudo às pesquisas nas áreas de ciências humanas e sociais. Somos resistência!

À Alice (minha Bê), José Felipe, Ingrid (Dindinha), Marina pelo amor.

Aos meus amores amigos Társio, Alane, Roberta, Simara, Moisés Boniek, Lorene, Flaviane, Rafaela, Ítala, Charlene e Jorge por serem presentes na minha vida. Amo vocês!

Por fim, registro a minha estima eterna aos grandes protagonistas desta história. Gratidão às mulheres e homens que compartilharam comigo suas histórias e memórias, de modo que fosse possível captar as experiências do trabalho de mulheres nos garimpos de diamantes. Sem cada um deles nada disto seria possível e teria sentido. Nominalmente agradeço às senhoras Zelita, Alda, Delzuita, Joselita, Tuninha, Nely, Liélia, Áurea, Joalita. Evoco também a memória de tantas outras mulheres, que apesar de não estarem mais entre nós se fizeram presentes através da memória coletiva, dada à relevância das suas experiências de trabalho como garimpeiras. Destaco dentre elas: Mariana, Alzira (s), Alexandrina, Nita, Bebinha, Sinhá Dalice, Milú, Anezina, Tapuia, Lealdina, Maronita, Adília, Nair, Pitucha, Víturina, Maria Rosa, Enedina, Nelcina, Dudu, Luzmarina, Maria Cândida. Sempre-vivas! Vocês se inscreveram na história.

Agosto de 2019.

“As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. [...] Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história.” (PERROT, 1988, p.212)

## RESUMO

Seguindo as trilhas e os caminhos abertos pelos estudos da História Social do Trabalho e das relações sociais de gênero, sob a perspectiva do que se convencionou chamar de “História Vista de Baixo”, esta pesquisa se propõe a investigar as experiências do trabalho de mulheres, nos garimpos de diamantes, no distrito de Igatu, antiga vila de Chique-Chique, Andaraí-BA, nas décadas compreendidas entre 1930 e 1970. Por meio de uma abordagem qualitativa, que pautou sua análise através da base metodológica da História Oral, aliada à pesquisa documental e bibliográfica, sob a égide do materialismo histórico dialético, buscar-se recompor as formas de inserção, as condições de trabalho, bem como as estratégias construídas pelas mulheres para adentrarem e se manterem no garimpo, ponderando os rebatimentos que a divisão sexual do trabalho as impunha. Defendeu-se que o trabalho desenvolvido pelas mulheres, seja em atividades socialmente caracterizadas como femininas, ou em atividades ligadas ao comércio e ao garimpo, lidas como trabalhos “de e para homens”, foi um fator de equilíbrio na “corda bamba da sobrevivência”, especialmente em tempos de crise econômica, que caracterizou o recorte temporal. Com o recrudescimento da atividade extrativa, da qual grande parte da população se dedicava, houve uma maior maleabilidade e inserção de mulheres na extração de diamantes. Se, em situações de normalidade, a renda auferida pelas mulheres era considerada complementar à dos homens, na crise tornou-se essencial à sobrevivência das famílias garimpeiras. Considerando o contexto político e econômico conturbado, as complexidades e especificidades que envolvem as áreas de mineração, bem como, as condições e relações de trabalho praticadas, tornou o “salário de miúdos” das mulheres na principal fonte de renda disponível às famílias pobres, o que as instituiu como principais provedoras de seus lares. Valendo-se das categorias de análise experiência, gênero e divisão sexual do trabalho, e, tendo como referência, especialmente, as fontes orais e literárias, constatou-se que, embora as mulheres estivessem imersas em relações desiguais de gênero, marcadas pela hierarquização dos papéis sociais, na experiência de vida concreta, estas mulheres, seja por vontade própria e/ou pressionadas pela força das circunstâncias históricas, improvisaram e redefiniram práticas e pensamentos. Nesta labuta cotidiana construíram novos papéis sociais, ao assumirem, por exemplo, a chefia e manutenção de seus lares, condição alcançada em decorrência das atividades que desenvolviam. Por meio de suas necessidades e experiências contrariaram o senso comum e ratificaram que o garimpo também foi e é lugar de mulher.

**PALAVRAS-CHAVE:** Garimpo. Trabalho de mulheres. Gênero. Experiência. Divisão sexual do trabalho.

## ABSTRACT

Following the trails and paths opened by the study of the Social History of Work and social relations of gender, from the point of view of what has come to be known as “history seen from beneath,” this study proposes an investigation of the working experience of women in artisan diamond mines in the district of Igatu, formerly known as the village of Chique-Chique, located in the city of Andaraí, Bahia, Brazil, during the period between 1930 and 1970. Using a qualitative approach, whose analysis is guided by the methodological basis of Oral History, aligned with documentary and bibliographical research, under the aegis of dialectical historical materialism, this study seeks to recompose the forms of insertion and working conditions, as well as the strategies constructed by women to enter and remain in artisan mining, weighing the repercussions which sexual division of labor imposed upon them. This study defends the hypothesis that work developed by women, whether in activities socially characterized as feminine or in activities linked to commerce and artisan mining that were viewed as “work for men and by men,” was a balancing factor on the “tightrope of survival,” especially in times of economic crisis which characterized the time frame. The resurgence of the mining activity in which much of the population was engaged brought about greater malleability and insertion of women in the extraction of diamonds. If, in normal situations, the income earned by women was considered complementary to that of men, during crises, it became essential to the survival of the artisan miner families. Considering the turbulent political and economic context and the complexities and peculiarities involved in the areas of mining, in addition to working conditions and relationships, women’s “meager wages” became the primary source of income available in poor families, thus establishing them as the main providers without their homes. Employing categories of analysis of experience, gender, and sexual division of labor, and using literary and especially oral sources as a reference, this study found that, although women were immersed in unequal gender relations, characterized by hierarchical social roles, in their experience of concrete life, these women, whether of their own free will and/or under pressure from the force of historical circumstances, improvised and redefined their practices and thoughts. In this daily struggle, they constituted new social roles, by assuming, for instance, the management of their homes, a condition reached as a result of the activities they developed. By means of their needs and experiences, they went against common sense and proved that artisan mining was also a place for women.

**KEYWORDS:** Artisan mining. Women’s work. Gender. Experience. Sexual division of labor.

## **LISTA DE SIGLAS**

<b>BA</b>	Bahia
<b>CEP</b>	Conselho de Ética e Pesquisa
<b>CRAS</b>	Centro de Referência de Assistência de Assistência Social
<b>FAPESB</b>	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IGHBA</b>	Instituto Geográfico Histórico da Bahia
<b>IPAC</b>	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
<b>PROSS</b>	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
<b>PSD</b>	Partido Social Democrata
<b>SE</b>	Sergipe
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>UDN</b>	União Democrática Nacional
<b>UEFS</b>	Universidade Estadual de Feira de Santana
<b>UFS</b>	Universidade Federal de Sergipe

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Açúcar, fumo e diamante nas exportações da Bahia (1850-1889)	<b>64</b>
<b>Gráfico 2</b>	Dados populacionais- Lavras Diamantinas-BA (1930-1970)	<b>80</b>
<b>Gráfico 3</b>	Dados populacionais do município, de Andaraí-BA (1930-1970)	<b>81</b>
<b>Gráfico 4</b>	População Urbana e Rural (1940 a 1970)	<b>83</b>
<b>Gráfico 5</b>	População por sexo (1930-1970)	<b>85</b>
<b>Gráfico 6</b>	População por Sexo, do Distrito de Igatu-BA (1930-1970)	<b>124</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Exportação de diamantes (1929-1930)	<b>74</b>
<b>Tabela 2</b>	Exportação de carbonatos (1929-1930)	<b>74</b>
<b>Tabela 3</b>	População por sexo segundo atividades principais, Andaraí- BA (1940)	<b>127</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Perfil das pessoas entrevistadas	<b>54</b>
<b>Quadro 2</b>	Atividades/ofícios realizados por mulheres	<b>127</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Habitação garimpeira (teto com cobertura de palha de pindoba)	<b>107</b>
<b>Figura 2</b>	Habitação garimpeira – toca do Joaquim (teto com aproveitamento de rocha)	<b>108</b>
<b>Figura 3</b>	Feijoada de garimpeiros na Serra do Bate Palma, Mucugê, 20/09/1940	<b>139</b>
<b>Figura 4</b>	Presença de crianças e adolescentes no garimpo	<b>143</b>

## SUMÁRIO

<b>A CAMINHO DA SERRA: NOTAS INTRODUTÓRIAS</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO I- PREPARANDO O CASCALHO: GARIMPAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS</b>	<b>24</b>
1.1 Na peneira das abordagens: história social e os estudos de gênero	26
1.2 Na bateia de um conceito: divisão sexual do trabalho e a mineração	39
1.3 Modos de garimpar: instrumentos e técnicas de pesquisa	50
<b>CAPÍTULO II- NA TRILHA DO DIAMANTE QUE FUGIU: VIDA, TRABALHO E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA</b>	<b>61</b>
2.1 Infusamento: da riqueza à pobreza	63
2.2 “Minas já não há. E agora José?”	71
2.2.1 “José, para onde?”: a alternativa agrícola	86
2.2.2 Garimpeiros à deriva: relações de trabalho e desassistência trabalhista	91
2.3 Sobre “viver” em tempos de crise	102
2.3.1 “Modernos trogloditas”: condições habitacionais	106
2.3.2 Vidas por um triz: condições de trabalho na serra	109
2.3.3 Sobre “vivências” no garimpo	112
<b>CAPÍTULO III- REVIRANDO CASCALHOS E SILÊNCIOS: O VIVER E TRABALHAR DAS MULHERES NAS LAVRAS</b>	<b>120</b>
3.1 Escavando as pedreiras da ordem: mulheres como provedoras do lar	122
3.2 As “fora do lugar”: garimpagem de experiências	131
3.2.1 Pesando o cascalho: quanto vale o trabalho da mulher?	151
<b>PICUÁ DAS APURAÇÕES: BAMBÚRRIOS CONCLUSIVOS</b>	<b>156</b>
Referências Bibliográficas	159
Listagem de Fontes	166
Glossário	169
Apêndice A – Questionário Sócio Demográfico	171
Apêndice B – Roteiro de Entrevista	172
Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	174
Anexo 1 – Parecer Comitê de Ética e Pesquisa (CEP/UFS)	175

## A CAMINHO DA SERRA: NOTAS INTRODUTÓRIAS

Todo conhecimento é histórico e socialmente construído. Os pesquisadores ao definirem o que e como pesquisar operam escolhas, que em última instância refletem seus posicionamentos e visões de mundo, rechaçando-se assim a ideia de neutralidade e imparcialidade. Tal qual propôs Minayo (2011, p. 17) “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”, logo, as questões da investigação não surgem espontaneamente, são antes frutos de sua existência na vida real condicionadas a interesses e circunstâncias históricas. À vista disto, este estudo, que tem como propósito analisar as experiências do trabalho de mulheres nos garimpos de diamantes, no distrito de Igatu, antiga vila de Chique-Chique, vincula-se a experiências pessoais e acadêmicas vivenciadas pela autora.

Natural da cidade de Andaraí/BA, situada na região da Chapada Diamantina, minha vida sempre esteve entrelaçada (in) diretamente ao universo garimpeiro. Ao adentrar no curso de licenciatura em História, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS/BA), nutria o desejo de estudar algo que se relacionasse à região, sobretudo por serem escassas as investigações historiográficas sobre a mesma, o que trouxe rebatimentos e limitações quanto à escolha e definição do objeto. Na fase exploratória da pesquisa, constatou que os poucos escritos existentes, a exemplo das produções ligadas ao Instituto Geográfico Histórico da Bahia (IGHBA) e das obras de Moraes (1963) e Chagas (1961), que se limitavam a estudar as questões econômicas e políticas relacionadas, respectivamente, à exploração do diamante e ao coronelismo. Entendendo ser o “caminho mais fácil” em face dos prazos acadêmicos e limitações quanto ao acesso a fontes documentais<sup>1</sup>, os primeiros passos na pesquisa voltaram-se ao estudo das questões políticas ligadas ao coronelismo e à passagem dos “revoltosos”<sup>2</sup> pela Chapada Diamantina.

A ruptura com uma história destinada ao enaltecimento da “valentia” e aos feitos heroicos dos “homens de grande valor”, e por consequência a aproximação com a “História Vista de Baixo”, cuja proposta consiste em democratizar a escrita da História, ao pensá-la do ponto de vista da “massa dos esquecidos”, de todos/as aqueles/as que tiveram sua participação silenciada, quando não apagada, pela historiografia tradicional, ocorreu com a inserção da pesquisadora nas atividades de iniciação científica, junto ao projeto “Garimpendo um novo

---

<sup>1</sup> O município de Andaraí (BA) não dispõe de arquivo público e políticas de salvaguarda de documentos de interesse público.

<sup>2</sup> Nome dado aos integrantes e simpatizantes da Coluna Prestes.

ambiente: do extrativismo à conservação ambiental”. Este projeto, enquadrado como de pesquisa e extensão, foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), e concebido numa perspectiva interdisciplinar cujo propósito era empreender ações que culminassem na melhoria da qualidade de vida da população de Igatu.

Esta comunidade, que no decorrer do século XX experienciou situações de crise, da qual não mais se recuperou, passou a sobreviver com muitas dificuldades e poucas perspectivas econômicas, já que seus principais meios de sobrevivência (garimpagem de diamantes e coleta de sempre-vivas) se tornaram incompatíveis com a existência do Parque Nacional da Chapada Diamantina, criado em 1985, que tornou ilegal toda e qualquer atividade extrativa. Dentre as possibilidades econômicas, vislumbradas pelo projeto, e que desde os anos 2000 despontou como o “novo diamante” de Igatu, destacou-se o turismo. Contudo, o pouco preparo da comunidade igatuense para esta atividade vem fazendo com que sua inserção aconteça de forma “marginal”. Desta forma, é que os diversos subprojetos que compunham o projeto supracitado cumpriam objetivos específicos, mas com o propósito comum de criar mecanismos que favorecessem a transição da comunidade da atividade extrativista para atividades econômicas, ambientalmente sustentáveis, ligadas às suas tradições culturais e ao turismo.

Resultante desta experiência de pesquisa, o trabalho monográfico intitulado “Na trilha do diamante que fugiu: condições de vida, trabalho e estratégias de sobrevivência nas serras de Chique-Chique de Igatu (1930-1950)” analisou as condições de vida e trabalho de homens e mulheres pobres que, imersos numa conjuntura de crise da atividade extrativa, teimavam em sobreviver da atividade diamantífera, uma das poucas possibilidades ofertadas. Também era interesse desta pesquisa entender quais foram as estratégias de sobrevivência criadas pela população pobre para enfrentar as adversidades cotidianamente experienciadas. Dentre as estratégias, identificaram-se: as redes de solidariedade criadas nos momentos difíceis, a migração, o roubo de diamantes e o não pagamento do quinto aos donos de garimpo, a transmutação temporária para outras atividades econômicas, a investida na utilização da mão de obra infantil e o trabalho das mulheres. Este último recebeu relativa atenção na análise, em função do papel que desempenhou, seja em atividades socialmente caracterizadas como femininas, seja em atividades ligadas ao comércio e à atividade garimpeira.

Retomando às reflexões de Minayo (2001, p. 18), é possível inferir que toda pesquisa “[...] se inicia com uma dúvida ou com uma pergunta articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais.” Esta dissertação, portanto, se constitui numa espécie de “caminho de volta”, em que se propôs a aprofundar questões anteriormente levantadas. Percebeu-se que, embora o trabalho das mulheres tivesse se

constituído como essencial à sobrevivência das famílias garimpeiras, o mesmo era pouco valorizado e sempre referenciado como complementar ao trabalho do homem. Esta pesquisa, portanto, investigou as experiências do trabalho de mulheres nos garimpos de diamantes de Igatu, nas décadas de 1930 a 1970, recompondo as formas de inserção, as condições de trabalho, bem como as estratégias construídas pelas mulheres para adentrarem e se manterem no garimpo, ponderando os rebatimentos que a divisão sexual do trabalho as impunha. Para atingir tal fim, optou-se por uma abordagem qualitativa, com uma análise pautada através da base metodológica da História Oral, aliada à literatura, pesquisa documental e bibliográfica, sob a égide do materialismo histórico dialético. As principais categorias de análise utilizadas foram: experiência, gênero e divisão sexual do trabalho.

O contexto em que se inseriu o recorte temporal (que compreende as décadas entre 1930 e 1970) foi permeado por intensas transformações econômicas e sociais decorrentes dos efeitos da “Grande Depressão” e do esfacelamento do liberalismo, que atingiu vigorosamente a comercialização de diamantes e carbonatos, fazendo despencar os preços na década de 1930 e seguintes. A repercussão foi imediata, numa região cuja vida econômica girava em torno da extração de diamantes e carbonatos, cuja produção era direcionada ao mercado externo, estando a ele subordinado de forma desigual. Outros fatores de ordem interna contribuíram para o recrudescimento da crise, a saber:

- I. esgotamento das jazidas diamantíferas, de caráter aluviônico, exploradas por instrumentos e técnicas rudimentares, que pouco evoluíram desde o período colonial, mostrando-se pouco eficientes na extração diamantífera;
- II. desequilíbrios climáticos mais duradouros, a exemplo das secas, que dificultavam a execução da garimpagem e o abastecimento de gêneros alimentícios, fazendo inflacionar os preços;
- III. disputas políticas de ordem regional e local, que vez ou outra principiavam “guerras” pelo poder político. Perda de representatividade política da região, simbolizada pelos coronéis, após o Movimento de 1930, e morte de seus principais líderes políticos;
- IV. rebatimentos nas transações comerciais, decorrentes das mudanças nos Códigos de Mineração, que dificultaram a vida de pequenos e médios compradores;
- V. desassistência trabalhista dos garimpeiros, visto que os mesmos não foram assegurados pelas legislações do trabalho, em função de terem sido considerados trabalhadores individuais, que trabalham por conta própria. Suas relações de trabalhos eram mediadas pelo costume, não pautados no direito formal;

VI. intensificação dos fluxos migratórios (de saída), que podiam ser motivados pelas razões acima citadas ou de ordem pessoal, mas sempre como estratégia de melhorar as condições de vida. A migração trazia agravantes, haja vista que diminuía a mão de obra laboriosa do garimpo e outras atividades, fazendo despencar os índices populacionais. No caso de Igatu, por exemplo, houve decréscimo de quase 90% da sua população na década de 1970.

Chique-Chique de Igatu, outrora um dos centros mais prósperos da região lavrista, tornou-se um dos símbolos de sua decadência. Entre as décadas de 1930 e 1970, perdeu parte considerável da sua população. Esta vila apresentava especificidades que a diferenciavam dos demais centros produtores das Lavras, posto que a sua localização geográfica, não favoreceu o desenvolvimento de atividades complementares ao garimpo. Estava, portanto, mais vulnerável às oscilações econômicas, o que reduzia as possibilidades de emprego da mão de obra masculina, que era maioria na atividade.

Ao considerar o contexto político e econômico conturbado e as especificidades que envolvem as regiões de mineração este trabalho inferiu que em situações de crise econômica, como a experienciada pelos lavristas houve uma maior maleabilidade e inserção do trabalho desenvolvido pelas mulheres para além do âmbito doméstico, inclusive desempenhando atividades na extração de diamantes, socialmente construída como trabalho “de e para homens”. Comungando com as assertivas propostas pela historiadora francesa, Michelle Perrot (1988), aventou-se que na crise o trabalho das mulheres tornava-se ainda mais necessário. Nos períodos de normalidade, os recursos monetários auferidos pelas mulheres eram lidos como complementares ao salário dos homens, contudo, na crise, eram considerados vitais. Perdiam o status de “ajuda” e figuravam como a principal fonte de renda disponível à família, constituindo a mulher como a principal provedora do lar. No entanto, a incursão das mulheres ao trabalho remunerado acarretou um aumento da atividade feminina, visto que, pautada na divisão sexual do trabalho acumulava, quase que exclusivamente, o trabalho doméstico.

Para perscrutar esta hipótese, a utilização das fontes literárias, especialmente os romances históricos *Cascalho* e *Maria Dusá*, bem como o uso das fontes orais, foram essenciais e deram novos rumos à investigação. Possibilitaram dar visibilidade às mulheres, tirando-as do ostracismo em que se encontravam nas fontes tradicionais. Ao romper os silêncios, foi possível desvelar espaços de atuação feminina que contrariavam o senso comum, que delimitava o trabalho das mulheres ao âmbito doméstico, trazendo à tona mulheres “fora do lugar”, tanto por se lançarem ao trabalho remunerado e fora do lar, assumindo por vezes a chefia de seus lares,

quanto por sua incursão no garimpo, espaços e função socialmente lida como “lugar” de homens.

Este trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro, procura-se explicitar os caminhos teóricos e metodológicos percorridos na pesquisa. Defende-se aqui a vinculação desta pesquisa aos pressupostos da História Social das Mulheres sob a perspectiva thompsiniana. A princípio foram explicitadas as principais categorias de análise de que esta pesquisa se valeu. As categorias experiência e gênero são apresentadas através da discussão em torno da (in) viabilidade da História Social à História da Mulheres e dos estudos de gênero, representadas através do “desacordo” entre Joan Scott e Louise Tilly. A divisão sexual do trabalho é apresentada em suas principais acepções e princípios organizadores, vinculando-os à mineração. Descortinam-se, por fim, os procedimentos e técnicas utilizadas pela pesquisa, com ênfase na utilização da História Oral como método de pesquisa capaz de “dar voz” aos “excluídos da história”.

O capítulo segundo, por sua vez, destinou-se à análise dos condicionantes sócio-históricos que configuraram a produção diamantífera no espaço-tempo recortado, colocando em destaque a crise econômica que se abateu sobre as Lavras e seus desdobramentos sociais. Para uma melhor compreensão deste processo, apresentou-se alguns aspectos da exploração diamantífera referentes ao século XIX, almejando desmitificar a ideia de fausto que habitava o imaginário lavrista em torno das primeiras décadas de exploração. Também foram analisados os projetos regionais de desenvolvimento econômico pensados com a finalidade de salvaguardar a economia, com destaque para o projeto de fomento à agricultura e ao projeto de desapropriação das minas. Procurou-se evidenciar a fome, o perigo, a miséria, a exploração, mas também a solidariedade e as estratégias de sobrevivência empreendidas pelos garimpeiros, que desassistidos pela legislação, teimavam em sobreviver da atividade diamantífera, uma das poucas ou quase única possibilidade local. Destaca-se que face à exploração a que foram submetidos, estes trabalhadores construíram cotidianamente estratégias para burlarem e resistirem aos infortúnios da pobreza.

No terceiro e último capítulo as mulheres se movem pelo universo garimpeiro, amplamente concebido como espaço masculino. Fugindo a regras e padrões, Alexandrinas, Alziras, Marias, Delzuitas, Aldas, Joalitas, Antônias, Marianas, Zelitas, Nelys, Áureas, Liélias e tantas outras mulheres entenderam que do seu trabalho dependia, na maioria das vezes, a subsistência da família. Contrariando o senso comum de que o homem era o provedor do lar muitas mulheres subverteram este lugar socialmente construído e demonstraram, especialmente nos períodos de “infusamento” dos companheiros, que sabiam se “virar” e providenciar o

sustento do lar. Mas, vale enfatizar, esse trabalho não se fazia presente só em situações consideradas mais graves, ou seja, quando os maridos não encontravam diamantes. As fontes revelaram que cotidianamente as mulheres se ocupavam da casa e dos filhos, mas também desempenhavam diversas atividades laborativas, que embora fossem pouco valorizadas, foram imprescindíveis ao viver em tempos de crise.

**CAPÍTULO I**  
**PREPARANDO O CASCALHO: GARIMPAGENS TEÓRICAS E**  
**METODOLÓGICAS**

O presente capítulo tem como finalidade apresentar os caminhos teóricos e metodológicos trilhados por este estudo. Seguindo os rastros deixados pelos estudos ligados à História Social do Trabalho e aos estudos de gênero, esta pesquisa se propôs a investigar as experiências do trabalho de mulheres, nos garimpos de diamantes, em uma pequena comunidade, no interior da Bahia. O primeiro subtema trouxe à baila a defesa quanto as categorias de análise experiência e gênero, apresentando-as através do debate que girou em torno da pertinência entre a História Social e a História das mulheres, bem como a emergência do gênero como categoria de análise. O segundo item faz referência à categoria divisão sexual do trabalho e sua vinculação com a mineração. Por fim, são apresentados os procedimentos e técnicas utilizadas, o tratamento dado às fontes e a argumentação do método histórico dialético como o mais adequado à apreensão do objeto de pesquisa.

A partir de meados do século XX, verificou-se o alargamento das temáticas e do campo de investigação na pesquisa histórica. Temas relacionados à família, ao crime, aos negros e às mulheres, por exemplo, emergiram e firmaram espaço no campo historiográfico. Desta forma, os estudos dos “de baixo” passaram a preencher as lacunas deixadas por uma forma tradicional de fazer história, dando voz às minorias sociais, às quais fora negado o reconhecimento como agentes do processo histórico. Se nos moldes tradicionais apenas os homens eram sujeitos da história, no ambiente historiográfico atual, as mulheres também ganharam visibilidade. Sobre este aspecto, Facina e Soihet (2004) destacaram que as transformações da historiografia aliadas às contribuições do movimento feminista, a partir da década de 1960, contribuíram para a emergência da História das Mulheres, que viabilizou a ascensão das mulheres à condição de objeto e sujeito da história. O desenvolvimento da História das Mulheres, tal qual ratificou Perrot (2017, p.15), “[...] acompanha em surdina o ‘movimento’ das mulheres em direção à emancipação e à liberação”, que traduz uma conscientização mais ampla, a da “[...] dimensão sexuada da sociedade e da história.”

Todavia, há espaços e sujeitos que permanecem esmaecidos! É o caso das experiências laborativas de mulheres na garimpagem, espaço socialmente construído como masculino. Se nas fontes documentais escritas, com exceção da literatura, a presença dos trabalhadores do garimpo é pouco significativa, no que tange às mulheres, é quase que nula. É como se a história das Lavras Diamantinas<sup>3</sup> e do garimpo tivesse se processado sem a participação destas trabalhadoras, mesmo que sua presença tenha se dado em diversas atividades. Apesar da

---

<sup>3</sup> Por Lavras Diamantinas entende-se um conjunto de municípios, que tiveram como base de referência econômica a extração de diamantes e carbonatos, a saber: Andaraí, Lençóis, Mucugê e Palmeiras, localizados na região central do estado da Bahia.

relevância do trabalho das mulheres no que tange à viabilização econômica da atividade diamantífera e da re (produção) do viver, estudos sobre a inserção feminina neste universo são ínfimos, assim como são os estudos que retratam o universo garimpeiro como um todo.

Para compor a história das mulheres nos garimpos diamantíferos, de Chique-Chique de Igatu, esta pesquisa se valerá dos pressupostos teóricos e metodológicos da História Social, sob a perspectiva thompsiniana, do que se convencionou denominar “História Vista de Baixo”. Neste sentido, lançar-se-á mão de algumas categorias de análise, a saber: experiência, gênero e divisão sexual do trabalho, que serão apresentadas nas páginas que se seguem.

### **1.1 Na peneira das abordagens: história social e os estudos de gênero**

A História Social, corporificada pelas correntes marxistas revisionistas, segundo pontuou Soihet (1997), assumiu um papel importante no processo de tirar as mulheres da invisibilidade, tornando-as objetos e sujeitos da/com história, à medida em que pluralizou os objetos de investigação histórica. A preocupação desta perspectiva em articular o micro a um contexto global permitiu desvelar o cotidiano, os papéis informais e as mediações sociais, elementos relevantes na captação das experiências de grupos historicamente excluídos, bem como, de suas formas de luta e de resistência. A “História vista de baixo” foi vigorosamente apresentada, em 1963, pelo historiador inglês Edward Thompson, no prefácio do seu célebre livro, *A formação da classe operária inglesa*, momento em que anunciou:

[...] Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” [...] Seus ofícios e tradições poderiam estar desaparecendo. [...] Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais. (THOMPSON, 1987, p. 13).

A perspectiva historiográfica interessada nas experiências da “gente comum”, encabeçada por Thompson, foi gestada segundo Silva (2012) a partir de uma larga observação da História Operária de seu país, em que os operários se faziam presentes sob a ótica das representações estatal e/ou sindicalista. Nas palavras de Thompson (2012, p.185) a história da “gente comum” era tida como algo além e distinta, do que denominou, “História Inglesa Oficialmente Correta”, em que o povo emergia “como um dos problemas com que o governo tem de lidar”. Desse modo, as experiências destes sujeitos eram negligenciadas, em prol de uma narrativa operária que privilegiava as ideologias, o sindicalismo, os “homens de grande valor”

que dirigiam os partidos políticos de esquerda. A História Operária, enquanto permaneceu confinada às velhas convenções, manteve-se como uma espécie de *alter ego* da “História Correta”, afirmou Thompson (2012). Destarte, era preciso “liberar-se” e, para tal, a história deveria ser pensada “por baixo” e abranger a experiência de homens e mulheres ordinários, ampliando desta forma a narrativa histórica.

A renovação dos estudos históricos, influenciada pela História Social, fez emergir a necessidade da inclusão das experiências de grupos historicamente excluídos. A noção de experiência, termo ausente da ortodoxia marxista, constituiu-se uma marca da teoria thompsiniana. Thompson, assim como Marx, acreditava que a mudança histórica se realizava mediante ações de homens que fazem sua própria história, entretanto, este processo só é possível em função das “[...] experiências cotidianas ‘herdadas ou partilhadas’ e de lutas das pessoas que contribuem para seu fazer-se.” (SILVA, 2008, p. 2). Rechaçando o determinismo presente nas tendências ortodoxas do marxismo, Thompson (2009, p.15) defende que através da categoria experiência que, “[...] compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”, homens e mulheres definem e redefinem suas práticas e pensamentos. Martins (2006) ressalta que a categoria experiência possibilita afastar-se das armadilhas do estruturalismo althusseriano, que desconsidera o papel do sujeito na história e reduz os acontecimentos sociais ao econômico, sendo conceito chave para superar a contradição entre determinação e agir humano.

Para tanto, o historiador inglês cunhou o conceito de agenciar humano, de modo a perceber os homens e as mulheres como sujeitos de sua história, não sendo estes receptores inertes de determinações econômicas. Todavia, isto não significa dizer que estes sujeitos são:

[...]autônomos, “indivíduos livres”, mas [...] pessoas que experimentaram suas situações e relações produtivas determinadas como necessidade e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura*[...] e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. [...] a experiência é um termo médio entre ser social e a consciência social, é experiência que dá cor à cultura, aos valores, ao pensamento. (THOMPSON, 2009, p.225-226, grifos do autor).

De acordo com Toledo (2013, p. 18), a mensagem que Thompson buscava passar era “[...] a da atividade autodeterminada, que os seres humanos são agentes, ainda que agentes muito limitados, e frequentemente vencidos pelas determinações”. Pinsky (2009) acrescenta ainda que, as determinações, de que trata Thompson, não devem ser entendidas como “implantação de necessidades” e/ou “programação predeterminada”, mas como “limites

fixados” e/ou “pressões exercidas”. O que para Pinsky (2009) significa dizer que há certos limites que são impostos pelas condições materiais de existência, que incidem sobre a formação da consciência e as possibilidades de ação dos sujeitos, contudo, não com um peso absoluto. Desta feita, é dentro destes limites que as pessoas “podem atuar, contribuindo, em certos casos, para o alargamento dos mesmos limites”

A experiência articulada à cultura, segundo pontuou Martins (2006), constitui um ponto de junção entre as determinações objetivas do ser social e as possibilidades do agir. Para Martins (2006), Thompson, ao pensar a cultura como componente não passivo da análise histórica e social, reconheceu que a experiência vivida, além de ser pensada é também sentida pelos sujeitos,

[...] não apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos), como instinto proletários, etc. Elas [as pessoas] também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Esta metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral.(THOMPSON, 2009,p. 234-235).

Este posicionamento destoa da perspectiva pensada por Althusser, que atrela experiência e cultura ao terreno ideológico. Segundo Martins (2006), Thompson não concorda que os valores, entendidos como expressões culturais, sejam impostos pelo Estado, através de seus “aparelhos ideológicos”. Isto não significa que ele negue que os valores são perpassados pela ideologia dominante, mas que as necessidades materiais e culturais apresentam um caráter contraditório. Dessa forma, a experiência (histórica e cultural) apresenta-se como uma categoria que evidencia a capacidade de homens e mulheres agirem e romperem com condições socialmente impostas, sendo modelo catalizador da ação social, ressaltaram Martins (2006) e Melo Júnior (2011).

Para melhor compreender a forma como a experiência catalisa o “agir”, faz-se necessário diferenciar os conceitos de experiência I (“vivida”) e experiência II (“percebida”). Moraes e Müller (2003 apud MARTINS, 2006, p. 118) destacaram que a experiência “percebida” se aproxima daquilo que Karl Marx denominou de consciência social, sendo resultante de causas materiais. Por outro lado, a experiência “vivida” é aquela que resulta das experiências vivenciadas na realidade concreta e que está em eterno atrito com a consciência imposta (a “percebida”). Quando há rupturas em sua estrutura, é possível experimentar momentos de abertura e de oportunidades, até que se imponha o molde da ideologia, ponderou Martins (2006). Dessa forma, é possível inferir que: “[...] a vivência da experiência não

reproduz obrigatoriamente a ideologia dominante; ao contrário, a experiência pode levar a rever práticas, valores e normas e, ao mesmo tempo, pode ajudar a constituir identidades de classe, de gênero, de geração, de etnias.” (MORAES e MÜLLER, 2003 apud MARTINS, 2006, p. 118).

Neste sentido, a categoria experiência, cunhada por Thompson, terá um papel importante nesta pesquisa, visto que clarifica a capacidade de homens e mulheres romperem com condições historicamente impostas. Defende-se que, embora as mulheres, de que trata este estudo, estivessem imersas em relações desiguais de gênero, marcadas pela hierarquização dos papéis sociais, na experiência de vida concreta, as mesmas, pela força da necessidade e das circunstâncias históricas, improvisaram e redefiniram práticas e pensamentos. Neste movimento, as mulheres de Chique-Chique de Igatu construíram estratégias para adentrarem e se permanecerem no trabalho da garimpagem, que por ser pesado, insalubre e se processar em áreas inóspitas, foi lido socialmente como “trabalho de homem”, portanto, não condizente com a suposta “natureza feminina”.

A aproximação de historiadoras feministas marxistas, a exemplo de Michelle Perrot, Eleni Varikas, Dorothy Thompson, Louise Tilly, Catherine Hall, com os preceitos teóricos da “História vista de baixo” representada por Thompson e outros intelectuais britânicos, como Eric Hobsbawm e Christopher Hill, corroborou para a expansão e consolidação do campo da História das Mulheres ao passo que as tornaram “visíveis” à história. Varikas (1994) reverbera que a vontade política das historiadoras feministas, de conceder às mulheres o status de sujeitos da história, cooperou para que as experiências históricas das mulheres fossem desnudadas. Este encontro, para muitas delas, foi gestado através do “território acolhedor e profundamente androcêntrico da história social”, haja vista que, nela a visão de sujeito da história era fundado sobre “[...] a relação entre a experiência da opressão e as possibilidades de ação de camadas, grupos, culturas e sexos empobrecidos, marginalizados e excluídos.” (VARIKAS (1994, p. 72). O estreitamento profícuo da História das Mulheres com a História Social também foi validado por Martins (1998, p. 61), que argumentou que a perspectiva de análise histórica das relações sociais, proposta por esta última, abandonava o enfoque dicotômico entre opressão-subordinação, ao pensar os sujeitos da história como sujeitos políticos. Por conseguinte, tratava-se de uma história que “[...] resgatava a ação e a palavra das mulheres, que fornecia provas não somente da opressão, mas das estratégias de luta e resistência para sobreviver aos sistemas opressores.” Foi sob o jugo das reflexões thompsonianas, sobre o caráter político cultural das relações de classe que, na década de 1980, se produziu uma História das Mulheres com ênfase, por exemplo, no trabalho feminino e na participação política das mulheres.

Todavia, apesar da relativa expansão da historiografia feminista marxista, no âmbito acadêmico, a História Social, a partir de meados da década de 1980, passou a ser alvejada por críticas que partiam de feministas, vinculadas ou não ao marxismo. Segundo Martins (1998), havia uma insatisfação com os resultados da produção construída sob a égide da História Social das Mulheres, posto que, segundo as críticas, os estudos sobre a mulher não havia promovido grandes mudanças no interior da disciplina histórica por não questionarem os pressupostos teóricos pelos quais os historiadores conduziam suas pesquisas. Parte das críticas foram endereçadas aos historiadores marxistas, sobretudo às obras de Thompson sobre a formação da classe operária, argumentando que as mulheres e as relações de gênero não tiveram um verdadeiro lugar em sua obra. Apesar das mulheres não estarem ausentes, seus papéis históricos não foram tratados e/ou foram negligenciados. Contudo, conforme pontuou Frader (2014, p. 405), “[...] por meio da ênfase dada à historicidade e à subjetividade, às práticas culturais e à sua capacidade de agir, E. P. Thompson inspirou e facilitou o trabalho de toda uma geração”, impactando as práticas da história e das relações de gênero.

Varikas (1994) denuncia que o interesse de um bom número de historiadoras, afeitas à História das Mulheres, pelas questões metodológicas, coincidiu com a busca pela constituição e consolidação de categorias de análise que priorizassem as experiências femininas. À vista disso não bastava, apenas, romper os silêncios e dar visibilidade às mulheres, era preciso “[...] reafirmar, a propósito delas, que a história não era o resultado de leis impessoais agindo pelas costas dos seres humanos, mas o resultado, sem dúvida enviesado e frequentemente incontrolável, de ações humanas providas de sentido.” (VARIKAS, 1994, p. 71-72). Nesta busca, abriu-se um campo de reflexão sobre os métodos e o objeto da história das mulheres, com registros de pontos de tensão entre as vertentes que disputavam a hegemonia deste campo. Partes destas tensões podem, segundo Varikas (1994), ser traduzidas no “desacordo” entre Louise Tilly e a Joan Scott, representantes da História Social e do pós-estruturalismo, respectivamente. Antes de adentrar nesta celeuma, é válido apresentar o que se configurou o campo da História das Mulheres, sua vinculação com o feminismo e transformações após a incorporação do gênero como categoria útil não só à História das Mulheres, mas à análise histórica. Por fim, defende-se a História Social como “[...] uma possibilidade real de operar uma ligação entre conhecimento de gênero, experiência das mulheres no passado e história em geral.” (TILLY, 1994, p. 30).

O gestar da História das Mulheres, segundo Perrot (2017), ocorreu na Inglaterra e nos Estados Unidos nos anos de 1960 e na França, na década seguinte. A conjugação de vários fatores – de ordem científica, sociológica e política – favoreceram a emergência do objeto

“mulher”. No que diz respeito aos fatores científicos frisou, que por volta da década de 1970, fruto das críticas dos sistemas de pensamento (marxismo e estruturalismo), a história se aproximou de outras disciplinas, notadamente a antropologia e a sociologia, que eram mais sensíveis às diferenças entre os sexos em função de seus procedimentos metodológicos. Foi por meio da antropologia, que a história “descobriu a família” e através dela, emergiu a dimensão da vida privada, na qual novos sujeitos a exemplo das crianças, jovens e mulheres se mostravam presentes. Os fatores sociológicos de que tratou Perrot (2017, p. 20) dão conta da significância da feminização das universidades, sobretudo no pós Segunda Guerra Mundial. As mulheres, seja como estudantes ou como professoras, já representavam cerca de um terço do contingente universitário, o que “[...] podia ser fermento de uma demanda renovada, ou pelo menos de uma escuta favorável.” Por fim, sublinhou o mérito que teve o movimento feminista, no surgimento de novos enfoques e na expansão dos limites da história, ao questionar os saberes constituídos a despeito do seu caráter predominantemente masculino. Tilly (1994, p. 31) salienta que um dos aspectos que distingue a história das mulheres dos demais campos deveu-se ao fato de, por um longo período, ela ter sido escrita a partir de convicções feministas. Acrescenta ainda que, “[...] toda história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres.”

Os anos de 1970 foram bastante frutíferos à História das Mulheres. Matos (2000) sublinha que, apesar dos longínquos antecedentes das lutas femininas, suas reivindicações retornaram ao cenário político, em razão da instituição do Ano Internacional da Mulher. Em vista disto, as mulheres e suas pautas adentraram o cenário político e acadêmico, no qual os estudos sobre a mulher se encontravam marginalizados. Embaladas pelos questionamentos feministas e pelas mudanças que ocorreram na historiografia, em função dos avanços no âmbito da Nova História, História Social e da História Cultural, a produção reunida a título da História das Mulheres dedicou-se ao reconhecimento de que a condição feminina se constituía histórica e socialmente. No entanto, não bastava tornar as mulheres visíveis à História Geral, visto que isso não era suficiente para tocar a historiografia tradicional, que já detinha seus fatos, fontes históricas, periodizações e temáticas bem delimitadas, ressaltou Pinsky (2009). Fazia-se necessário a consolidação de uma categoria que pudesse questionar os conceitos dominantes da disciplina histórica.

Neste sentido a categoria gênero parece ter sido bem quista entre as feministas na assunção do papel de tornar o saber histórico sensível à construção social das diferenças sexuais. Perrot (2017) salienta que nos rastros do “movimento” político das mulheres sobreveio

o efeito de uma tomada de consciência da dimensão sexuada da história, que era reflexo da posição da mulher na sociedade. Desta forma, a História das Mulheres mudou, tanto em seus objetos, como em seus pontos de vista.

Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. (PERROT, 2017, p. 15-16).

As mudanças propaladas por Perrot (2017) foram reafirmadas por Matos (2000), sinalizando que os trabalhos mais recentes da história das mulheres superaram as temáticas tradicionais e as biografias de mulheres notáveis, indo além do que denominou “história contributiva” e/ou “história miserabilista”. Ressalta, todavia, que este campo historiográfico ainda enfrenta dificuldades em articular estratégias metodológicas vinculadas à teoria feminista e mantém um estreito contato com correntes renovadoras da história. Outro percalço sinalizado faz referência à dificuldade em analisar a relação entre o particular e o geral, abordando os gêneros no seu fazer história, para além de uma abordagem meramente descritiva, mas que também deveria ser analítica. A história, portanto, deve estabelecer relações e articulações mais amplas, inserindo-os na dinâmica das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, o que propiciaria a reinvenção da totalidade histórica dentro do limite do objeto estudado, ressaltou Matos (2000). Acrescenta ainda que o crescimento da produção historiográfica sob a perspectiva de gênero, longe de concorrer para o esgotamento das possibilidades, abriu controvérsias e instaurou um debate profícuo, que evidenciou a diversidade que envolveu a própria categoria gênero.

Tal qual evidenciou Soihet (1997), a utilização do termo gênero se deu desde a década de 1970, sobretudo entre as feministas estadunidenses, no intuito de questionar o termo sexo, por remeter ao aspecto biológico, e reiterar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Gênero, portanto, remete à cultura, “aponta para a construção social das diferenças sexuais, diz respeito às classificações sociais do masculino e do feminino”, salientou Pinsky (2009, p. 162). Soihet (1997) salienta que a cunhagem do termo foi uma proposição dos que defendiam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria os paradigmas da história e lhe acrescentaria novos temas, assim como, reavaliaria as premissas e critérios da ciência. Para Lobo (2011) um dos argumentos mais relevantes trazidos por Scott (1990) diz respeito à legitimidade que o conceito de gênero propiciou como categoria, não identificada com o tema

específico das mulheres, desta feita, mais apropriada à incorporação aos campos teóricos das diversas disciplinas. A busca dos estudos feministas por uma “legitimidade acadêmica”, nas palavras de Scott (1990, p. 6), perpassou pela aceitabilidade política e científica do termo gênero, aparentemente mais objetivo e neutro do que “mulheres”. Infere ainda, que: “[...] enquanto o termo ‘história das mulheres’ revela a sua posição política ao afirmar [...] que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o ‘gênero’ inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica.”

Segundo Scott (1990), a tarefa de inscrever as mulheres na história, enquanto sujeitos, necessariamente iria redefinir e alargar as noções tradicionais do que é historicamente importante. Desta feita, a incorporação do gênero como uma categoria de análise implicaria não somente em uma nova história das mulheres, mas uma nova história. Lobo (2011), comungando com Scott (1990), afirma que ao passo que as pesquisas feministas trouxeram à baila a categoria gênero em termos de uma relação social e histórica, que implica poder<sup>4</sup> e atravessa o tecido social, esse não pode ser campo à parte do contexto das relações sociais. A despeito disto, Scott (1990) argumenta que, na construção de uma nova história, que contemplasse as experiências femininas, a articulação do gênero com as categorias classe e raça torna-se fundamental. Primeiro, porque o interesse por estas categorias assinala o compromisso dos historiadores com uma história, que inclua a fala dos oprimidos, ao passo que analise o sentido e a natureza de sua opressão. Segundo, porque as desigualdades de poder organizam-se, minimamente, por meio destes três eixos.

Diante do exposto, é incontestável a utilidade do gênero para a análise histórica, sobretudo, quando tomada como categoria. Consoante à definição apresentada por Pinsky (2009, p.163) categoria<sup>5</sup> é “[...] um modo de perceber e analisar relações sociais e significados”. Sob esta percepção, o “[...] gênero pode ser empregado como uma forma de afirmar os componentes culturais e sociais das identidades, conceitos e das relações baseadas nas percepções das diferenças sexuais [...]”, outrossim, “[...] remete à ideia de que as concepções de masculino e de feminino possuem historicidade [...]”, logo são produzidas, reproduzidas e/ou transformadas. A compreensão de que as percepções das diferenças sexuais é um dado social,

---

<sup>4</sup> Martins (1998, p. 148), tomando como base as reflexões de Bourdieu sobre o poder, reitera que no campo dos estudos históricos, o gênero não se constitui um tema de pesquisa, como a mulher e a identidade feminina. O gênero seria uma forma de “problematizar, de compreender determinadas relações de poder. Se o gênero está na origem dos processos de significação e de legitimação do poder [...] isso significa que ele não atua independentemente de outras categorias sociais.” O desafio, para a história, portanto, é o de ampliar o entendimento das relações de poder pela interação das relações sociais de gênero, de classe e de raça.

<sup>5</sup> Veloso (2003, p. 2) acrescenta que “[...] o gênero como um fenômeno histórico e social, em ampla articulação com o desenvolvimento e reprodução da sociedade, [deve] ser tomado como uma “categoria”, pois expressa “modos de ser”, ou seja, expressa o padrão de organização de determinada sociedade, ou do ser social.

assim como, a recusa de explicações a-históricas para pensar as desigualdades entre homens e mulheres, parece ser um ponto comum entre as feministas, independente da sua orientação teórica<sup>6</sup>. As divergências, segundo Martins (1998), se davam na forma como as relações sociais de sexo seriam explicadas. É neste interim, que se retorna ao “desacordo Tilly-Scott”, visto que é representativo de um debate mais amplo, que perpassa pela condução teórica e metodológica dos estudos sobre as mulheres e as relações de gênero.

Antes de apresentar alguns dos pontos desta querela, é relevante pontuar que, em fins da década de 1970, as historiadoras Joan Scott e Louise Tilly publicaram juntas um livro que resultou de um esforço bem-sucedido em estudar a história do trabalho das mulheres, na França e na Inglaterra, no período entre 1700-1950. Este estudo, segundo Pinsky (2009), é uma competente obra, no âmbito da História Social, que combinou macro História e História do cotidiano, sustentando que a experiência da atuação de mulheres no mundo do trabalho só foi possível face a compreensão dos contextos econômicos, demográficos e familiares que incidiram sobre a vida destas trabalhadoras. Para além desta parceria exitosa, as autoras supracitadas apresentavam outras convergências. Conforme pontuou Varikas (1994), ambas lamentavam o uso excessivamente descritivo da noção de gênero pela História das Mulheres e concordavam quanto a necessidade de torná-la uma categoria de análise, que pudesse questionar os conceitos dominantes da disciplina histórica.

O desacordo Scott-Tilly<sup>7</sup> concentra-se na definição de quais instrumentos conceituais e metodológicos seriam os mais indicados nesta empreitada. Scott, segundo Pinsky (2009) descarta que esta conceitualização possa ocorrer nos domínios da História Social, visto que esta perspectiva estava imersa no determinismo econômico. Aponta o pós-estruturalismo como o caminho capaz de tratar as mulheres como sujeitos da história e o gênero como categoria analítica, posto que apresentava uma epistemologia mais radical, sublinhou Pinsky (2009). Em contrapartida, Tilly endossa o coro de que são “[...] os métodos da História Social os mais apropriados para o desenvolvimento das categorias de análise e dos questionamentos que possam interpelar todos (as) os historiadores (as)”, mas que respeite a ação humana. Rechaça, portanto, a abordagem desconstrutivista do pós-estruturalismo enaltecida por Scott, por julgar

---

<sup>6</sup> Vale lembrar que a terminologia gênero, para designar as percepções das diferenças sexuais como historicamente construída, não é consensual. Coexiste, por exemplo, com a terminologia “relações sociais de sexo”, mais atrelada às feministas francesas. Martins (1998) pontua que houve um relativo abandono das expressões “sexo” e “relações sociais de sexo”, por entender que elas continham um forte determinismo biológico. A expressão “relações sociais de sexo”, segundo Martins (1998), dava margem a deduções quanto a existência de uma outra relação (natural?) que não fosse social.

<sup>7</sup> Para maior aprofundamento desta questão, bem como as críticas tecidas à perspectiva da História Social defendida por Thompson e sua influência no âmbito da História das Mulheres, ver: Frader (2014), Martins (1998), Pinsky (2009) e Varikas (1994).

que o uso mais literário e filosófico do gênero “[...] superestima(m) o peso da coerção social e tornam triviais as condições nas quais as relações de poder mudam e se transformam.”. (VARIKAS, 2009, p. 66)

A crítica de Joan Scott à História Social se estendeu à obra do historiador Edward Thompson. Se para Scott a História Social, ao estudar processos ou sistemas, com ênfase em grupos humanos particulares e pautado no pluralismo dos objetos e narrativas, abriu caminhos para a História das Mulheres e de Gênero, por outro lado, reduziu a ação humana em razão de tê-la atrelado em função de forças econômicas, tornando o gênero como algo que não pudesse ser estudado em si mesmo, mas em um subproduto, pontuou Pinsky (2009). Para Scott, a discriminação sofrida pelas mulheres na esfera da História Social ocorreu não necessariamente pelo machismo e/ou pelo viés de gênero adotado pelos profissionais, e sim por problemas inerentes ao método. Segundo a mesma, a história seria cega à questão de gênero. Para clarificar as suas premissas, toma a obra de Thompson como exemplo, especialmente, seus escritos sobre a formação da classe operária inglesa<sup>8</sup>, tendo em conta a influência que esta obra exerceu sobre os estudos de mulheres e de gênero, reiterou Pinsky (2009).

Em sua “análise textual”, Scott afirma que o historiador inglês concebeu o movimento coletivo em termos unificados, sob a forma de uma única grande história, o que dificulta a incorporação da diferença. Embora o “homem humano” ou o “trabalhador” possam ter um sentido neutro, a mulher não está nele incluso, visto que o texto, embora fale sobre as mulheres, não as trata em seus papéis históricos. Dessa forma, a narrativa é perpassada pelo gênero, em função dos seus conceitos gerais possuírem um viés masculino. Acrescenta ainda que, embora esteja claro que nem todos os trabalhadores sejam homens, a produção é representada como uma atividade, mesmo que não exclusivamente, masculina. Vale frisar, que Scott reconhece a representatividade de Thompson na tradição de historiadores comprometidos com a igualdade social, mas que não reconhece as complexidades da diferenciação sexual. Por conseguinte, os primeiros trabalhos de que tratou as mulheres, ancorados na tradição thompsoniana, não foram capazes de explicar a marginalidade das mulheres, dado que não questionam as premissas teóricas das quais assentava-se a História Social. A saída apontada por Scott perpassa pela assumpção do pós-estruturalismo e do método desconstrutivista, em sua ênfase na diferença,

---

<sup>8</sup> Martins (1998) discorre que Thompson, com a ironia que lhe era peculiar, comentou ter sido alvo de um “charivari intelectual” por não ter se alinhado à interpretações miserabilistas da opressão da mulher, que tendem a vitimizar os indivíduos submetidos a relações de poder e a hierarquias sociais, numa interpretação centralizadora e vertical do poder. As críticas mais pertinentes foram as que questionaram os conceitos de classe e experiência, entretanto, se estas críticas se aplicam aos textos mais antigos de Thompson, o gênero é melhor articulado em análises posteriores, sobretudo na coletânea *Costumes em Comum*.

que proporcionaria uma maior diversidade ante a simples oposição homem/mulher. Por esta razão oferece, a seu ver, condições para criar identidades individuais e coletivas, que uma vez destacadas, desafiam identidades fixas e categorias essencialistas e podem ser o próprio significado da igualdade reivindicada (PINSKY, 2009, pp. 172-175).

A presunção do método desconstrutivista, como o mais indicado aos estudos condizentes às mulheres e ao gênero, perpassara um debate internacional, que versou sobre a questão do sujeito da história e sobre o método da História Social, salientou Frader (2014). Os termos do debate alavancaram reações acaloradas por parte das historiadoras sociais, notadamente Louise Tilly, que influenciadas por Thompson, dirigiram críticas à Joan Scott, por ter se afastado do seu campo de visão as relações materiais e as duras realidades da vida cotidiana, a favor da linguagem e das representações. Tal qual pontuou Frader (2014), para Tilly a percepção do gênero e da experiência, em termos meramente discursivos, poderia obscurecer as mulheres como sujeitos da história e sua capacidade de agir. Caulfield (1991 apud PINSKY, 2009, p. 175) se questiona: “[...]como pode haver ação se há somente sujeitos/objetos produzidos discursivamente? Sobre este aspecto Tilly (1994, p. 50), acompanhada por Frader (2014), Pinsky (2009) e Varikas (1994), discorre que: “A ênfase colocada no método e no texto (seja de um enunciado formal, de uma ‘linguagem’ ou de oposições binárias [...]) me parece subestimar a ação humana e fazer pender a balança na direção de uma super-estimação da coerção social.” Desta forma, salientou Pinsky (2009), o método defendido por Scott ignora o ator e o mundo pautado por relações sociais concretas, não atribuindo peso suficiente às lutas sociais nas mudanças históricas, nem pressupondo a relevância de se perceber os condicionantes em que as relações de poder se transformam.

Outro aspecto abordado por Pinsky (2009) faz alusão às censuras formuladas por Scott à História Social, que incluiu a inferência sobre uma suposta redução das experiências femininas e do gênero a um status de “subproduto das forças econômicas”, a presumida unicidade da categoria classe e a indiferença em captar o gênero na constituição de sentidos, tanto na cultura, quanto na ideologia política. Sobre estas “censuras”, Pinsky (2009) assevera que, nas tentativas de reescrever a História das Mulheres, as mesmas foram desaparecendo. Isto posto, infere-se que as arguições de que a História Social reduz as ações humanas ao econômico não mais se sustentam, face as inúmeras pesquisas que se baseiam nos pressupostos de que a história não é fruto de leis impessoais acima dos indivíduos, mas resultante das ações de homens e mulheres. O reconhecimento da iniciativa humana é parte do projeto da História Social, ratificou Pinsky (2009)! Portanto, estudam-se os sujeitos nas múltiplas determinações, sejam elas sociais, políticas, econômicas e culturais, reafirmando a sua capacidade de agir dentro da

produção e reprodução da vida real concreta. A autora reforça, também, que é falsa a imputação à História Social da alcunha de *gender blind* (cegos a gênero), assim como, é incoerente chamar de androcêntricos, pesquisadores que equipararam gênero e classe social<sup>9</sup>, que analisam a influência do gênero na constituição da classe (e vice e versa), que incorpora nos conceitos de classe, etnicidade, grupo etário, por exemplo, às experiências diversas de homens e mulheres ou que se preocupam com o peso das experiências femininas na constituição das representações sociais. Não se faz necessário, valer-se do pós-estruturalismo, “para se interessar pelos modos *engendered* (pautados por gênero) da construção dos significados ou dos jogos de poder”, da mesma forma, que, é (também) no âmbito da História Social, que muitos pesquisadores “encontram subsídios para projetos políticos que implicam em romper com “determinismos biológicos” e questionar desigualdades sociais baseadas nas percepções da diferença sexual, pontuou Pinsky (2009, p. 181, grifos da autora).

Em face ao explicitado até aqui os caminhos teóricos adotados por esta pesquisa atrelam-se aos pressupostos da História Social (das mulheres), à luz da denominada “História vista de Baixo”. Interpretando as últimas palavras de Tilly (1994, p. 62), em seu artigo “Gênero, História das Mulheres e História Social”, é possível asseverar que um estudo sobre a ótica das mulheres nos permite compreender melhor os homens e suas posições sociais. Analisar a configuração do trabalho no garimpo torna-se mais completa e sistemática quando a mesma é perscrutada considerando a diversidade de alternativas possíveis. Logo, a análise das experiências do trabalho de mulheres na garimpagem oferece uma destas alternativas. “Eis que diferença faz estudar as mulheres e o gênero”.

Para composição deste estudo, além da categoria experiência, vale-se da categoria gênero pautada na classificação proposta por Scott (1990, p. 42), que define o gênero calcado na relação entre duas proposições que se articulam. A primeira pensa o gênero como “[...] elemento constitutivo das relações sociais, fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos [...]” e como “[...] forma básica de representar as relações de poder, em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis [...]”. Depreende-se que as características atribuídas ao feminino e ao masculino são construídas historicamente nas e pelas sociedades e ultrapassam o biologismo do sexo (CAROLA, 2002). Deste modo, contesta a naturalização do espaço privado/doméstico como naturalmente da mulher e do espaço público/fora do lar como naturalmente do homem, calcado nas diferenças biológicas e reitera o caráter cultural que (re)define os papéis sociais de homens e mulheres de acordo com

---

<sup>9</sup> O que a seu ver demonstra que o gênero não é um subproduto da economia.

as necessidades particulares de cada sociedade e de cada contexto histórico. O gênero, segundo Scott (1990), sublinha uma noção relacional, logo homens e mulheres se definem em termos recíprocos, e qualquer compreensão, seja de um ou do outro, não deve ser processada separadamente.

A noção de gênero oferece subsídios para desnaturalizar a ideia de que o garimpo é um trabalho por natureza masculino, posto que este traço foi e é socialmente construído. Exemplo disto, ressalta Cisne (2012), é o fato de que atividades tipicamente masculinas em determinadas culturas são atribuídas como femininas em outras. Logo, é possível aventar que o garimpo não possui uma essência masculina, mas tornou-se mais atraente aos homens em função da ideologia patriarcal, que ao reforçar uma educação sexista, ratificou que homens e mulheres tornam-se mais ou menos aptos a determinadas funções, em razão do sexo biológico. Isto porque “[...] a codificação social é tão forte, tão interiorizada pelos atores, que ela se torna invisível: o cultural torna-se a evidência, o cultural se transmuta em natural.” (KERGOAT, 1989 apud CISNE, 2012, p. 118).

Entretanto, da mesma forma que as ideias influenciam a vida das pessoas, as experiências e os elementos materiais de existência contribuem na constituição do pensamento, podendo moldar a forma como as pessoas interpretam as diferenciações sexuais, que delimitam qual deve ser o “sexo do garimpo”, por exemplo. Segundo destacou Pinsky (2009, p. 183), a realidade social, embora defina os parâmetros de escolhas possíveis dos sujeitos históricos, dentro de condições objetivas de seu tempo, também auxilia no processo de construção, manutenção e contestação dos significados e das relações de gênero, em uma determinada ordem social. Acrescenta ainda que, “[...] essa ordem fica ameaçada, dentre outras coisas, quando sua potência é questionada pela ação de sujeitos que, conscientemente ou não, coletiva ou individualmente, desafiam, burlam ou tentam transformar os seus limites.” Desta feita, as transformações históricas nas relações pautadas pelo gênero entrelaçam-se às mudanças no contexto socioeconômico, bem como às resistências e reivindicações concretas de sujeitos históricos.

Considerando estes apontamentos, deduz-se que apesar do garimpo ter se constituído social e culturalmente como trabalho masculino, em razão das requisições de ordem física, da qual se diziam serem os homens naturalmente portadores no contexto de que trata esta pesquisa, as mulheres parecem ter subvertido a “ordem natural das coisas”. Seja por uma questão de sobrevivência, ou mesmo por opção, as mulheres igatuenses desafiaram normas do comportamento feminino apropriado, ao adentrarem um universo fortemente masculinizado, atestando que o trabalho no garimpo tem dois sexos, parafraseando Lobo (2011).

Se é verdadeira a assertiva de que “o garimpo tem dois sexos”, não se pode dizer que a imersão de mulheres nesta atividade tenha se dado em pé de igualdade para com os homens. Em anuência com as análises de Arruda (2015), Barrozo (2007), Brito (2016), Carola (2002), Carrilho (2016), Castilho e Castro (2006) e Quirino (2011), é possível afirmar que o trabalho das mulheres na mineração foi marcado por atividades desvalorizadas, precárias condições de trabalho e acumulação de jornadas, fundamentadas na divisão sexual do trabalho. Destarte, a categoria de análise “divisão sexual do trabalho” será apresentada em seus principais pressupostos teóricos, de modo a vislumbrar a sua utilidade nesta pesquisa.

## **1.2 Na bateia de um conceito: divisão sexual do trabalho e a mineração**

As mulheres sempre trabalharam! Esta é uma assertiva que concordam autoras como Pena (1980), Perrot (2005 e 2017), Saffioti (2000) e Sarti (1997). O que para estas estudiosas nem sempre ocorreu foi a participação das mulheres no exercício do trabalho coletivo, de forma assalariada. Ressalta Perrot (2017, p. 109) que o trabalho das mulheres “[...] era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado”, entretanto, “[...] as sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível”. O regime de assalariamento, que colocou em questão o “trabalho das mulheres”, foi apontado pelo feminismo com condicionante para a libertação feminina. Partia-se do pressuposto que a identificação da mulher com o mundo privado, tal como sua exclusão do mundo público, eram as raízes da subordinação social feminina. Porém, à semelhança do que ponderou Sarti (1997) o acesso das mulheres ao trabalho remunerado não teve o mesmo impacto para todas as mulheres. Ressalta que, o trabalho remunerado para aquelas que detinham qualificação profissional representou mudanças significativas. No entanto, as mulheres pobres não tiveram suas condições estruturais de participação no mercado de trabalho alteradas, tampouco, abalaram os fundamentos do seu trabalho circunscrito à lógica hierárquica, que o atrelava às obrigações familiares. Pena (1980, 202) acrescenta que “[...] a posição da mulher no trabalho coletivo está intimamente conectada à sua definição enquanto mulher e mãe na família e ao que dela se espera enquanto papel sexual”. Reiterava-se, portanto, a tradicional divisão sexual do trabalho.

Hirata e Kergoat (2007), ao falarem das acepções para o termo “divisão sexual do trabalho”, na França, apresentam duas perspectivas. A primeira parte de uma acepção sociográfica concentrada nos estudos sobre a distribuição diferencial e desigual de homens e mulheres no mercado de trabalho, ofícios, profissões e suas variações no tempo e no espaço. A

segunda analisa como a divisão sexual do trabalho se associa à desigual divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres. Embora as autoras supracitadas afirmem que as análises de que trata a primeira acepção sejam indispensáveis no sentido de medir a des(igualdade) profissional, acreditam que falar em termos de divisão sexual do trabalho deve possibilitar ir além da simples constatação de desigualdades. Desta feita, defendem a segunda acepção, dado que a mesma possibilita:

1. mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e 2. articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e, portanto, os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero.” (HIRATA E KERGOAT, 2007, p. 596).

Acrescentam que o projeto coletivo, ancorado no movimento feminista, ambicionava algo maior que a denúncia das desigualdades, buscando repensar o próprio conceito de “trabalho”. Partiam do pressuposto de que o trabalho doméstico também era “trabalho”, logo, a definição deste conceito deveria conter aquele. Contudo, não bastava, apenas, somar a reprodução à produção, esta articulação deveria ocorrer em termos de “relações sociais”<sup>10</sup>. Kergoat (1986, p. 81-82) argumenta que, “[...] as palavras não são neutras, [...], e é fácil resvalar entre os campos teóricos (produção, reprodução) e os lugares concretos onde a divisão social do trabalho (entre classes e sexo) se opera (a fábrica, a família).” Desta forma, a conceituação do trabalho passou a ser pensada de modo a contemplar trabalho produtivo e reprodutivo, em termos do que denominaram de “relações sociais de sexo”<sup>11</sup>, que ao menos, na França, é indissociável da teorização em tona da “divisão sexual do trabalho”, pontuaram Hirata e Kergoat (2007). Esta nova forma de pensar o “trabalho” teve muitas consequências, a primeira delas diz respeito à derrocada da “família” como entidade natural e biológica, o que a fez emergir como lugar de exercício de um trabalho. Como numa espécie de “efeito bumerangue”, também caiu a noção de trabalho assalariado, “[...] vista sob a ótica do trabalho produtivo, da

<sup>10</sup> Relação social, segundo Kergoat (1986, p.82) significa: “[...] contradição, antagonismo, luta pelo poder, recusa a considerar que os sistemas dominantes (capitalismo e patriarcado) são totalmente determinantes e que as práticas sociais apenas refletem essas determinações. [...]. Trata-se efetivamente, de uma contradição viva, perpetuamente em vias de modificação, de recriação.”

<sup>11</sup> Esta pesquisa reconhece como válida a opção de Quirino (2011) em adotar a utilização da terminologia “relações sociais de sexo”, ligada às feministas marxistas francesas, ao invés de “gênero”, de origem anglo-saxão, sob a justificativa de que o emprego desta última pode trazer riscos, visto que o uso mais abrangente do gênero foi apropriado por uma série de vertentes que dão ênfase exacerbada às dimensões simbólicas das desigualdades entre os sexos, em detrimento das bases materiais. Embora, as limitações da categoria (relações) de gênero tenham sido identificadas, comunga-se com Carrilho (2016) quanto ao termo gênero ser mais curto, largamente utilizado e facilmente identificável. Desta feita, o gênero é pensado como um elemento constitutivo das relações sociais fundadas nas diferenças entre os sexos, que necessariamente controvérte as relações de poder e que é fincado em bases materiais, elementos que o aproxima do termo “relações sociais de sexo”. Para maiores detalhes desta discussão ver Carrilho (2016, p. 24-26) e Quirino (2015, p. 230-233).

figura do trabalhador masculino, qualificado, branco, que implodiu”, sublinhou Kergoat (2009, p. 69).

Quirino (2011) avulta que, para melhor estudar o “trabalho da mulher” é imprescindível que se adote uma perspectiva de análise que dimensione separadamente os trabalhos produtivo e reprodutivo. Este primeiro é referenciado (espacial e funcionalmente) ao campo produtivo. Nele, o trabalho e/ou emprego é vinculado a uma remuneração e alicerçado por relações extrafamiliares. Por sua vez, o trabalho reprodutivo relaciona-se às relações familiares e ao trabalho doméstico, que envolve a (re)produção quotidiana dos integrantes do grupo familiar. A polarização entre estas duas esferas, que são social e culturalmente constituídas, reconhece o “mundo exterior” como de domínio dos homens e o lar e a vida doméstica como mais atinentes às mulheres. À vista disto, é que este estudo optou pela utilização da terminologia “trabalho de mulher” ao invés de “trabalho feminino”. Tal distinção, e nisto concordam Quirino (2011) e Kartchevsk et al. (1986, p. 10), parece sutil, porém é essencial, haja vista que, “[...] explica porque nos interessamos tanto pelo trabalho assalariado quanto pelo trabalho doméstico: trabalho desdobrado, trabalho redobrado<sup>12</sup>...”.

Atualmente coexistem duas grandes teorias, na Sociologia, que buscam explicar a divisão sexual do trabalho. De acordo com Hirata (2002), são opostas e divergentes, sendo que a primeira remete a uma conceituação em termos de vínculo social (ligada a conteúdos como complementariedade, conciliação, parceria, solidariedade, divisão de papéis), e a segunda atrela-se à “relação social” e a uma teoria geral das relações sociais ( que compreende noções ligadas à divisão do trabalho, opressão contradição, oposição, poder, dominação).

Segundo pontuaram Hirata (2002) e Hirata e Kergoat (2007), a teoria do “vínculo social” perpassa por uma ideia de complementariedade entre os papéis sociais entre os sexos, que remete a uma tradição funcionalista. Esta abordagem é coerente com uma perspectiva de divisão do trabalho profissional (e dentro dele a divisão entre tipos e modalidades de empregos que possibilitam a reprodução dos papeis sexuais) e doméstico entre os sexos, que aparece sob diversas formas. Na primeira delas, pautada num “modelo tradicional”, as mulheres assumem papéis de cuidados familiares e domésticos e os homens o de “provedor”. A divisão sexual do trabalho também é pensada através de um “modelo de conciliação”, que visa articular

---

<sup>12</sup> Esta interlocução entre trabalho produtivo (assalariado) e (re) produtivo (não assalariado), segundo discorreu Kartchevsk et al. (1986, p. 10) “rompe o véu da dialética sutil entre a presença real (em nível da atividade concreta) e a ausência simbólica (em nível conceitual) do trabalho das mulheres”, ao passo que mostra a forma como as diferenças entre os sexos foram “negadas para serem melhor exploradas. Kergoat (1986) sublinha ainda, que querer articular produção e reprodução significa trabalhar simultaneamente sobre dois grupos de relações sociais, de sexo e de classe, que denomina de opressão e exploração.

a vida profissional com as atividades familiares e domésticas. Laufer (1993 apud HIRATA, 2002, p. 280) pontua que esta articulação é “[...] uma possível recomposição e uma nova divisão dos papéis se realizariam, então, não mais à custa das mulheres, mas em benefício comum dos homens e das mulheres”, contudo há uma distância considerável entre o que apregoa o modelo e as práticas experienciadas na realidade. Desta forma, cabe, quase que exclusivamente, às mulheres exercerem este papel de conciliação, haja vista, que são elas as principais operadoras da família e das atividades domésticas. Destaca-se, também, o “princípio da parceria”, que pensado em termos de “vínculo social”, considera homens e mulheres parceiros, visto que, as relações sociais são vistas sob a ótica de uma suposta igualdade de status sociais entre homens e mulheres. Entretanto, este princípio decorre mais de uma lógica de complementariedade e conciliação de papéis, já que, as mesmas caminham no sentido de uma divisão entre tipos de atividades e reforço dos papéis domésticos, sobretudo quando se reflete sobre o trabalho em tempo parcial executado pelas mulheres. Hirata e Kergoat (2007) acrescentaram um outro modelo, que denominaram de “delegação”. Levantaram a hipótese de que a emergência deste quarto modelo substituiu e se sobrepôs ao da conciliação. Para estas autoras, este modelo surgiu em decorrência da polarização do emprego das mulheres, bem como, em razão do crescimento das profissões de nível superior e de executivas, que requereu a necessidade e os meios de delegar a outras mulheres as tarefas domésticas e familiares, “[...] que oferecem novas ‘soluções’ para o antagonismo entre responsabilidades familiares e profissionais”, segundo Hirata e Kergoat (2007, p. 605).

Em contraposição à teoria do vínculo social e aos modelos dela decorrentes, situa-se a conceituação da divisão sexual do trabalho pensada sob o signo da “relação social”, que se baseia não na complementariedade, parceria, conciliação e/ou delegação, mas no antagonismo entre homens e mulheres. Consoante à definição proposta por Kergoat (2009, p. 67), entende-se como divisão sexual do trabalho:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva<sup>13</sup> e das mulheres à esfera reprodutiva<sup>14</sup> e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...)

---

<sup>13</sup> Seguindo os passos de Quirino (2011 p.58) o sentido do “trabalho produtivo”, adotado nesta pesquisa, “[...] não se refere [...] ao trabalho que cria diretamente mais valia, conforme Marx, (s/d), mas em seu sentido mais genérico, para designar o trabalho assalariado, tanto produtivo quanto improdutivo, que se realiza na sociedade capitalista.”

<sup>14</sup> É entendido não somente como reprodução biológica, “[...] do ato de gerar e procriar filhos, mas a todas as atividades realizadas no espaço doméstico e familiar”, ressaltou Quirino (2011, p. 58).

Para além do plano conceitual, Hirata e Kergoat (2007) propuseram princípios organizadores sob os quais estaria assentada a divisão social do trabalho, sendo eles: 1- o “princípio de separação”, que parte do suposto de que existem trabalhos de homens e de mulheres; e o 2- “princípio hierárquico”, em que o trabalho desempenhado pelos homens é mais valorado do que o trabalho das mulheres. Tais princípios, segundo as autoras supracitadas, são válidos para todas as sociedades conhecidas e são validados mediante processo de legitimação da “ideologia naturalista”, que limita o gênero ao sexo biológico e as práticas sociais à “papeis sociais” sexuais, remetendo a um destino natural da espécie. Tal qual pontuou Quirino (2011), o que distingue o trabalho masculino do trabalho feminino é o “valor” dado a ele. Socialmente, a “produção” tem peso maior que a “reprodução”, desta forma a produção masculina “vale” mais que a produção feminina, mesmo quando são idênticas.

Sobre este aspecto são válidos os apontamentos de Paulilo (1987), que ao refletir sobre o “peso do trabalho leve”, em alguns municípios da Paraíba (pecuaristas, produtores algodão e cana de açúcar) e do sul de Santa Catarina (produtores de fumo), afirmou que mesmo em se tratando de regiões e culturas distintas, foi um traço comum a distinção entre trabalho “leve” (atribuição de crianças e mulheres) e “pesado” (incumbência masculina). Paulilo (1987, p.3) reitera que “poder-se-ia pensar que mulheres e crianças desempenham certas tarefas porque, de fato, estas são “leves” por sua própria natureza. Mas não é bem assim”. Para a autora, a qualificação e a remuneração do trabalho decorrem em função do sexo de quem o realiza. São considerados “leves” os trabalhos desempenhados por mulheres e crianças e “pesados” os executados pelos homens, que recebem uma maior remuneração. Em face da falácia da “naturalidade”, os trabalhos ditos mais “leves” são desqualificados e menos remunerados, mesmo que trabalhos “leves” e “pesados” demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. Paulilo (1987) conclui que o trabalho “leve” não necessariamente é agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo e esforço, é assim classificado não por suas características, mas por ser realizado por mulheres e crianças. Esta situação decorre em razão do homem ser incumbido de sustentar a sua família, o que lhe confere valorização social. Em contrapartida, o trabalho de seus “dependentes” torna-se secundário cabendo-lhes uma remuneração que apenas “ajude” no orçamento familiar, figurando como “complemento” à renda do homem.

Aventa-se, portanto, que o trabalho de um homem pesa mais do que o trabalho de uma mulher e esta valoração induz a uma hierarquia social. Quirino (2011) destaca que a divisão sexual do trabalho não é um dado imutável, exemplo disto é a existência de uma variedade de

modalidades, que mudam no tempo e no espaço. Todavia, as sociedades continuam a ser organizadas em torno da divisão do trabalho entre os sexos e seus princípios (de separação e o hierárquico), haja vista que, historicamente, os homens continuam remodelando esta divisão em favor de seus interesses. Hirata (2002, p.285) discorre que apesar das inúmeras mudanças, as modalidades da divisão sexual do trabalho se modificam, mas tal divisão é fortemente marcada pela permanência. Isto porque a “[...] a divisão sexual do trabalho parece submetida a uma forma que leva mais ao deslocamento das fronteiras do masculino e do feminino do que à supressão da própria divisão sexual”. Em outras palavras: a divisão sexual do trabalho muda de acordo com o contexto histórico, cultural e econômico, mas não se transforma.

Ante o exposto até aqui reitera-se a relevância da utilização da categoria divisão sexual do trabalho pensada em termos de “relação social”. Esta abordagem baseia-se em uma visão global do social entendida em termos dinâmicos, posto que repousa no antagonismo, na contradição, e é pautada em bases materialistas. Tal qual apregou Kergoat (2009), a relação social é a princípio uma tensão que atravessa o campo social, que produz certos fenômenos sociais, permeados por jogos de interesse de grupos antagônicos. No caso das relações sociais de sexo, estão em tensão permanente o “grupo social homens” e o “grupo social mulheres”, que rivalizam em torno do trabalho e suas divisões. Logo, relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são termos indissociáveis e que formam um sistema de gênero. Para Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho é o que está em disputa nas relações sociais de sexo, que são caracterizadas pelas seguintes dimensões:

- a relação entre os grupos assim definidos é antagônica;
- as diferenças constatadas entre as práticas dos homens e das mulheres são construções sociais e não provenientes de uma causalidade biológica;
- esta construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica -em outros termos, a “mudança de mentalidades” jamais acontecerá espontaneamente se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta – podemos fazer uma abordagem histórica e periodizá-la;
- estas relações sociais se baseiam antes de tudo em uma relação hierárquica entre os sexos, trata-se de uma relação de poder, de dominação. (KERGOAT, 2009, p. 71).

Desta feita, a divisão sexual do trabalho é um fator histórico, que em conformidade com Lobo (2011), constrói-se como prática social, ora conservando tradições que ordenam tarefas masculinas e femininas, ora criando modalidades da divisão sexual das tarefas. Ressalva a autora que a subordinação de gênero, bem como a assimetria nas relações de trabalho de homens e mulheres se manifestam não somente na divisão de tarefas, mas, também, nos critérios que definem a qualificação, nos salários e na organização do trabalho. Lobo (2011) ainda acrescenta que a divisão sexual do trabalho, além de trazer consequências na distribuição

do trabalho por ramos ou setores de atividades, é o princípio organizador da desigualdade no trabalho.

A construção de uma igualdade substancial entre os sexos nos espaços produtivos e reprodutivos não faz parte da lógica da sociedade capitalista, que no máximo permite uma “igualdade” formal, assinalou Quirino (2011). Vale destacar que a lógica do capital é oposta à emancipação da mulher, visto que ele necessita preservar o trabalho das mulheres sob os mecanismos estruturais que geram a desigualdade e a subordinação, de modo a manter seu sistema de dominação. Isto ocorre, segundo Quirino (2011), porque o uso da força de trabalho feminina é um dos recursos que o capitalismo utiliza para expandir a extração de mais valia absoluta, sobretudo, valendo-se do trabalho doméstico como fonte de reprodução. O trabalho doméstico se processa fora das relações capitalistas de produção e não produz mercadorias. Contudo, a família continua produzindo valores de uso, que tem relação direta com a reprodução da força de trabalho. Desta forma, o capital transfere para a família (notadamente a mulher) a responsabilidade de partes do processo de produção, o que reduz os custos de reprodução do trabalhador masculino, permitindo a apropriação desse valor pelo capital, assim como absorve partes do tempo disponível da mulher, o que viabiliza negociar sua força de trabalho a custos baixos. “[...] O trabalho doméstico torna-se o espaço de degradação da força de trabalho feminina e, por extensão, de todo o trabalho”, ratificou Quirino (2011, p. 59).

A subordinação da mulher no mercado de trabalho, segundo Cisne (2012), vincula-se à naturalização de papéis e/ou habilidades ditas femininas. Qualidades exigidas das mulheres, como destreza, minúcia, rapidez são vistas como atributos naturais e/ou extensões de habilidades próprias do gênero feminino, logo, são consideradas dons e não trabalho. Deste modo as atividades desempenhadas por mulheres, sobretudo no âmbito doméstico, são apropriadas e/ou não pagas (ou pagas a preços reduzidos) pelo capital. O trabalho doméstico não foi pensado como trabalho produtivo, por não ter uma retribuição em dinheiro contribuiu para desvalorizá-lo, inclusive aos olhos das próprias mulheres, fazendo com que não se percebam como trabalhadoras. A marginalidade da mulher no mundo do trabalho é, também, um problema de classe. A divisão sexual do trabalho, embora não crie a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, recria uma subordinação, naturalizada na/pela sociedade, presentes em outras esferas do social.

Desta feita, faz-se necessário pensar as relações sociais fundamentais (classe, gênero e raça/etnia) em termos de consubstancialidade e coextensividade, visto que nenhuma delas deve ter prioridade sobre a outra. Os conceitos supracitados são mobilizados na tentativa de compreender as práticas sociais entre os sexos diante da divisão sexual do trabalho, de maneira

não mecânica. Entende-se como relações sociais “consustanciais” aquelas que interagem e se estruturam na totalidade do campo social significando “[...] o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca”. São “coextensivas” quando “[...] ao se desenvolverem as relações sociais de classe, gênero e raça se reproduzem e se coproduzem mutuamente”, assinalou Kergoat (2010, p. 100) apud Quirino (2015, p. 239). Partindo das ideias de “coextensividade” e “consustancialidade” pode-se afirmar que a condição feminina não pode ser abordada fora do marco de classe, visto que a mulher trabalhadora carrega a dualidade da sua condição de opressão e exploração<sup>15</sup>. Conforme, apregou Quirino (2015) nas sociedades capitalistas, a mulher padece de uma dupla carga: a opressão, o preconceito, a marginalização pela sua condição feminina e, por outro lado, a exploração econômica, imputando-lhe uma dupla jornada como trabalhadora doméstica e assalariada.

Tal qual pontuou Kergoat (1986) apud Quirino (2015) as relações de classe e entre os sexos organizam a totalidade das práticas sociais, qualquer que seja as esferas onde elas incidam. Destarte, não é apenas no âmbito do doméstico e/ou no trabalho que se exerce, sofre, combate ou se aceita a opressão e a exploração. Da mesma forma que, a relação entre os sexos não se esgota na relação doméstica, a relação de classe não se esgota na relação de produção ou em termos salariais. Aqui é importante destacar as orientações metodológicas para a análise empírica das relações sociais, propostas por Kergoat (2010) apud Quirino (2011). A primeira delas diz respeito à necessidade de analisar as relações sociais sob um imperativo materialista, o que obriga a retomar às disputas (materiais e ideológicas) das relações sociais. No caso das relações sociais de sexo esta disputa ocorre através da divisão sexual do trabalho. Segundo, destaca-se a necessidade de historicizar as relações sociais, por deter estruturas que permitem captar suas permanências, mas também transformações propiciadas por intercorrências históricas que podem alterar o seu curso. Por fim, chama a atenção para a imprescindibilidade de definir as invariantes nos princípios de funcionamento das relações sociais. No que se refere a divisão sexual do trabalho, destaca que suas modalidades são instáveis no tempo e no espaço, mas seus princípios organizadores (separação e hierarquia) são constantes.

Levando em consideração os aspectos metodológicos propostos por Kergoat esta pesquisa compreende as experiências do trabalho de mulheres na mineração sob o signo da

---

<sup>15</sup> A opressão, segundo definiu Quirino (2011, p. 66) consiste numa “[...] atitude de se aproveitar das diferenças que existem entre os seres humanos para colocar uns em desvantagem em relação aos outros, gera uma situação de desigualdade de direitos, de discriminação social, cultural e econômica”. Já a exploração é “[...] um fato econômico assentado sobre a submissão de um ser humano ao outro e dá origem à divisão da sociedade em classes”.

divisão sexual do trabalho, que traz incursões diferenciadas de homens e mulheres nesta atividade. Conforme já foi dito a divisão sexual do trabalho é determinada histórica e culturalmente por uma hierarquia entre os sexos que organiza todas as esferas da vida social. Caracteriza-se pela destinação dos homens ao âmbito da produção, com forte valor social agregado, enquanto que as mulheres são destinadas à reprodução. Incide sobre a divisão sexual do trabalho dois princípios organizadores, sendo eles: o princípio da separação, que institui a existência de trabalhos de homens e mulheres; e o princípio da hierarquização, que consiste no entendimento de que o trabalho do homem vale mais do que o trabalho de uma mulher.

Vinculando estes princípios à mineração é possível observar que os mesmos se aplicam de maneira contundente. O trabalho na mineração, por ser “pesado”, insalubre e requerer bastante resistência física foi construído socialmente como um trabalho de/para homens, contrastando, portanto, com a “natureza” frágil das mulheres, sublinharam Carola (2002) e Castilho e Castro (2006). Desta forma, na percepção da sociedade, somente um ser biologicamente superior estava apto a suportar tais condições precárias: o homem. Este dado, conforme pontuou Brito (2016) deu força a uma ideia apressada de que a mineração é um espaço masculino e que as mulheres estão ausentes, o que é reforçado através dos mitos de que a presença de mulheres nas minas é um fator de má sorte, assim como, pela dificuldade de se encontrar registros (dados e números) sobre o assunto. Todavia, “[...] no mundo das representações de gênero, há uma considerável distância entre o pensamento que idealiza os papéis naturais de cada sexo e a realidade dos papéis praticados no cotidiano de vida e trabalho”, (CAROLA, 2006, p. 31). Assim sendo, afora a invisibilidade das mulheres na mineração, historicamente as mesmas sempre se fizeram presentes e desempenhando papéis relevantes, tanto na mineração artesanal, quanto nas grandes empresas de mineração, pontuaram Castilho e Castro (2006) e Brito (2016).

Para Castilho e Castro (2006) é, sobretudo, na pequena mineração (garimpo), onde ocorre a maior incidência das mulheres e, também, das crianças e velhos, dado o caráter comumente familiar dessa modalidade. Sauer (1992) apud Castilho e Castro (2006, p.46) valida esta assertiva, ao afirmar que: “[...] No Brasil, assim como na Colômbia, velhos, mulheres e crianças re-examinam e lavam o minério descartado, vigiados por compradores de gemas que oferecem dinheiro vivo pelas esmeraldas encontradas”. Esta condição de “faiscadoras” por parte das mulheres é também ratificada pelos estudos de Figueiredo (1993), Jesus (2009) e Silva (2006). Desta forma, Castilho e Castro (2006) acreditam a existência de muitas outras mulheres encobertas pela invisibilidade, cuja inserção neste universo necessita ser “garimpada”, de modo a serem reconhecidas como trabalhadoras. O reconhecimento do trabalho social das mulheres,

também, deve caminhar em direção à suas funções reprodutivas, haja vista que, a responsabilização da mulher para com o trabalho doméstico, cria condições indispensáveis à reprodução da força de trabalho de seus filhos, maridos e de si própria, embora tenha sido um empecilho a uma investida mais permanente na atividade extrativa, que requeria deslocamentos frequentes.

Brito (2016) em concordância com Castilho e Castro (2006) argumenta que sendo a pequena mineração ambiente de alta informalidade, as condições de trabalho das mulheres tendem a serem precárias pouco valorizadas e com baixa remuneração (quando existentes). O caráter familiar da atividade mineral informal leva estas mulheres a uma sobrecarga de trabalho, visto que além do trabalho no garimpo, teriam que manter suas obrigações para com o lar e os filhos. A situação das trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina, de que trata Carola (2002) não foi muito diferente da acima descrita, no que se refere às condições de trabalho e da dupla jornada de trabalho. Contrariando a imagem de que as mulheres, quando inseridas na atividade mineradora, desempenhavam atividades leves e condizentes com a sua natureza, a pesquisa de Carola (2002), demonstrou que mesmo as mulheres trabalhando na superfície das minas, como “escolhedeiras”, estas realizavam esforços físicos intensos e em condições de trabalho precárias, com exposição direta ao sol e à chuva, descalças e sem proteção aos olhos. Foram comuns os ferimentos nas mãos, pés, pernas e contusão ocular e a incidência de lombalgia, problema de coluna resultante de grande esforço físico. Acrescenta-se que, a jornada de trabalho formal das trabalhadoras era geralmente de 7h as 16, mas se iniciava muito antes e terminava depois, face ao acúmulo com os cuidados para com a casa e a família.

Estes exemplos demonstram que as ações desempenhadas pelas mulheres estavam longe de serem trabalhos “leves”. Retomando as reflexões de Paulilo (1987) pode-se afirmar que o elemento definidor da noção de trabalho “leve” e “pesado” perpassa pela definição dos papéis atribuídos a homens e mulheres, independente. Por este motivo, o que determina o “peso” do trabalho é o sexo de quem o executa e não necessariamente o esforço físico empreendido. Comparando o significado do “peso do trabalho leve”, em regiões distintas do Brasil, Paulilo (1987) sinaliza para as variações de uma região para outra. Constata que aquilo que foi considerado trabalho “leve” em determinada região, em outras foi tido como “pesado”. O que não apresentou variação foi o fato de serem consideradas “leves” as atividades executadas pelas mulheres e crianças, e “pesadas” as exercidas pelos homens, que sob o signo de uma pretensa superioridade em termos de força física recebiam maiores remunerações. Estes discursos, portanto, elucidam um processo de constituição identitárias com ênfase nas

diferenças “naturais” entre os sexos, que acabam por justificar a hierarquização das atividades que desenvolvem.

Tal qual salientou Scott (1991) a ideia de que o trabalho de homens e mulheres tem valores diferentes, e que os homens são mais produtivos do que as mulheres, não excluía as mulheres da força de trabalho, nem as confinavam ao ambiente doméstico. Em razão de circunstâncias históricas desfavoráveis ou quando as mulheres e/ou suas famílias precisavam de dinheiro, as mulheres saíam de casa para ganhá-lo. Entretanto, independente do espaço e da forma como ganharia dinheiro o trabalho das mulheres era tido como mais barato do que o do homem. “[...] Independente das circunstâncias [...] o seu salário era fixado como [...] um suplemento aos ganhos de outros membros da família”, ressaltou Scott (1991, p. 458). Conforme, indicou Carola (2002, p. 41) para a realidade carbonífera de Santa Catarina, a definição do trabalho da mulher como de menor valor, foi aproveitado pelos empregadores como estratégia de redução dos custos de trabalho, de modo a ampliar e/ou manter os lucros, sobretudo, em contextos de crise. Em nome dos lucros, a divisão sexual do trabalho, foi afrouxada e os empregadores contrataram mulheres “[...] sem seguir à risca a idéia de sua suposta ‘fragilidade natural’”.

A noção de que a divisão sexual do trabalho é uma construção social e como tal se reconstrói por intercorrências históricas, que podem alterar o seu curso é ratificada por Lobo (2011). Esta autora salienta que a comparação de contextos de trabalho distintos demonstra que as mulheres também realizam trabalhos que exigem agilidade, intensa mobilização do corpo e emprego de força, características tidas como masculinas. Reitera, que em conjunturas em que a substituição da mão de obra masculina é necessária, a exemplo de situações de guerra, admite-se a ideia de que as mulheres podem substituir os homens. Este dado é validado por Saffioti (1987) que questiona os argumentos de que a discriminação das mulheres ocorra em detrimento da inferioridade física, argumentando que nas situações de guerra, quando os homens se tornavam combatentes, eram as mulheres que assumiam as funções antes destinadas aos homens. Não existem, fatores naturais, inerentes ou lógicos que justifiquem a divisão sexual do trabalho. Portanto, “[...] a determinação do “melhor trabalhador” é, pois, histórica e social”, assegurou Lobo (2011, p. 66).

Em todas as culturas a mineração é lida socialmente como um trabalho masculino em razão das condições em que se processa, logo, na memória coletiva prevalece a percepção de que a mineração não é lugar para mulher. Desta feita, a presença feminina na mineração é, historicamente, marcada pela invisibilidade, proibições e preconceitos. Entretanto, as mulheres resistiram e não se intimidaram diante das interdições, desenvolvendo as mais diversas

estratégias para permanecerem nesta atividade. Sua inserção, sobretudo na pequena mineração/garimpo, comumente foi resultado de necessidades familiares, que em contextos de crise econômica, como o que se reporta esta pesquisa, demandava ainda mais o trabalho das mulheres. O significado do trabalho, especialmente das mulheres pobres, entrelaça-se às obrigações de ordem moral inscrito sob a lógica das obrigações para com a família e motivado por ela, salientou Sarti (1997). Embora, o trabalho das mulheres fora do lar seja marcado pela baixa remuneração e pelo acúmulo com as tarefas domésticas, o que o torna enfadonho e cansativo, o sentido do trabalho, justificado moralmente por ser voltado para o “outro”, traz gratificação pessoal, mesmo que não se destinem para si mesma. Entender os significados da divisão sexual do trabalho no garimpo, e seus rebatimentos ao trabalho das mulheres pobres, portanto, perpassará pela compreensão e valorização do papel das mulheres nesta atividade, posto que mesmo exercendo atividades desvalorizadas, como baixa remuneração e marcadas pela dupla de jornadas de trabalho, foram as mulheres as principais responsáveis pela sobrevivência das famílias garimpeiras, sendo suas principais mantenedoras.

Apresentadas as principais categorias de análise o passo seguinte destina-se ao desvelamento dos caminhos metodológicos trilhados e dos instrumentos e técnicas utilizadas por esta pesquisa, de modo a desnudar partes da história das mulheres, através de suas experiências de trabalho no garimpo.

### **1.3 Modos de garimpar: instrumentos e técnicas de pesquisa**

A História se constituiu como saber científico, com seus métodos de pesquisa e suas regras de anúncio, somente a partir do século XIX. A emergência da chamada Escola dos Annales, nos anos de 1930, operou uma ruptura com as interpretações oferecidas pelas correntes positivistas, propondo uma história problematizadora que enfatizasse os aspectos econômicos e sociais, com um método de investigação que contemplasse as especificidades das ciências sociais, bem como afeito a novos temas e problemas de investigação. Todavia, foi somente na década de 1970, sob os desígnios da “História Nova”, que a história se mostrou mais receptiva à dimensão sexuada na evolução histórico temporal. Conforme destacaram Perrot (1995) e Soihet (1997), a relação dialética entre o movimento feminista e o movimento de revisão da história, movimentos atuantes na década de 1960 e 1970, foi decisiva para o surgimento de outros enfoques. Desta forma, a História Social, História das Mulheres e os estudos de gênero se somam aos esforços de inúmeros autores em rever os recursos metodológicos e ampliar os campos de investigação histórica.

Para Follador (2009), o ramo que se convencionou chamar de História da Mulheres surgiu em contraposição à historiografia positivista que, segundo a autora, excluiu duplamente a mulher. Primeiro, em função dos impedimentos à profissionalização das mulheres, o que limitava o exercício do ofício de historiadoras e, segundo, pela ênfase dada aos grandes fatos e grandes heróis, que não considerava a mulher como agente histórico, já que circunscrita ao âmbito privado não teria uma história a ser contada, visto que era no espaço público onde se processavam os grandes acontecimentos considerados de valor histórico. Em razão de terem sido pouco vistas, quase nada se falava delas, reiterou Perrot (2017).

Segundo Soihet (1997, p. 295), “[...] a escassez de vestígios acerca do passado das mulheres, produzidos por elas próprias, constitui-se em num dos grandes problemas enfrentados pelos historiadores [...]”, visto que, para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. O silenciamento das mulheres nas fontes depõe contra sua existência concreta, o que ratifica a “[...] importância da utilização da História Oral como instrumento dos mais adequados para registro da memória feminina, na medida em que o acesso das mulheres à escrita não se deu no mesmo ritmo dos homens [...]”, conforme ressaltaram Facina e Soihet (2004, p. 16). As mulheres nunca estiveram ausentes da história, mesmo quando invisibilizadas, estiveram atuando nas mais diversas frentes de batalha atuando e reinventando suas histórias, mas, foram durante muito tempo silenciadas do relato histórico. A História Oral, portanto, ao estar “[...] comprometida com as feridas da memória, mas não com a memória ferida, porque reveladora também da ousadia e do desejo de superação”, buscou continuamente, denunciar, publicizar e enfrentar as dores provocadas por uma forma de fazer história, em que a dominação masculina ainda controla, cerceia, procura calar. E, muitas vezes, mata.” (ROVAI, 2017, p. 7-8).

As transformações operadas no campo da história, especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980, imputando-lhe novas perspectivas, que incluiu a (re) valorização das experiências individuais, o interesse pelas ações cotidianas e o alargamento na concepção do que é uma fonte, concorreram para a intensificação do debate acerca das relações entre a história e a memória. Segundo Ferreira (1994), a linha historiográfica que passou a explorar estas relações rompeu com uma visão determinista, ao colocar em evidência a construção dos atores de sua própria identidade, “reequacionou” as relações entre passado e presente, ao reconhecer que o passado é construído segundo as necessidades do presente, mas, sobretudo, por entender história e memória como “representações” do passado. Nesta perspectiva, história e memória passaram a ser vistas como possibilidades possíveis de acesso ao passado, mas que não conseguem reconstituí-lo tal qual se processou, oferecendo-lhe pontos de vistas parciais.

Pelas razões acima apresentadas e considerando as especificidades quanto a natureza do objeto pesquisado, optou-se por uma abordagem de pesquisa qualitativa. Este tipo de abordagem, segundo Dezin e Lincoln (2006), ressalta a natureza socialmente construída da realidade e desvela a íntima relação entre o pesquisador e seu objeto de estudo, rechaçando a ideia de neutralidade. Por outro lado, os pesquisadores sociais “[...] enfatizam a natureza repleta de valores da investigação. Buscam soluções para as questões que realçam o *modo* como a experiência social é criada e adquire significado [...]”. Preocupam-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, mas compreendidos e explicados na dinâmica das relações sociais (DEZIN; LINCOLN, 2006, p. 23, grifo dos autores). A abordagem qualitativa, tal qual acrescentou Minayo (2001, p. 21-22), “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, [...] que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Para a autora, a diferença entre as abordagens quantitativa e qualitativa se dá quanto a sua natureza. Enquanto a primeira apreende os fenômenos através do que é visível e concreto, a abordagem qualitativa busca os significados das ações e relações humanas, aspectos não apreendidos em estatísticas, por exemplo. Ressalta, contudo, que o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, mas se complementam, haja vista que a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, minimizando as dicotomias existentes.

Ao adotar a abordagem qualitativa almejou-se compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que são permeadas por crenças, valores, atitudes e hábitos. As vivências, experiências e a cotidianidade são pensadas como resultado da ação humana objetivada. Wolf (1991 apud MIRANDA; ZANELATTO, 2013) argumenta que o cotidiano é mais do que uma simples descrição das condições materiais de vida, visualizam-se também as experiências vividas, percebendo como as pessoas experimentam as relações sociais (de classe, raça, etnia, gênero) em que estão envolvidas, tendo como referencial uma cultura continuamente (re)construída. Desta maneira, julga-se esta abordagem promissora por possibilitar a (re)composição de práticas culturais como as formas de trabalho, em sua capacidade de constituição do sujeito, a partir dos seus referenciais simbólicos profissionais. Para tal, a subjetividade presente nas fontes orais pode ser reveladora de capítulos da história local, levando à reconstituição de uma memória coletiva através das falas dos entrevistados.

No intuito de analisar a configuração histórica do trabalho de mulheres em Chique-Chique de Igatu (Andaraí-Ba), tomar-se-ão como principal referência as trajetórias de vida de homens e mulheres que compartilharam experiências comuns no garimpo, considerando as décadas compreendidas entre 1930 e 1970, tendo como base metodológica a História Oral. Este

método, ao possibilitar a construção de novas versões para a História, ao “dar voz” a grupos historicamente excluídos, pode fazer desta uma atividade mais democrática, por pensá-la a partir das referências e também do imaginário daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período. A história oral mostra-se como campo fértil na reversão do silenciamento em que as mulheres foram submetidas enquanto sujeitos com/da história. Como método de pesquisa produz uma “fonte especial”, cuja característica principal pauta-se na subjetividade. Esta particularidade atribuída à História Oral de modo a desqualificá-la se constituiu, até a década de 1970, num entrave quanto a sua incorporação ao universo da pesquisa histórica. Acreditava-se que o fato dos depoimentos pessoais expressarem uma visão de mundo particular, não poderiam ser considerados representativos de uma época ou grupo, haja vista sua seletividade. Entretanto, conforme ponderou Alberti (1990), atualmente não é mais fator negativo o fato do depoente poder distorcer a realidade, ter falhas de memória ou até mesmo “errar” em seu relato, o relevante é refletir de forma mais ampla estas ocorrências, localizando seus porquês e em que medida sua concepção difere (ou não) das dos outros depoentes.

Pela natureza dessa pesquisa, o procedimento adotado consistiu em trabalhar com memórias individuais e coletivas na perspectiva de histórias de vida, (re) compondo por meio delas, as práticas sociais vivenciadas no período que compreendeu este estudo. Acredita-se que essa modalidade ofereceu vantagens por pensar a história através da experiência vivida pelo entrevistado, o que a torna mais concreta e faz da entrevista um importante instrumento de pesquisa, com posterior divulgação de informações sobre o que aconteceu (ALBERTI, 2005). Esse mérito reforça a responsabilidade e o rigor de quem produz, interpreta e divulga entrevistas, pois é preciso ter claro que esta não é um “retrato” do passado e que as leituras que as pessoas fazem do mesmo são interpretadas e ressignificadas a partir das necessidades do presente. Como disse Ecléia Bosi (1987, p. 17), “[...] lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar como imagens e ideias de hoje as experiências do passado.”

As entrevistas foram do tipo semiestruturadas, que para Laville e Dionne (1999, p.188) são aquelas “[...] cujos temas são particularizados e as questões (abertas) preparadas antecipadamente. Mas com plena liberdade quanto a retirada eventual [...], a ordem em que essas perguntas foram colocadas e ao acréscimo de perguntas improvisadas [...]”. Terão como centro de interesse a trajetória dos entrevistados, da infância até o momento em que esse estudo se reporta, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciaram, vivenciaram ou de que se inteiraram. A história de vida permitiu que, ao longo das narrativas, os temas relevantes para a pesquisa fossem aprofundados. O roteiro de entrevista – entendido enquanto uma orientação aberta e flexível – foi pensado de modo a contemplar perguntas

amplas apresentadas em grandes blocos (ver roteiro de entrevista anexo). Priorizou-se uma linguagem simples e direta na formulação das questões, procurando criar um clima de confiança na relação entrevistador/entrevistado, deixando-os livres para contar suas experiências de vida. Um cuidado importante, de que chamou a atenção Coelho (2005, p.24), diz respeito à necessidade deste tipo de entrevista considerar que “[...] além das palavras registradas no gravador e transcritas no papel, é preciso considerar a plenitude dos depoimentos colhidos, ou seja, os silêncios, as emoções e as omissões das entrevistas.”

Para a composição deste estudo foram utilizadas 18 entrevistas, realizadas com 15 depoentes (10 mulheres e 5 homens), conforme quadro abaixo. Sete destas entrevistas foram realizadas entre 2008 e 2009<sup>16</sup>, uma em 2018 e dez em 2019. Houve a predileção por entrevistados idosos, nascidos ou que viveram/vivem em Igatu (lócus da pesquisa empírica), que tiveram ou têm experiências laborais ligadas ao garimpo, considerando o recorte temporal estabelecido. Mesmo sendo as mulheres os sujeitos protagonistas da pesquisa, em face da necessidade delas opinarem sobre sua condição de opressão e repressão, vozes masculinas foram inseridas. Tal opção se deu em função dos homens terem sido maioria nesta atividade extrativa e por possibilitar uma análise comparativa e relacional intrínseca aos conceitos de gênero e divisão sexual do trabalho, conforme evidenciou Carrilho (2016). Silva (2007, p. 16) reitera que “[...] as formas e espaços de trabalho femininos têm também suas representações nas narrativas masculinas [...]”. O autor, citando Bourdieu e Scott, afirma que os símbolos culturais que constituem a masculinidade são construídos como negações do feminino. Desta forma, as práticas femininas podem ser desveladas a partir das negações do imaginário masculino, fazendo-se necessário a utilização do gênero como categoria (relacional) de análise, visto que: “Esse uso [...] sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo.” (SCOTT, 1990, p. 75).

#### Quadro 1- Perfil das pessoas entrevistadas

<b>Mulheres Entrevistadas</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Data da entrevista</b>
M1- Maria José Jardim Azevedo	83	Alfabetizada	Igatu-Ba	17/11/2008 31/07/2018
M2- Joselita Alves Souza Silva	82	Fund. Incompleto	Andaraí-Ba	14/04/2019

<sup>16</sup> Estas entrevistas foram produzidas para a realização de uma pesquisa anterior da autora, mas que guardam aspectos importantes e que comungam os objetivos deste estudo. A metodologia adotada no trato das entrevistas se assemelha à utilizada anteriormente.

M3- Alda Silva Pereira	81	Não Alfabetizada	Igatu- Ba	26/01/2009 23/03/2019
NM4- Nely Vieira Novais dos Santos	81	Fund. Completo	Mucugê-Ba	24/05/2019
M5- Joalita Rodrigues Lima	80	Fund. Incompleto	Mucugê-Ba	24/05/2019
M6- Liélia de Jesus Gomes	77	Fund. Incompleto	Igatu-BA	31/03/2019
M7- Maria Ferreira França-Falecida	71 <sup>17</sup>	Não Alfabetizada	Igatu-BA	17/09/2008
M8- Delzuita de Souza Santos	67	Fund. Incompleto	Igatu-BA	24/05/2019
M9- Antônia Santana Silva	62	Fund. Incompleto	Igatu-BA	23/03/2019
M10- Maria Áurea Alves Silva	57	Fund. Incompleto	Igatu-BA	30/03/2019
<b>Homens Entrevistados</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Data da entrevista</b>
H1- Herculano Francisco dos Santos	101	Não Alfabetizado	Barro Alto-Ba	05/11/2008
H2- Marcionílio Sergio Machado	83	Fund. Incompleto	Piatã-Ba	07/02/2009 26/05/2019
H3- Odilon Cândido Pereira	82	Fund. Incompleto	Palmeiras-Ba	14/04/2019
H4- Aguinaldo Leite dos Santos	81	Fund. Completo	Igatu-BA	08/02/2009
H5- João Ribeiro da Silva-Falecido	76 <sup>18</sup>	Igatu-BA	Igatu-BA	03/11/2009

A seleção dos entrevistados ocorreu a partir da listagem de pessoas entrevistadas contidas nas pesquisas de Andrade (2005) e Jesus (2009), ambas desenvolvidas em Igatu. Nestas listas foram levantadas cerca de 20 prováveis depoentes (dentre homens e mulheres) acima de 60 anos. A aproximação com os entrevistados processou-se mediante duas estratégias. A primeira se deu por meio do grupo de idosos/as “Feliz Idade”, atrelado ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), onde concentram-se partes das pessoas idosas de Igatu. Em parceria com a técnica de referência do serviço, foi realizada uma atividade que consistiu na apresentação do projeto de pesquisa às mesmas, servindo como uma espécie de convite coletivo. Na oportunidade, foi questionado sobre a existência de mulheres garimpeiras na localidade, tendo submergido algumas delas no grupo, e indicação de outras. As/os depoentes não presentes foram localizados mediante busca ativa, através de visitas domiciliares,

<sup>17</sup> Depoente já falecida. A idade apresentada é correspondente a que a depoente tinha no momento da entrevista.

<sup>18</sup> Depoente já falecido. A idade apresentada é correspondente a que o depoente tinha no momento da entrevista.

constituindo esta a segunda estratégia. Foi aplicado um questionário sócio demográfico com os pré-selecionados (ver modelo em anexo), cujas informações possibilitaram delinear o início das entrevistas, a ordem adotada, quais os depoentes que melhor se encaixavam aos objetivos da pesquisa. Nesta etapa, os depoentes pré-selecionados foram informados sobre a finalidade do estudo, os riscos e benefícios que o mesmo pode trazer à comunidade, assim como a relevância de sua participação para alcançar os objetivos traçados. Uma vez aceita a participação, as entrevistas foram sendo agendadas respeitando-se a disponibilidade dos entrevistados.

O uso das fontes orais tem sido cada vez mais presente entre os pesquisadores sociais, demonstrando tanto a pertinência dessas fontes quanto o avanço que esse campo vem experimentando nas últimas décadas, especialmente no que diz respeito às questões relacionadas à ética. Assim, a pesquisa se pautou nos critérios discutidos em torno dessa metodologia, levando em consideração as discussões e trabalhos publicados nos últimos tempos. Em atendimento aos aspectos éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), da Universidade Federal de Sergipe, tendo sido apreciado e autorizado a sua execução, no dia 09 de abril de 2018, através do parecer consubstanciado de N.º 2.587.354.

Foi apresentado a todas as pessoas entrevistadas o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que tem por finalidade informar ao sujeito participante da pesquisa sobre os objetivos da mesma, justificativa, riscos, benefícios, garantia de sigilo e privacidade dos dados fornecidos, se assim desejassem. Reconhece-se que toda pesquisa pode trazer riscos aos participantes, sendo estes de ordem subjetiva, haja vista que os entrevistados, ao exporem suas vivências, podem trazer à tona lembranças indesejáveis que lhes causem emoções e/ou constrangimentos. Portanto, foi asseverada a liberdade do entrevistado de não responder questões que julgasse inconvenientes, assim como a possibilidade de desistência da participação na pesquisa, sem quaisquer ônus. Todas as pessoas entrevistadas receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ver modelo anexo). Afim de não constranger os participantes não alfabetizadas (estas informações foram colhidas previamente quando da aplicação do questionário sócio demográfico), o termo de consentimento foi em grande parte das situações lido e gravado, sendo a autorização dada de forma verbal. Só houve assinatura do termo nos casos em que o entrevistado era alfabetizado ou se assim desejasse. Os depoimentos foram registrados através de gravador de voz e armazenados de forma segura, sendo utilizados somente para fins desta pesquisa e/ou trabalhos acadêmicos decorrentes da mesma.

Ressalta-se que a pesquisa, ao buscar analisar o trabalho de mulheres no garimpo, não pretendia expor os/as entrevistados/as, mas valorizá-los na medida em que almejou pensar a história a partir das experiências laborativas de grupos historicamente marginalizados. Dessa forma, foi facultado ao entrevistado a decisão quanto ao anonimato da sua identidade. Sobre este aspecto, destaca-se que esta pesquisa apresenta características diferenciadas daquelas que geram a obrigatoriedade de anonimato, conforme Resolução 196/96, do Ministério da Saúde. Pretende-se fomentar com o estudo a necessidade de preservação da memória coletiva da comunidade, incentivando o auto reconhecimento e salvaguarda de seus saberes às novas gerações. Para alcançar tal fim, fez-se necessário trabalhar a autoestima e a importância da cultura garimpeira, informando a autoria da mesma de forma ampla, irrestrita e pública. O pesquisador, em alguns casos, é apenas receptor e publicizador, o conhecimento pertence à comunidade e às pessoas que o compartilha. Desta forma, a exposição dos nomes daqueles que participaram da pesquisa é essencial. Só nos casos em que eles assim não desejassem, o anonimato seria preservado. Nos casos em que houve citações desagradáveis ou que pudessem gerar demérito a terceiros, as informações foram mantidas em sigilo.

Alguns trabalhos acessados, a exemplo dos de Arruda (2015), Coelho (2005), Jesus (2009), Silva (2006), apresentaram a identidade dos depoentes como estratégia para dar visibilidade às mulheres como sujeitos históricos, ratificando a relevância do trabalho das mesmas no garimpo, sendo as mulheres decisivas para a perpetuação da ocupação das áreas de mineração em momentos de crise econômica.

Cruz (2008) nos informa que a utilização da História Oral articulada a outros procedimentos possibilita resgatar o indivíduo como sujeito do processo histórico. Desta maneira, fez-se necessário a intersecção de diferentes procedimentos metodológicos, a exemplo da pesquisa documental e bibliográfica. Tal panorama se apoiou em pressupostos teórico-metodológicos semelhantes aos que sustentaram os trabalhos de, Carola (2002), Jesus (2005) Coelho (2005), Barrozo (2007), que contaram com o cruzamento dos depoimentos orais com outras modalidades de fontes, não no sentido de constituir uma espécie de contraprova, de modo a confirmar ou contestar os depoimentos obtidos, mas dar maior inteligibilidade às informações produzidas com as entrevistas. Assim, procedeu-se também com a leitura de obras literárias e memorialísticas, projetos e decretos de leis, correspondências oficiais e pessoais, jornal de circulação regional, códigos de mineração e de trabalhos já realizados sobre garimpos e garimpeiros na Bahia (com e sem o recorte de gênero) e em outros estados brasileiros. A intenção foi conhecer de forma ampla o tema e a região em estudo para obter um resultado mais qualificado com as entrevistas.

As fontes literárias, especialmente os romances históricos *Cascalho*, de Herberto Sales, nas suas diversas edições (1944), (1951) e (1956), *Garimpos*, de Herman Lima (1932), *Maria Dusá*, de Lindolfo Rocha (1910) e *O Diamante Verde*, de Almachio Diniz (1910) aliadas à oralidade, oferecerão bases importantes para a execução desta pesquisa. A literatura nos possibilita compreender as condições de vida da população garimpeira, evidenciando o tom da realidade miserável, a fome, o perigo, a exploração, mas também a solidariedade e estratégias de sobrevivência empreendidas pelos garimpeiros para resistirem aos infortúnios da pobreza, tendo o trabalho das mulheres desempenhado papel crucial à sobrevivência familiar. Tanto nas edições de *Cascalho*, quanto em *Garimpos* e *Maria Dusá*, aparecem descrições de variadas atividades desenvolvidas por mulheres: costureiras, benzedeiras, rendeiras, prostitutas, quitandeiras, lavadeiras e também de mulheres garimpeiras. A presença de mulheres desempenhando funções nos garimpos aparece, sobretudo, no romance de Lindolfo Rocha (1910). Acredita-se que as entrevistas possam trazer à tona outras “mulheres garimpeiras”, já que algumas pesquisas realizadas apontam que em situações de crise econômica as mulheres, levadas pela necessidade de suprir as necessidades da família, praticavam a mineração, normalmente como “faiscadoras” (BARROZO, 2007) e (FIGUEIREDO, 1993), “siebeiras” (SILVA, 2006) e “escolhedeiras” (CAROLA, 2002).

Como a oralidade, a literatura se constitui em significativo artefato capaz de expressar os sentimentos e as experiências humanas. Deve, portanto, ser inserida no conjunto de referências sociais e culturais – históricas, portanto, – em que foi produzida, de modo a auferir dela uma variedade de elementos que iluminam o passado, assim como o presente. Tal qual apregoa Chartier (1990), na teia imaginativa e ficcional do texto literário, encontra-se o substrato de uma experiência vivida e de uma realidade histórica localizada no tempo e no espaço. Transfiguradas em representação pelas palavras do autor, dão conta de uma série de preocupações, impressões, visões críticas e representações da vida social que permite tocar a história pelas sensibilidades particularmente desenvolvidas por aqueles que viveram os fatos trazendo um interessante uso da literatura como um valioso testemunho histórico.

Pesavento (2002), ao falar sobre a viabilidade da utilização da literatura pela história, discorre que o diálogo entre a história e a literatura é bastante antigo, mas o que é de fato novo é a assunção da concepção da história como narrativa. A história, contudo, guarda uma especificidade em relação à narrativa ficcional, dita literária, pela preservação de um método específico, que prevê tratamento adequado às fontes. Somente a narrativa histórica tem a pretensão de se referir a um “passado real”, efetivamente acontecido. Por outro lado, argumenta Pesavento (2002), o escritor de ficção literária também guarda uma relação de proximidade com

as fontes, pois as mesmas conferem plausibilidade ao texto literário. Se o historiador busca recriar o que se teria passado um dia, o escritor de literatura cria um enredo que também poderia ter acontecido. Logo, ambas são representações plausíveis do passado e como tal há uma tendência da história de utilizar a obra literária como uma “fonte a mais”. A ideia defendida pela autora é a de que a literatura pode trazer aquele “algo a mais”<sup>19</sup>, que as fontes mormente utilizadas não possibilitam. Uma vez encontradas as representações passadas, elas devem ser entendidas como “sintomas” de uma época, sendo correspondentes de um sistema de ideias e imagens dos homens (e das mulheres) de um outro tempo.

Com a leitura dos memorialistas, da documentação administrativa e dos jornais, intentou-se analisar as condições políticas, econômicas e sociais que operaram durante as primeiras décadas do século XX, de modo a entender como estes aspectos influenciaram na vida de homens e mulheres pobres corroborando para a ampliação da marginalidade do trabalho das mulheres e sua desvalorização. A pesquisa bibliográfica, diante das poucas referências sobre a região, também será relevante no desenvolvimento deste estudo. Tal qual apregoou Lima e Miotto (2007, p. 40) “[...] a pesquisa bibliográfica tem sido utilizada [em pesquisas] em que o objeto de estudo proposto é pouco estudado, tornando difícil a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis”. Desta forma, sobretudo na fase exploratória, a mesma instrumentalizou a pesquisadora “[...] na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto.” (LIMA; MIOTTO, 2007, p. 40). Também possibilitou tecer quadros comparativos com pesquisas realizadas em outros estados, que apresentavam objetivos comuns aos percorridos neste estudo.

Por fim, mas não menos importante, destaca-se a vinculação desta pesquisa ao método histórico dialético, criado por Karl Marx e aprofundado pela tradição marxista. A teoria social crítica<sup>20</sup>, segundo destacaram Bittencourt (2015), Cisne (2005) e Netto (2011), possibilita a teorização crítica das relações sociais a partir de uma perspectiva de totalidade que não permite a fragmentação da realidade, buscando desnudá-la para além da aparência fenomênica<sup>21</sup> das representações, com vistas a promover sucessivas aproximações à essência<sup>22</sup> dos fenômenos sociais em suas múltiplas determinações, sejam elas: sociais, econômicas, políticas e culturais.

<sup>19</sup> Faz referência ao que se poderia chamar de sensibilidade ou o que denominou de “sintonia fina” de uma época.

<sup>20</sup> Netto (2011) advoga que a teoria preconizada por Marx não se reduz ao exame sistemático das formas dadas de um objeto, em que o pesquisador o descreve meticulosamente e constrói modelos explicativos de modo a dar conta de seu movimento visível. A teoria para Marx é uma modalidade peculiar de conhecimento, posto que, conhecimento teórico é conhecimento do objeto (sua estrutura e dinâmica), tal como ele é em si mesmo independente das aspirações do pesquisador. Teoria é, portanto, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa. A reprodução será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel for ao objeto.

<sup>21</sup> Para Netto (2011) é na aparência que se inicia o conhecimento, não devendo ser descartada.

<sup>22</sup> Estrutura e dinâmica do objeto, pontua Netto (2011).

No que se refere ao princípio da totalidade, vale lembrar que, conforme evidenciaram Souza e Veloso (2015, p. 29), a sociedade “[...] é concebida como uma totalidade, uma realidade complexa formada por mediações, contradições e processos; assim, o método a ser utilizado deve privilegiar essa totalidade, entendida como concreta, em que suas múltiplas partes têm relativa autonomia.” Desta maneira, considera-se o método histórico dialético como o mais apropriado para apreender o gênero, em razão de desenvolver um movimento que, pautado na totalidade e na história, desnaturaliza os fenômenos sociais. Trilhando este caminho, foi possível compreender que os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres ultrapassam o biologicismo do sexo, logo a “[...] tradição marxista possibilita uma ruptura real com o conservadorismo ao analisar criticamente a subordinação da mulher, percebendo suas determinações reais e não apenas aparentes”, ressaltou Cisne (2012, p. 95).

Uma vez apresentados os pressupostos teóricos e metodológicos balizadores deste estudo e considerando a necessidade de analisar o objeto de pesquisa estabelecendo relações e articulações mais amplas, que o insira na dinâmica das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, de modo a perscrutar a sua estrutura e a dinâmica, o segundo capítulo se destina a analisar os condicionamentos sócio-históricos que operaram, entre as décadas de 1930 a 1970, sobre a economia das Lavras Diamantinas. A intenção foi a de entender como estas determinações históricas corroboraram para o estabelecimento e agravamento da situação de crise, agudizando as já precárias condições de sobrevivência da população pobre, que tornou ainda mais necessário o trabalho da mulher, favorecendo a sua inserção na garimpagem.

**CAPÍTULO II**  
**NA TRILHA DO DIAMANTE QUE FUGIU: VIDA, TRABALHO E ESTRATÉGIAS**  
**DE SOBREVIVÊNCIA**

A fama das Lavras corria mundo. Diziam que “se encontrava diamante até na moela das galinhas”. Era a terra onde se enriquecia da noite para o dia, no rodar da *bateia*. Levas de flagelados, acoissados pela seca, [...] especuladores, comerciantes ambulantes, joalheiros, circos, teatros ordinários, árabes bigodudos, todos buscavam o maravilhoso país onde havia diamante à flor da terra. [...]. Muitos fugiam das secas, buscavam um asilo, um refúgio para a sua miséria [...]. Eram homens magros e famintos – os romeiros da ilusão. (SALES, 1944, p.129-131).

O imaginário de prosperidade e opulência que permeia as regiões de mineração historicamente tem asseverado a capacidade de atrair contingentes populacionais. A sedução propiciada pelo brilho do diamante fez com que milhares de pessoas, pertencentes a grupos sociais diversos, chegassem às Lavras Diamantinas acreditando ter encontrado a “Canaã do dinheiro fácil e das fáceis fortunas.” (SALES, 1944, p.189). As notícias em torno da abundância e da facilidade com a qual este minério era encontrado, sobretudo nos primeiros anos de extração, criavam a falsa ideia de que a riqueza era acessível a todos, fazendo-os supor “[...] ingenuamente que a fortuna se oferecia sem se fazer rogada.” (SALES, 1944, p. 131). A riqueza produzida com a extração de diamantes, fruto da fome de muitos, restringiu-se a uma pequena parcela da população, que detinha a posse dos terrenos diamantíferos e capital para investir na exploração, mas foi abocanhada, sobretudo, pelos imperialistas europeus. A realidade experienciada pelos “romeiros da ilusão” foi bem diversa e mesmo quando a produção diamantífera viveu seu auge, a pobreza foi uma presença constante e incômoda.

O tema da pobreza ganhou expressividade nas fontes, especialmente na literatura e nos jornais, em meados do século XX, quando a iminência de que “o tempo do diamante acabou” tornava-se uma realidade próxima que “[...] amedronta o observador e aterroriza ainda mais quem se dispõe a descrevê-la.” (O SERTÃO, n.º 49, 06/03/1949, p.2). Em contraposição ao caos que o presente impunha à atividade extrativa, o século XIX passou a ser descrito como sendo de glórias para os lavristas, período em que não se perguntava preço de nada em decorrência da força do dinheiro que circulava. Todavia, conforme será evidenciado nas páginas que se seguem, o tempo em que o diamante era encontrado à flor da terra não foi tão opulento quanto propagado. A situação observada por Souza (2004, p.40) para a mineração aurífera em Minas Gerais, também se validou nas Lavras Diamantinas, ou seja, constatou-se que “o fausto era falso”.

Este capítulo tem como objetivo examinar o contexto de crise que se estabeleceu sobre a produção diamantífera no século XX, assim como os projetos regionais de desenvolvimento econômico que foram pensados com a finalidade de salvaguardar a economia. Buscou-se ainda identificar as condições de vida e trabalho vivenciadas por homens e mulheres pobres, no intuito de desvelar as estratégias de sobrevivência forjadas para resistirem e burlarem os infortúnios

da pobreza, demonstrando como a decadência foi se fazendo presente numa região famosa pelas riquezas, que em áureos tempos fora largamente exaltada. Para uma melhor compreensão deste processo, serão apresentados alguns aspectos da exploração diamantífera referentes ao século XIX, com o objetivo de desmitificar a ideia de fausto sob a qual está calcado o imaginário em torno das primeiras décadas de exploração.

## **2.1 Infusamento: da riqueza à pobreza**

A história do atual distrito de Igatu/BA, outrora vila de Chique-Chique e/ou Xiquexique, assim como os demais centros de extração diamantífera da região denominada Lavras Diamantinas está intrinsecamente relacionada às descobertas de diamantes intensificadas a partir de 1844. Em busca da “pedra que traz felicidade” muitos homens e mulheres, advindos de diversas partes da Província e do Império<sup>23</sup>, confluíram para aquelas paragens abrindo um novo polo de migração, que solidificou o povoamento da região, iniciado com a agricultura e a pecuária (PINA, 1997). Povoados que outrora eram “pousos de garimpeiros” transformaram-se em populosos centros urbanos, em decorrência da intensificação comercial ocasionada pelo diamante, modificando o cenário demográfico e econômico da região e seu entorno, assim como da Província da Bahia.

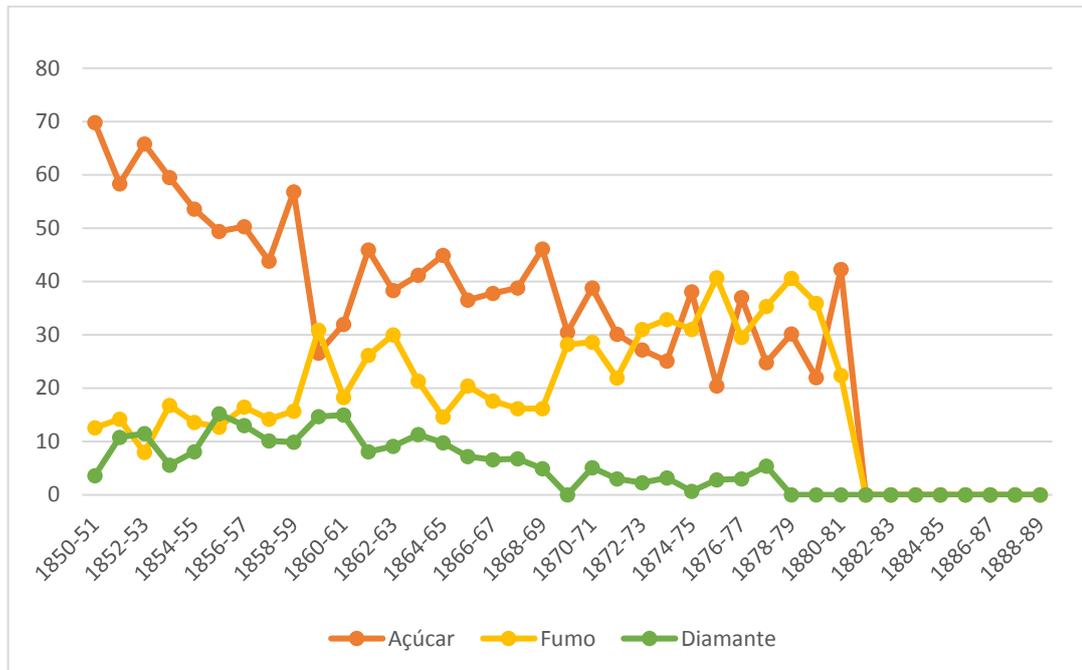
É válido pontuar que no contexto das descobertas de diamantes, o Império passava por dificuldades decorrentes da crise do açúcar e consequente ascensão da atividade cafeeira no sul do país, que, ao contrário do diamante passou a ser a “preciosidade da economia imperial”. Se no período colonial o ouro e o diamante figuraram como os principais produtos de exportação, na Bahia imperial esta participação foi bem mais modesta. De acordo com Falcón (1978), a participação do diamante na pauta de exportação do Império mostrou-se bastante reduzida, se comparada com os outros produtos exportados pelo país, não ultrapassando a cifra de 2%. No âmbito da Província, o diamante sempre esteve numa posição bastante inferior ao açúcar e o fumo, já então em franca decadência. Do período compreendido entre 1850 e 1889, somente nos anos financeiros de 1852-53 e 1855-56, o diamante conquistou a segunda posição, até então

---

<sup>23</sup>Silva (2012) ao falar sobre a origem dos migrantes para Lençóis/BA, no século XIX, percebidas através de processos criminais, discorreu que 71% dos que chegaram às Lavras Diamantinas eram da própria Província da Bahia. Os outros 29% advinham de outras províncias e até mesmo de outros países. Dentre os que vieram de outras províncias destacaram-se os migrantes de Minas Gerais, sobretudo, das áreas de mineração em decadência, o que ratifica um padrão de experiência comum entre as comunidades mineradoras. Além dos migrantes de Minas Gerais, houveram registros de pessoas advindas do Ceará, Pernambuco, São Paulo e Sergipe, contudo os mineiros representaram uma proporção maior que a de todos os demais nacionais somados. Martins (2013) salienta que o grosso dos precursores eram originários de áreas de mineração em decadência, especialmente de Minas Gerais (Tijuco, Sabará, Grão Mongol, Januária, etc.) e do Recôncavo Baiano.

ocupada pelo fumo. Embora o diamante tenha se tornando um dos principais produtos de exportação do estado, não conseguiu desarticular a tradicional “reconcavização” da economia baiana, conforme evidenciado no gráfico que se segue:

**Gráfico 1 – Açúcar, fumo e diamante nas exportações da Bahia (1850-1889)**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Falcón, (1978, p. 110).

Os dados apresentados por Falcón (1978), referentes à exportação do diamante para as primeiras décadas de exploração, demonstram que este primeiro momento, apesar de próspero, foi bastante transitório<sup>24</sup>. Silva (2012) pontua que em fins da década de 1840 a economia baiana estava em colapso, momento em que o diamante se tornou uma alternativa de recuperação econômica diante da crise. Nas três décadas seguintes o diamante atingiu alguns picos nos momentos em que os índices do açúcar e do fumo decresciam, entretanto, sempre esteve aquém destes, não ultrapassando os 15 pontos.

No ano de 1857, impulsionada pelos bons resultados que vinha alcançando a atividade extrativa, que teve no ano anterior a sua maior participação no quadro de exportação da Província, a Assembleia Legislativa discutiu a viabilidade econômica da construção de uma

<sup>24</sup> É válido destacar que os números apresentados por Falcón (1978) foram baseados em dados oficiais que de longe correspondem a uma quantificação aproximada da realidade, devido ao contrabando excessivo e por parte da produção baiana ser exportada a partir do porto do Rio de Janeiro.

estrada que ligasse a Vila de Santa Isabel do Paraguassú<sup>25</sup> à capital. De acordo com seus defensores, tal estrada facilitaria o escoamento da produção de diamantes e diminuiria os custos com o abastecimento da região, elevando os lucros. Boa parte dos benefícios proporcionados pela extração diamantífera foi relatada pelo então presidente da Província, o desembargador João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, principalmente por converter braços “inúteis e até nocivos” em mão de obra produtiva. Com a palavra o desembargador:

[...] Foi immenso como já disse, o benefício causado pela descoberta d’essas lavras: mas notai bem, esse benefício não foi devido ao invento dos diamantes, por que ellas poderiam ter sido da mesma maneira descobertas sem serem tão proveitosas ao commercio e a industria da Província, se os homens, que se dirigiram para lavra-las, tivessem sido braços desviados de qualquer outro importante ramo de industria; essa descoberta foi proveitosa, porque operou o milagre, digamos quase assim de arrancar das industrias pobres e inertes, da ociosidade e do crime, talvez homens, que nada produziam, e que de repente se converteram em braços productores!

Esses, achando na extracção dos diamantes um lucro vantajoso, serviram logo de consumidores aos gêneros de producção do paiz, que antes por falta de mercado não eram nem creados, nem aproveitados; e mudando os hábitos de vida, augmentando o seu bem estar, tornaram-se também consumidores dos gêneros de proveniência estrangeira.

O valor de seis mil contos em que se estima a producção annual d’essas lavras, dando lucro vantajoso aquelles, que n’ellas trabalham, distribuem-se também pelas outras industrias tanto pelas do paiz que fornecem o alimento desses trabalhadores, como pelas industrias estrangeiras, que fornecem o vestuário e os objectos de luxo. O modo, por que esses productos se cambem, e esses valores se distribuem, faz o movimento da Chapada, que na verdade actualmente é o centro de mais commercio do interior da Província<sup>26</sup>. (Falla recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia, 01/09/1857, fl.59)

Como se pode depreender foram inúmeras as transformações propiciadas pela mineração, atividade rentável aos cofres públicos que dinamizou o comércio da região, articulando-o às diversas áreas das províncias e até mesmo a outros países<sup>26</sup>. Os lucros dessa atividade também eram tidos como instrumento de ascensão social para aqueles que se dispusessem a se aventurar por aquelas serranias. Todavia, se a exploração diamantífera se mostrou tão favorável à vida econômica da Província, num período de acentuada crise do açúcar e do fumo, por que então o desembargador Sinimbu não concordou com a construção de uma

<sup>25</sup> À época da solicitação da construção da estrada, as então povoações de Andarahy e Chique-Chique pertenciam territorialmente à Vila de Santa Isabel do Paraguassú. As lavras de diamantes de Andarahy e Chique-Chique foram descobertas logo após os achados em Santa Isabel, por volta de 1845 e 1846. Tornaram-se Distritos de Paz em 28 de maio de 1852 e 1 de maio de 1884, respectivamente. Em 18 de março de 1888, Andarahy foi elevada à categoria de Freguesia e Villa e Chique-Chique passou a pertencer à mesma. A emancipação política de Andarahy ocorreu em 28 de abril de 1891. Chique-Chique ganhou status de vila, em 1911.

<sup>26</sup> A repercussão que os achados diamantíferos obtiveram no mercado internacional, especialmente o europeu e norte-americano, dão o tom da euforia provocada no mercado de pedras preciosas. Martins (2013) relata que as descobertas dos diamantes, na Serra do Sincorá, foram largamente publicizadas na França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos provocando baixa no preço das pedras preciosas através da prática da pilhagem, sem a devida taxação do estado.

estrada que facilitaria o escoamento da produção diamantífera proporcionando maior lucratividade para essa atividade? Por que vetá-la? Por que o governo não fez opção de proteger a indústria extrativa que poderia vir a ser importante fonte econômica para a Bahia? É novamente o próprio desembargador quem fornece as respostas a tais questões:

[...]Não receais fazer perder o equilíbrio das outras industrias? Não receais, que a lavoura que é e será sempre a principal de nossas industrias, não podendo concorrer com os diamantes, venha a soffrer pela diminuição dos braços, que a deixarão, para se empregarem n'aquella que já é e se tornará ainda mais lucrativa? E o estímulo, que com o melhoramento das vias de comunicação ides dar aos lavradores de diamantes, fornecendo-lhes braços de outra industria, não lhes será nocivo pelo augmento rápido de producção, que alterando as condições, com que até agora se tem effectuado a offerta e a demanda, fará baixar o preço e arruinar a todos! E essa carestia de gêneros alimentícios, que, provindo de causas geraes pode n'esta Província ser em parte attribuída as lavras diamantinas, tanto pelos braços, que se desviam da cultura das terras e da industria pastoril, como pelo grande consumo que gerou fornecendo meios de viver bem a uma classe, que d'antes vivia nas privações, essa carestia, que tanto nos aflige, porque pesa com rigorosa força sobre a parte mais pobre da população, não deverá merecer a consideração dos legisladores, quando se trata de uma medida, que pode augmental-as? (Falla recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia, 01/09/1857, fl. 60-61)

A opção do Presidente Sinimbu em não melhorar as vias de acesso<sup>27</sup> à região lavrista foi antes de tudo uma medida protecionista que visava preservar a economia açucareira de uma possível concorrência com a atividade diamantífera. Preocupava a esta autoridade o desvio de mão de obra e de investimentos da lavoura para as minas. Logo, a mineração só seria benéfica se conseguisse absorver “braços ociosos” ao invés de transferir mão de obra produtiva de uma atividade para outra. Cabe lembrar que o fim do tráfico em 1850 tornou rara e cara a aquisição de escravos<sup>28</sup>, que neste momento passou a ser deslocada também para o sudeste do país (PINA,

<sup>27</sup> Em grande parte da documentação consultada referente ao século XIX e XX a reivindicação mais comum dos lavristas vai ser com relação à melhoria no sistema de transporte. No caso da construção de estradas sua necessidade não se pautava tão somente na facilidade em escoar a produção diamantífera (medida em gramas e/ou quilates), mas visava diminuir os custos com o abastecimento da região dependente quase que exclusivamente de outros centros produtores, cujo transporte era feito através dos tropeiros, o que elevava os preços das mercadorias e tornava o viver na região muito mais oneroso.

<sup>28</sup> Estudos recentes sobre a escravidão na região das Lavras Diamantinas, a exemplo do trabalho de Pina (2000), Silva (2012), Martins (2013) e Ribeiro (2015) dão conta de diversos aspectos deste fenômeno, que adquiriu especificidades em função da mineração e do contexto em que se processou os achados diamantíferos. Martins (2013) defende que o braço escravo foi largamente utilizado na produção de riquezas, tornando-se as Lavras Diamantinas em um bastião da escravidão, na Província da Bahia. Pina (2000) sinaliza que a exploração do diamante foi realizada por uma grande quantidade de escravos, que se faziam presentes, não somente no garimpo. Os inventários e processos crimes demonstraram a variedade de ocupações que eram desempenhadas pelos escravos: vaqueiros, pedreiro, de serviço doméstico, ferreiro, da lavoura, sapateiro. As pesquisas de Pina (2000) e Martins (2013) vão de encontro ao estudo de Falcón (1978) que reforçou a idéia de que a mão de obra preponderante nos garimpos foi a livre, embora reconhecesse a participação de escravos. Martins (2013), tendo como base os inventários reitera que mesmo após a década de 1870, quando a região passou por uma severa crise econômica, quando partes da sua população migrou e se intensificou a transferência de escravos mediante tráfico interprovincial, o número de escravos permaneceu elevado. Outro elemento que reforça a utilização maciça de escravos na garimpagem, refere-se ao emprego de grandes capitães em sociedades de mineração, sendo a mão de

2000). O posicionamento do então Presidente da Província é, sobretudo, político, e antes de expressar um desinteresse pela atividade extrativa torna-se compreensível diante da possibilidade de desestruturação econômica que a mineração poderia ocasionar se viesse a suplantar a atividade agrícola.

O discurso que emerge através da fala da maior autoridade da Bahia à época, além de político por ser representante de interesses econômicos de determinados grupos, a partir da ideia vigente da “vocação agrícola” do Brasil, também está relacionado a uma simbologia que atrela a mineração ao inconstante, transitório e ilusório. Discurso semelhante ao do Desembargador Sinimbu foi evidenciado por Laura de Mello e Souza (2004) para a realidade das Minas Gerais, no século XVIII. A autora, ao falar da decadência da mineração, ressalta uma série de racionalizações que ofereceram explicações para este processo, bem como para justificar a pobreza. Dentre elas emerge a ideia da mineração como ilusória, posto que não se configurava como trabalho. Sendo atividade extrativa o ouro não era eterno, embora se mostrasse atrativo a milhares de pessoas, que imbuídas na busca da felicidade se lançavam ao caminho mais curto, sem saber que “[...] o ouro é riqueza aparente, que [...] desaparece de súbito”. Contribuía ainda para a desarticulação de outras atividades produtivas, a exemplo da agricultura, considerada a verdadeira riqueza, posto que “[...] para florescer, não precisa quebrar os montes, nem revolver e arrancar as entranhas que a geraram.” (SOUZA, 2004, p.63-64).

As experiências malogradas com a mineração, principalmente em Minas Gerais, ratificavam o discurso fisiocrata que apregoava ser a agricultura a verdadeira e única forma de gerar riquezas. Tal perspectiva ia de encontro ao pensamento mercantilista da acumulação de metais. Tanto Costa (2007) quanto Souza (2004) afirmam que com a constatação da decadência das minas, a Coroa Portuguesa viu seus rendimentos tributários esmaecerem. Uma das explicações recai sobre o contrabando e a extração clandestina, que recrudesceu as ações repressivas. No intuito de oferecer alternativas de reação à crise foram produzidas várias obras que almejavam explicá-la, enfatizando a relevância das atividades agrícolas em detrimento da mineração. Este discurso atravessou todo o século XIX e certamente foi decisivo na tomada de decisão do desembargador Sinimbu na não proteção à atividade extrativa num contexto em que era nítido o desmantelamento da economia açucareira.

---

obra escrava sua força motriz, reforça Martins (2013). A exploração diamantífera em sociedade foi privilegiada em detrimento dos pequenos mineradores e fiscadores, pelo Decreto 465 de agosto de 1846, ressaltou Ribeiro (2015). Desta forma, essas associações obtiveram vantagens em relação aos pequenos mineradores que não dispunham de posses para arcar com os custos estipulados pelo decreto imperial. Também dispunham dos melhores terrenos e de relativo número de escravos. O levantamento realizado por Martins (2013) mostrou que em 1871 eram dez o número de companhias de mineração, com uma escravaria que variou entre 100 e 300 escravos.

Conforme sinalizado anteriormente, a prosperidade das Lavras Diamantinas foi efêmera. Segundo Pina (2000), o auge da produção diamantífera ocorreu num período curto, circunscrito às décadas de 1840 e 1850. Na década de 1860 já havia indícios de crise na produção, intensificada com os desequilíbrios climáticos que acometeram a Bahia. A “seca de 60”, como ficou conhecida, atingiu a região de forma arrasadora, inflacionando os preços dos gêneros de primeira necessidade que alcançaram valores exorbitantes devido à dificuldade de abastecimento, agravado pelo aumento inesperado da população que para ali se deslocara em busca de melhores condições de vida. Embora a seca tenha produzido resultados funestos do ponto de vista humano, não chegou a desestruturar a economia, que ainda conseguiu se manter razoavelmente equilibrada até o início da década de 1870, quando o diamante não mais recuperou a importância alcançada nos primeiros anos de sua exploração. Em menos de 50 anos as Lavras vivenciaram “[...] o apogeu e o caso da sua prosperidade na Bahia.”(SILVA, 2008, p. 11). Neste processo incidiu uma série de fatores que, conjugados, aceleraram o processo de declínio, somente amenizado a partir da descoberta da utilização industrial do carbonato<sup>29</sup>.

O ano de 1870, segundo Martins (2013), foi um marco na história das Lavras Diamantinas, tendo representado a derrocada econômica da região. Neste cenário, “[...] os dias de bonança pareciam próximos do fim e a economia dos diamantes principiava o seu colapso.” (MARTINS, 2013, p. 142). Aguiar (1902), Pereira (1907), Falcón (1978) e Martins (2013) teceram algumas considerações com a finalidade de explicar a decadência neste primeiro momento, dentre elas destacaram-se: limitação das jazidas, de caráter aluviônico, a utilização de técnicas rudimentares, opressor regime fiscal implantado nas áreas de mineração, desequilíbrios climáticos, sobretudo as secas, migração e perda da mão de obra laboriosa e principalmente, os achados em outras regiões e países e a depreciação das pedras em função do grande afluxo e baixa do preço no mercado internacional. As descobertas das minas da África de Sul, por exemplo, fizeram despencar o preço dos diamantes na Europa, ao ponto de:

[...] repentinamente quebrar o comércio inteiro das Lavras; ficando reduzidos à miséria os negociantes, quase todos capangueiros, e que empregavam nesse giro todo o capital de que dispunha. Foi um completo desastre que afetou não só a praça da Bahia como a todos os termos vizinhos, que, mais ou menos, se alimentavam do diamante. [...] em lugar da riqueza, atividades e do grande movimento comercial, encontramos a pobreza, a escassez e o desânimo. Os garimpos quase abandonados; e

---

<sup>29</sup> O carbonato e/ou carbonado, segundo Sales (1955, p. 9) “é um espécime diamantino de alto grau de dureza. [...]. É negro, opaco, sem nítida estrutura cristalina e geralmente poroso. Como o *bort*, também não se presta à lapidação, sendo empregado unicamente na indústria, e em particular nos trabalhos de perfuração. A descoberta da utilização industrial do carbonato, impulsionou o desenvolvimento das Lavras Diamantinas, que se tornou o maior empório desse minério e para onde se voltaram as atenções do comércio mundial de pedras preciosas.

os poucos garimpeiros que ainda teimavam mal ganhavam para comer. (AGUIAR, 1902, p. 137).

Semelhante ao que ocorreu nas Lavras Diamantinas, a crise ocasionada pela baixa no preço do diamante, na década de 1870, também atingiu a zona produtora de diamantes de Minas Gerais corroborando para o processo de falência de vários homens de negócios. Sobre tal processo Martins (2008) discorre que o produto das lavras sul africanas abarrotou o mercado mundial, forçou a queda dos preços e marginalizou a produção de diamantes do Brasil. Os dados apresentados pelo autor mostram que entre 1870 e 1876 o preço da oitava<sup>30</sup> de diamante sofreu uma queda drástica, saindo de 1:200\$000 (54,39 libras esterlinas) em 1870, para 170\$000 (6,71 libras esterlinas) em 1876. A descoberta de diamantes na África se insere num contexto de expansão da influência imperialista europeia, que implicava na subjugação dos territórios ocupados aos ditames europeus. Logo, as transações com a África eram mais vantajosas, visto que os diamantes eram adquiridos a custos ínfimos e suas minas mais produtivas.

A dependência que o comércio de diamantes e carbonatos mantinha com o mercado externo tornava-o vulnerável aos efeitos, por exemplo, de conflitos bélicos entre os países. Na década de 1870, além da concorrência com os diamantes africanos, a economia lavrista sentiu os efeitos da Guerra Franco Prussiana<sup>31</sup>, acelerando o processo de crise intensificada com a falta de braços, que passou a se deslocar para outros centros produtores e a procurar outras atividades econômicas, sobretudo a agricultura, como estratégia de resistência à crise. Esta situação foi descrita, respectivamente, por Pereira (1907) e Aguiar (1902), da seguinte forma:

A guerra franco-prussiana contribuiu do mesmo modo para o seu aniquilamento e os prejuízos foram incalculáveis, ficando boas fortunas derrotadas. D'ahi para cá, a desorientação foi de tal modo, que **muitos mineiros abandonaram seus trabalhos por completo e foram buscar recursos na lavoura**. [...]. Com a descoberta das minas

<sup>30</sup> De acordo com Falcón (1978) uma oitava correspondia a 3,6 gramas.

<sup>31</sup> Entre os conflitos que envolveram as potências europeias, no século XIX, a Guerra Franco-Prussiana foi um dos que tiveram maior impacto sobre a economia mundial, visto que trouxe em seu bojo um novo reordenamento das forças políticas e econômicas em um cenário da escalada competitiva entre as nações, da guerra industrializada e dos nacionalismos. A ascensão alemã como nova potência imperialista, que teve seu coroamento com a vitória sobre a França, em 1870, completou o quadro das alterações de poder relativo das potências europeias intensificando a instabilidade política, que décadas depois culminou na Primeira Guerra Mundial. A derrocada francesa e ascensão alemã foram seguidas pela Grande Depressão, de 1873 e 1896, que trouxe um prolongado período de queda nos lucros, crise social e ampliação do movimento operário, que intensificou ainda mais a competição entre as nações europeias na corrida imperialista. O corolário imperialista da Grande Depressão gerou uma corrida armamentista, que teve um duplo significado. Se por um lado respondia a um sentimento de insegurança e ameaça decorrente da competição entre as nações, por outro viabilizava a recuperação econômica através do desenvolvimento da indústria bélica. Vale aduzir que, o desenvolvimento da grande indústria e da moderna tecnologia de guerra significou, para as regiões desindustrializadas, que em muitos casos detinham uma independência meramente formal, sujeição aos ditames neocoloniais mantendo-se como fornecedores de matérias-primas, e vulneráveis às oscilações econômicas das grandes potências imperialistas.

do Salobro, em 1882, o comercio veio a sofrer grandemente, com a retirada de grande parte de sua população. (PEREIRA, 1907, p. 139, grifos nossos)

**A descoberta de diamantes [...] diminuiu a população do termo, com a emigração para Salobro, de grande número de garimpeiros,** que, ociosos por falta de trabalho estavam servindo até de elemento de desordens; de forma que pode-se presentemente considerar as Lavras em uma perfeita decadência. Entretanto como Deus não desampara ninguém, surgiu, como uma tábua de salvação, a cultura do café, de uma rara qualidade; bem como **a procura do carbonato, por um preço elevadíssimo, superior ao do diamante.** (AGUIAR, 1902, p. 137-138, grifos nossos)

Além do ambiente de colapso, conforme trechos citados, dois outros aspectos merecem destaque: o papel que a lavoura passou a desempenhar na sobrevivência da população e a descoberta da utilização industrial do carbonato que inaugurou um novo momento na história das lavras baianas. O abastecimento da região lavrista era dependente de outros centros produtores, posto que a agricultura foi secundarizada em prol da atividade extrativa. Entretanto, as diversas situações de crise quase sempre significavam a desestruturação de uma ampla rede comercial formada em torno do diamante, que ratificava “[...] que além dos garimpos, os seus habitantes deviam fazer rumo aos campos.” (PEREIRA, 1937, p. 22). Desta forma, a agricultura, que em situações de normalidade era tida como atividade complementar, ganhava vitalidade nos momentos de declínio, quando aqueles que permaneciam na região a procuravam como alternativa de sobrevivência. É válido ressaltar que as populações garimpeiras apresentam dificuldades de transmutar de atividade e quando o fazem é em caráter temporário. Por esta razão, acredita-se que a valorização do preço do carbonato no mercado externo tenha estimulado o abandono da agricultura, pois ao menor sinal de regularização da mineração os garimpeiros reavivavam os sonhos de bambúrrios.

A descoberta do uso industrial do carbonato, segundo Sales (1955), ocorreu a partir da década de 1860 alcançando progressivamente melhores preços. Se antes desta data o carbonato era descartado como pedras imprestáveis, por volta de 1880 este minério passou a ser vendido por 500 réis, alcançando em 1884 o preço de 8\$000 o grão (PEREIRA, 1937). A valorização do carbonato reascendeu o comércio, passando tal mineral a se constituir o principal produto de exportação das Lavras Diamantinas, que era a única região no mundo a detê-lo em abundância. Todavia, este novo período de abundância foi ainda mais efêmero que o anterior. Conforme assinalou Silva (2008), com o fim das obras do Canal do Panamá, em 1913, e o desenvolvimento da liga de tungstênio, que viria a substituir o carbonato na indústria pesada, a economia da região da chapada diamantífera entrou novamente em ruína. Em fins da República Velha, a exploração de diamantes e carbonatos atingiu o auge de sua maior crise, da qual não mais se recuperaria. A partir de 1930, a crise se acentuou e a população que permaneceu na

região entrou num intenso processo de empobrecimento, que atingiu níveis calamitosos na década de 1970 o que refletiu num grande fluxo migratório de saída, que fez despencar os índices populacionais.

É esse universo do século XX que será privilegiado nesse estudo. A opção em se reportar ao século XIX destinou-se, sobretudo, a desnudar o ideário de riqueza e opulência sobre o qual está assentado o imaginário em torno das primeiras décadas de extração diamantífera. Tal qual destacou Souza (2004), é menos impactante a constatação da pobreza em um período de decadência do que sua existência num momento de abundância. Os aspectos retratados intentaram elucidar elementos que constituíram a exploração diamantífera com vistas a melhor compreender aspectos conjunturais que perpassaram o recorte temporal da pesquisa. Aventa-se que a situação que se instaurou entre as décadas de 1930 e 1970 é continuidade de uma “longa crise”, em face da dependência e submissão econômica que o comércio de diamantes mantinha em relação aos centros consumidores, notadamente o europeu e o americano. Logo, qualquer interferência na economia destes países contribuía para o desmantelamento do comércio de pedras preciosas. Parafraseando Pina (2000), pode-se concluir que as Lavras Diamantinas, como toda área de garimpagem, não detinha uma economia estável vivendo de auges na produção e sonhos de bambúrrios.

## **2.2 “Minas já não há. E agora José?”**

A quantidade e a facilidade com que os diamantes eram encontrados nos primeiros anos de extração, visto que as jazidas estavam virgens, criaram entre os homens do garimpo o despreendimento pelo dinheiro. Os bafejos da fortuna eram tão comuns que os garimpeiros não se preocupavam quando lançavam mão, sem necessidade, do que lhes restavam do recente bambúrrio, pois estavam certos de que com um novo resumo do cascalho estariam novamente afortunados. Por este motivo, os garimpeiros não faziam fortunas e passavam a vida numa constante alternância entre a abastança e a pobreza, sem pensarem no futuro.

Apesar disto, a população lavrista sempre passou por suas crises monetárias e nestas quem mais sofriam eram os garimpeiros. Tais crises eram decorrentes da baixa de preços e da falta de procura dos diamantes, sendo as antigas guerras entre as nações europeias as principais causas. A guerra da Crimeia e a guerra Franco Prussiana, por exemplo, deram lugar a baixas mais acentuadas e prolongadas, como a que está acontecendo agora. Isto mostra que mesmo em épocas em que havia diamantes em abundância, os garimpeiros passavam por crises medonhas,

nas quais o esbanjamento de dinheiro era substituído pela necessidade de parcimônia nas despesas.

Em uma destas épocas de vacas magras, trabalhava no garimpo Serra Negra uma certa sociedade (grupo) de garimpeiros. Todo dia, na hora do almoço, aparecia um garimpeiro que não pertencia aquela sociedade, mas que era conhecido por todos os sócios. Como natural e de costume, o garimpeiro visitante era convidado para fazer parte da refeição. Este não cedia de pronto ao convite, contudo, depois de dizer que não precisava perguntava: Tem pimenta? Alguém respondia afirmativamente, pois pimenta sempre tinha. Então dizia: Assim eu aceito, por causa da pimentinha, que eu gosto muito.

Mas, em tempos de dificuldade, fazia-se necessário pensar em uma solução para colocar fim às visitas na hora do almoço do garimpeiro, pois já se via a hora do saco não durar até o final da semana. Foi então que os sócios criaram um plano para se desvencilharem do filante inveterado. Chegava novamente a hora do almoço e com ela o homem que só aceitava comer por conta da pimentinha. Seguiu-se o convite e como de costume foi correspondido pela negativa, acrescida da pergunta: Tem pimenta? Que foi respondida. Não tem pimenta. Esta semana não compramos. Prontamente respondeu o garimpeiro: Então eu aceito porque não tem pimenta. A pimentinha estava me fazendo mal<sup>32</sup>.

Através da história contada acima, adaptada da crônica, “Entre garimpeiros na serra – o recurso de João Faisqueira”, publicada no dia 02 de outubro de 1932, pelo jornal O Sertão, é possível refletir sobre a relevância das estratégias construídas pela população pobre face à crise que se estabeleceu na região, dentre eles destaca-se a solidariedade. Os garimpeiros desde os áureos tempos foram considerados um dos grupos mais solidários. Em inúmeras situações adversas, como a descrita na história acima, os laços de solidariedade e ajuda mútua se constituíram num aspecto importante na sobrevivência de homens e mulheres pobres. Certamente, o recurso de João Faisqueira em visitar seus companheiros oportunamente na hora do almoço, sempre lançando mão da tática da pimenta, tenha se dado por força da necessidade de se manter no garimpo, provavelmente sem o saco (fornecimento), como sugere a sua alcunha<sup>33</sup>. Dentro do universo simbólico do garimpo “qualquer pessoa que pedisse algo com precisão, tinha de ser ajudado”, pois este era um elemento que trazia sorte, sempre valorizada nesta atividade. Acreditava-se que dinheiro conseguido no garimpo deveria ficar no garimpo, de modo que a sorte nunca os desamparasse. Contudo, ao que sugere o enredo da crônica, em

---

<sup>32</sup> Crônica publicada no jornal O Sertão, n. 24, p. 02-03.

<sup>33</sup> Considera-se faisgador aquele que trabalha esporadicamente em pequenos serviços (faiscação), normalmente cedido pelo dono de um serviço maior.

situações de crises prolongadas, como a instaurada no pós-1930, era preciso prudência nos gastos, o que levou o grupo de garimpeiros a pensar em uma solução para as visitas frequentes do companheiro, que foi facilmente driblada.

Neste estudo, entender as condições de vida e trabalho de homens e mulheres pobres, assim como suas estratégias de sobrevivência num recorte temporal marcado pelo declínio da atividade extrativa, será um elemento relevante para clarificar sua hipótese principal. Acredita-se que dentre as inúmeras estratégias cotidianamente experienciadas, o trabalho exercido pelas mulheres, seja em atividades socialmente caracterizadas como femininas, ou em atividades ligadas ao comércio e à atividade garimpeira, foi um fator de equilíbrio na sobrevivência, notadamente em situações de crise econômica. Era, sobretudo nestes momentos, conforme salientou Perrot (1988), que o trabalho das mulheres se fazia ainda mais necessário. Se nos períodos normais os recursos monetários eram considerados marginais, complementares ao salário masculino, na crise, estes se mostravam vitais, acarretando um aumento da atividade feminina. As mulheres, para compensarem a renda inconstante do marido, viam-se na contingência de aumentarem a sua jornada de trabalho assumindo o papel de provedora da família. Antes de elucidar estes elementos, serão desnudados aspectos da crise que se abateu sobre a região das Lavras Diamantinas, no século XX, buscando-se perceber como elementos de ordem externa, entrelaçados a fatores internos, corroboram para o dismantelo econômico e intensificação da pobreza. Almeja-se também apresentar os projetos de superação da crise tecidos pela elite lavrista.

Em fins da década de 1920, mas especificamente no ano de 1929, o mundo vivenciava o mais trágico episódio na história do capitalismo: a crise de superprodução, que de acordo com Hobsbawm (2008), destruiu o liberalismo econômico por meio século. A crise atingiu a economia mundial de forma arrasadora, com efeitos funestos, sobretudo para aqueles países que possuíam a sua economia voltada para o mercado de exportação de produtos primários, como era o caso do Brasil. “Este se tornou símbolo do desperdício do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero impedir o colapso dos preços queimando café em vez de carvão”. (HOBSBAWM, 2008, p. 97). Se o café, que dispunha da proteção do governo, teve que lançar mão de tal recurso para sobreviver à crise, é possível supor as dificuldades enfrentadas pelo diamante e o carbonato, produtos que eram desprovidos da mesma atenção.

Para amenizar os efeitos da crise os países europeus abandonaram o livre comércio, símbolo maior do liberalismo econômico, e adotaram uma série de medidas no intuito de protegerem a economia da concorrência externa. Tais medidas trouxeram sérias consequências

à economia das Lavras fazendo diminuir a procura e despencar o preço do carbonato, instaurando um clima de desorientação. Uma vez diminuído o valor do carbonato no mercado, era inevitável a crise na zona diamantífera, posto que as atividades desenvolvidas pela população lavrista giravam em torno da atividade extrativa, da qual se alimentavam os demais ramos comerciais. Os dados de exportação de diamantes e carbonatos que se seguem dão o tom de letargia que recaiu sobre a economia lavrista no principiar da Grande Depressão.

**Tabela 1: Exportação de diamantes (1929-1930)**

País	1929	Valor	1930	Valor
Bélgica	878	636\$000\$	554	305:500\$
Grã-Bretanha	1369	959:860\$	1180	543:148\$
Holanda	451	81:728\$	203	048:699\$
Total Grs.	2698	1.677:588\$	1937	897:247\$

Fonte: Anuário Estatístico da Bahia (1929-1930)

**Tabela 2: Exportação de carbonatos (1929-1930)**

País	1929	Valor	1930	Valor
Bélgica	-----	-----	10	49:000\$
Estados Unidos	552	1.925:000\$	83	583:500\$
Grã-Bretanha	1250	4.299:920\$	786	1.985:976\$
Holanda	515	674:212\$	89	100:000\$
Total Grs.	2317	6.909:132\$	968	2.709:476\$

Fonte: Anuário Estatístico da Bahia (1929-1930)

Tomando como parâmetro os dados acima, é possível levantar alguns pontos de análise. O primeiro deles diz respeito a uma maior valorização do preço do carbonato em relação ao diamante, mesmo que este último tenha sido exportado em maior quantidade. Aventa-se que a utilização deste minério na indústria bélica em um contexto de expansão imperialista, no século XIX, tenha contribuído para a sua valorização, assim como por ser a região a única a produzi-lo em abundância. Outro ponto de destaque relaciona-se à constituição do mercado consumidor, com predominância dos países europeus, especialmente os ingleses. Falcón (1978) discorre que desde o Brasil Colônia, a Europa foi o principal mercado consumidor do diamante e posteriormente do carbonato brasileiro. Ressalta, contudo, que esta

afirmativa só é válida até o final do século XIX, quando os Estados Unidos<sup>34</sup> adentraram no comércio de pedras preciosas. Por fim, destaca-se a expressividade dos números apresentados para os anos de 1929 e 1930 quando comparados. O carbonato, que a época alçava os maiores valores no mercado internacional, teve um declínio de quase 60% e o diamante de cerca de 30%, o que repercutiu contundentemente na economia lavrista, pelos seus laços de dependência com o mercado internacional<sup>35</sup>

A partir da situação de crise instaurada em fins da década de 1920, discursos nacionalistas ganharam fôlego, e a necessidade de valorizar e oferecer proteção aos produtos brasileiros passou a ser a tônica, seguindo a tendência mundial do “salve-se quem puder”. Os lavristas passaram a reivindicar dos poderes públicos maior atenção aos seus produtos, de modo que adotassem uma posição mais autônoma frente ao mercado estrangeiro. Uma das opções que começou a ser vislumbrada como forma de solucionar a crise decorrente da desvalorização do carbonato foi a criação de um “Instituto do Carbonato”. Se no século XIX o Estado se preocupava em proteger o açúcar, que começava a perder espaço para o café do sudeste do país, no século XX a grande “preciosidade” da Bahia passa a ser o cacau, que assim como o diamante e o carbonato, sofreu com os efeitos da “Crise de 1929”. Para proteger o cacau, que detinha certa expressividade nas exportações do país, foi criado em 1931 o “Instituto do Cacau”, no qual foi despendido grande parte do orçamento estadual (PANG, 1979). Tomada esta experiência como parâmetro, Juracy Magalhães em campanha ao governo do estado, em 1934, apresentou a possibilidade de um empreendimento semelhante com o carbonato, com vistas a proteger este mineral dos ditames do mercado europeu.

A proposta da criação de um “Instituto do Carbonato” passou a ser vista como capaz de soerguer a economia das Lavras Diamantinas tirando-a do estado em que se encontrava. Todavia, a formação do instituto não chegou a se concretizar. Juracy Magalhães, novamente em campanha pelas Lavras em 1948, justificou a não concretização do empreendimento pela

---

<sup>34</sup> Martins (2008) ao falar da redução do número de lapidações no Alto Jequitinhonha, nas primeiras décadas do século XX, discorre que a ascensão dos preços dos diamantes a partir de 1905 esteve ligada à entrada vigorosa dos americanos no mercado de pedras preciosas após a Primeira Guerra Mundial. Em razão da manutenção do preço do diamante, os mineradores locais optaram em vendê-las em seu estado bruto ao invés de lapidá-los. No município de Andaraí/BA, em fins da década de 1920, a firma americana Bandler, em parceria com a Companhia Brasileira de Exploração Diamantina, financiaram uma das maiores empreitadas no sentido de mecanizar o garimpo.

<sup>35</sup> A base da formação socioeconômica brasileira, historicamente esteve vinculada ao mercado/economia mundial de forma dependente e de base agrária/exportadora. O desenvolvimento capitalista, sobretudo no imperialismo, apresenta um “desenvolvimento desigual e combinado”, dificultando que regiões retardatárias, a exemplo do Brasil, se desenvolvessem autonomamente e nos mesmos moldes das regiões pioneiras. Em decorrência do desenvolvimento desigual, os países atrasados acabavam tendo um desenvolvimento bem específico, por conta do ritmo acelerado do capitalismo em nível internacional, assimilando elementos modernos dos países avançados ao passo que mantinha condições materiais e culturais arcaicas (DEMIER, 2007).

falta de recursos do estado e das modificações políticas advindas com a implantação do Estado Novo, que o afastou da administração pública<sup>36</sup>. Jesus (2009) discorre que dificilmente haveria condições de sustentar um empreendimento similar ao do cacau, lembrando que mesmo no momento de auge, a mineração não obteve maior atenção por parte do governo, de forma a justificar um investimento financeiro alto. Parte deste desinteresse deveu-se à construção social da mineração como de caráter ilusório e transitório, responsável por desarticular outras atividades produtoras consideradas mais estáveis, a exemplo da agricultura. Vale lembrar, que tanto no contexto das descobertas dos diamantes, no século XIX, quanto em meados do século XX, os principais produtos de exportação da Bahia (o açúcar e o cacau respectivamente) passavam por dificuldades financeiras, o que tornava menos provável a construção de um empreendimento de tal grandiosidade na região.

Além da baixa do preço e da pouca procura do carbonato, em razão da crise capitalista, fatores internos contribuíram para desestruturar ainda mais a já cambaleante economia lavrista. Dentre eles, destaca-se o enfraquecimento da representatividade política da região após a década de 1930. Tanto Chagas (1961), quanto Moraes (1963) defendem que o isolamento social e geográfico das Lavras Diamantinas em relação aos centros de poder estatal, concorreu para a ascensão do poder paralelo dos coronéis. Este isolamento, segundo os mesmos, corroborou para o surgimento dos coronéis mais autárquicos da Bahia, já que o aparelho estatal não se fazia sentir com tanta intensidade, exceto através do fisco e da polícia, frequentemente enviada à região para apaziguar conflitos entre as famílias que se rivalizavam na busca pelo poder regional. A “guerra” interna entre os coronéis e os constantes conflitos destes com o estado trouxeram sérios problemas à economia da região, agravada com o Movimento de 1930 e consequente morte de Horácio de Matos, seu principal representante político.

Foi somente a partir da década de 1920 que os lavristas tiveram uma maior representatividade no cenário político baiano. É válido notar que este período se confunde com uma fase de bastante instabilidade político econômica, em que, houve um acentuado enfraquecimento do poder do estado. Este processo de enfraquecimento do poder estadual e ascensão dos coronéis lavristas foram consolidados a partir da “Revolução Sertaneja”<sup>37</sup>. O movimento contou com a adesão dos coronéis da região, que liderados pelo Cel. Horácio de Matos, marcharam rumo à capital com a finalidade de impedir a posse do governador eleito Joaquim Seabra. Resultante da revolução, que ocorreu em fevereiro de 1920, foi instituída uma Intervenção Federal, na Bahia. O então presidente da República, Epitácio Pessoa, não devendo

---

<sup>36</sup> O Sertão, n.º 22, 11/07/1948, p.01.

<sup>37</sup> Para maiores detalhes sobre este episódio ver (MORAES, 1963, p. 97-107) e (PANG, 1979, p. 135-150).

favores às partes conflitantes, Joaquim Seabra e Rui Barbosa (que liderou oposição junto aos coronéis), e não conseguindo puxar uma nova eleição optou por negociar diretamente com os sertanejos rebelados na tentativa de promover a paz na Bahia.

A intervenção terminou proclamando Joaquim Seabra como governador e para conter a rebeldia no sertão foram assinados três tratados de paz, que consolidaram na Bahia coronéis com “Estados dentro do Estado” (PANG, 1979, p. 149). O Convênio de Lençóis, por exemplo, concedeu plenos poderes a Horácio de Matos para nomear um deputado estadual e um senador que representasse seus interesses pessoais e regionais. Da mesma forma que não determinou a entrega das armas e munições, assegurando ainda a chefia de 11 municípios da região. Após a assinatura deste convênio, os coronéis lavristas se afirmaram enquanto nova elite política, renovando a estrutura oligárquica da Bahia à custa do enfraquecimento da autoridade estadual.

Quando eclodiu o Movimento de 1930, os coronéis da Chapada Diamantina mantiveram-se, assim como no episódio da Coluna Prestes, ao lado da legalidade (a favor do governo). Contavam com armas e munições para mobilizar cerca de 2.000 homens. Mas, acostumados a serem vitoriosos, sofreram seu revés definitivo, pondo fim a toda uma era de grandes vitórias e de influência na política baiana. Logo após a deposição de Washington Luís, os primeiros passos dos governos revolucionários Brasil afora foram dados no sentido de expurgarem e exilarem os adeptos do governo anterior, assim como promoverem o desarmamento dos coronéis. Nesse sentido, o primeiro alvo na Bahia foi Horácio de Matos e as Lavras Diamantinas. De acordo com Chagas (1961), Moraes (1963) e Pang (1979), bem como o jornal *O Sertão*, Horácio de Matos não ofereceu resistência às exigências do novo regime, ficando ele mesmo a cargo do desarmamento da região<sup>38</sup>. Todavia, após o recolhimento das armas, Horácio de Matos, assim como outros coronéis da região e do São Francisco, foi preso e levado para Salvador. Controlado o fervor revolucionário, as coisas se acalmaram e os coronéis foram soltos. Horácio, segundo Pang (1979), foi o único a quem as autoridades não permitiram voltar ao seu reduto, recebendo ordens de permanecer em Salvador. Contudo, não chegou a retornar a seus antigos domínios, pois foi assassinado na capital.

O “Desarmamento do Sertão” e a morte do seu principal líder político simbolicamente pôs fim à supremacia coronelista na política baiana, embora o coronelismo em si não tenha morrido, mas ganhado novas roupagens. Estes acontecimentos, segundo Moraes (1963), foram

---

<sup>38</sup> O chefe político de Andaraí, Aureliano de Brito Gondim, foi um dos poucos coronéis a não entregar suas armas e a não ser preso, embora seu mandado de prisão tenha sido publicado no *Jornal O Sertão*. A oralidade aponta que a amizade deste chefe com uma pessoa influente dentre os revolucionários o livrou da prisão. Entretanto, sucumbiu ao impacto da revolução e da baixa do carbonato morrendo “apaixonado” em Chique-Chique, no ano de 1932.

decisivos para a intensificação do êxodo e da decadência das Lavras Diamantinas, visto que lhe fora tirado seus essenciais instrumentos de luta e eliminado seu principal representante político, deixando “órfão” o sertão. Moraes (1963) discorreu que a intensificação da migração corroborou para a redução dos índices eleitorais e a região não dispunha mais de expressividade política para eleger representantes que pudessem lutar por seus interesses. E justamente num momento de intensas mudanças políticas e econômicas, em que uma intervenção estatal mais efetiva poderia amenizar os efeitos da crise ao implementar novos sistemas de trabalho ou buscar meios de restabelecer a atividade tradicional. Em tom pesaroso narra o “desenraizamento” dos lavristas em busca de novos horizontes, conforme citação abaixo:

Milhares de garimpeiros e mesmo de famílias e de indivíduos que exerciam atividades correlatas à garimpagem, foram deixando a região. E o êxodo passou a ser tão grande, tão febril, que dava a impressão de que toda aquela gente, que enchia com as caravanas longas as estradas tristes, estivesse fugindo de uma calamidade ou de uma guerra. O destino?... **O destino era São Paulo. O destino era os sertões de Goiás, de Minas Gerais, Paraná e, sobretudo, do Mato Grosso. O destino eram os garimpos, ao que alardeavam, riquíssimos, do Rio das Garças, de Três Lagoas, do Lageado, de Cuiabá, de Caçununga, do Poxoréu, de Aquidauana.** [...] Para trás, como uma saudade, ficou a chapada baiana, imensa, quase deserta. Ficou a chapada escaldada de sol, mas sem calor humano. Ficou a chapada com as entranhas vermelhas das piçarras erodidas dos garimpos, expostas ao céu como a querer mostrar o coração geológico, sangrando. (MORAES, 1963, p. 210, grifos nossos).

Com a sucessão de oscilações econômicas e políticas, que marcaram contundentemente a história das Lavras Diamantinas no século XX, a migração da população garimpeira foi uma constante. Os trechos acima destacados apontam os principais destinos daqueles que evadiram, mas chamam atenção para o fato de terem sido os garimpos mato-grossenses os principais receptores de migrantes lavristas. Tal qual sinalizou Silva (2012), a migração se configura como um padrão entre as comunidades mineradoras, sendo-lhes característicos os constantes fluxos migratórios. Quando a extração minerária se torna escassa, estas populações partem para novos centros extrativos, sendo menor a parcela que permanece e muda de atividade laboral. Se assim o fazem era quase sempre de forma temporária. Esta dinâmica pode ser observada, tanto no processo de povoamento da região lavrista, quando para cá se dirigiram, sobretudo, migrantes advindos da região de Minas Gerais em franco declínio, quanto em seu despovoamento. Barrozo (2007) ao falar sobre a origem dos garimpeiros do Alto Paraguai, no Mato Grosso, revela que grande parte dos migrantes era oriundo de antigas áreas de mineração em decadência, especialmente dos garimpos lavristas, o que ratifica um padrão de experiência comum.

Outro fator que contribuiu para o recrudescimento da crise e da migração foram os constantes desequilíbrios climáticos. A “seca de 32”, como habitualmente denominada, teve consequências maiores que as anteriores, principalmente por ter se dado em uma conjuntura desfavorável. Esta seca, quando comparada à “seca de 60”<sup>39</sup>, ocorrida no século XIX, foi ainda mais nefasta, haja vista que além de inflacionar os custos dos alimentos, cujo abastecimento era dependente de outros centros produtores, de atrapalhar os trabalhos de mineração que careciam de água para ser executado, não contava mais com a mesma produção dos primeiros anos de extração. Se na seca do século XIX, a região atraiu um grande contingente de retirantes, na de 1932 este movimento foi menor, pelos motivos já mencionados, intensificando um processo de migração e conseqüente abandono dos garimpos e das lavouras de subsistência, conforme evidenciado abaixo:

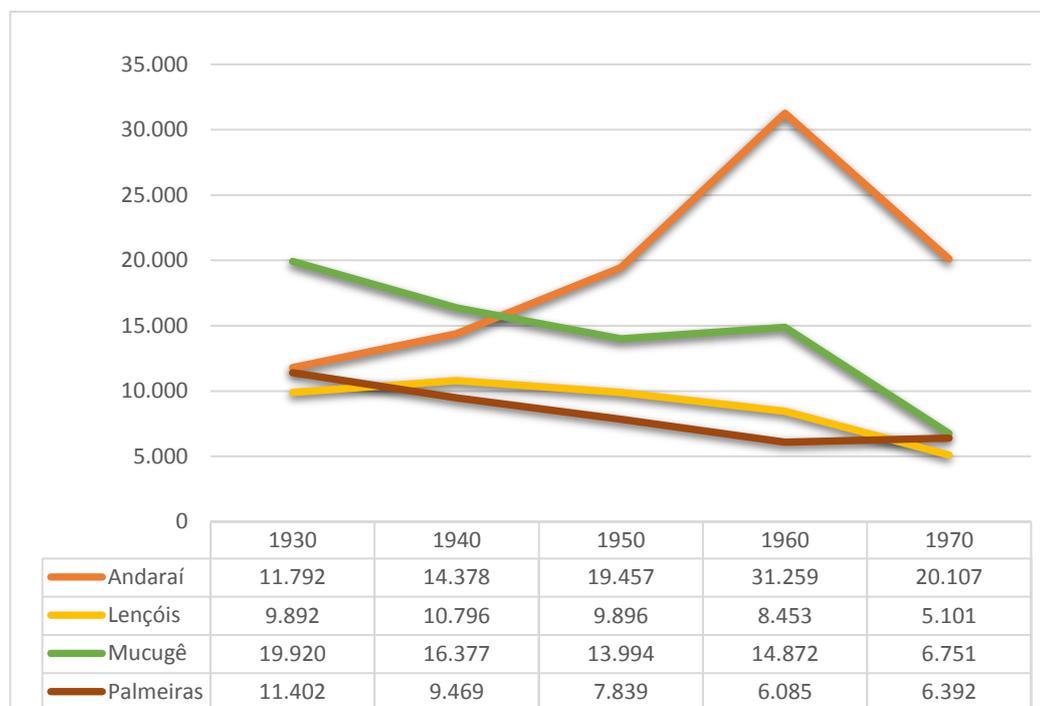
[...] a crise das Lavras, além de ser o reflexo da que alastra no mundo inteiro, tem a sobrecarga da grande secca, que já vem de alguns annos seguidos, e tem estorricado e extinguido a pequena lavoura das visinhanças, como as longínquas. **O pequeno commercio de diamantes, que ainda se faz, é somente um paliativo, mas um paliativo que pouco vale, porque os garimpeiros que restam, depois das constantes emigrações sem destino, não podendo fazer o “saco” (provisão semanal de alimentos), não podem ir para os garimpos,** geralmente nas serras e ficam nas cidades e povoados a implorar migalhas daquelles que elles supõem poderem servir-lhes, mas que na maioria, estão na mesma ou quase na mesma condição de necessitados. **Muitos recorrem ao êxodo, mas, que pode produzir este recurso?** – si as outras zonas soffrem outros tantos horrores como a das massas (Orobo e Mundo Novo), onde a estiagem extinguiu os pastos e lavouras, estando os criadores e fazendeiros a se desfazerem dos gados por qualquer preço que preferem vel-o morrer de fome e de sede; e a das caatingas onde o quadro é desolador, estando a população nos “vai e vem” das emigrações e immigrações, cahindo pelas estradas os mais fracos, - de fome, de sede ou da desynteria. (O SERTÃO, n.º 15, 17/06/1932, p.1, grifos nossos).

A matéria intitulada “A miséria nas Lavras”, escrita pelo advogado Olympio Barbosa, evidencia como a seca, aliada a fatores externos, contribuiu para a desestabilização da atividade garimpeira e dos ramos comerciais que giravam em torno dela. Aponta também o estado de miserabilidade da população remanescente e dos que chegavam à região almejando melhores condições de sobrevivência. Na sequência da reportagem, solicita das autoridades estaduais auxílio aos flagelados, como forma de fazer com que a população aguardasse a melhoria do comércio de diamantes e carbonatos, além de conter o “[...] espetáculo da contradança dos indigentes que vão e vem, num chaire de dames e de cavalliers, macabro e doloroso.” (O

<sup>39</sup> O romance *Maria Dusá*, de Lindolfo Rocha, foi lançado em 1910, mas reporta-se à década de 1860. Embora retrate um período de auge da exploração diamantífera, também trouxe um importante retrato dos que vivenciaram as agruras da “Seca de 60” e a conformação de um importante fluxo migratório da Província de Minas Gerais, de onde vieram as principais personagens da trama.

SERTÃO, n.º 15, 17/06/1932, p.01). Os dados demográficos, entre os anos de 1930 e 1970, confirmam a intensificação da migração, que expressou um acentuado processo de esvaziamento da região, ruralização e feminização de sua população remanescente.

**Gráfico 2 – Dados populacionais- Lavras Diamantinas-BA (1930-1970)**

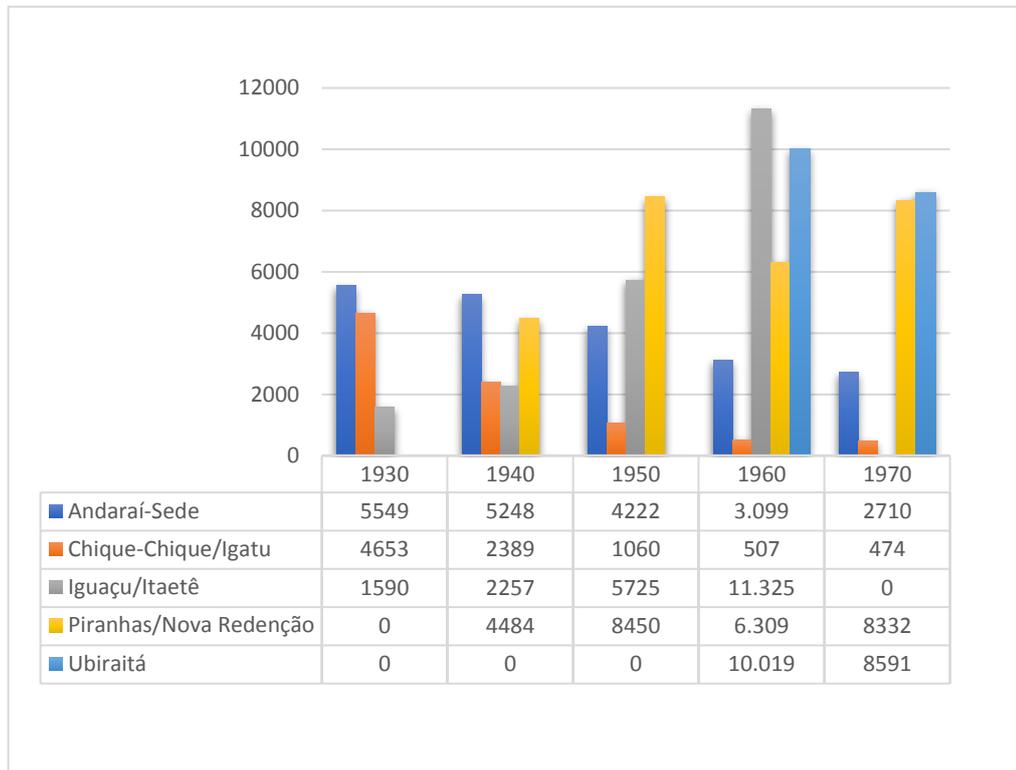


Fontes: Anuário Estatístico da Bahia (1929-1930); Recenseamento Geral do Brasil (1940); Censo Demográfico, Série Regional, Parte XII, Bahia, Tomo I (1950); Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional, Volume I, Tomo VIII (1960); Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, VIII Recenseamento Geral (1970).

Em anuência com o que foi exposto até aqui, pode-se afirmar que a década de 1930 significou a derrocada do que se convencionou a chamar de “Ciclo do Carbonato”. A crise ganhou contornos mais delineados entre as décadas de 1930 e 1970, coincidindo com um período de instabilidade política e econômica em nível mundial, escancarando a falência do modelo agrário exportador, no qual estava calcada a economia brasileira/lavrista face a dependência que a comercialização de diamantes e carbonatos mantinha com o mercado internacional. Os efeitos da crise quase sempre incidiram diretamente nos índices demográficos, que apresentavam uma população bastante flutuante. De acordo com os dados do Gráfico 2, é possível inferir que, no recorte temporal da pesquisa, houve um proeminente declínio populacional, especialmente a partir da década de 1950. A exceção foi o município de Andaraí, que apresentou crescimento populacional considerável entre 1930 e 1960. Na década de 1970 todos os municípios apresentaram perda populacional, mas a população de Andaraí continuou bastante expressiva, quando comparada aos índices de Lençóis, Mucugê e Palmeiras. O que

explicaria tal façanha em um contexto de acentuada crise da mineração? O gráfico 03, que traz o detalhamento da população do município de Andaraí, por distrito, viabiliza algumas considerações relevantes.

**Gráfico 3 – Dados populacionais do município, de Andaraí-BA (1930-1970)**



Fontes: Anuário Estatístico da Bahia (1929-1930); Recenseamento Geral do Brasil (1940); Censo Demográfico, Série Regional, Parte XII, Bahia, Tomo I (1950); Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional, Volume I, Tomo VIII (1960); Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, VIII Recenseamento Geral (1970)

Na década de 1930 o município de Andaraí possuía três distritos, sendo eles: a sede Andaraí, Chique-Chique e Iguaçu. Os dois primeiros apresentaram os maiores índices populacionais e constituíam os principais centros produtores de diamantes e carbonatos auferindo a principal renda do município, enquanto que Iguaçu volta-se às atividades agrícolas. Na década de 1940 a sede sofre uma leve diminuição populacional e Chique-Chique tem um declínio de quase metade de seus habitantes (cerca de 49%). Iguaçu tem um aumento populacional considerável, seguido do distrito de Piranhas, incorporado ao município em 1933, que se torna o segundo maior distrito do município. Assim como Iguaçu, as atividades produtivas de Piranhas voltavam-se à agricultura. Os dados referentes à década de 1950 mantem a tendência de queda populacional dos distritos onde predominava a atividade extrativa, com destaque para Chique-Chique que decresce cerca de 77%. Iguaçu e Piranhas crescem consideravelmente. Nas décadas de 1960 e 1970 a tendência de diminuição populacional nos

distritos voltados às atividades extrativas se corporifica. Chique-Chique perde quase 90% de seus habitantes, tornando-se o símbolo da decadência lavrista. Em contraponto a esta realidade, o município cresceu, em 1960, cerca de 63% quando comparado à década de 1930. Este crescimento deveu-se ao desenvolvimento agrícola desenvolvido nos distritos de Iguaçu, Piranhas e Ubiraitá, criado em 1953. Na década de 1970 houve queda populacional, que pode ser justificada pela emancipação do distrito de Iguaçu/Itaetê.

Consoante aos dados apresentados, pode-se depreender que o crescimento populacional do município de Andaraí não esteve condicionado a uma melhora da atividade extrativa, que pouco se diferenciou da situação vivenciada pelas demais cidades das Lavras Diamantinas, mas vinculou-se ao desenvolvimento agrário e pastoril. Em matéria intitulada “O problema da emigração”<sup>40</sup>, veiculada no jornal O Sertão, em janeiro de 1949, o deputado estadual Souto Soares falou sobre a intensificação da imigração sertaneja para outros estados e a necessidade de conter este avanço. Apontou como saídas o aumento da produção agrícola e a facilidade de transporte, de modo a escoar a produção. Destacou que o crescimento agrícola de Andaraí também esteve atrelado ao prolongamento dos trilhos da estrada de ferro e construção dos primeiros quilômetros de uma estrada federal. A melhoria do sistema de transporte da região, que foi uma requisição antiga dos lavristas, estará no centro das discussões em torno da campanha de fomento à agricultura na região, que será abordada de forma mais detalhada no item seguinte deste capítulo.

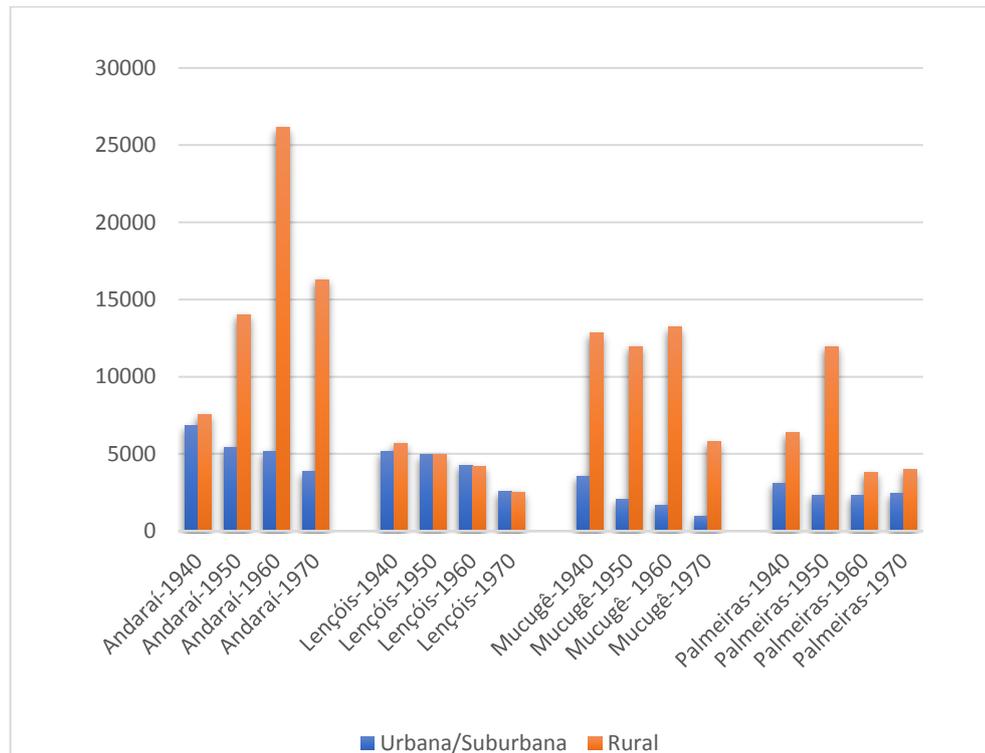
A análise dos dados demográficos, quando desmembrados por população rural e urbana, também sinaliza a decadência da mineração, posto que desvela um processo de intensificação da ruralização. Historicamente, a mineração se desenvolve em torno das cidades e surge, de acordo com Guimarães Neto (2006), associada ao lucro e ao comércio. Logo, toda a rede de negócios só adquire força se ancorada em bases que funcionam nas cidades ou por meio delas. Além dos garimpeiros, se estabeleciam nas cidades grandes compradores de diamantes, mas sobretudo pequenos negociantes, que movimentavam as ruas e os negócios. A “ruralização” dos municípios lavristas, portanto, reafirma a decadência da atividade garimpeira. Observando-se o gráfico 4<sup>41</sup>, é possível visualizar a magnitude deste processo.

---

<sup>40</sup> O Sertão, 09/01/1949, n.º 43, p. 03.

<sup>41</sup> A não inserção dos dados da população urbana e rural da década de 1930, deveu-se ao não recenseamento populacional neste período. Acredita-se, contudo, que os índices da população urbana tenham sido maiores, posto que a mineração era a principal atividade desenvolvida na região.

**Gráfico 4 – População Urbana e Rural (1940 a 1970)**



Fontes: Recenseamento Geral do Brasil (1940); Censo Demográfico, Série Regional, Parte XII, Bahia, Tomo I (1950); Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional, Volume I, Tomo VIII (1960); Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, VIII Recenseamento Geral (1970).

Os municípios de Andaraí, Mucugê e Palmeiras tiveram um crescimento expressivo das suas populações rurais, ao passo que os índices urbanos decaíram paulatinamente. Lençóis foi o único município que manteve certo equilíbrio entre as populações urbana e rural, mas o que teve as maiores perdas populacionais. É válido pontuar que as Lavras Diamantinas, como comumente são as regiões de mineração, apresentam um desequilíbrio comercial. A prodigalidade das jazidas a princípio permitia a seus moradores dedicarem-se com exclusividade a elas, desprezando ou deixando em um segundo plano outras atividades produtoras. Como não dispunham dos meios que garantissem sua subsistência importava os produtos de que precisavam a preços altos sem grandes preocupações, já que a produção do garimpo permitia lançar mão de tal recurso. Nas situações de crise, quando a produção começava a declinar ou por fatores externos os minérios perdiam o seu valor no mercado, e o que se produzia já não era suficiente para manter o elevado custo de vida, o desenvolvimento agrícola e pastoril passava a ser visto como uma alternativa de sobrevivência. Como visto anteriormente, o debate em torno da potencialidade da agricultura se fazia presente sempre que a mineração experimentava momentos de crises agudas, como demonstrou Souza (1997) e (2004) para a região de Minas Gerais, no período colonial.

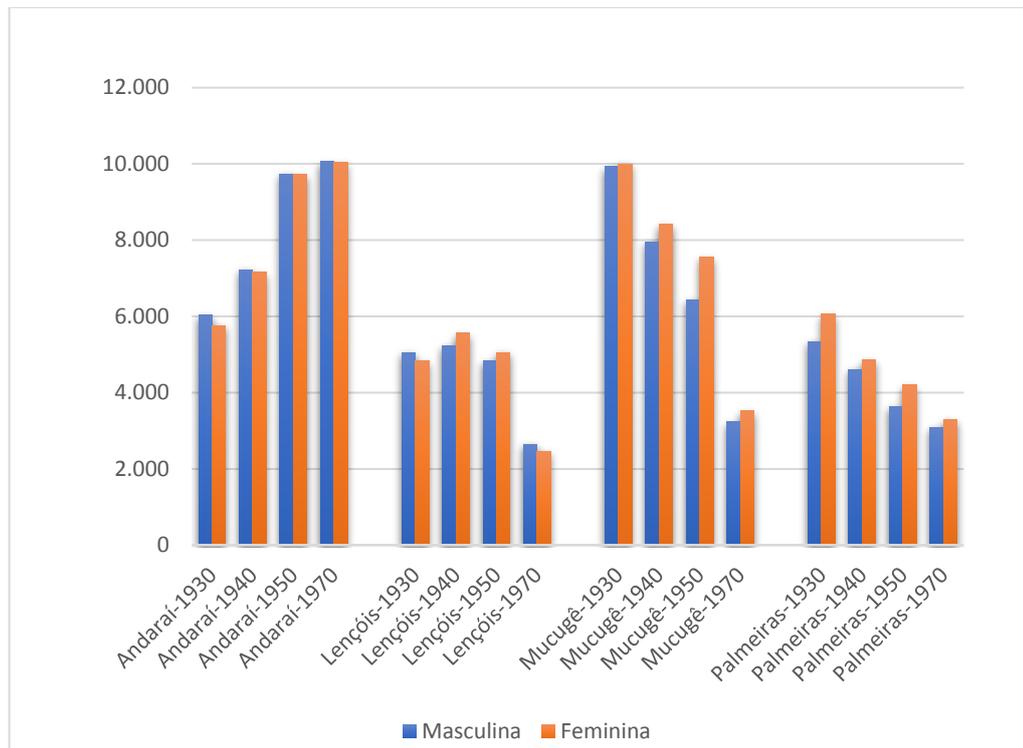
Outro indício da decadência da mineração que emerge da análise dos dados demográficos, da região das Lavras Diamantinas, é a feminização de sua população. Silva (2012), ao mencionar os dados do Primeiro Recenseamento Geral do Brasil, de 1872, para o município de Lençóis, constatou que os que viveram nesta cidade somavam 23.908 pessoas, deste total, 13.014 eram homens (cerca de 54,5%) e 10.894 eram mulheres (cerca de 44,5%). Tais números evidenciam que os homens eram maioria naquelas paragens, em uma proporção maior que a da capital da Província da Bahia no mesmo período. Silva (2012) ressaltou que os índices para população masculina e feminina não eram fixos e variavam de acordo com os diferentes segmentos da sociedade. Destacou que dentre a população escrava a taxa de masculinidade tendia a aumentar. No Recenseamento de 1872, a proporção entre os sexos era de 119,5 homens para cada 100 mulheres; entre os escravos, esta divisão era de 150,4/100, para o contingente de homens e mulheres cativos, respectivamente.

Quando os dados da população masculina de Lençóis são comparados a outras zonas de mineração do Brasil, percebem-se percentuais bem mais modestos, ressaltou Silva (2012). Sinalizou que em alguns estudos sobre os garimpos de ouro e diamante, do período colonial, em Minas Gerais, a população masculina era de 83,5%, sendo a feminina de apenas 16,5%. Entre a população escrava a distância entre homens e mulheres era ainda maior, e as mulheres constituíam, apenas, 3,1% dos cativos. Estes dados sinalizam que permeava socialmente a noção de que os homens eram mais aptos ao trabalho da mineração, visto que “[...] recaía sobre os homens a pecha de que esses sujeitos carregavam em sua natureza a combinação de força e destemor necessária para enfrentar as adversidades da exploração mineralógica.” (SILVA, 2012, p. 120). Desta forma, não surpreende que a população masculina fosse numericamente maior que a feminina. Este dado reforça que a maior concentração de homens em setores produtivos e que exigem força e resistência está calcada na noção de divisão sexual do trabalho, cujas formulações sociais sobre o universo do trabalho definem como espaço masculino.

Levando-se em conta que os dados censitários foram produzidos em um contexto de crise da mineração, no século XIX, estima-se que os dados da população masculina anteriores a 1872 fossem ainda maiores. Entretanto, esta tendência foi sendo revertida à medida em que a atividade extrativa foi recrudescendo e a migração se intensificando. Em meados do século XX, especialmente no recorte temporal que compreende esta pesquisa, a região das Lavras Diamantinas passou a ser povoada majoritariamente por mulheres, conforme sinaliza o gráfico 5<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Os dados referentes à década de 1960 não foram inseridos por conta desta informação não ter sido disponibilizada no Censo de 1960

**Gráfico 5 – População por sexo (1930-1970)**

Fontes: Anuário Estatístico da Bahia (1929-1930); Recenseamento Geral do Brasil (1940); Censo Demográfico, Série Regional, Parte XII, Bahia, Tomo I (1950); Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, VIII Recenseamento Geral (1970).

As informações acima revelam que o processo de feminização populacional foi se solidificando a partir de 1930, em parte dos municípios lavristas. O município de Andaraí foi o único onde a população masculina predominou durante todo o período, embora com relativa equivalência entre os sexos. Nos demais municípios predominou a presença de mulheres, exceto em Lençóis, nos períodos de 1930 e 1970, onde os homens tiveram uma leve vantagem. Os dados para Mucugê e Palmeiras evidenciam uma queda populacional brusca, seguida da diminuição da população masculina, e prevalência de mulheres. Arruda (2015), em consonância com Castilho e Castro (2006), destacou a importância da permanência das mulheres em zonas de mineração em decadência, no intuito de preservar sua ocupação. Veloso (1996 apud CASTILHO; CASTRO, 2006, p. 47) assevera, que: “[...] No período de decadência das áreas de decadência das áreas mineiras, por esgotamento do metal precioso, são as mulheres as únicas a não abandonar o barco, enquanto os homens se apressam em busca de novas terras, por ventura, tão ricas quanto estas [...]”. Resistindo ao processo de esvaziamento populacional, tão comum em regiões menos favorecidas e pauperizadas, como a região lavrista, restou uma população composta de mulheres, crianças e idosos, que preservou e reinventou valores por

meio de suas necessidades e experiências, corroborando para o não desaparecimento destas comunidades e seus saberes.

A iminência da crise fez emergir projetos de desenvolvimento regional, que almejavam estancar a migração e salvaguardar a economia de um colapso. Dentre as possibilidades de saídas para a crise, serão privilegiadas as que foram materializadas através de projetos de lei, pelas autoridades lavristas, que versavam sobre: o desenvolvimento agrícola do Vale do Rio Utinga e sobre a desapropriação das minas. Ambos apresentaram um ponto em comum o desejo de salvaguardar a mineração, do que principiava ser seu fim.

### 2.2.1 “José, para onde?": a alternativa agrícola

[...] não é de esperar, que em quanto as lavras diamantinas derem o lucro, que hoje dão, alguém se empregue em plantar mandioca, feijão e milho, para de longe trazelos a esta cidade; [...], porque ainda quando o fizessem, o que alias indicaria decadência na lavra dos diamantes, e, conseqüentemente, o desmoronamento da base, sobre que se elevou a empreza, não poderiam esses gêneros sustentar a concorrência com iguaes produzidos nas bellas terras das comarcas do Sul. (Falla recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia, 01/09/1857, fl. 60/61).

As palavras acima transcritas foram ditas, em um contexto de apogeu da atividade diamantífera, pelo então Presidente da Província da Bahia, João Lins Cansansão de Sinimbú, já mencionando anteriormente. Em 1857, o desembargador Sinimbú negou a proteção ao diamante ao não aprovar a construção de uma estrada que ligaria a região à capital, sob a justificativa da mineração ser uma atividade dispendiosa e inconstante e que colocava em perigo a agricultura, verdadeira forma de gerar riquezas, segundo o discurso fisiocrata, e de onde advinha a principal fonte de renda da Província. A construção da estrada, simbolicamente, representava a intensificação da “crise do açúcar”, face a possibilidade real de transferência de mão de obra da atividade agrícola para os reluzentes garimpos lavristas, que nas palavras do desembargador foram “[...] para os homens do interior o que tinha sido a Califórnia para os povos de todos os paizes”. Sendo ilusória, aparente e passageira a riqueza produzida com a mineração, era prudente proteger a agricultura, pensavam o desembargador e seus correligionários, visto que enquanto fossem lucrativas as lavras diamantíferas a agricultura não seria estimulada e se assim ocorresse indicaria a decadência da atividade extrativa e sua base de sustentação.

Nas diversas situações de crise experienciadas pelos lavristas a agricultura se constituía para a população remanescente em uma alternativa de sobrevivência até a normalização da atividade extrativa. Em fins da década de 1930, e sobretudo na década de 1940,

a agricultura ganhou um novo status e passou a figurar como a única atividade capaz de soerguer a vida econômica das Lavras Diamantinas. Esta mudança, longe de sinalizar uma tomada de consciência quanto à necessidade de diversificação de atividades econômicas para além do garimpo, teve um significado muito mais árduo: o “fim do tempo do diamante”. Sales (1961, p.242), em *Além dos Marimbus* (1961) já dizia: “Os garimpos haveriam de se esgotar um dia. Quando isso acontecesse, o povo de Andaraí teria finalmente de voltar-se para a agricultura – única fonte de riqueza capaz de consolidar a economia do município.”

O estímulo ao desenvolvimento agrícola nas Lavras Diamantina, no pós-1930, também deve ser visto como integrante de um contexto mais amplo que partia da esfera estatal. A nomeação do ex-ministro da agricultura, Landulfo Alves, para o cargo de Interventor Federal da Bahia, em 1938, alinhava-se aos intentos progressistas do Estado Novo, empenhado, dentre outras coisas, no fomento à agricultura e na abertura de rodovias. Em excursão pela região lavrista, em março de 1941, o Interventor da Bahia apontou como objetivo da visita as seguintes motivações:

estudar, vêr com os seus proprios olhos, as necessidades mais prementes de cada região, para poder por em prática, com segurança, o seu **programa de governo, que era, em grande parte, dotar de boas rodovias os sertões baianos, e promover, quanto possível, a selecção dos seus rebanhos e fomento da lavoura**. Que acabava de inaugurar, no município de Itaberaba, em direção à Lençóis 60 Kilometros da rodovia tronco Bahia-Goyaz, procurando dar a maior expansão possível, ao patriótico lemma de sua excelência o Snr. Dr. Getúlio Vargas,- Rumo ao Oeste e que era inspirado nos grandes atos de amor ao Brasil, que o benemérito Presidente da República vinha dando a todos os brasileiros, animando-o a serrar fileiras em torno do eminente estadista que dirige, tão sabiamente, os destinos de nossa grande Pátria (O SERTÃO, n.º 74, 30/03/1941, p.1 e 6, grifos nossos).

A melhoria do sistema de transporte, desde o século XIX, foi uma requisição frequente das autoridades lavristas. Logo, a construção de trechos da rodovia que interligaria a Bahia a Goiás foi vista com bons olhos, visto que além de subsidiar a agricultura, reintegraria “todo o sertão longínquo, desconhecido e abandonado” e conteria os braços produtivos, que não encontrando condições que justificassem a sua permanência na região continuava a sair em direção a São Paulo e aos garimpos do Paraná e Mato Grosso (O SERTÃO, n.º 74, 30/03/1941, p.2). A construção de estradas foi encarada pelos lavristas como uma das etapas imprescindíveis ao implemento da atividade agrícola, posto que acreditavam que a região apresentava condições de produzir para exportação, e para tal deveria ser dotada de estradas de rodagem para o escoamento da produção.

Em 1948 foi lançada, através do jornal *O Sertão*, uma campanha de fomento à agricultura encabeçada pelo Deputado Estadual Octaviano Alves, um dos poucos representantes

lavristas na Câmara Legislativa do Estado. A campanha, embora versasse sobre o desenvolvimento agrícola ofereceu uma idéia da situação em que se encontrava a mineração nas Lavras, que até seu ano de lançamento, apresentava poucas perspectivas de mudança. Como será demonstrado, embora a agricultura tenha sido defendida como a única alternativa para resolver a situação econômica da região, em nenhum momento a atividade diamantífera foi descartada, assumindo do discurso fomento à agricultura um caráter complementar à mineração.

A campanha foi iniciada com a publicação do Projeto de Lei n.º 1, de 1948 que versava sobre o aproveitamento agrícola do Vale do Rio Utinga. Vale lembrar que desde 1910 esta área já havia sido objeto de estudo e que na gestão de Landolfo Alves o estado adquiriu pequenas propriedades em suas proximidades, realizando alguns experimentos. Octaviano Alves, autor do projeto de lei, justificava a importância da aprovação do projeto em função do mesmo vir a contribuir para a fixação de milhares de homens, que periodicamente buscavam outros Estados, garantindo o aproveitamento de suas energias para a grandeza do estado. Afirmou que 70% das terras lavristas eram essencialmente agrícolas, mas que apenas 4% vinham sendo utilizada para tal fim. Contava também com grandes rios e córregos, quase todos de curso permanente. Diante das potencialidades que a região apresentava era inadmissível, segundo o mesmo, que continuasse a existir gente pobre, desnutrida e doente tendo ao lado terras tão férteis. Cabia então aos poderes públicos assistirem materialmente aquela gente, evitando a existência na Bahia de uma região de flagelados.

De fevereiro a junho de 1948 foram ouvidas opiniões de diversas autoridades da região (fazendeiros, engenheiros, advogados, ex-prefeitos). As questões tratadas giraram em torno de três eixos principais: 1- a viabilidade da agricultura na região; 2- a forma como seria desenvolvida (monocultura ou policultura); 3- e a (in) adequação do garimpeiro a esta nova atividade. Com relação ao primeiro ponto, havia unanimidade em afirmar que somente a agricultura conduzia o homem a uma situação estável e de progresso contínuo, afirmação que ganhava ênfase ao concluir-se que as lavras de diamantes e carbonatos, exaustivamente exploradas à mais de cem anos, já não produziam o suficiente para a aquisição dos meios de subsistência. Possuindo a região terras aptas à agricultura, seus habitantes deveriam desenvolver esta atividade garantindo um futuro promissor, perene de riquezas e de prosperidade. Ao falarem o tipo de cultura a ser desenvolvida, optavam pela policultura, já que as terras poderiam produzir de tudo, sem contar que a experiência da crise de 1929 mostrara os perigos da monocultura, muito mais vulnerável às oscilações do mercado externo. O terceiro

ponto, que diz respeito às dificuldades em empregar a mão de obra garimpeira na agricultura era o mais complexo dos três e requer uma maior atenção.

A forte atração que o garimpo exercia entre os garimpeiros, de acordo com a maioria dos entrevistados, era um dos empecilhos para o desenvolvimento da agricultura. Esta perspectiva também está presente nas obras de Herberto Sales ao afirmar que o diamante era uma verdadeira caça, que “[...] viciava os garimpeiros, que não aprendiam a fazer outra coisa senão garimpar, a lidar com cascalho o resto da vida.” (SALES, 1956, p.140). Nesse sentido, o garimpeiro foi descrito como aventureiro, supersticioso e fatalista, características que fizeram deste trabalhador um homem incapaz de “lutar contra a sua natureza”, e por este motivo não se acreditava na adaptação do garimpeiro à lavoura.

[...] entre garimpeiro e o lavrador, medeia verdadeiro antagonismo. Se se pudesse imbuir, no garimpeiro a dualidade de profissão, seria uma maravilha; mas, eu não creio. Tenho comigo provas para descrever. Nas diversas crises, por que tem passado as Lavras, já pela escassez do metal, já pela baixa de preços, inúmeros são os garimpeiros que tem me procurado trabalho e roças para a sua manutenção: trabalham, é verdade, mas, só pela necessidade premente do momento. Encaram a lavoura com verdadeiro pessimismo: os seus olhos estão sempre voltados para as serranias azues e o seu pensamento embebido nas grunas, nos cascalhões, nas grupiaras, nas catreações, etc., de onde outros já arrancaram riquezas imensas, com facilidade relativa, e, embebido de esperanças, ele tem o ouvido atento. A primeira notícia de uma “influência” ou melhora de preços arriba incontinente, alegre, satisfeito, deixando muitas vezes, uma roça já bem começada, uma derruba, etc. Não lhe importa o tempo que perdeu; leva consigo a certeza de recuperar tudo numa semana.

Garimpeiro é garimpeiro! O seu habitat é a serra; na sua profissão ele é um gigante [...]. Por tudo isso, [...], é que eu voto pelo sistema de colonização. (O SERTÃO, n.º 17, 30/05/1948, p. 1).

Na citação acima transcrita aparece o desejo de utilização do sistema de colonização utilizando a mão de obra estrangeira em detrimento da mão de obra garimpeira, justificada pelos motivos citados, embora alguns não chegassem a descartar a possibilidade de associação entre garimpeiros e lavradores. Segundo o debate, a colonização estrangeira seria imprescindível para a implementação da agricultura nas Lavras e serviria também de incentivo ao garimpeiro que deveria ser inserido gradativamente.

Um olhar mais apurado em torno das justificativas em prol da colonização estrangeira nos permite afirmar que para além das dificuldades de uma transmutação definitiva do garimpeiro para lavoura, existia uma preocupação muito forte com a paralisação da atividade extrativa, de onde ainda provinha grande parte da renda dos municípios lavristas. Tanto que, apesar de defenderem a agricultura como a única atividade capaz de alavancar a economia, não cogitaram descartar a mineração, até porque a maioria dos ouvidos na campanha, assim como grande parte da população lavrista, estavam envolvidos com o garimpo. O emprego dos

imigrantes na agricultura garantiria, portanto, a permanência dos garimpeiros na mineração e ao criar outra fonte de riqueza restabeleceria o comércio e auxiliaria numa exploração mais eficiente dos garimpos, ao estabelecer o equilíbrio comercial.

Correspondências trocadas entre a prefeitura de Andaraí e a capital, datadas de 1926<sup>43</sup>, apontam para a existência de um grande estabelecimento de propriedade da Sociedade Agrícola de Una, que tinha em suas terras colonos belgas, com experiências anteriores de poloneses, tchecoslovacos e italianos. Esta experiência com imigrantes é também atestada por Herberto Sales em Além dos Marimbus (1961), em que apontou os motivos para o insucesso da mesma nas seguintes palavras:

João Camilo, no entanto, não atribuía maior importância à iniciativa: a compra do trator bem pouco significativa em face da experiência dos belgas na fazenda Iguacu, para lados do rio Una. Mobilizando grandes capitais, tinham eles empreendido uma obra colossal no sentido de introduzir a agricultura na região, cultivando terras de uma área que abrangia mais de doze léguas. E haviam malogrado. A dificuldade de transporte, a falta de ajuda do governo e, principalmente, a atração exercida pelo garimpo sobre o trabalhador braçal, tinham criado obstáculos definitivos à expansão da companhia. No fim de algum tempo, encerrara ela as suas atividades e o mato voltara a tomar conta de tudo. (SALES, 1961, p. 242-243).

Exceto esta experiência na Fazenda Iguacu, as fontes não apontam para a concretização de uma colonização estrangeira na região. Em 21 de novembro de 1948, o jornal O Sertão publicou a solicitação enviada ao ministro da agricultura sobre a necessidade de se criar uma colônia de agricultores em Lençóis ou Andaraí, mas não obtiveram respostas positivas neste sentido<sup>44</sup>. Embora as solicitações dos lavristas não tenham sido atendidas, a agricultura aos poucos foi sendo desenvolvida por aqueles que optaram em permanecer na região. Através da análise dos gráficos 3 e 4, como já discutido anteriormente, constatou-se um processo de intensificação da ruralização da população, com destaque para o município de Andaraí, que apresentou um crescimento da sua população rural superior aos demais e onde a agricultura passou a ser desenvolvida com certa expressividade.

Se a tentativa de fomentar a agricultura falhou no seu objetivo de conter a migração lavrista para outros estados, por outro lado a ampliação da Rodovia Bahia-Goiás seguia a passos largos, cumprindo com sua função de integração nacional e diminuição de distâncias. Todavia, a construção de estradas, incrementadas a partir dos intentos progressistas do Estado Novo, longe de concorrer para a dinamização e recuperação econômica, conforme desejavam as

<sup>43</sup>Contidas no Livro de Correspondências (1912-1941).

<sup>44</sup>O Sertão, 21/11/1948, n.º 22, p. 01.

autoridades lavristas, se constituiu como elemento facilitador da migração e consequente despovoamento das Lavras Diamantinas.

### **2.2.2 Garimpeiros à deriva: relações de trabalho e desassistência trabalhista**

A percepção da decadência da produção diamantífera gerou uma série de medidas reformistas que visavam a preservação dos privilégios do estado, sobretudo na catalisação de impostos. Não era a pobreza que estava em questão, tampouco a posição de dependência em relação ao mercado externo, mas os meios que seriam utilizados para remediar a decrescente exportação, encarada como decorrente do extravio e contrabando. Neste sentido, os códigos de minas elaborados a partir da década de 1930 passaram a definir os direitos, estabelecer regime de aproveitamento e regular a intervenção do Estado nas atividades de extração mineral, impondo-lhe uma fiscalização rigorosa. A sanção do Código de Minas de 1934, sobretudo os capítulos referentes à concessão para a exploração das minas e a comercialização das pedras preciosas, foi enrijecido no que tange a este último quesito, pelo Decreto 466, de 1938. Em face do rigor deste decreto foi lançado, segundo seus idealizadores, o Projeto de Desapropriação das Minas. Para melhor compreender os objetivos deste projeto, bem como os interesses de seus idealizadores, faz-se necessário entender a forma como se organizavam as relações e regulações de trabalho no/do garimpo.

A relação de trabalho que preponderou nas Lavras Diamantinas, presente desde o século XIX, foi o sistema de “fornecimento”, popularmente conhecido com sistema de “meia-praça”. Por este, que se assemelhava ao sistema de meação, o “fornecedor”, (contratante do serviço), deveria suprir as necessidades básicas do “fornecido” (garimpeiro) durante todo o trabalho. O fornecimento consistia basicamente no financiamento de gêneros alimentícios (saco), podendo incluir o empréstimo de ferramentas caso os garimpeiros não as possuíssem. Em contrapartida, o garimpeiro entrava na “sociedade” fornecendo a sua força de trabalho. O valor conseguido com a venda do carbonato ou diamante que eventualmente fosse encontrado deveria, após o pagamento do “quinto” (porcentagem paga ao dono da serra), ser dividido ao meio entre as partes da sociedade.

Outra relação de trabalho presente nas Lavras era o sistema de diárias, em que o “alugado”, ou diarista, recebia em dinheiro determinada quantia pelos serviços prestados, mas caso pegasse diamantes não teria parte nos lucros da venda. Nesta condição geralmente eram empregadas pessoas com pouca experiência no trabalho do garimpo, na gíria garimpeira denominadas de “coraus”. Era comum que estes trabalhadores, à medida que iam ganhando

experiência, galgassem a posição de meia-praça mais prestigiada entre os garimpeiros, porque poderiam participar um pouco mais do bolo da riqueza descoberta. Todavia, não só os “curaus” estavam sujeitos a esta condição, sendo comum em momentos de crise serem extintas as “sociedades” e expandidas as colocações de diaristas, muito mais vantajosas aos “donos de serra”, que buscavam superar a crise aumentando a produção (SALES, 1944). Os garimpeiros, sempre dependentes do fornecimento e famintos, vendiam o seu trabalho em troca da “paz do estomago”.

Escravos do estomago, os garimpeiros aceitaram o negócio. E ficaram para comer. Foram então abertos barracões, encetadas as garimpeiragens, os garimpeiros alugados, escravos do armazém, recebendo as insignificantes diárias em gêneros mais caros que em qualquer parte. [...] O garimpeiro não reclamava, trabalhava seguidamente, porque o que ele queria era a paz do estomago. [...] Não queria morrer de fome, não queria que os filhos e a mulher morressem de fome. [...] 1\$500 em gêneros caros roubados no peso e na soma da conta! Em verdade, eles tinham crédito os levava implacavelmente para a outra escravidão, para a escravidão dos armazéns, sempre presos por contas crescentes, assustadoramente crescentes. (SALES, 1944, p. 338).

O fato de ser “meia-praça” dava ao garimpeiro direito a 50% do valor conseguido na venda do diamante, mas nem sempre era garantia de que recebesse esta percentagem. Primeiro, porque o garimpeiro não tinha acesso aos preços do diamante, que eram monopolizados pelos compradores, ficando sujeito às classificações deste; segundo, porque o “meia-praça” trabalhava em parceria com outros “fornecidos”, logo os 50% eram divididos com a quantidade de garimpeiros que compusessem a “sociedade”; estes números decresciam quando o lucro também estava atrelado ao sistema de barracão. Nesse caso, o garimpeiro usava o pouco que lucrava com a venda da pedra para prover o sustento da família, pois o “saco” geralmente era insuficiente para subsidiar as necessidades dos garimpeiros e de suas numerosas famílias.

O “lastro proletário”, no dizer herbertiano, era quem mais sofria frente à crise, pois desamparado de qualquer direito trabalhista tinha sua mão de obra explorada indiscriminadamente, se sujeitando a relações de trabalho pouco vantajosas. Se os garimpeiros comungam da idéia de que ser meia praça é mais vantajoso, é possível afirmar que embora o garimpeiro pudesse colocar a mão em “dinheiro de verdade” (não muito pela sua expressividade, mas pelo fato de ter acesso restrito ao dinheiro “vivo”) este, assim como o “alugado”, também trabalhava basicamente para comer. Tomando emprestadas as palavras de um ex-garimpeiro, diria-se que: o ideal do garimpeiro é fazer o “saco” para achar o diamante e achar o diamante para fazer o “saco” (FALCÓN, 1978).

Assim, quase nada sobrava para o garimpeiro investir na aquisição de bens materiais, na educação dos filhos ou até mesmo adquirir a casa própria. De acordo com Sales (1955), a

vida inconstante do garimpo- vista por esse autor como jogo e aventura- em que o garimpeiro malmente recebia o indispensável à sua subsistência, não ofereceu condições econômicas para que este comprasse ou alugasse uma casa para residir. Além da inconstância da atividade extrativa, a imprevidência destes trabalhadores, descrita como inerente ao ser garimpeiro, foi apontada como o motivo para o não investimento em bens e acúmulo de pecúlio. A sorte quando sorria aos garimpeiros não era aproveitada de forma previdente, pois optavam pelo esbanjamento, discorreu Sales (1955).

Cabe aqui questionar até que ponto as “fortunas” conseguidas nos garimpos eram tão grandes quanto propagadas pelo imaginário social, posto que, conforme mencionado nos parágrafos anteriores, as relações de trabalho a que estavam envolvidos os garimpeiros não permitiam que recebessem o que lhes cabiam de direito na vendagem do diamante. Subsidiada pelos trabalhos historiográficos de Guimarães Neto (2006) e Jesus (2005), repensa-se a idéia de “índole garimpeira”, atribuída a estes trabalhadores como se surgisse da “natureza”, que os identifica em um universo supersticioso que desqualifica e rotula os garimpeiros como gastadores e imprevidentes. Desta forma, faz-se necessário pensar a existência de uma lógica comercial que envolve as áreas de mineração.

A atividade garimpeira era o motor econômico das cidades de mineração, e todo o comércio (não somente na compra e venda de diamantes) dependia do sucesso do trabalho dos garimpeiros na serra. Sales (1956, p. 299) ressalta que “[...] em meio à competição comercial – os garimpeiros eram objetos das cogitações gerais; sustentavam a cidade”. Seguindo o rastro dos garimpeiros logo apareciam mascates, tropeiros, negociantes de todo tipo, casas de jogos, prostíbulos, enfim, viviam num mundo em que predominavam os estímulos comerciais. Por outro lado, o generalizado comportamento gastador, imprevidente, rude e mulherengo do garimpeiro relaciona-se ao mundo simbólico. O mesmo, segundo descreve Guimarães Neto (2006), interioriza essa representação, mostrando-se como alguém que precisava ostentar o seu ganho, embalado pela crença de que dinheiro conseguido no garimpo deveria ficar no garimpo, portanto, gastava-se hoje para que a sorte não o desamparasse amanhã. Tendo como referência o romance *Cascalho* (1944) aliado às reflexões empreendidas por Guimarães Neto (2006), Jesus (2005) observa que, quanto à lógica comercial das cidades de mineração e a aura de superstição atrelada ao universo garimpeiro, é possível inferir que o esbanjamento e a imprevidência revelam uma realidade que contrasta com a aparente abundância de prazeres e riquezas, sobressaindo na verdade a condição de miséria e exploração a que estava exposta a população garimpeira.

Enquanto a região lavrista experimentava a partir da década de 1930 um intenso processo de declínio e conseqüente empobrecimento de sua população, as atenções do Estado se voltavam para os problemas do trabalho e sua legalização. Todavia, a regulamentação jurídica dessa atividade manteve o caráter autônomo da ocupação exercida pelo garimpeiro, e por esta característica, foi excluído dos benefícios destinados aos trabalhadores. As relações de trabalho embora fossem desvantajosas, eram uma das poucas possibilidades de permanecerem na atividade e dar continuidade à exploração de diamantes e carbonatos de onde provinha a sua subsistência.

As características do trabalho garimpeiro, considerado livre, por se entender que cada um trabalha por conta própria,<sup>45</sup> foram apontadas por Sales (1955) como um entrave a qualquer amparo que o Governo pudesse garantir através da Legislação trabalhista. A exploração do diamante não se fundava no assalariamento e sim em uma “sociedade”, o que isentava o contratante do serviço e o governo de assistir o garimpeiro (legalmente falando) em casos de acidentes no trabalho ou doenças decorrentes do garimpo. Se assim o fizessem, não era para cumprir com um preceito legal, mas por uma “reação individual de um patrão humanitário”.

Assim, não se presta nenhuma assistência médica obrigatória. No curso ou termo da garimpagem realizada às expensas do fornecedor, se porventura o meia-praça adoecer, não há um dispositivo que lhe assegure o necessário tratamento. Com a dissolução [do fornecimento] cessa, automaticamente todo e qualquer compromisso que pudesse existir da parte do fornecedor para com o meia-praça, uma vez que a própria natureza da sociedade que os reúne, fundada num mero acordo verbal, permite aquele recurso, [...] ato puro e simples do despedimento do garimpeiro. (SALES, 1955, p. 35).

Ao serem dispensados, os garimpeiros tinham as suas já precárias condições de vida agravadas, entregando-se aos vexames da mendicância. Em momentos como estes, as relações de amizade e solidariedade, sobretudo entre a população mais pobre, ganhavam uma relevância ainda maior na sobrevivência destes trabalhadores. Também as atividades desempenhadas pelas mulheres, essenciais à sobrevivência das famílias garimpeiras, se mostravam imprescindíveis, perdendo o seu status de “ajuda” e passando a figurar como a principal fonte de renda disponível, questão que será abordada no capítulo seguinte.

O trabalho de Sales (1955), apesar de elucidar questões importantes para se pensar as condições de trabalho e desassistência dos garimpeiros, minimiza as perdas destes trabalhadores frente à instabilidade da garimpagem. Apesar de concordar que o garimpeiro

---

<sup>45</sup> O que de fato não acontecia, porque o trabalhador, não tendo como se manter durante o tempo que durava o serviço constituía parceria com um fornecedor que, ao adiantar-lhe a alimentação básica para subir a serra, passava a ter direito a metade do valor da pedra a ser encontrada.

fosse o “mais desfavorecido de todos os trabalhadores brasileiros” (SALES, 1955, p.33), que a vida instável em que vivia decorria, além da inconstância do trabalho no garimpo, da natureza de suas relações de trabalho, afirma que se o meia-praça se expunha aos revezes da sorte o mesmo acontecia com seu “fornecedor”, se o primeiro perderia a sua força de trabalho, o segundo perderia o dinheiro investido na garimpagem malograda, concluindo que:

Em caso de prejuízo, o meia-praça não tem, rigorosamente, o que perder. Durante a exploração do serviço, o fornecedor assegura-lhe a subsistência, mediante o fornecimento. Auferido lucros, são estes divididos, o mesmo não se dando com os prejuízos, que correspondem justamente às despesas improdutivas feitas com o fornecimento do meia-praça. (SALES, 1955, p. 36).

Utilizando-se deste argumento, Sales (1955) justifica que por mais lamentável que fosse qualquer medida que visasse o enquadramento do “fornecedor” na condição de empregador e do garimpeiro na de empregado, para então se criarem as condições exigidas de garantia dos benefícios das leis trabalhistas seria inútil, posto que tal medida subverteria a “índole” do processo de exploração, ao negar o espírito de aventura peculiar ao garimpo. Nesse sentido, garimpo antes de ser um negócio era um jogo e os garimpeiros aceitavam as suas regras, pois era através deste, que o pobre estava sujeito a ficar rico de uma hora para outra. Dificilmente trocaria a sua situação de sócio “meia-praça” para ser empregado.

Semelhante ao que ocorreu em Minas Gerais, no século XVIII, a percepção da decadência da produção mineral gerou medidas reformistas que visaram a preservação dos privilégios do Estado, conforme destacaram Souza (2004) e Sales (1955). Os códigos de minas aprovados após 1930, ao ratificarem o caráter autônomo da garimpagem, classificada como um trabalho individual, destituiu o garimpeiro da condição de trabalhador e, conseqüentemente, do gozo dos direitos trabalhistas. Sem contar que, ao encarar a diminuição das taxas de exportação de diamantes, unicamente, pela via do contrabando e extravio, as autoridades governamentais adotaram uma série de medidas com o fim de regular todo o processo de comercialização de pedras preciosas, recrudescendo a já cambaleante economia diamantífera. Essa situação também gerou uma série de conflitos classistas, que envolveu os donos de serra e os pequenos compradores de diamantes e carbonatos, que desencadeou no Projeto de Desapropriação das Minas, em 1950. Projeto este que ascendeu os ânimos na política daquele ano, cujos resultados significaram o quase desaparecimento da vila de Chique-Chique, aspecto que será tratado mais adiante.

Até a constituição de 1891, as minas pertenciam aos donos do solo em que se encontrassem, entretanto, os artigos 118 e 119 do Código de Minas de 1934 alteraram o direito

anterior, deixando os proprietários de terrenos diamantinos temerosos de perderem a propriedade das minas em favor da União. Contudo, o § 6 do Art. 119 dispõe que não dependia de autorização o aproveitamento das lavras já em uso ou temporariamente suspensa até a data do Código. Logo, somente as minas ainda não descobertas ou não laboradas se encaixavam no novo regime<sup>46</sup>. É válido lembrar que a garimpagem era livre em terrenos devolutos, contudo, conforme destacou Pina (2000) antes mesmo da Lei de Terras de 1850 as famílias mais abastadas da região já haviam se apropriado das áreas de garimpo, logo, eram escassas as chances de descoberta de novas lavras pelos garimpeiros, em face da intensa exploração de quase cem anos.

As questões acerca da comercialização, que sofreu algumas alterações com a promulgação do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, consideradas as mais rígidas, foram as mais repudiadas entre os comerciantes de pedras preciosas das Lavras Diamantinas. Visando reprimir o contrabando, o governo adotou medidas que julgava serem capazes de controlar por completo a atividade diamantífera, da extração até o seu beneficiamento final, neutralizando os desvios, que eram lesivos aos interesses nacionais, por transferir uma das maiores fontes de riqueza do país para o mercado internacional sem o devido pagamento de impostos ao Estado<sup>47</sup>. Como geralmente existe uma enorme distância entre o que é instituído pela lei e a sua aplicação prática, as medidas adotadas pelo Código de Minas foram facilmente burladas. Embora o decreto 466 tenha designado as áreas de garimpagens em todo o Brasil- exigindo a matrícula do garimpeiro para controlar as frentes de trabalho, posto que a matrícula só dava o direito ao garimpeiro de atuar na área delimitada pela mesma- não foram demarcadas as áreas de trabalho dando margem à expansão desenfreada de frentes de trabalho.

Outro ponto a ser considerado é que apesar do comércio ter sido detalhadamente pensado de modo a acompanhar todo este processo do garimpo, condições específicas do trabalho nessa atividade não permitiram cumpri-lo à risca. O garimpeiro, por depender do

---

<sup>46</sup> O Sertão, 05/08/1934, n.º 02, p. 04.

<sup>47</sup> De acordo com o Código de Minas, de 1934, bem como o decreto 466, de 1938 o processo de comercialização deveria passar pelas seguintes etapas: 1- o garimpeiro- que deveria estar devidamente matriculado numa coletoria federal mediante declaração verbal, sendo vedado o exercício de sua profissão sem a mesma- só poderia vender o diamante a um comprador devidamente autorizado; 2- o comprador de diamante para exercer as suas atribuições teria que solicitar autorização prévia ao Ministério da Fazenda, e após comprovação de sua idoneidade moral deveria fazer depósito na importância de dois mil cruzeiros, posteriormente com o decreto 466 este valor passou a ser de cinco mil cruzeiros para que fossem garantidas a execução fiel de suas obrigações; 3- de posse da pedra o comprador era obrigado a fornecer ao vendedor um certificado da compra, que deveria conter informações pessoais, matrícula, quantidade de quilates, importância paga e o destino, devendo ainda apresentar mensalmente sua movimentação comercial aos órgãos competentes.

fornecimento para trabalhar, não desfrutava do direito de especular o melhor preço para suas mercadorias, situação agravada por sentir-se preso a uma “dívida de gratidão” com a pessoa que lhe matara a fome num momento de dificuldade. Percebe-se que num momento de progressivo declínio econômico que configurou a região, em que os fornecimentos se rareavam dia após dia, estes, quando firmados, eram vistos como gestos de boa vontade do fornecedor, que deveriam ser retribuídos com a venda do diamante. De acordo com Braga e Machado Neto (1974) muitos garimpeiros não eram matriculados e por este motivo não se constituíam vendedores, sendo substituídos por alguém ligado ao fornecedor que assumia a condição de garimpeiro, realizando assim a primeira etapa da transação.

Somado a estas questões, o próprio serviço de fiscalização deixava margem ao contrabando. De acordo com Sales (1955), existia em toda a zona lavrista um único fiscal. Contudo, mesmo que houvesse um em cada cidade da região seria insuficiente, pois a sua ação era restrita ao centro urbano imerso em questões mais burocráticas. Sem contar que o diamante, devido as suas proporções de tamanho, era um produto naturalmente contrabandeável, podendo facilmente ser ocultado e transportado, fugindo à captação de impostos.

Com o rigor do decreto 466, de 1938<sup>48</sup>, que regulou o comércio de pedras preciosas, foi lançado em 28 de abril de 1950 um projeto que propunha a desapropriação das minas onde comprovadamente existissem jazidas diamantíferas na Bahia. O processo que desencadeou o referido projeto iniciou-se por volta de um ano e meio antes com a entrevista do vereador da cidade de Andaraí, José Ganem, publicada no semanário O Sertão, em 21 de maio de 1949. No período entre a publicação da entrevista e o lançamento do projeto, foi lançada uma série de matérias onde eram enfatizados aspectos negativos da legislação de minas e suas consequências para a região, como uma forma de validar os interesses defendidos por seus idealizadores.

O art. 8º do já citado decreto foi o mais questionado. Este artigo ao determinar que para terem direito a comercialização de pedras preciosas, as pessoas físicas e jurídicas, além de comprovar a sua idoneidade moral, deveriam depositar junto ao Tesouro Nacional ou nas delegacias fiscais uma quantia caução de cinco contos de réis. Essa medida agravou ainda mais a economia lavrista, que se realizava a duras penas com a atuação dos pequenos compradores, conhecidos popularmente como “mosquitadores”. O pequeno comprador era comumente intermediário dos “capangueiros”<sup>49</sup>, e dificilmente teria condições de galgar a posição de comprador autorizado, por não dispor de capital suficiente. Como salientou Sales (1944), o

---

<sup>48</sup> Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938.

<sup>49</sup> Recebe este nome em função da “capanga”, espécie de bolsa, onde levava os picuás (cubo cilíndrico que serve para guardar o diamante).

“mosquitador” feito agente do grande comerciante recebia capital para abastecer suas vendas e uma tabela de preços que lhe daria margem de lucro com a venda do diamante, que seria obrigatoriamente revendida aos grandes compradores. O “capangueiro”, com este agenciamento, evitava a concorrência com os pequenos compradores, e o risco das garimpagens malogradas e, ainda detinha a preferência na compra. Por sua vez, o “mosquitador” via aumentarem suas oportunidades de expansão comercial, embora se mantivesse preso ao “capangueiro”.

Na medida em que o decreto torna ilegal este tipo de transação, exceto se ambos detivessem a devida autorização, ou os “mosquitadores” teriam que parar suas operações, ou seriam integrados ao comércio clandestino. De acordo com o vereador José Ganem, os pequenos compradores, por não possuírem meios de se adequarem as exigências legais, foram obrigados a exercer suas atividades clandestinamente em prejuízo próprio. A posição de ilegalidade lhes faria perder o crédito que recebiam dos capangueiros, porque estes compradores autorizados, receosos da apreensão dos diamantes adquiridos ilegalmente, cessariam os agenciamentos. A isenção de impostos para as transações realizadas com o diamante, pensada como compensatória aos compradores, foi apontada como um entrave à aquisição de rendas para o município, que até então se beneficiava com a cobrança de impostos sobre o volume da movimentação comercial<sup>50</sup>.

O monopólio do comércio de diamantes, por meio da exclusão dos “mosquitadores”, poderia até ser vantajoso ao “capangueiro”, posto que diminuiria a influência dos pequenos compradores junto aos garimpeiros. Mas quem arcaria com o ônus do fornecimento? Como dito acima, o agenciamento era um ótimo negócio para os capangueiros, logo era compreensível o posicionamento de pessoas como o José Ganem e do Deputado Estadual Otaviano Alves a favor dos garimpeiros e pequenos compradores na “sua” luta contra os donos de serra, também capangueiros, porém mais privilegiados por possuírem o direito ao “quinto”<sup>51</sup> e a favor da aprovação do projeto de desapropriação das Minas.

O projeto almejava tornar públicas as áreas de mineração, e apresentou um discurso que se voltava para o amparo dos trabalhadores do garimpo. Argumentavam seus idealizadores que os donos de serra monopolizavam o comércio de diamantes e carbonatos, impondo os preços que melhor lhes aprouvessem, valiam-se de sua posição de proprietários de terrenos

<sup>50</sup> O Sertão 23/01/1949, n.º 45, p. 01.

<sup>51</sup> O imposto do quinto, que era de 20%, a partir do Código de Minas de 1940, passou a ser de 10%. Em caso de utilização das benfeitorias presentes em propriedades particulares, o dono poderia cobrar por sua utilização. Vale ressaltar que, quase nunca o imposto do quinto em sua nova configuração de 10% foi respeitado, o que gerou uma série de conflitos entre os donos de serra, “fornecedores” e garimpeiros.

diamantíferos para induzirem os garimpeiros a lhes dar preferência na venda do diamante, quando não incentivavam o roubo em prejuízo de seu sócio fornecedor. Os donos de serra eram os poucos que ainda detinham certa condição financeira, sobretudo por terem direito ao quinto, e desfrutarem de privilégios na compra do diamante. Logo, o monopólio dos donos de serras significava prejuízo aos pequenos compradores, e aos capangueiros que deixavam de comprar o diamante de seu agente, o que tornava necessária a desapropriação das minas e a cessão do pagamento do quinto.

A proposta de desapropriação das minas tem uma significação maior para “capangueiros” e “mosquitadores” do que propriamente para o garimpeiro. Se a desapropriação das minas desobrigaria o garimpeiro do pagamento do “quinto”, o mesmo não se pode dizer da sua liberdade em vender a pedra a quem melhor lhe pagasse, pois, para se manter, ainda precisaria lançar mão do fornecimento, e encontraria o sempre tão estimado fornecedor para lhe suprir do “necessário”, e em troca deste “gesto de boa vontade” o garimpeiro lhe entregaria o fruto seu trabalho, sem a certeza de que lhe sobraria algum dinheiro com a venda. Logo, a aprovação e execução do já citado projeto, ao neutralizar a ação do dono de serra, reinseriria o pequeno comprador e o “capangueiro” no comércio de pedras preciosas.

Tomando como ponto de reflexão as matérias veiculadas no jornal O Sertão, assim como a tradição oral dos moradores de Chique-Chique, acredita-se numa provável relação entre o projeto de desapropriação das minas e as eleições de 1950. Num artigo intitulado “A sorte está lançada”, de autoria não identificada, já se previa que o tema da desapropriação viesse a ser o foco da propaganda política por aqueles rincões, o que talvez tenha justificado o lançamento do projeto cinco meses antes da eleição e 11 anos depois da promulgação do decreto 466. A campanha pela aprovação do projeto de desapropriação das minas foi empreendida pelo núcleo da União Democrática Nacional (UDN), da região, que apoiava a candidatura de Juracy Magalhães para governador do estado. Desta forma, acreditava-se que o projeto de desapropriação das minas teria mais chances de ser aprovado com a eleição do candidato udenista. Este fato deixou apreensivos os donos de serra, que apoiaram a candidatura de Regis Pacheco, candidato pelo Partido Social Democrata (PSD), haja vista que esse projeto representava prejuízos aos donos de serra.

Os idealizadores do projeto de desapropriação das minas, conforme buscou-se demonstrar, se posicionavam como porta-vozes dos garimpeiros na luta contra os abusos cometidos pelos donos de serra ao cobrar indevidamente o quinto, quando na verdade já equivalia a 10%, ou de comprar o diamante a preços muito aquém do seu valor. Com relação à primeira questão, antes mesmo da publicação do projeto em 1950, o vereador José Ganem

solicitou em 31 de maio de 1949 autorização à Câmara de Vereadores de Andaraí para enviar um requerimento à Coletoria Federal denunciando a cobrança indevida deste imposto pelos donos de serra. Segundo o mesmo, estes, por desfrutarem de posição política e econômica elevada, escravizavam o povo ensinando-lhe, por meio da utilização da violência, a ser subserviente. Ele se dizia ciente dos riscos que corria ao se posicionar contrário aos donos de serra, contudo ficaria ao lado de seus representados (garimpeiros e pequenos compradores) e daria cumprimento ao programa que ele apresentou no momento da instalação do Diretório da UDN em Andaraí, sobretudo quanto a necessidade de “quebrar os grilhões do feudalismo”: o quinto<sup>52</sup>.

Todavia, vale lembrar que a partir do decreto 466, os pequenos compradores e capangueiros tiveram seu campo de atuação comercial restringido pelos donos de serra, sendo possível perceber, no projeto de desapropriação das minas, interesses que extrapolavam a luta a favor “dos pobres e oprimidos”. Tratava-se, antes de qualquer coisa, de reinserir os capangueiros e mosquitadores no comércio de pedras, agora em pé de igualdade com os donos de serra, haja vista, que a garimpagem se tornaria livre e os garimpeiros poderiam vender os diamantes a quem melhor lhes aprouvesse.

Os garimpeiros se viram seduzidos pelas propostas de campanha lançadas pela UDN, que ganharam corpo após o êxito obtido no comício feito por Juracy Magalhães, em Chique-Chique. Ao que consta, na ocasião, o político ganhou muitos simpatizantes e garantiu votos, pontuou Andrade (2005). Dona Alda (Dona Neném) rememorou este acontecimento, e apontou como Juracy foi bem acolhido, especialmente em função das práticas clientelistas:

Juracy veio e fez um comício aqui em Igatu e nenhum governo nunca tinha vindo aqui com comitiva de 20 jipes [...] ai fez um comício na cidade, no comercio e ai todo mundo falou: - vou votar nesse home! Abriu a casa de negócio aqui para dar ao povo o que queria [...] tudo para o pessoal pegar o que por conta dele na hora que terminasse o comício ele pagava. (ANDRADE, 2005, p. 36).

Por outro lado, os donos de serra não desfrutavam do carisma dos garimpeiros e essa questão se refletiu nas urnas, já que esses trabalhadores não votaram no candidato escolhido por João Esteves do Socorro<sup>53</sup>, que era o maior proprietário de terrenos diamantinos em Chique-Chique. O Sr. ° Aguinaldo Leite dos Santos<sup>54</sup>, populamente conhecido como Seu Guina, explica

<sup>52</sup> O Sertão, 10 de julho de 1949, p. 04.

<sup>53</sup> Sergipano de origem, chegou à Andaraí por volta da década de 1920. Após casamento com a Sr.ª Alba Medrado, que pertencia a uma das famílias mais tradicionais da cidade de Mucugê, que concentrou grande parcela dos terrenos diamantíferos, desde o século XIX, adquiriu poder econômico e político. Parte considerável das áreas de garimpo de Igatu pertenciam a sua família.

<sup>54</sup> Entrevista realizada pela autora, no dia 08 de fevereiro de 2009, na venda de propriedade do depoente, em Igatu.

esse fato e demonstra as consequências da escolha dos garimpeiros: “[...] o povo que trabalhava na propriedade dele ninguém votou nele porque ele era muito gente ruim”. Contrariamente, a imagem construída dos fornecedores era sempre a do homem bom, que ajudava os garimpeiros nos momentos de dificuldades. Logo, era justo que se mantivessem ao seu lado na política, embora corressem riscos de sofrer represálias caso desse alguma coisa errada. E assim o fizeram ao votar em Juracy Magalhães (UDN) para governador, que possuía uma base de apoio sólida na região desde o tempo em que era interventor e em Juvenal Casteliano (UDN) para prefeito.

No âmbito estadual, Juracy Magalhães (UDN) perdeu a disputa para Regis Pacheco (PSD), mas no município a vitória foi dada a Juvenal Casteliano. No dizer local “ganhou, mas não levou”, e quem acabou assumindo a chefia do município foi o médico Inocêncio Monteiro, que contava com o apoio de João Socorro. Algumas explicações apresentadas pelos entrevistados sugerem, que pelo fato de Juracy Magalhães ter perdido a disputa estadual, deixou Juvenal Casteliano sem governo e este por ser muito amigo de Inocêncio Monteiro “gentilmente” abdicou da administração do município a favor deste. Através do Sertão não foi possível encontrar detalhes que auxiliassem numa melhor compreensão da questão, a circulação do jornal se encerra justamente um mês antes das eleições de outubro. Mas é provável que o poder político e econômico de que desfrutava João Esteves Socorro tenha sido decisivo para o desfecho da história. Apesar dos proprietários de serras não mais corresponderem ao “coronel” dos primeiros tempos, prosseguiram sendo homens com forte influência política, se valendo quase sempre da violência para impor obediência.

Por deter, juntamente com o compadre José Messias, a posse das áreas de garimpo de Chique-Chique, João Socorro passou a fazer restrições àquelas pessoas que se posicionaram contrárias a ele nas eleições. A política, então, foi o motivo apontado pelos sujeitos que vivenciaram aquela conjuntura histórica para o declínio de Chique-Chique, posto que parte dos comerciantes e famílias inteiras de garimpeiro se retiraram da vila. Segundo o Seu. ° Guina “[...]o pessoal foi todo embora, só não foi mesmo quem não teve condição de ir. O garimpo continuou, mas era do contra. Isso deu prejuízo aí foi embora, fez fila [...] Eu sei que fez fila, em 60 tava uma decadência já grande.” (ANDRADE, 2005, p. 37). Como a maioria das pessoas que moravam na vila vivia (in)diretamente da mineração, não podendo mais trabalhar com o garimpo, venderam o pouco que tinham e migraram para outros estados, sobretudo, Mato Grosso, Paraná, Goiás e São Paulo ou para áreas de lavoura nas regiões circunvizinhas à vila, Mocambo, Iguassú (Itaetê), Guiné, Cascavel, Nova Redenção (Piranhas), Brumado.

Assim como o projeto que visava fomentar a agricultura na região não alcançou seus objetivos, o projeto de desapropriação das minas também não vingou e, por ter ferido os

interesses políticos dos grandes proprietários de terrenos diamantíferos, do município, também contribuiu para a intensificação da migração. Conforme já evidenciado, o distrito de Chique-Chique, no decorrer do século XX, perdeu parte considerável da sua população, processo que se intensificou a partir da década de 1950. Em 1970, os índices populacionais despencaram restando apenas 474 pessoas, cerca de 10% da população, no distrito que até a década de 1930 era um dos principais centros comerciais das Lavras Diamantinas. Uma vez malogrados os projetos de desenvolvimento econômico, pensados pelas autoridades lavristas para soerguer a região, como teria sobrevivido a população remanescente diante de tantos percalços? Quais foram suas condições de vida e trabalho em face da crise? Quais estratégias e formas de resistência foram construídas por homens e mulheres para sobreviverem num mundo imerso na inconstância e exploração?

### **2.3 Sobre “viver” em tempos de crise**

Chique-Chique desde os primeiros anos de seu surgimento constituiu-se num importante centro comercial das Lavras Diamantinas, posição alcançada em decorrência da intensificação comercial propiciada pela exploração diamantífera. Tal qual sugeriu Pereira (1937, p.79) o crescimento e prosperidade desta localidade deveram-se às riquezas encontradas no Canal da Fumaça, cuja produção “[...] foi tão abundante em diamantes, que os trabalhadores os recolham em tigelas, quando faziam as apurações”. Este mesmo autor afirma que Chique-Chique não possuía vida própria, em decorrência de estar situada em um platô rochoso onde “medra apenas vegetação especial” (PEREIRA, 1937, p.4), se referindo à uma espécie de cacto, que possivelmente deu nome ao lugar. Por esta razão não apresentava condições favoráveis ao desenvolvimento de atividades correlatas ao garimpo e às atividades comerciais que giravam em torno deste. Não sendo autossuficiente quanto a agricultura e pecuária, em função da sua localização geográfica, dependia quase que exclusivamente de outras localidades para se abastecer.

Tomando como base o trabalho de Pereira (1937), as correspondências oficiais da Prefeitura de Andaraí, entre 1912 a 1941, bem como os dados demográficos, é possível inferir que Chique-Chique, até a década de 1930, se constituiu no principal distrito do município de Andaraí (BA), e juntamente com a sede auferia suas principais fontes de renda. Manteve relativa igualdade na aquisição de beneficiamentos, tendo sido o que mais recebeu benfeitorias, tais como, estradas, cabo telefônico que ligava a vila à sede, iluminação pública, calçamentos, escolas, e, diferentemente da sede, possuía água encanada e serviço de esgoto, serviços que

desapareceram com o processo de declínio da extração diamantífera. A desvalorização e queda do preço do carbonato e do diamante, em função da crise capitalista, aliada a fatores internos já abordados anteriormente, corroboraram para o recrudescimento da crise.

Tal qual foi evidenciado, uma das alternativas de enfrentamento à crise defendida por algumas autoridades lavristas foi a de fomento à agricultura. Embora seus defensores afirmassem que somente a atividade agrícola soergueria a economia da região, percebeu-se que em nenhum momento a atividade diamantífera foi descartada, assumindo o desenvolvimento agrícola um caráter complementar à atividade extrativa. Por não apresentar condições favoráveis para o desenvolvimento agrícola, nem para nenhuma outra atividade econômica que não o garimpo, Chique-Chique tornou-se dependente de outros centros produtores para se abastecer, o que tornava oneroso a vida na vila. A defesa pela implementação agrícola na região visava a criação de uma outra fonte de riqueza, que teria a função de restabelecer o comércio para tornar mais eficiente a exploração nos garimpos. Tal empreendimento seria benéfico à Chique-Chique e às cidades produtoras de diamantes e carbonatos, uma vez que diminuiria os custos com o abastecimento.

Aliás, sobre o abastecimento da Vila de Chique-Chique, o Sr<sup>o</sup> Aguinaldo Leite dos Santos, relata como se dava esse processo. Rememorando o tempo em que trabalhava como ajudante em uma das vendas de Chique-Chique, contou que a feira era realizada aos domingos e o abastecimento era feito pelos roceiros das intermediações de Andaraí, sobretudo, pelos “bruaqueiros” de diversas partes do “Alto Sertão”<sup>55</sup>, que semanalmente abasteciam a vila. De lá vinham quase todos os alimentos que compunham o grosso da alimentação da população garimpeira (feijão, arroz, carne, toucinho, rapadura); de Andaraí e intermediações vinha também o complemento (a farinha, o milho, algumas hortaliças e frutas, dentre outros). Esta articulação também foi atestada por Sales (1961, p.12), em Além dos Marimbus, que descreveu este processo da seguinte forma: “[...] nos dias de feira, transitavam pelo local os roceiros vizinhos [...]. Em Andaraí, incorporavam-se aos bruaqueiros que, trazendo do alto sertão para a feira seus lotes de mercadorias, abasteciam uma população quase inteiramente dedicada à extração e ao comércio de diamantes”.

Conforme já sinalizado, Chique-Chique, assim como outras localidades que se dedicavam à extração mineral, apresentava um desequilíbrio comercial que se acentuava nos períodos de declínio econômico. Se nos períodos iniciais a exclusividade na exploração

---

<sup>55</sup> A região do “Alto Sertão” corresponde “ao polígono produtivo de ouro e produtos pecuários compreendido entre o rio São Francisco a oeste, a freguesia de Santo Antônio da Vila de Jacobina a leste, rio Verde Grande ao sul – adentrando no território das Minas Gerais [...]” (SILVA, 2012, p.36).

diamantífera não era uma preocupação, haja vista que era possível importar produtos de primeira necessidade sem grandes dificuldades, com a decadência, o viver nas cidades lavristas tornou-se cada vez mais caro, intensificando a pauperização da população. As dificuldades com o abastecimento local devia-se também pela ação de atravessadores. Era comum os comerciantes que se encontravam em melhores condições abastecerem seus estoques junto aos tropeiros, não restando quase nada para ser comercializado na feira, logo o que não fosse encontrado nesta teriam que ser obrigatoriamente adquirido nas vendas a preços mais caros. Todavia, a população não se portou de forma passiva face a miséria e a exploração, mas construíram cotidianamente estratégias para minorarem suas condições de sobrevivência, sendo a feira livre um destes espaços de contestação.

A feira não se constituía apenas em um espaço de transações comerciais, mas também apresentava uma função social. O aspecto econômico era potencializado nas redes de sociabilidades, visto que esta possuía diferentes perspectivas e finalidades, que variavam de acordo com as intencionalidades dos que ali circulavam. A feira era espaço de resistências e também de “revolta” da população mais pobre do garimpo, para a qual a mesma se constituiu na maioria das vezes no “[...] dia das aflições, dos vexames para o pobre”, na luta semanal pela sobrevivência (O SERTÃO, n.º 23, 13/01/1935, p.1). Algumas descrições da obra literária *Cascalho*, de Herberto Sales, são representativas neste sentido.

Na rua passavam grupos de garimpeiros, conversando em voz alta, discutindo os preços da feira, os problemas do fornecimento. [...] E aqueles garimpeiros que enchiam as ruas da cidade na manhã de sol, uma verdadeira multidão a praguejar contra a exploração dos negociantes, contra a miséria dos fornecedores, uma multidão que lutava diante do seu problema semanal, o tremendo problema do saco, dava a idéia duma vaga revolução. Os homens se agitavam como que para gritar os seus direitos...(SALES, 1944, p. 58).

A citação acima dá o tom da realidade miserável que envolvia a população pobre do garimpo na luta pela sobrevivência, embora não sem resistências. Desta forma, fruto dos reclames da população quanto aos preços abusivos praticados na feira, bem como do monopólio dos comerciantes sobre as mercadorias trazidas pelos “bruaqueiros”, foi sancionada em 22 de outubro de 1949 um decreto que propunha regular a vendagem de gêneros alimentícios comercializados nas feiras públicas do município. O então prefeito, José Maciel das Neves, acatou as reclamações da população consumidora quanto ao aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade, entendendo que a retenção destes produtos nas mãos de poucos fazia com que os preços fossem fixados às suas conveniências. Por este motivo decretou que os produtos deveriam ser vendidos diretamente à população nos locais onde se realizavam as

feiras, sendo terminantemente proibida a comercialização de mercadorias que deveriam ser destinadas ao abastecimento do município. Somente a partir das 15:00 horas seria liberada a venda de gêneros em grosso. Aos transgressores caberia a multa de Cr\$100,00 (cem cruzeiros) e Cr\$200,00 (duzentos cruzeiros) para as reincidências, podendo a fiscalização apreender os produtos açambarcados<sup>56</sup>.

Ressalta-se que os proprietários de comércios de gêneros alimentícios não lucravam apenas com o monopólio ou venda de produtos de primeira necessidade, visto que grande parte destes comerciantes eram também compradores de diamantes que financiavam trabalhos de garimpagens. Logo, a manutenção destes comércios significava mais uma forma de conseguir maiores lucros na compra dos diamantes. A sociedade firmada entre garimpeiros e “fornecedores”, conhecida nas Lavras como “meia-praça”, baseava-se no financiamento do “saco”<sup>57</sup>, a provisão de alimentos fornecida semanalmente ao garimpeiro. Ao adquirir o saco, dizia-se que o garimpeiro estava “fornecido”. A este cabia, como “meia-praça”, caso pegasse algum diamante, subtrair o valor do quinto e dividir ao meio o valor arrecadado com a venda da pedra. O saco ao invés de ser concedido em dinheiro, o que possibilitaria ao garimpeiro “correr a praça” em busca do local mais barato para realizar as suas compras, era concedido em forma de vale que só se poderia ser utilizado em compras realizadas na venda do fornecedor (que poderia ser também o dono do garimpo) e/ou de conhecidos.

O garimpeiro além de ficar preso ao fornecedor através do “fornecimento do saco”, já que para se manter no garimpo dependia deste adiantamento em viveres, se via lesado quanto ao seu alto custo. Além disso, utilizado também para o sustento de toda a família não era incomum terem que solicitar a “boca de saco” (complemento de viveres), a ser descontado no momento em que o garimpeiro pegasse o diamante. Estes condicionantes faziam com que muitos garimpeiros ficassem sem quaisquer direito ao diamante, ou, o que era ainda pior, saíssem da transação devendo ao fornecedor, tendo que penhorar seus instrumentos de trabalho como na situação descrita abaixo.

---

<sup>56</sup> Decreto n.º 233, de 22/10/1949, in: Livro de Projeto de Lei (1949).

<sup>57</sup> O saco, de acordo com Sales (1955) comumente era constituído do seguinte: 1 quilo de carne, 1 quilo de toucinho, 1 quilo de feijão, 1 quilo de arroz, 1 quilo farinha, ½ libra de café, rapadura, fumo, querosene, sal e pimenta do reino. Cabe destacar que embora os garimpeiros tivessem acesso a outros alimentos, a rapadura e a farinha constituiu-se em itens básicos a sua alimentação, sobretudo em situações onde tinham que “distrair o estomago” da família. Esta foi uma realidade comum também aos garimpeiros do “ouro” retratados por Jesus (2005), trabalhadores que assim como os lavristas sofriam de diversos males em decorrência da carência de nutrientes adequados a uma alimentação mais equilibrada para suportarem a uma dura jornada de trabalho na serra. Braga e Machado Neto (1974) ressaltam que os garimpeiros não se alimentavam bem, inclusive em termos quantitativos, sendo comum a subnutrição e o envelhecimento precoce.

O coronel, que já pesara o diamante, tinha-o agora entre os dedos.  
 -Deu um quilate – informou, diminuindo dois. E depreciando a pedra para fazer maior lucro, acrescentou: - Mas é um diamante muito ponteadado. Só vale 350\$000.  
 -Será que o senhor não pode chegar mais uma coisinha, coronel? – insinuou timidamente o garimpeiro.  
 - Meu preço é um só.  
 -Então o senhor pode fazer a conta. (...)  
 Abatendo os 20% do quinto, da minha parte como dono da serra, ficam duzentos e oitenta mil-réis. Dos duzentos e oitenta, abatendo a minha parte como fornecedor, ficam cento e quarenta. Seu sócio tá aí? (...)  
 Pois bem (...) cada um tem direito a 70\$000.  
 Mas logo em seguida, abrindo o caderno de papel pardo do barracão, correu o dedo ao longo da página cheia de números alinhados em parcelas, e acrescentou:  
 -Sua conta no barracão é 160\$000, Joaquim. Quer dizer que, abatendo os setenta de sua parte do diamante, você fica me devendo noventa.  
 -E como há de ser coronel?...- disse, com hesitação.  
 -Como há de ser? –retrucou, meio agastado, o chefe. – Você encheu a barriga, matou sua fome, me deve 90\$000, tem que pagar esse dinheiro.  
 -Pagar como patrão?...  
 (...) Êh, pagar como? Êh, você não tem ferramenta não, êh, êh! Veja qual é a ferramenta que você tem. Eu não posso perder meu dinheiro não. Matei sua fome, êh? Quero os meus 90\$000, êh?  
 (...) Sem tardar, foram trazidos à presença do coronel um ralo, uma cunha de marreta, um marrão, duas brocas, um socador de broca e uma alavanca de trinta quilos. (SALES, 1956, p.41-43).

Os garimpeiros imersos num mundo de exploração estavam sujeitos a perder todo o esforço depositado no revirar “[...] montanhas na inconsciência dos serviços do acaso, [...] ao cabo dos maiores sacrifícios e maiores misérias.” (SALES, 1944, p. 206), em transações cavilosas das quais saíam muitas vezes pior do que entravam. O sistema de barracão era mantido pelos donos de garimpo e/ou compradores, unicamente, com a intenção de aumentarem a margem dos lucros com a venda do diamante. O fato da maioria da população ser analfabeta e desconhecer o valor do diamante fazia com que os garimpeiros fossem facilmente ludibriados com a utilização de um palavreado técnico empregado para depreciar a pedra. Também foi comum a manutenção de bebidas alcoólicas nos escritórios, oferecidas oportunamente aos garimpeiros para venderem as pedras a valores muito aquém dos reais.

### **2.3.1 “Modernos trogloditas”: condições habitacionais**

Em linhas gerais, as condições habitacionais da população garimpeira, no século XX, pouco evoluíram em relação às primeiras habitações improvisadas no princípio da extração diamantífera nas Lavras Diamantinas. Era comum os garimpeiros, juntamente com suas famílias, morarem nas áreas periféricas dos núcleos urbanos, mantendo moradas temporárias na serra para quando, por exigência do trabalho, tivessem que permanecer por algum tempo. Estas moradas temporárias, conhecidas como tocas e/ou locas foram, (ainda hoje existem)

constituídas do aproveitamento de uma caverna ou lapa com uma área de mais ou menos 10 metros quadrados, cuja fachada era feita com pedras travadas, sem rejuntamento de argamassa. Outra construção comum foi o levante de quatro paredes, utilizando-se o mesmo processo de pedras travadas fazendo sobre elas uma armação de varões a pique, com cobertura de palhas de pindoba (ver figura 1).

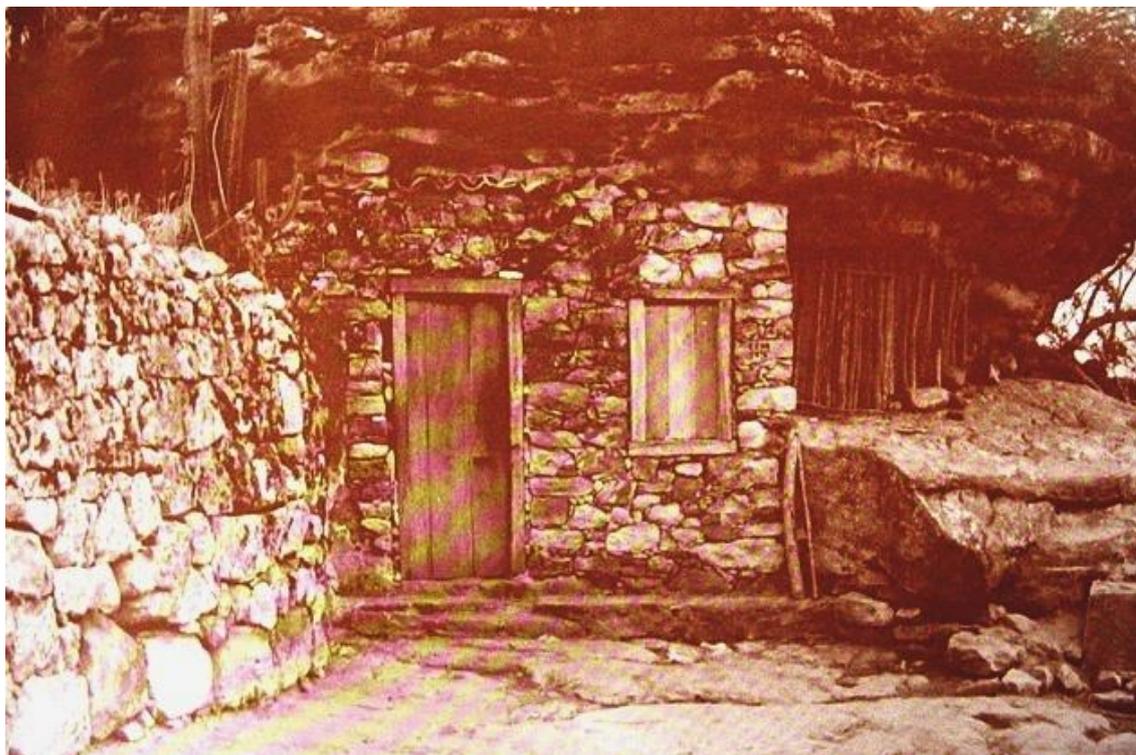
Na vila de Chique-Chique estas moradas provisórias, geralmente encontradas em locais mais próximos dos garimpos, tornaram-se permanentes, havendo ainda hoje uma quantidade considerável de ruínas na periferia urbana. Acredita-se que o grande afluxo populacional, em meados do século XIX, para esta localidade tenha provocado uma demanda por habitação, tendo como resposta o surgimento de uma arquitetura espontânea com construções que se adequaram harmonicamente à paisagem pedregosa da região, dando-lhe um ar de primitiva singularidade (IPAC, 1979). As pedras, tão abundantes e excedentes da garimpagem, eram a matéria prima que ergueu a cidade de pedras, ressalvou Andrade (2005).



**Figura 1- Habitação garimpeira (teto com cobertura de palha de pindoba)**

Fonte: ZACARÍADES, Marcos. Exposição fotográfica “Cenários da memória Diamantina. 2016

A “toca do Joaquim” (ver figura 2), assim chamada em função do nome do seu morador, habitada até a década de 1970, é outro exemplo deste tipo de habitação espontânea presente na vila de Chique-Chique. De acordo com o estudo empreendido pelo Instituto do Patrimônio Artístico Cultural (IPAC), possuía acomodações bem modestas (piso de barro, teto constituído pela própria rocha, paredes de alvenaria de pedra sem revestimentos), podendo ainda ser construído um pequeno cercado com a finalidade de criar galinhas. Seu interior era subdividido por um tabique de palha que separava o quarto da cozinha. O mobiliário destas habitações, de acordo com Sales (1955), era escasso, constituindo-se de: cama de varas (popularmente denominada de “sessenta ripas”), esteiras (na gíria garimpeira “colchão de arrasto”), fogões (em geral feitos de trempes), nas casas mais “arrumadas” poderiam ainda existir bancos de madeira.



**Figura 2 – Habitação garimpeira – toca do Joaquim (teto com aproveitamento de rocha)**

Fonte: Calendário da Galeria Arte e Memória, de Igatu. Foto Rino Marconi (década de 1970)

Como é possível depreender, as condições habitacionais da população garimpeira eram um elemento que agravava ainda mais a qualidade de vida, pelos condicionamentos físicos destas construções em geral insalubres. As habitações, como as acima descritas, eram partilhadas por um número grande de pessoas, visto que as famílias costumavam ser numerosas. É válido ressaltar, que assim como as habitações operárias da França, do século XIX, descritas

por Perrot (1988), estas mal chegavam a ser uma morada fixa, mas um local de encontro diário da família, um abrigo variável, pois as saídas eram constantes. Excetuados os momentos em que se comia e dormia, todo mundo estava em outros lugares: no garimpo, na escola, nas ruas. O trabalho doméstico, naturalmente destinado às mulheres, embora as aproximasse do lar, não as prendia o dia inteiro em casa, haja vista que, para desempenhar as suas atribuições, era necessário deslocarem-se pela cidade. A rua não era somente um corredor de circulação, mas um meio de vida onde muitas mulheres pobres retiravam o sustento de suas famílias.

Como já visto, na maioria dos casos, o “salário” auferido pelo garimpeiro equivalia ao “saco”, que em geral era recebido em forma de alimentos, logo, os “trocados” obtidos pelas mulheres em suas atividades (rendas, costuras, lavagens de roupas, quitutes, dentre outras) eram muitas vezes o único dinheiro disponível às famílias. Vale destacar, que muitas mulheres também se aventuraram no trabalho do garimpo, mas comumente em serviços que não careciam se distanciar por longos períodos da vila, posto que além das inúmeras atividades que desempenhavam deveriam ainda cuidar das atividades para com a família. Este assunto será abordado com maior profundidade no capítulo seguinte.

### **2.3.2 Vidas por um triz: condições de trabalho na serra**

O ambiente de trabalho no qual os trabalhadores do garimpo estavam inseridos os expunham a inúmeros perigos. De acordo com Braga e Machado Neto (1974), estes trabalhadores ao promoverem alterações no meio em que atuavam, construíam para si um ambiente poluído que tendia à insalubridade progressiva, graças à ação predatória do processo de garimpagem. Para arrancar das entranhas da terra “a pedra que traz felicidade” os garimpeiros desmatavam a vegetação, arrancavam pedras, perfuravam a serra modificando o relevo, muitas vezes cavando a própria cova. O processo de garimpagem independentemente do tipo e das técnicas empregadas, colocava em risco a vida de quem em sua luta diária pela sobrevivência subia as serras.

Os processos e técnicas utilizadas nos garimpos de diamantes lavristas pouco avançaram em relação aos utilizados no Brasil colônia. A conjuntura de crise não propiciou alterações técnicas expressivas nos procedimentos de lavra, que continuaram empregando trabalho manual, técnicas tradicionais e instrumentos rudimentares. Houve, contudo, algumas tentativas feitas por companhias estrangeiras inglesas, francesas e norte-americanas<sup>58</sup> no intuito

---

<sup>58</sup> O empreendimento de maior vulto foi organizado pela firma americana Bandler e Cia em parceria com a Companhia Brasileira de Exploração que recebeu concessão do governo para explorar diamantes e carbonatos no

de mecanizar o garimpo, ressaltou Sales (1955). Entretanto, todas as investidas no intuito de mecanizar e racionalizar os processos de trabalhos foram malogradas por não terem proporcionado resultados desejados, em decorrência das características aluviônicas<sup>59</sup> dos terrenos diamantinos, que não possibilitavam o estabelecimento prévio de uma base de produção. Desta forma, predominou nas Lavras a exploração diamantífera através da garimpagem, que de acordo com Sales (1955, p.25) era “[...] entregue mais aos acasos da sorte, à aventura, enfim, entregue mais ao empirismo puro e simples do que à técnica propriamente dita.” Utilizava-se, sobretudo, o braço humano, auxiliado por alguns instrumentos rudimentares, como: bateia, alavanca, marrão, carumbé, dentre outros.

Inúmeros foram os tipos de garimpos presentes em Chique-Chique: barranco de rio, cascalhão, grupiara, gruna, lancheio de arrasto, mergulho, moncão, talhado, faisqueira, cata de barranco, montoeira, restinga<sup>60</sup>. Os instrumentos utilizados nestes serviços eram condicionados às exigências da atividade de garimpagem, não sendo comum o garimpeiro possuir todos os instrumentos necessários a realização de todas as modalidades de garimpo. Mas, em geral, relata Sales (1955), os trabalhadores detinham o mínimo indispensável para exercerem a sua profissão (bateia, carumbé, os ralos e a enxada), aliás, possuir instrumentos de trabalho era também condição necessária para contratação do serviço por parte dos “patrões”. Os trabalhadores que por ventura não tivessem o necessário à realização de sua atividade contavam com a solidariedade dos companheiros, que trabalhando em serviços próximos compartilhavam suas ferramentas. A própria garimpagem que comumente reunia um mínimo de duas pessoas, conforme salienta Sales (1955), facilitava a complementação por meio da utilização conjunta dos instrumentos de trabalho.

---

Rio Paraguassú em um lugar denominado Moreno, pertencente ao distrito de Piranhas, que operou entre 1927 e 1931. Catharino (1986) apresenta dados que demonstram a grandiosidade da empresa americana, que dispunha de vultuosos maquinários, a exemplo de usina turbo geradora Westinghouse, instalações para transporte aéreo, moinho elétrico com capacidade de lavar 200m<sup>3</sup> de cascalho por dia, assim como conduzir e jogar fora o cascalho imprestável, mesas para fazer o esmeril, 2 elevadores, 8 tanques, bomba centrífuga com motor próprio, 17 motores elétricos. Além desta aparelhagem hidráulica para desmonte do cascalho, detinha equipamento para transporte viário elétrico, com 2 locomotivas, 14 carros basculantes, 10 quilômetros de trilhos, oficina mecânica bem equipada. O empreendimento possuía ainda moradias, hospital, instalações higiênicas, mantendo médico de forma permanente. Com a morte de Arthur Bandler os serviços da companhia de mineração foram descontinuados, posto que seus familiares não demonstraram interesse sob a alegação de que os resultados não foram satisfatórios do ponto de vista técnico e comercial. As expectativas era de que as ocorrências de minério fossem iguais ou semelhantes às da África do Sul, de origem kimberlítica.

<sup>59</sup> Catharino (1986) discorreu que na Bahia os diamantes e carbonatos se acham no meio de seixos rolados e arredondados, que indica que tanto os seixos como os diamantes provém de restos de rochas (itacolunitas), que arrastados pelas águas foram gastos pelos atritos. Ocorrem nas formações aluviônicas dos leitos e margens dos rios e nos conglomerados Lavras, popularmente conhecido como “pedra-mendobi”.

<sup>60</sup> Para maiores detalhes quanto a descrição de cada tipo de garimpo citado acima ver: Sales (1955), Nolasco (2000) e Braga e Machado Neto (1974).

Com o gradativo esgotamento das jazidas diamantíferas, exaustivamente exploradas por mais de 100 anos, as técnicas utilizadas já não se mostravam eficientes para explorar os minérios que se encontravam em maior profundidade. Durante o recorte temporal que compreende esta pesquisa, Chique-Chique experimentou um processo de esvaziamento populacional, por sua vez, passou a sofrer com a escassez de braços para o trabalho e diminuição dos “fornecimentos”. As modalidades de garimpos que exigiam uma quantidade maior de trabalhadores foram diminuindo, prevalecendo aquelas que não necessitavam de uma maior divisão do trabalho para sua execução, e que se localizavam em áreas onde o diamante era encontrado mais superficialmente, áreas essas cada vez mais reduzidas, da mesma forma que eram cada vez mais escassos os diamantes.

A garimpagem, independentemente do tipo e das técnicas utilizadas, expunha continuamente a vida dos garimpeiros à ação dos agentes físicos e biológicos. Inúmeros foram os acidentes provocados pelos desabamentos de pedras e barrancos, picaduras de cobras, sufocamentos, mutilação provocada pelo uso de explosivos, afogamentos, muitas vezes fatais. Os agentes biológicos, como a intensa exposição ao sol, à chuva, a longas permanências dentro da água, sobretudo na fase da lavagem do cascalho, e a insalubridade das precárias habitações em que se abrigavam durante as semanas que permaneciam na serra<sup>61</sup>, também colocavam em risco a saúde destes trabalhadores. Contudo, estes tendiam a atenuar os riscos advindos dos agentes biológicos, em detrimento dos de ordem física, posto que eram inerentes ao processo de trabalho no garimpo. De acordo com Braga e Machado Neto (1974), ratificar os perigos desta atividade alimentava nos garimpeiros a autoafirmação de homens de coragem, que desafiavam a natureza, imagem que gostavam de ver associada ao seu labor. Neste sentido, os resultados de uma enquête realizada com garimpeiros, nas cidades de Lençóis e Carnaíba confirmam as informações acima mencionadas, haja vista que:

[...] ao garimpeiro se apresentam como mais importantes os riscos provocados por agentes físicos. Talvez ele associe os riscos do garimpo aos agentes físicos por lhe falarem mais de perto. Sem dúvida, enquanto os agentes químicos e biológicos podem depauperar sua saúde, sem que o tornem necessariamente inválido, os agentes físicos podem impossibilitá-lo de continuar a exercer com eficiência suas tarefas, quando não o impossibilitam por completo, mutilando-o. (BRAGA; MACHADO NETO, 1974, p. 183).

Os acidentes provocados, por exemplo, pelos desabamentos, soterramentos, por tirarem a capacidade produtiva, fossem por morte ou por invalidez, eram os perigos mais

---

<sup>61</sup> Vale lembrar que em Igatu as tocas e/ou locas foram comuns no perímetro urbano, largamente utilizadas como moradas permanentes, o que agravava ainda mais as condições de vida destes trabalhadores.

temidos pelos garimpeiros por exporem a si e família a uma situação de penúria e indigência. Todavia, as condições de insalubridade dos locais de trabalho e moradia, e sua alimentação deficiente, eram condicionantes que diminuía a expectativa de vida destes trabalhadores que “[...] morreriam [...] cardíacos aos trinta anos, tuberculosos e sub-alimentados, esmagados por pedras enormes no fundo das grunas escuras” (SALES, 1944, p. 189). Braga e Machado Neto (1974) e Jesus (2005), ao explanarem sobre as condições de vida e trabalho dos garimpeiros, afirmaram que os problemas de saúde guardavam uma íntima relação com o trabalho desenvolvido e com os locais em que eram realizados, por exporem os garimpeiros às vicissitudes provocadas pelos agentes biológicos e físicos.

Se os locais de trabalho constituíam um “pequeno mundo poluído”, um mundo criado pelos próprios garimpeiros em seu labor diário, estes ainda se deparavam com a falta de infraestrutura da vila. Em caso de acidentes na serra, o socorro ficava a mercê da sorte e da esperança de que os companheiros conseguissem transportá-lo por caminhos pedregosos, quase intrafegáveis. Se conseguissem chegar até a vila com vida, o que já seria uma vitória, estes garimpeiros não encontrariam um serviço de saúde adequado. Na verdade, assistência médica, nesses casos, era geralmente prestada pelo dono da farmácia, por um médico particular ou um curandeiro. Muitos garimpeiros morriam tempos depois, ou logo após terem sido transportados em decorrência da falta de assistência. O trabalho no garimpo por ser considerado “livre”, pressupõe que o garimpeiro “trabalha por conta própria”- o que de fato não acontecia, pois por não conseguir manter a si e a família até encontrar o diamante, trabalhava como “fornecido”- e os “patrões” legalmente não eram obrigados a prestar assistência médica aos garimpeiros. Quando assim o faziam estavam imersos em práticas paternalistas que deveriam ser lembradas, especialmente quando os garimpeiros pegassem diamantes.

### **2.3.3 Sobre “vivências no garimpo”**

Embora os garimpeiros e suas famílias estivessem imersos num meio social que os oprimia, não se portaram de forma passiva diante do quadro de miséria e exploração a que foram submetidos. Construíram cotidianamente estratégias para burlarem e resistirem aos infortúnios da pobreza. Estratégias observadas, por exemplo, ao tecerem redes de solidariedade e de ajuda mútua, imprescindíveis à manutenção familiar em tempos de crise. As mesmas condições de vida, que fizeram com que as redes mutualísticas fossem acionadas, possibilitaram a integração da mulher pobre ao mundo do trabalho remunerado, outro fator de equilíbrio na “corda bamba da sobrevivência”. Também a migração, as transmutações para atividades mais

estáveis, mesmo que temporariamente, a investida no trabalho infantil, os furtos de diamantes, o não pagamento do “quinto”, se constituíram em alternativas que possibilitaram minorar as condições de vida da população garimpeira.

Diante do agravamento das condições de sobrevivência, em face das constantes situações de crise experienciadas ao longo do século XX, a migração tornou-se uma alternativa de sobrevivência. Conforme salientou Barrozo (2007), a migração é uma estratégia de reprodução social, cujo objetivo é melhorar as condições de vida. No processo de esvaziamento populacional, além das causas estruturais, como a crise capitalista, seca, conflitos políticos, esgotamento das lavras que impulsionaram a migração, também se deve levar em conta as questões subjetivas. As pessoas que migravam, muitas vezes, iam em busca de uma retribuição pessoal, porém como integrantes de uma estratégia grupal, cujo objetivo era garantir um mínimo de dignidade. Todavia, a mobilidade espacial, não necessariamente significou uma mobilidade social. No caso dos lavristas que chegaram aos garimpos do Mato Grosso, por exemplo, Barrozo (2007) assinalou que suas condições de vida pouco se diferenciaram das condições anteriores. O relato do Sr. ° Aguinaldo Leite também aponta para o não alcance da tão sonhada mobilidade social após a migração. Discorreu que sua família foi uma das que saíram de Igatu, em função dos resultados da eleição de 1950, para tentar a vida nas intermediações do Mocambo<sup>62</sup>. Entretanto, após entendimento com o João Esteves Socorro, à época o maior proprietário de terrenos diamantíferos em Igatu, sua família obteve licença para retornar à vila e aos trabalhos de garimpagem.

A dificuldade e/ou resistência que os trabalhadores do garimpo tinham em mudar de profissão foi visto durante muito tempo como elemento que compunha uma espécie de “índole garimpeira”. Esta ideia encontra-se muito presente nas obras de Herberto Sales (1944), (1955), (1956), (1961) tendo sido ratificada no discurso da campanha de fomento à agricultura, em que o garimpeiro foi estereotipado como um ser por natureza inapto a ser lavrador ou incapaz de exercer qualquer outra profissão que não a de garimpeiro. Todavia, a própria necessidade de sobrevivência em tempos de crise mostrou que os garimpeiros buscavam outras atividades (eram lavradores, pedreiros, alfaiates, lenhadores, etc.), da mesma forma que as mulheres adentrariam no garimpo, uma atividade dita incompatível com a sua natureza. O fato de não se fixarem num caráter mais definitivo em ocupações tidas como mais estáveis, não significa dizer que eram indiferentes às mesmas, muito pelo contrário, sabiam que nos momentos de dificuldade eram opções que poderiam recorrer, mas eram antes garimpeiros. As próprias

---

<sup>62</sup> Localidade voltada às atividades agrícolas pertencente ao município de Andaraí-BA. Situava-se nas proximidades da Vila de Igatu, elemento que facilitou o retorno da família de Seu Guina.

condições em que se processava o seu trabalho, não os permitiam executar duas atividades concomitantes. Logo, só exerceriam outras atividades que não o garimpo, se estivessem sem fornecimento ou até conseguirem juntamente com a família auferir algum dinheiro que os possibilitasse trabalharem por conta própria.

Considerando que os fornecimentos se tornaram menos frequentes e tendo por base as entrevistas produzidas para esta pesquisa, acredita-se que a segunda opção tenha sido a mais recorrente. Neste sentido, a história de vida do Sr. ° João Ribeiro da Silva (Seu João Canalão) mostrou-se riquíssima, por validar a hipótese aventada, de que a rede familiar foi um elemento relevante na subsistência das famílias pobres. Com a palavra o Sr. ° João.

Depois que eu nasci, já tava grandinho, minha mãe veio embora pra Chique-Chique compraram uma casa lá no curral do conselho ai a gente ficou trabalhando. Meu pai trabalhava no Mingote, no Gererê, Serra Alta, Zé Varinha. Quando ele vinha pra cá ele dormia em casa, quando ia pra outra serra ele dormia lá na serra e nós morando cá. Ai quando nós ficou grandinho foi pra escola, saia da escola, **ia pro garimpo mais mãe e ficava pra trabalhar mais mãe no garimpo.** (...) resultado depois nós ficou maiozinho e saiu da escola e fomo pra roça (...)

Tempo duro... E a falta de comida neste tempo era pesado não tinha muita comida, muita oportunidade. **Nóis foi pra roça daqui a pouco, ficamo lá (...) depois desgatou tornemo voltar. Na volta que nós viemos pra cá meu pai ia pro garimpo e nós ia pro machado cortar lenha pra vender pra fazer a feira.** Vocês ajudavam....

Ajudava...Tá vendo o que é sofrimento? (...) **Eu sofrer num machado e carregando lenha pra vender** tinha dia que quando comprava lenha, pra voltar pra casa comprava uma rapadura pra fazer merenda, meio quarto de rapadura, comia pra poder ir pra casa. Chegava novamente a tarde pra poder meu pai ir trabalhar o garimpo, nós comprava farinha, feijão, um osso, não comprava carne boa não, era osso! Hum... Socava este ossão no feijão pra nós comer e comprava aquela quantidade de feijão, farinha e carne e toicinho pra nós comer, levando com Deus. Ajudava quando pegava um diamantinho, ai nós tinha uma vida melhor nós comprava uma roupa, comprava um sapato, comprava coisa de casa, uma coberta, um lençol, colchão, comprava pano pra daí ir no mato buscar capim para encher. Ta vendo que sofrimento? **Com pouca vinha a ruindade outra vez a gente ia trabalhar roça.**<sup>63</sup>. (Grifos nossos)

Aqui pelo menos três pontos merecem destaque. Primeiramente, o que se refere à procura pela roça sempre que a situação recrudescia, mas notem que o faziam sempre com o mesmo fim, o do retorno ao garimpo. Provavelmente, a dificuldade do pai do Sr. ° João em conseguir colocação como “meia-praça”, que o possibilitaria se lançar ao garimpo, o fazia constantemente transmutar para roça onde ficavam durante certo tempo, até juntar dinheiro com a vendagem de farinha, para retornar novamente para Chique-Chique. A Sr.<sup>a</sup> Alda Silva Pereira (Dona Neném), outra depoente, também demonstrou a importância da lavoura como um fator que permitiu ter uma vida melhor. Ela, após o casamento, ficou encarregada da roça, localizada

---

<sup>63</sup> Entrevista realizada no dia 03 de novembro de 2008, na residência do entrevistado, na cidade de Andaraí-Ba. Depoente já falecido.

no João Batista, enquanto seu marido trabalhava no garimpo. Ressaltou que sua família em Chique-Chique foi uma das poucas que não passou fome, por desfrutar do privilégio de possuir uma roça, já que: a vila “[...] é em cima do lajedo e o diamante é quando dar e roça é toda hora que for come”<sup>64</sup>.

O segundo ponto diz respeito ao papel assumido pelo trabalho realizado pelo Sr. ° João, quando ainda era uma criança, juntamente com a mãe e possivelmente outros irmãos, na lenha e também no garimpo. Nota-se que a figura do pai aparece quase sempre distante da casa, trabalhando nas serras. Neste momento o trabalho da família figura como essencial para manter a sua própria subsistência, assim como a do pai no garimpo. Ressaltou sempre “pra poder meu pai trabalhar o garimpo” ou “cortar lenha pra vender pra fazer a feira”, o que denota que no mundo instável do garimpo, quem de fato assumia o sustento da casa, até que o garimpeiro pegasse um bom diamante, eram as donas de casa subsidiada pelos seus filhos, que em geral começavam a trabalhar desde muito cedo. Por fim, questiona-se a ideia de que se fazia grandes fortunas no garimpo. Nota-se que ele menciona o pegar um “diamantinho” para comprar coisas que eram básicas, em suma comida.

Assim como seu João Canalão, todos (as) os demais entrevistados (as) relataram ter começado a trabalhar desde muito cedo, entre os sete e oito anos de idade. A Sr.<sup>a</sup> Maria Ferreira França (Dona Mariana)<sup>65</sup>, por exemplo, entre risos afirmou ter começado a trabalhar desde que começou a caminhar. Em geral, desempenhavam várias tarefas: eram “moleques de recado”, ajudante de pedreiro, trabalhavam na tiragem e venda de lenha, levavam a roupa na casa das clientes das mães, caçavam passarinhos, auxiliavam no trabalho da roça, vendiam quitutes. Caso o pai estivesse trabalhando em algum garimpo próximo à vila, seus filhos também eram responsáveis por levarem a comida até ele. Além disso, também ajudavam no processo produtivo da garimpagem, desempenhando pequenas tarefas. No caso específico do garimpo, predominou entre os entrevistados, a presença de crianças do sexo masculino, contudo, quatro exceções à regra: a Sr.<sup>a</sup> Maria José Jardim Azevedo (Dona Zelita), a Sr.<sup>a</sup> Alda Silva Pereira (Dona Neném), a Sr.<sup>a</sup> Joalita Rodrigues Lima (Dona Lita) e a Sr.<sup>a</sup> Delzuita de Souza Santos. Na citação abaixo, Dona Alda relembra o seu trabalho no garimpo ao lado do pai e dos irmãos.

[...] eu trabalhava mais meu pai, tinha uma irmã que foi quem criou nós (...). Então quando eu fui, comecei a trabalhar garimpo mais meu pai, [...] trabalhei na terra seca. Quando tava chovendo nós tava lá trabalhando, quando a chuva estiava nós ia no rancho trocar a roupa e ia trabalhar seco. A chuva não deu pra panhar o serviço e no primeiro ano nós relemo o cascalho, eu mais ele metemo o ralo e relemo, agora

<sup>64</sup> Entrevista realizada nos dias 24 e 26 de janeiro de 2009, na residência da depoente, em Igatu.

<sup>65</sup> Entrevista realizada pela autora, no dia 17 de novembro de 2008, na residência da depoente, em Igatu/BA.

carrega o cascalho do carumbé para deitar num lajedo pra secar pra acabar mexer aquilo até secar meter no ralo. No dia de carregar foi uma irmã minha, que minha irmã era mais velha do que eu, mas era preguiçosa ela não ia mais meu pai quem ia era eu, mas no dia de carregar ela carregou mais eu. [...]. Se você ver a distância que nos carreguemos batemo esta cangaia, chama cangaia. Batemo esta gangaia carreguemo e amotoamos na beira de um córrego, um dia de sexta-feira. Quando foi um dia de sábado foi o meu irmão e pai lavar. E no é que tinha cinco diamantes?! E nós não vimo nenhum e nessa toda luta não vimo nenhum. Teve pedra de 9 grão, de 8 e aí acabava a precisão da gente, se tivesse com precisão acabava.<sup>66</sup>

As falas dos depoentes dão conta das precárias condições a que estavam submetidas as crianças na serra, embora estes afirmem a realização de serviços “leves”. Tendo em vista as vivências de Dona Alda no garimpo, percebe-se o que o trabalho que realizava era cansativo, enfadonho e pesado, quando consideradas a cangaia e a distância percorrida. Demostram, também o quanto a utilização da mão de obra infantil foi importante no aumento do rendimento do trabalho e na garantia da manutenção familiar. A participação dos filhos era tida como complementar, mas não menos importante. Enquanto estivessem sob a tutela dos pais, mesmo que pegassem diamantes, seu trabalho era tido como uma “ajuda” à família, afirmou Barrozo (2007). Outro aspecto a ser ressaltado é que a atividade garimpeira nas Lavras se instituiu numa atividade familiar, em que desde cedo as crianças eram inseridas no processo produtivo, o que corroborava para o aprendizado das atribuições de uma atividade ou ofício.

Afora as estratégias de sobrevivência já elencadas e discutidas até aqui (migração, mudança de atividade laborativa e utilização da mão de obra infantil), outras práticas merecem destaque, a exemplo do roubo do diamante e do não pagamento do quinto aos donos de serra. Neste sentido, alguns trechos do romance *Cascalho*, de Herberto Sales (1944), auxiliam na compreensão de que os garimpeiros compartilhavam experiências de exploração ou noção de direito embasado em costumes, tal qual evidenciado no diálogo entre os garimpeiros a seguir:

[...] -Esse negócio de melhor comprador de diamante é besteira. Todos êles são uns ladrões. Ocês já viram rico proteger pobre? [...] Eles só querem é roubar da gente.  
-Pois para mim vida de garimpeiro é boa. Garimpeiro não tem de que se queixá. Garimpeiro pega em nota de conto. Garimpeiro não conhece chicote de feitor.  
Filó Finança ergueu-se:  
-Nós não conhece chicote de feitor, mas nós conhece o quinto, que é mesmo que chicote. Ocê acha pouco seu Teotônio ficá lá em baixo palitando os dentes a semana toda e quando acaba cobrá vinte por cento do que a gente pega no garimpo dele? Êle vem p'ra serra trabalhá, ele vem? [...] E onde é que êles compraram a serra? Na mão de quem? E por que é que êle tem direito de cobrá o quinto da gente? (SALES, 1944, p. 158).

---

<sup>66</sup> Entrevista já citada anteriormente.

A citação em destaque narra uma das passagens mais expressivas do romance *Cascalho*. Momento em que os garimpeiros na volta à cidade após uma semana de trabalho se reuniam à sombra da “Pedra do Conselho” e falavam sobre suas vidas, dos garimpos, das prostitutas, dos capangueiros, da sua revolta contra a cobrança do quinto. Os garimpeiros representados por Sales (1944), apesar de sofrerem os infortúnios de um meio social opressor e excludente não são mostrados apenas enquanto vítimas passivas da exploração, mas como sujeitos com atitudes e visão de mundo própria, que resistem cotidianamente à miséria social que os circunda. Para tal, o questionamento do direito à cobrança do quinto e seu não pagamento, assim como o escamoteamento do achado diamantífero foram um dos caminhos abertos.

Nas entrevistas, quando foi questionado aos depoentes sobre o que eles achavam da cobrança do quinto, foram unânimes em afirmar que se tratava de uma cobrança injusta, tal qual aparece nas falas das personagens herbertianas. Contudo, ao perguntar se eles deixavam de pagar o quinto ou se conheciam algum caso, foi notado certo desconforto, que foi respeitado. Apenas em uma das entrevistas a questão apareceu de forma mais evidente, partindo do próprio depoente a opção em falar sobre o assunto. Este depoente, que não vai ser identificado por questões éticas, contou que era comum pegar o diamante no garimpo e dizer que não pegou. Mas era preciso ter malícia, caso o garimpeiro pegasse quatro diamantes era conveniente que apresentasse pelo menos um para não causar desconfianças. Entretanto, era muito difícil o garimpeiro esconder por muito tempo o achamento da pedra, pois muitas vezes desconfiando da bonança súbita do garimpeiro, os fiscais dos donos da serra, chegavam a investigar se as despesas feitas por este eram compatíveis com as pedras apresentadas. No caso retratado por nosso depoente o dono da serra acabou descobrindo, e o garimpeiro e seu fornecedor que não pagou o quinto foram proibidos de trabalhar na serra de sua propriedade.

Muitos outros casos de não pagamento do quinto tiveram fins trágicos. Segundo contou o Sr. ° Herculano Francisco dos Santos,<sup>67</sup> ocorreram situações em que pessoas ficaram mais de um ano na serra por sentirem vergonha ou receio de represálias. Outras tiveram que tomar purgantes por suspeitas de ingestão do diamante. E ainda houveram aquelas que pagaram com sua própria vida, foram presas, espancadas e levadas pro “tronco”. Sobre este último caso, Sales (1944) narrou em *Cascalho* a história do garimpeiro Juvenal Bosta-Voa, que por suspeitas de ter roubado diamantes em Chique-Chique teve seu pé amarrado a um tronco e “avergalhado”, sendo posteriormente despejado mel de abelha, de modo que pouco tempo depois as formigas

---

<sup>67</sup> Entrevista realizada pela autora, no dia 05 de novembro de 2008, na residência da depoente, em Andaraí/BA.

começaram a corroer o pé do pobre homem. Histórias de roubos de diamantes, assim como suas represálias são muito frequentes no imaginário da população lavrista, e se constituíram numa forma de resistência, posto que se processavam em um espaço social marcado pela exploração, principalmente dos garimpeiros “alugados”, demonstrando também consciência da sua condição de classe social expropriada.

Por fim, destaca-se o significado da solidariedade como elemento essencial na sobrevivência da população, parafraseando Chalhoub (2001) pode-se dizer que a miséria prendeu solidamente os homens e as mulheres pobres do garimpo. Nas inúmeras situações adversas protagonizadas pelos garimpeiros e suas famílias, os laços de amizade e/ou ajuda mútua se constituíram num aspecto importante de suas estratégias de sobrevivência. A ausência do suporte proporcionado por esta ligação afetiva tornaria um acidente, morte de um ente querido, uma doença, um despejo do serviço ou longos períodos de “infusamento”, em acontecimentos ainda mais graves, concorrendo para o agravamento das já precárias condições de vida.

O Sr. ° Marcionílio Sergio Machado (Seu Binha)<sup>68</sup>, por exemplo, perdeu o pai quando ainda era menino em virtude de um acidente na “toca” em que viviam, no garimpo do “Come Gente”. Após a morte do pai mudou-se juntamente com a mãe e os irmãos para uma casa na Rua Bambulim, passando a trabalhar com o cunhado até a idade de 22 anos, ocasião em que se casou. Após o casamento continuou a morar no Bambulim, rua já bastante desgastada pelo abandono de seus moradores. Num dia de tempestade algumas árvores caíram no quintal, deixando-o bastante assustado e temeroso. A irmã ao saber do acidente ofereceu uma casa, que mantinha fechada no centro da vila, ao casal. No caso de Seu Binha, a assistência familiar foi essencial na sua trajetória de vida, tanto na morte do pai, quando o cunhado o levou para trabalhar consigo no garimpo, quanto após o acidente do Bambulim com o empréstimo da casa pela irmã.

A assistência, contudo, não necessariamente partia dos parentes, mas poderia vir de um amigo e/ou vizinho. O Sr. ° Herculano Francisco dos Santos ao contrair bexiga, uma doença comum aos garimpeiros, já havia sido abandonado pela esposa, que o deixara com seus dois filhos pequenos. Doente, sem patrão e parentes na cidade que pudessem zelar pela sua saúde, pensou em muitos momentos que iria morrer. Mas qual seria o destino dos filhos? Quem cuidaria deles? Estas eram questões que lhe afligiam. Contudo, seu vizinho Manoel Bruaca vendo-o naquela condição o olhou e disse: “[...] É de fome você não vai morrer não. Ia no mato

---

<sup>68</sup> Entrevista realizada pela autora, no dia 07 de fevereiro de 2009, na casa do depoente, em Igatu/BA.

levava meus jumentos, trazia a carga de lenha, vendia e comprava dois mil réis. Era só fazer um feijão d'água e comer". Seu Herculano, graças à solidariedade do amigo, conseguiu se recuperar e daquele momento em diante procurou sempre retribuir o favor prestado. "[...] Às vezes ia pro garimpo pegava diamante e ele tava ruim eu ajudava, dava um bucadinho de comer"<sup>69</sup>.

As condições de reprodução das condições materiais de vida das classes subalternas, dependem da capacidade em articular redes extensas de solidariedade, imprescindíveis nas situações de penúria que experimentavam, salientou Chalhoub (2001). Tomando como referência as fontes históricas desta pesquisa, sobretudo as fontes literárias e as orais, é possível aduzir que os que compunham os segmentos mais baixo da sociedade lavrista- garimpeiros, prostitutas, costureiras, lavadeiras, benzedeiras, crianças, dentre outros -, teceram redes de relações mutualísticas firmadas por laços de parentesco, amizade e/ou vizinhança, sem os quais dificilmente teriam condições de subsistir.

A extração de diamantes e carbonatos constituía, no dizer lavrista, “num jogo de azar verdadeiro” sem garantias de êxito àqueles que se aventurassem nesta empreitada, visto que não haviam garantias de se pegar a tão sonhada pedra, que os tiraria da pobreza, além de estarem envolvidos em relações de trabalho desvantajosas e imersas na exploração. As mulheres aparecem como as principais mantenedoras desta “sociedade-providência” do garimpo, principalmente durante os períodos de “infusamento” daqueles que socialmente foram imbuídos de sustentar os seus lares: os homens, sejam eles na condição de pai, esposo ou irmão. Quando estes passavam muito tempo longe de casa em função do trabalho que desenvolviam nas serras, não conseguiam fornecimento para tentar a sorte no garimpo, adoeciam ou sofriam algum acidente que os impossibilitavam de trabalhar, foram as mulheres que supriram, com suas múltiplas e desvalorizadas atividades, a subsistência da família, constituindo-se como sua principal provedora. A configuração do trabalho das mulheres em Chique-Chique de Igatu, e suas estratégias de inserção no garimpo, constituirá o foco desta pesquisa nas páginas que se seguem.

---

<sup>69</sup> Entrevista já citada anteriormente.

**CAPÍTULO III**  
**REVIRANDO CASCALHOS E SILÊNCIOS: O VIVER E TRABALHAR DAS**  
**MULHERES NAS LAVRAS**

O jornal *O Sertão* é rico em histórias que caracterizam o cotidiano das Lavras Diamantinas. A história a seguir, adaptada da crônica “Como Albino deliberava de acordo com a esposa”, escrita por Olympio Barbosa (1944), é um bom exemplo disto, e aponta alguns indícios concernentes ao universo garimpeiro e ao papel atribuído à mulher na sociedade lavrista.

Albino Prata, assim como muitos que viveram nas Lavras Diamantinas, da Bahia, num período em que a extração diamantífera era o principal sustentáculo econômico, vez ou outra se aventurava no garimpo, financiando alguns serviços de garimpagem. Em umas destas empreitadas, findada a “apuração” do serviço, seus “meias-praça” pegaram um diamante de ótima qualidade. Albino, que quase nada entendia de diamantes, em função de ser apenas perito fogueteiro, criou expectativas de mudar de vida com a vendagem do diamante, assegurando à esposa Ana que “agora estavam independentes, porque aquela pedra era de um valor incalculável”<sup>70</sup>, o que a deixou bastante contente.

Diante da sorte, foi imediatamente procurar o seu bom, prestativo, leal e amigo compadre Lormino Santos, que era lojista e comprador de diamantes, muito estimado entre seus vários compadres. Enquanto esperava o compadre, Albino, que era dado a bebidas, principalmente nos momentos de alegria e entusiasmo, foi logo pedindo ao caixeiro um “pedaço de mistura” (aguardente misturada a outra bebida forte), que ingeriu sofregamente. Enquanto o compadre examinava o diamante, ingeriu mais outro copo da bebida. Uma vez analisado o diamante, confirmou-se que de fato se tratava de uma boa pedra, embora não tão grande. Então Lormino pergunta ao compadre por quanto desejava vendê-la. Ao ouvir da boca do seu sincero amigo que o diamante era de boa qualidade, depois de tragar o terceiro “pedaço de mistura”, disse que o venderia por cinco contos de reis.

Logo se via que Albino nada entendia de diamantes ao pedir tamanha quantia, pois precisou que o compadre Lormino explicasse que o diamante apesar de bom não valia tanto, oferecendo-lhe cem mil réis, quantia máxima a ser paga por aquela pedra. Albino, apesar de frustrado, acreditava verdadeiramente nas palavras do compadre, mas queria ouvir a opinião da esposa, então pediu ao filho Joaquim que fosse até em casa perguntar a Sinhá Ana o que ele deveria fazer. Esta estava crente de que o diamante valia uma verdadeira fortuna, não porque soubesse avaliar, mas em vista do alvoroço feito pelo marido. Ela, por nada entender em matéria de diamante, era incapaz de alvitrar qualquer coisa relativa ao preço, contudo, ao receber através

---

<sup>70</sup> *O Sertão*, n.º 86, 26/03/1944, p. 01.

do filho a notícia de que o compadre Lormino só havia oferecido cem mil réis, arriscou sugerir que Albino tentasse negociar um melhor preço, pois o valor oferecido era muito pouco.

Joaquim corre até a loja de Lormino, onde Albino já havia tomado o quinto “pedaço de mistura”, e comunica a orientação enviada pela mãe. Ao ouvir o recado mandado pela esposa respondeu ao filho, ordenando-lhe: - Vá dizer a Sinhá Ana que cuide da renda dela!... E, virando-se para Lormino: Compadre Lormino, fique com o diamante pelos cem mil réis. Mulher entende mesmo é de renda!<sup>71</sup>

Através da história acima apresentada é possível propor alguns pontos de reflexão sobre os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres nas Lavras Diamantinas. Albino, ao mandar Sinhá Ana cuidar da renda dela, afirmando logo em seguida que mulher entendia era de renda, delimitava o espaço destinado à esposa. A norma oficial instituía que a mulher deveria se resguardar em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens assegurariam o sustento da família atuando no espaço da rua. Contudo, as mulheres pobres não viviam apenas imersas no “seu mundo”, ou melhor, no mundo que lhes era atribuído como desejável. Muitas delas, seja por vontade própria ou motivadas pela necessidade de sobrevivência, inverteram, reformularam e inventaram novos papéis ao assumirem, por exemplo, a chefia e a manutenção de seus lares, condição muitas vezes alcançada em decorrência das atividades que desenvolviam. É na busca destes novos papéis assumidos pelas mulheres lavristas que esta pesquisa se debruçou. Ao dar visibilidade a espaços de atuação feminina até então esmaecidos pela historiografia e silenciados pela memória oficial, buscou-se desvelar o “avesso” da renda, ratificando que o garimpo também foi lugar de mulher!

As narrativas, sejam literárias ou orais, traduzidas em palavras, são aqui utilizadas como fio condutor, buscando-se por meio delas entender os modos de vida, as lutas cotidianas, os acordos e os conflitos que envolveram as mulheres, que viveram sob a constante tensão entre a normatização e a autonomia que as experiências de vida concreta lhes conferiram.

### **3.1 Escavando as pedreiras da ordem: mulheres como provedoras do lar**

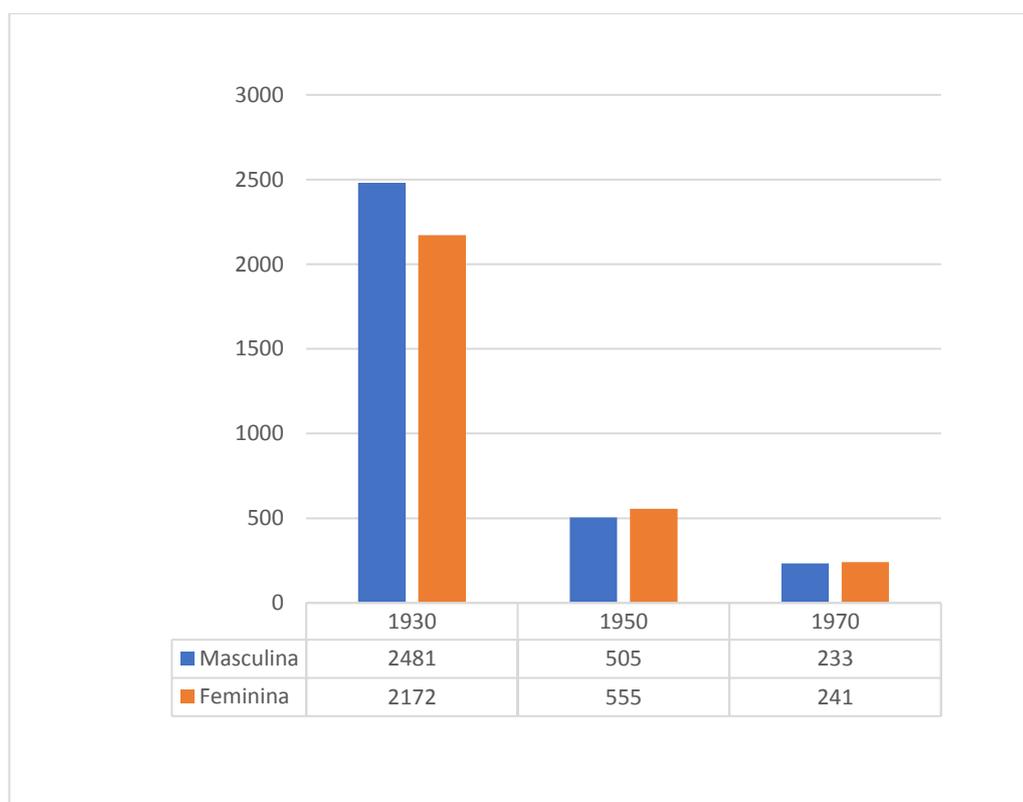
O trabalho no garimpo em geral sempre foi permeado pela inconstância, era “jogo e aventura”, mas era também onde muitos acreditavam ser possível pobre “ficar rico de uma hora para outra”. Com o transcorrer do século XX, os sonhos de bambúrrios tornaram-se cada vez mais rareados e Chique-Chique de Igatu, outrora um dos centros mais prósperos das Lavras

---

<sup>71</sup> O Sertão, n.º 86, 26/03/1944, p. 01.

Diamantinas, tornou-se um dos símbolos de sua decadência. Os dados populacionais apresentados dão o tom da realidade miserável experienciada pelos remanescentes. Dos distritos do município de Andaraí, Igatu foi o que apresentou as perdas populacionais mais expressivas entre as décadas de 1930 e 1970. Esta localidade, em razão do seu posicionamento geográfico, encravada em plena serra, não favoreceu o desenvolvimento de atividades alternativas ao garimpo, a exemplo da agricultura e pecuária, estando ainda mais vulnerável às oscilações econômicas, o que quase sempre favoreceu a migração da mão de obra laborativa, sobretudo a masculina, que era maioria na atividade. A intensa mobilidade geográfica dos homens em busca de trabalho, de acordo com Fonseca (1997), deixava as mulheres periodicamente desamparadas. Com o declínio econômico, muitos homens partiram em busca de novas frentes de garimpo em outros estados, se estabeleceram na pecuária, na extração de madeira e nas lavouras próximas, abandonando muitas vezes suas famílias na vila, que passou a contar com uma população formada predominantemente por mulheres.

Os gráficos 4 e 5, que reportam dados referentes à população urbana e rural e população por sexo, respectivamente, ratificam a decadência da atividade extrativa. Conforme já sinalizado anteriormente, os dados revelaram um intenso processo de ruralização e feminização populacional, numa região que nos períodos de normalidade econômica era eminentemente urbana e masculina, características típicas das regiões de mineração em ascensão. Andaraí foi dos municípios da região lavrista o único a apresentar crescimento populacional até a década de 1960, dentre outros motivos, em razão do desenvolvimento agrícola de distritos como Iguaçú, Piranhas e Ubiraitá. Em contrapartida, as populações da sede e do distrito de Igatu, que se dedicavam à mineração, despencaram. Igatu, que até a década de 1930 era o segundo maior distrito do município, com uma população que se aproximava a da sede, perdeu cerca de 90% de seus habitantes na década de 1970, seguindo a tendência regional da feminização, conforme gráfico a seguir.

**Gráfico 6<sup>72</sup> – População por Sexo, do Distrito de Igatu-BA (1930-1970)**

Fontes: Anuário Estatístico da Bahia (1929-1930); Censo Demográfico, Série Regional, Parte XII, Bahia, Tomo I (1950); Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, VIII Recenseamento Geral (1970).

Os dados da população por sexo, contidas no gráfico 5, apresentados no capítulo anterior, válidos para a região das Lavras Diamantinas, demonstraram um processo de feminização, com exceção do município de Andaraí, em que houve predominância masculina durante o período de análise. Todavia, quando os dados são desmembrados por distritos, percebe-se que a tendência regional da feminização é válida para aqueles distritos em que há prevalência da mineração como atividade econômica, a exemplo de Igatu. Se na década de 1930 os homens eram maioria, representando 53,32% da população, nas décadas de 1950 e 1970 são suplantados pelas mulheres, que passaram a ser 52,36 e 50,85% respectivamente. Enquanto os homens se apressaram na busca de novos destinos, muitas vezes abandonando suas famílias, as mulheres resistiram ao processo de esvaziamento populacional. Em se tratando de uma área de mineração em decadência, a permanência destas mulheres em Igatu corroborou para o seu não desaparecimento, situação comum a tantas povoações que floresceram em razão do garimpo.

A Sr.<sup>a</sup> Joselita Alves Souza Silva, conhecida como Dona Zelitinha, ao narrar a sua experiência como garimpeira ao lado das suas companheiras de trabalho, descreveu a alegria

<sup>72</sup> Os censos demográficos das décadas de 1940 e 1960 não contemplaram dados por sexo.

que sentiam quando voltavam do garimpo com a tal desejada “pedra que traz felicidade”, contudo, também sabiam dos riscos de voltarem para casa sem o fruto do seu trabalho, “[...] porque já vai tirar o garimpo sem saber se tem diamante. Então se tiver a gente pega, fica muito alegre, se não tiver o que é que vai fazer? Ninguém guardou lá”<sup>73</sup>. Pelas configurações das relações do trabalho do garimpo, que não tinha como base o assalariamento, os contratos eram firmados costumeiramente através do fornecimento, desta forma recebiam semanalmente uma provisão de alimentos, que era calculado, apenas, para o trabalhador. Caso o diamante fosse encontrado, após o pagamento do quinto, o que sobrava era dividido entre o garimpeiro e seu fornecedor. Todavia, não era possível precisar a captura do diamante, as lavras, após mais de um século de exploração, já davam sinais de esgotamento e poucos foram os que, após 1950, se animaram a financiar grandes serviços de garimpagem ou que tinham capital para tal. Diante do exposto, depreende-se que, em razão das circunstâncias históricas vivenciadas em Chique-Chique e da instabilidade inerente à atividade garimpeira, o trabalho desempenhado pelas mulheres, seja na condição de esposa, filha ou irmã, tornou-se ainda mais necessário à sua manutenção e à dos seus, assumindo em muitos momentos a chefia econômica dos seus lares.

A história da personagem Sinhá Augusta, contada pelo seu filho Filó Finança, através dos escritos de Herberto Sales (1956, p.144), é ilustrativa de vivências comuns a muitas mulheres lavristas. O garimpeiro relata as dificuldades experienciadas por sua mãe para sustentar a família após o sumiço do pai, visto que eram poucos os rendimentos auferidos com a lavagem de roupa. Com a decadência, intensificou-se o processo de migração, sobretudo, dos homens. Segundo pontuou Barrozo (2007), grande parte dos que migraram para os garimpos mato-grossenses eram homens sós, solteiros ou casados. Destaca que os homens casados que chegavam sozinhos, tinham o propósito de voltar para buscar a mulher e os filhos tão logo se aprumassem no garimpo. Entretanto, este retorno poderia demorar meses, anos ou até mesmo não acontecer, isto porque a migração nem sempre significou melhoria em relação à condição de vida anterior e muitos não alcançando seus intentos de bamburrar e ascender socialmente não mais retornaram. Afinal, se fossem para voltar fracassados e falidos era preferível não mais aparecer.

Para Sarti (1997), o homem, ao passar por situações de desemprego, é atingido naquilo que o faz homem ao ser privado das referências fundamentais de sua identidade social, a de trabalhador, provedor e pai de família. Acrescenta ainda que, no caso da mãe solteira e/ou da mulher “abandonada” pelo marido, o desemprego tem um sentido semelhante, posto que, para

---

<sup>73</sup> Entrevista realizada pela autora, no dia 13 de abril de 2019, na residência da depoente, em Igatu-BA.

estas mulheres, o trabalho remunerado adquire um sentido particular de honra que as afirmam enquanto indivíduos. Por meio do trabalho elas têm a oportunidade de reparar o ato condenável de terem sido abandonadas e/ou readquirir seu orgulho e amor próprio, ao provar que conseguem criar os filhos sozinhas. Este parece ter sido o caso de Sinhá Augusta, que mesmo “[curtindo] fome de cachorro” ao lado dos filhos, ao ponto desses serem privados de sair de casa por não terem roupas, optou por não se amigar novamente, pois, nas palavras do seu filho Filó Finança era “mulher de peso e medida, diferente da mãe de muita gente que conheço...”, (SALES, 1956, p. 144). A mulher amancebada, de acordo com Fonseca (1997), estava entre “dois fogos”. Se de um lado as pressões econômicas impunham a imprescindibilidade de um (novo) marido, por outro era condenada pela opinião pública que pregava que a mulher não deveria ter mais de um homem na vida.

Embora Sinhá Augusta não tenha optado por um novo relacionamento como forma de remediar suas carências financeiras, contando apenas com o dinheiro das lavagens de roupa e com a solidariedade de sua patroa, o que lhe conferia status de mulher honrada, a narrativa de Sales (1956), aliada às entrevistas, aponta indícios de que o amancebamento no caso de mulheres solteiras, abandonadas e viúvas era uma prática comum. A Sr.<sup>a</sup> Joalita Rodrigues Lima, Dona Lita, por exemplo, ao ser questionada sobre o que as mulheres de Igatu faziam para sobreviver, respondeu: “[...] Ah, se não tinha marido elas tinha que arrumar um parceiro para encostar, para poder comer, beber e vestir. Antigamente era assim, as que queria ficar na rua, ficava, né? Mas as que não queria tinha que arrumar alguém.<sup>74</sup> A pergunta realizada tinha o objetivo de captar as atividades laborativas realizadas pelas mulheres, quando a pergunta foi reformulada a depoente elencou alguns afazeres realizados pela mãe, como a feitura de rendas de bilros, mas ratificou que “[...] Mãe mesmo fazia renda, ela vendia, mas ela já tinha esse rapaz<sup>75</sup> que ela morava com ele, né? Mantinha a comida, uma roupa **quando pegava diamante** [...]” (Grifos nossos). Além da importância atribuída por Dona Lita à manutenção do grosso das despesas domésticas, embora ressalve que isto acontecia quando algum diamante era encontrado, ter um homem dentro de casa também significava “não ficar na rua”, ou seja, não ter que se sujeitar à prostituição como forma de sobrevivência. Vale lembrar ainda que os casos de fornecimento de mulheres no garimpo, conforme será demonstrado mais adiante, foram

---

<sup>74</sup> Entrevista realizada pela autora, no dia 24 de maio de 2019, na residência da depoente em Igatu/BA.

<sup>75</sup> Quando o pai de Dona Lita faleceu ela era ainda uma criança. Neste tempo a família morava em Andaraí/BA. Com a morte do pai, se mudaram para Igatu, onde passaram a morar com a sua avó materna. Depois de algum tempo a mãe entrou em um novo relacionamento, ao qual Dona Lita se refere acima.

quase sempre justificados pela ausência de um provedor masculino. Por serem mulheres sofredoras, teriam que trabalhar para sobreviver fazendo vezes de um homem!

Contudo, a instabilidade do garimpo, que no dizer lavrista consiste em “procurar o não guardado”, não permitiu que as famílias garimpeiras desfrutassem de uma vida estável, tampouco que aqueles imbuídos socialmente de “colocar comida em casa” cumprissem integralmente com esta função. Logo, as mulheres “abandonadas”, solteiras, viúvas, e, também as casadas procuravam outras formas de auferir renda, de modo a escapar à miséria que representava a dependência exclusiva dos proventos masculinos. Através dos dados censitários de 1940, das entrevistas e dos romances históricos de Lindolfo Rocha (1990), Herman Lima (1932) e Herberto Sales (1944) e (1956), foram inventariadas diversas atividades desempenhadas pelas mulheres lavristas, que, conforme as tabelas abaixo, compreendiam tanto ocupações lidas socialmente como femininas quanto as ligadas ao comércio e ao garimpo.

**Tabela 3: População por sexo segundo atividades principais, Andaraí- BA (1940)**

<b>Atividade Principais</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>	<b>Total</b>
<b>Agricultura, pecuária, silvicultura</b>	<b>1887</b>	<b>189</b>	<b>2076</b>
<b>Indústrias extrativas</b>	<b>2507</b>	<b>24</b>	<b>2531</b>
Indústrias de transformação	115	72	187
<b>Comércio de mercadorias</b>	<b>180</b>	<b>09</b>	<b>189</b>
Transportes e comunicações	51	03	54
Adm. Pública, justiça, ensino público	37	06	43
Defesa nacional, segurança pública	6	-	06
Profissões liberais, culto, ens. particular, adm. Privada	12	07	19
<b>Serviços, atividades sociais</b>	<b>103</b>	<b>292</b>	<b>395</b>
<b>Atividades domésticas, atividades escolares</b>	<b>189</b>	<b>4322</b>	<b>4511</b>
Condições inativas, atividades não compreendidas ou declaradas	361	574	935

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil (1940) - Grifos nossos

**Quadro 2: Atividades/ofícios realizados por mulheres**

<b>Atividades tipicamente femininas</b>	Lavadeira, prostituta, empregada doméstica, curandeira, rezadeira, professora, quituteira, rendeira, engomadeira, negra de tabuleiro governanta, alfaiate,
---	--

	florista, bordadeira, costureira, doceira, lavradora, modista, artesã.
<b>Atividades ligadas ao comércio e a atividade garimpeira</b>	Dona de prostíbulo, pensionista, hoteleira, atendente, quitandeira, dona de bar, dona de banda de músico, vendedora de lenha, criadora de animais (galinha), fazendeira, feirante, alqueladora (negociante de animais de carga), fornecedora, garimpeira, dona de garimpo, capangueira.

Fontes: Lima (1932), Rocha (1990), Sales (1944) e (1956), entrevistas realizadas para esta pesquisa.

A análise dos dados do quadro, atrelada às considerações sobre a configuração histórica do trabalho feminino nas comunidades lavristas partilhadas por Silva (2007), aponta que a inserção das mulheres no mercado de trabalho seguiu a tendência ocidental, que define como profissões e/ou ocupações femininas aquelas ligadas ao cuidado e ao servir, sempre associadas como extensões das ocupações domésticas. Os homens, contudo, são maioria nas ocupações de maior prestígio social, como o garimpo, a agricultura e o comércio. Esta diferenciação, longe de ser um dado natural, está calcada em princípios organizadores que dão corpo à divisão sexual do trabalho, que separa trabalho de homem e de mulher e os hierarquiza. O trabalho das mulheres, por estar atrelado à reprodução, é visto como atributo natural, que no imaginário social, é considerado dom e não trabalho. Desta forma, houve uma prevalência feminina nos ofícios de lavadeira, prostituta, rendeira, costureira, cozinheira, empregada doméstica, professora, dentre outros. Todavia, as fontes sinalizam para a presença de mulheres em outros espaços, inclusive laborando em atividades tradicionalmente masculinas. Dão conta da presença direta de mulheres no empreendimento do garimpo e suas ramificações, havendo citações a mulheres garimpeiras, fornecedoras, donas de garimpos, capangueiras e comerciantes de toda ordem, que iam desde as vendedoras de galinha e lenha às negociantes de animais de carga, donas de quitandas, pensões e prostíbulos.

Outro aspecto importante do “trabalho das mulheres” lavristas que sobressai das fontes, especialmente da literatura, diz respeito ao fato da sua execução ocorrer sobretudo no espaço urbano. Em Cascalho (1956), por exemplo, as diversas personagens femininas aparecem inscritas no centro das cidades e distantes das áreas de garimpo. Este fato, segundo Silva (2007, p. 17) sugere uma relativa autonomia feminina, visto que:

[...] a abertura de novas frentes de garimpo levava os homens a permanecerem afastados de suas casas por períodos variados. Assim sendo, a permanência destas esposas e filhas nas cidades corroborava uma participação da vida pública haja vista as necessidades de ir ao mercado, transportar o alimento para os homens no garimpo, lavar roupas nos riachos e, em alguns casos, mercar suas rendas, quitutes e serviços.

Todavia, se a atividade trabalhista das mulheres as colocavam em articulação com o mundo público, isto não significa que o houvesse um domínio feminino deste espaço, ressalva Silva (2007). Embora as mulheres desempenhassem diversas atividades, que incluíam incursões naquelas socialmente destinada aos homens, no geral dedicavam-se ao pequeno comércio e à prestação de serviços que permaneciam atrelados ao universo doméstico. Segundo Silva (2007), o artesanato, o fabrico de alimentos e a prostituição eram os principais domínios femininos nas Lavras Diamantinas.

Estas atividades, embora imprescindíveis à subsistência das famílias garimpeiras, eram pouco valorizadas, mal remuneradas e consideradas complementares à renda masculina. No romance *Cascalho*, por exemplo, Sales (1956) aponta os inúmeros percalços enfrentados por essas trabalhadoras para desenvolverem suas atividades, demonstrando que elas também foram afetadas com a crise. Este foi o caso vivenciado pela mulher de Salú, que devido ao fato do marido estar a muito tempo infusado, não tinha dinheiro para comprar milho para as galinhas e comercializar/vender os ovos- acarretando a perda destes rendimentos. Como não conseguia alimentá-las, “[...] vendeu a primeira galinha para comprar milho para as outras. **Mas Salu, que nessa altura estava sem fornecimento, teve de lançar mão do dinheiro.** Vendeu então, consecutivamente, a segunda, a terceira e a quarta galinha...” (SALES, 1956, p. 89- 90, grifos nossos).

A partir deste exemplo é possível perceber que em muitos momentos o único recurso disponível à família resultava do trabalho da mulher, sendo comum aos garimpeiros sem fornecimento lançar mão deste dinheiro para fazerem o saco e irem tentar a sorte na serra, o que reafirma o papel de provedora da mulher. As atividades femininas, embora desvalorizadas, eram mais estáveis que o garimpo e possibilitaram a algumas mulheres se aventurarem na garimpagem como fornecedoras. Nesse universo feminino, grande parte das referências aponta as prostitutas como as principais financiadoras de garimpagens, sendo incluída por Sales (1944) no grupo dos “fornecedores ordinários”, que dividiam com os garimpeiros os reveses da sorte. Também há em *Cascalho* (1956) referências a mulheres de garimpeiros fornecendo seus maridos. Este tipo de investida feminina ganhou uma maior notoriedade com a narrativa do garimpeiro João Canalão, sobre a história do seu casamento com uma costureira por nome

Maria, que por temer que sua partida para o Maranhão, onde pretendia se arranjar, significasse o abandono, passou a financiá-lo no garimpo.

Seu João relatou que antes de “amigar” tudo que conseguia no garimpo ele gastava em cachaça, em roupas, de modo que não juntava dinheiro. Se encontrando em dificuldades financeiras, resolveu partir para o Maranhão a fim de lá conseguir um bom emprego. Quando sua “amiga” soube de suas pretensões de partir chegou até ele e disse: “- Olha eu tenho que casar com você, eu gosto de você, vamos fazer um negócio?”<sup>76</sup> A proposta era de fornecer o saco para que ele se firmasse no garimpo, desistisse da viagem para o Maranhão e casasse com ela. Como de fato ocorreu. Uma vez firmada a sociedade não demorou para que Seu João bamburasse, deixando-os muito felizes, especialmente a Maria. Após vender o diamante, fez as contas da parte dela e guardou tudo junto numa mala. Como ela já tinha liberdade de ir ao quarto dele, mexeu nas roupas e achou o dinheiro, pegando a sua parte. Fez tudo isto sem que ele soubesse ao mesmo tempo em que lhe prepara “uma surpresa”. Quando Seu João voltou do garimpo no sábado recebeu a notícia de que se casariam<sup>77</sup> no dia seguinte.

O que torna a história de Seu João significativa é a forma autônoma e ousada com que a sua companheira deliberava sobre a vida do casal. Dona Maria, possivelmente por temer a desistência do casamento por parte de seu marido após o bamburro, acreditando que este certamente se lançaria à vida mundana decidiu por conta própria alugar uma casa com a parte dela na venda da pedra para morarem juntos. Era ela também, como ressaltou Seu João, quem se responsabilizava pela vendagem do diamante. “Os três anos que vivi com ela foi que dei sorte enorme no garimpo toda semana pegava e ela costurando, era costureira e fazia os trabalhos e ela me dava a feira e eu pegava o diamante. Num vendia não, entregava a ela, resolvia tudo”<sup>78</sup>.

Os motivos apresentados por Seu João para deixar a vendagem do diamante a cargo de sua esposa aparecem ligados ao excesso de ciúmes que ela possuía dele, então, para não arranjar problemas com a esposa, ele lhe entregava o diamante. Provavelmente a decisão de ela mesma vender as pedras tenha se constituído numa forma de evitar que o dinheiro fosse desviado para a prostituição e/ou bebedeiras, mas também era uma forma de exercer o seu papel de fornecedora. Dona Maria assumia plenamente a chefia de seu lar através das suas costuras, dos “trabalhos” que fazia e da vendagem dos diamantes, guardando autonomia em relação ao

---

<sup>76</sup> Entrevista já citada anteriormente.

<sup>77</sup> Vale ressaltar que Seu João ao se referir ao casamento, não fala da sua formalização jurídica, mas do fato de irem morar juntos em uma casa, que correspondia a um “amigamento”.

<sup>78</sup> Entrevista já citada anteriormente.

marido. Ela poderia, tomando como parâmetro o padrão de boa esposa da época, não exigir sua parte na vendagem do diamante, mas, ao contrário, assumia o comando, exigia e tinha consciência que do seu fornecimento dependia o marido. Este, embora afirmasse não gostar da sua companheira, estando com ela porque era o jeito, permaneceu no “negócio” porque este era lucrativo, e lhe dava condições de permanecer no garimpo sem grandes percalços, sem contar que segundo o mesmo, Dona Maria era uma mulher “sortita”, trazia-lhe sorte, elemento nunca desprezado no garimpo.

Mas a situação de Dona Maria não foi comum nas Lavras Diamantinas. Em razão da desvalorização do trabalho exercido pelas mulheres, quase sempre exigiu uma acumulação de tarefas, de modo que possibilitasse à mulher conseguir uma renda maior. As mulheres de que trata este texto, “de tudo se fazia para ajudar dentro de casa”<sup>79</sup>, conforme pontuou Dona Maria José, popularmente conhecida como Zelita. Diante da estagnação econômica, o garimpo aparecia como mais uma possibilidade da mulher pobre poder aumentar a renda da família, sendo a sua inserção nesta atividade mais recorrente nos momentos de declínio, o que não significa dizer que não estiveram presentes em outros momentos. Era também quando relativamente era mais aceito por grande parte da sociedade, haja vista a necessidade de manutenção do grupo familiar, porém nunca sem conflitos e imposições. Para trabalharem fora de casa as mulheres de Chique-Chique tiveram que inventar táticas de resistência em meio a redes de solidariedade e de vizinhança, que se mostraram essenciais frente à estrutura de dominação que as oprimiam e exploravam. É esta história de submissão e transgressão que será desvelada a partir de agora.

### **3.2 As “fora do lugar”: garimpagem de experiências**

O imaginário social em torno do garimpo atribui às mulheres algumas características que reforçam e constroem estereótipos de gênero para esta atividade. O garimpo é visto como sinônimo de aventura, do provisório, do vício, e do perigo. Os elementos definidores do garimpo, portanto, revelam uma identificação e/ou justaposição que se assemelham com as representações sociais da masculinidade garimpeira, ressaltou Santos (2001). Desta forma, o garimpo foi se consolidando historicamente como um labor destinado aos homens, em razão dos atributos de força física que eles “naturalmente” dispõem. Em contrapartida, as mulheres foram consideradas pouco aptas ao exercício desta atividade em virtude da requisição de

---

<sup>79</sup> Entrevista já citada anteriormente.

resistência, requisitos que contrastavam com a sua dita fragilidade. Estas percepções corporificaram a noção do garimpo como “um não lugar” para as mulheres, negando e diminuindo a sua presença. No entanto, os construtos sociais que idealizam papéis sociais para cada sexo, com base em atributos naturais, nem sempre se sustentam. As experiências dos sujeitos e os elementos materiais de existência, também, contribuem para a mudança de pensamentos e práticas, podendo interferir na forma como as pessoas percebem as diferenciações sexuais do trabalho no garimpo, por exemplo. Conscientemente ou não, por força da necessidade de sobrevivência ou por vontade própria, o fato é que muitas mulheres burlaram as interdições que lhes foram socialmente impostas e adentraram este universo viril, ainda que invisibilizadas ou tendo seus corpos e gestos masculinizados.

Silva (2012), ao falar sobre a construção da masculinidade no garimpo, afirma que ao se criar a imagem de homem forte e apto, sob o signo da compleição física, almejava-se enobrecê-la. Acrescenta ainda que este processo só teria êxito se as interseções que insinuassem semelhanças entre o garimpo e as mulheres fossem extintas, visto que a delimitação das aptidões físicas dos homens a esta atividade era a base de sua constituição viril. Partindo da noção de “nobreza viril”, do sociólogo Pierre Bourdieu, Silva (2012) assinala as interferências destes preceitos na arquitetura das masculinidades. Para este autor, a masculinidade pode ser comparada a uma espécie de nobreza, e este ideário, ao ser atrelado à divisão sexual do trabalho, é revelado através da valorização da força de trabalho masculina e desvalorização da feminina. Este autor argumenta que além do fato de que o homem não pode, sem anulação, rebaixar-se a realizar certas tarefas lidas como inferiores, as mesmas podem ser nobres quando exercidas por homens ou imperceptíveis quando realizada por uma mulher. A valoração de uma atividade, portanto, é dada em razão do sexo de quem a executa.

O reconhecimento do princípio da “nobreza viril”, quando vinculado à execução do garimpo pelos homens, em contraposição ao demérito quando exercido pelas mulheres, reforça a ideia de que o “[reconhecimento] da mão de obra feminina como uma das forças motrizes da sociedade lavrista representaria um decréscimo à imagem viril dos mineradores.” (SILVA, 2012, p.140). No entanto, ainda afirma ele, as esferas sexuais do trabalho não são estanques e na dinâmica cotidiana do trabalho eram tecidas necessidades que propiciavam algumas interseções. Os dados apresentados por Silva (2012) sobre as ocupações dos escravos, declaradas nas escrituras de compra e venda, demonstraram que nos serviços em que havia uma maior concentração de cativos (lavoura, mineração e doméstico) não houve exclusividade de um dos sexos no desempenho da atividade, contudo, quando este olhar é voltado para o comércio ambulante, atividade eminentemente feminina, a inserção dos homens foi menos

notada, o que de acordo com ele, conecta-se ao pensamento de Bourdieu. É possível inferir, portanto, que o demarcador de gênero é um elemento limitador mais para os homens do que para as mulheres, visto que estas transitaram por atividades masculinizadas com mais facilidade do que os homens pelas atividades de predominância feminina.

Conforme já mencionado, o reconhecimento do garimpo como uma atividade masculina requereu um esforço de anulação de traços que sugerissem vinculações com o universo feminino. Neste sentido, a constatação da presença de mulheres nesta atividade, símbolo de força e destemor, ameaçaria o caráter viril imputado à mesma. Era necessário, portanto, negar o feminino na constituição do garimpo. Em razão disso, acredita-se que a imputação de traços masculinos às mulheres “fora do lugar”, que se embrenharam por este universo virilizado, esteja comprometida com esta lógica de pensamento. As mulheres atreladas à garimpagem, seja como donas de garimpos e/ou garimpeiras<sup>80</sup>, por exemplo, ao assumirem posições de prestígio, o que lhes poderiam conferir algum status social, eram frequentemente masculinizadas. Estas passaram a ser caracterizadas como mulheres machos, de punhal e garrucha, enérgicas, atiladas, com natureza varonil, que faziam “as vezes dum homem” (SALES, 1944, p.271). Ou seja, para justificar a presença de mulheres nesta atividade, elas teriam que dispor de requisitos que as aproximassem de elementos viris, de modo a manter imaculada a masculinidade do garimpo. Era preciso tornar as mulheres invisíveis “[...] como garantia de manutenção de um pensamento social generificado que as mantenha em seu lugar de reprodutoras (biológica e socialmente)”, conforme ressaltou Carrilho (2012, p.11).

Lindolfo Rocha (2001) no romance *Maria Dusá*, ambientado na segunda metade do século XIX (portanto no auge da extração diamantífera), na então Vila de Igatu, retratou a história de uma prostituta enriquecida, que após investir em serviços de garimpagens prosperou também nesta atividade. O romance, embora tenha o mérito de ter referenciado pioneiramente a presença feminina no garimpo, pautou esta inserção tendo por base valores cristãos. Desta maneira, a mudança repentina de postura, que transformava “mulheres de vida fácil” em trabalhadoras honradas e prósperas, justificava-se pelo instinto monogâmico da mulher, alcançado através do casamento, e não por desejarem ou pela necessidade de sobrevivência. A presença de mulheres na prostituição, bem como na garimpagem e em outras atividades ditas

---

<sup>80</sup> As mulheres referenciadas como “garimpeiras de verdade” eram geralmente solteiras e/ou viúvas, podendo também ser atreladas à prostituição, que não dispunham da presença de um homem que lhes assegurassem o seu sustento. As mulheres casadas que garimpavam, eram vistas como auxiliares de seus companheiros no sustento da família, visto que, nos momentos de maiores dificuldades, ajudavam o homem a complementar a renda. Por esta lógica de pensamento, a definição de uma garimpeira “de verdade” ou “auxiliar” se dava em função da presença ou não do homem assumindo a função de provedor.

masculinas, atentaria não somente à natureza feminina, mas especialmente à moral cristã, conforme evidenciado na citação que se segue:

Na Chapada Nova, como na Chapada Velha, era coisa vulgar, verem-se mulheres de vida livre, no auge da influencia, transformadas repentinamente em negociantes, capitalistas, **garimpeiras**, hoteleiras e até alquiladoras, abandonando [...] a poliandria do tom. Era isso efeito de intuitiva previdência, reunida ao **instinto monogâmico**, ou da conservação da espécie [...]. Essas mulheres, porém, constituindo exceções, à vista do grande número que, tendo o instinto, careciam de energia, **eram sempre de natureza varonil**. Eram mulheres, que, em suas lutas e rivalidades de alcouce, vibravam o punhal [...]. Ai na Chapada, quando se apontava uma mulher livre, que impunha certo respeito, dizia-se: - **É mulher de punhal**. (ROCHA, 2001, p. 87, grifos nossos).

A citação acima, além de captar a perspectiva do autor quanto às motivações que levavam mulheres livres afortunadas a investirem em outras atividades e a abandonar sua antiga profissão, permite outros pontos de reflexão e análise. A primeira delas diz respeito ao registro de representações de gênero na sociedade lavrista do século XIX, ao apontar as diversas atividades realizadas pelas mulheres, sobretudo a prostituição e garimpagem, que permitiram algum enriquecimento às mulheres. Denota, inclusive, que as mulheres não se lançaram ao garimpo apenas nos momentos de declínio, estando presentes também nos períodos de auge da produção. Este dado é ratificado por Lima (1932, p. 177), que assevera que “até mulheres e meninos” foram seduzidos pelo “iman eterno da cobiça”, isto em um período em que a serra estava “dando [diamante] como nunca se vira”. Entretanto, a imagem construída sobre as mulheres garimpeiras as relacionava à prostituição e as masculinizava, eram mulheres varonis e de punhal, asseverou Rocha (1990).

No que tange à masculinização das mulheres garimpeiras, Barrozo (2007), Arruda (2015) e Caleiro e Rodrigues (2007) argumentam que o “fazer-se de homem” foi uma das múltiplas estratégias desenvolvidas por estas mulheres para darem continuidade a seu trabalho, de modo a obterem respeito e melhor exercerem ofícios tipicamente masculinos. Este pode ter sido um dos subterfúgios utilizados pela personagem Maria Dusá para ser respeitada como “mulher da roda” e posteriormente como garimpeira (financiadora de serviços de garimpagem), negociante de gêneros de alimentos e de animais de carga. O trecho que se segue narra o momento em que Dusá comunica a sua escrava a decisão de trabalhar, vejamos:

**Eu queria virar homem, Rita!**

-Sinhá tem astúcia! Pra que queria virá home?

-Pra trabalhar, Rita; **pra ser considerado, respeitado na sociedade**. Mulher, e mulher do mundo, sofre muito, Rita! [...]

**-Mas, não podendo ser homem, vou viver agora como homem, ou viúva, visto que não posso ser casada. [...]**

-Pois estou decidida, Rita. Vou me entregar ao trabalho. **Quero ganhar dinheiro agora com o suor do meu rosto.**

-Pode mesmo, Sinhá. Olhe sinhá Dedé, sinhá Julinha, sinhá Raimunda, do Mucujê! Esta tem comprado negro, devera! Disse que é pra fazê terno de zabumba, pra tocá em toda festa ganhando dinheiro pra ela. As negras, é bolo e mais bolo, doce e mais doce na rua... **a muié é um home!** Tudo respeita a ela e qué bem. (ROCHA, 1990, p.73-74, grifos nossos).

O valor do trabalho, defendido por Rocha (2001), corresponde ao presente na tradição judaico-cristã. Tal qual pontuou Carola (2006), em decorrência do pecado original e consequente expulsão de Adão e Eva do paraíso, Deus os pune severamente. Eva é amaldiçoada com as dores do parto e condenada a ficar sob o poder e domínio do seu marido, sendo sua ajudante/auxiliar. Em contrapartida, Adão é condenado ao trabalho forçado, ou seja, é obrigado a obter o seu próprio sustento e o da sua família com o suor do seu trabalho. A divisão do trabalho se torna mais nítida após o castigo divino, o homem é condenado ao trabalho fora do espaço doméstico e a mulher estaria nele enclausurada. Sob esta perspectiva é possível compreender a insistência de Rocha (2001) com a salvação de Maria Dusá através do casamento, de modo a restabelecer a ordem natural das coisas. A resolução de Dusá de “virar homem”, guarda relação com a possibilidade de ser respeitada através do trabalho. Nega, portanto, a prostituição como trabalho digno, haja vista que, além de atentar contra a natureza feminina, era imoral e permeado pela ideia de facilidade. Não podendo casar, era preciso viver como “homem ou viúva” de modo a conquistar o respeito desejado. Para tal era imprescindível ganhar dinheiro com o suor do seu rosto. Dusá decide então investir no garimpo, mas o seu trabalho tinha que ter um sentido no qual ela justifica: “[...] Quero agora servir para alguma coisa honesta no mundo. Visto não ter uma [...] irmã precisada, um parente infeliz [...] para a qual eu tenha obrigação de trabalhar com minhas próprias mãos [...] entregar-me-ei ao benefício de uma órfã como eu.” (ROCHA, 2001, p. 85). O sentido do trabalho, portanto, atrela-se à obrigação masculina de prover o seu sustento e o da sua família, sendo Maria Dusá uma mulher em busca de respeito através do trabalho, esta premissa também deveria ser atendida. Afinal, o trabalho de uma mulher para além do lar, sobretudo quando bem-sucedido, poderia colocar em xeque a identidade social dos homens na sua obrigação de provedor.

A presença feminina na extração de ouro e diamantes foi registrada por Luciano Figueiredo (1993) desde o período colonial. O autor apresentou diversas ocupações desenvolvidas pelas mulheres nas Minas Gerais, dentre elas a de garimpeira. Todavia, ressaltou que, embora não houvessem impedimentos formais ao trabalho das mulheres na mineração, em razão das exigências de resistência física, houve uma predileção pelos homens. A inserção das mulheres teria se restringido à função de carregadoras de gamelas, desenvolvendo um papel

apêndicular no trabalho da mineração. Contudo, este mesmo autor pontua que com a decadência da mineração houve um aumento expressivo de mulheres que detinham propriedades de minas. Reafirmaram-se enquanto um expressivo contingente nos centros urbanos e assumiram o controle das minas abandonadas.

Na contramão da ideia de complementariedade da mão de obra feminina, defendida por Figueiredo (1993), Paiva (2003, p.189) se reportando também ao período colonial, considera que “[...] não obstante, a ideia generalizada que subestima e, até mesmo, negligência a atuação feminina na mineração, elas se transformaram em mão de obra especializada na área, tanto na África como no Brasil.” Paiva se reporta à relevância das negras minas para o desenvolvimento da exploração aurífera mineira, que exerceram papéis importantes na extração de minério. A preferência dos mineradores por escravas da região da Costa da Mina, na África, era respaldada por questões de ordem simbólica que atribuía a estas mulheres poderes para descobrir ouro. O certo é que “[...] o poder quase mágico dos Minas para [...] a sorte na mineração associada a uma concubina Mina eram, na verdade, aspectos alegóricos de um conhecimento técnico apurado.” As negras minas, portanto, recriavam no Brasil tradições que traziam da sua terra natal, que incluíam o comércio e a mineração.

Caleiro e Rodrigues (2007) ressaltam que, embora as mulheres escravizadas que garimpavam fossem mais valorizadas em relação as que exerciam outras funções, dado apontado por Paiva (2003), desde os primórdios da extração mineral no Brasil a participação feminina nesta atividade foi marcada por proibições e preconceitos. Além das mulheres serem preteridas em relação aos homens em razão da concepção de que o trabalho no garimpo é masculino pelas duras condições em que se processa, interdições de ordem moral foram forjadas para deslegitimar o trabalho das mulheres neste espaço. Conforme assinalaram Caleiro e Rodrigues (2007), acreditava-se que as mulheres representavam uma ameaça ao bom funcionamento das atividades mineradoras por tirarem a atenção dos homens do trabalho e, conseqüentemente, trazerem perdas econômicas. Castilho e Castro (2006), por sua vez, ao discorrer sobre superstições presentes em diversas comunidades mineradoras que atribuem a presença de mulheres nas minas como um elemento de má sorte, que poderia culminar em acidentes e mortes, bem como no desaparecimento do diamante. Além destes impedimentos, acrescenta-se o fato de que o trabalho das mulheres no garimpo as desviaria das suas obrigações domésticas, podendo ser um fator de desagregação familiar.

As imagens construídas em torno das mulheres garimpeiras informam que estas eram frequentemente identificadas como prostitutas e/ou mulheres masculinizadas. O comportamento masculinizado de algumas delas, conforme já evidenciado, dentre outros

motivos, pode ter sido umas das múltiplas estratégias desenvolvidas por elas para se inserirem e se manterem no garimpo, assim como obterem respeito. Barrozo (2007) aponta que não era permissivo que “mulheres de família” se lançassem ao garimpo, uma atividade que, ao requerer o distanciamento do lar e dispêndio de tempo, prejudicaria a execução dos afazeres domésticos. De acordo com Fonseca (1997), apesar do trabalho feminino nas classes populares ser indispensável ao seu sustento, a mulher estava cercada por uma aura de moralidade oficial desvinculada de sua realidade. As mulheres que se dedicavam, unicamente, ao lar, pareciam correr menos perigo moral, por exemplo, do que as que trabalhavam no garimpo, que ao tentarem escapar à miséria com seu próprio trabalho corriam o risco de ser estigmatizadas como “mulheres públicas”, donas de casa relapsas e/ou mães desnaturadas. Desta forma, a construção e acesso às redes de solidariedade e ajuda mútua se constituíram em aspectos fundamentais nas estratégias de resistências, sobretudo de mulheres pobres, viabilizando sua integração ao mundo do trabalho remunerado, o que segundo Chalhoub (2001) foi fator de equilíbrio na “corda bamba da sobrevivência”.

Em Chique-Chique as mulheres parecem ter encontrado formas de se introduzirem no garimpo e em outras atividades que requeriam distanciamento do lar, sem deixarem de ser mulher, mãe e dona de casa. Dona Alda, Dona Mariana e Dona Zelita, por exemplo, para não deixarem os filhos sozinhos em casa, nem os exporem aos revezes da serra, encontraram nos laços de solidariedade e de vizinhança uma alternativa: “[...] Era assim trocada as três, um dia uma ia e uma ficava com as crianças. No dia que não entendia nós pegava as comidinhas e levava pro garimpo eles ficava sentado num cantinho.”<sup>81</sup> A preocupação com os filhos era constante. Geralmente numerosos, constituíam preocupações tanto em torno de como criá-los, sustentá-los, quanto onde e com quem deixá-los para cumprirem essa função por meio do trabalho. O revezamento encontrado pelas mulheres citadas era fundamental, ao menos enquanto os filhos fossem pequenos: “Eu panhava lenha pra vender e ela também (não era só nós não, eram muitas). Ela ia segunda feira eu ia terça, eu fui trabalhar garimpo também foi a mesma coisa [...] no outro dia que ela ia pra lenha eu ficava pra olhar os meninos.”<sup>82</sup> Com o crescimento das crianças essa situação tendia a mudar, já que os mais velhos passavam a ajudar nas tarefas, que incluíam tomar conta dos irmãos mais novos: “[...] mas quando os meninos cresceu nós deu pra ir juntas, deixava os meninos dentro de casa, cada qual dentro de casa, mais os outros mais velho e nós ia junto pra roça, pra lenha, pro garimpo.”<sup>83</sup>

---

<sup>81</sup> Alda Silva Pereira (Dona Neném), entrevista já citada anteriormente.

<sup>82</sup> Maria Ferreira Franca (Dona Mariana), entrevista já citada anteriormente.

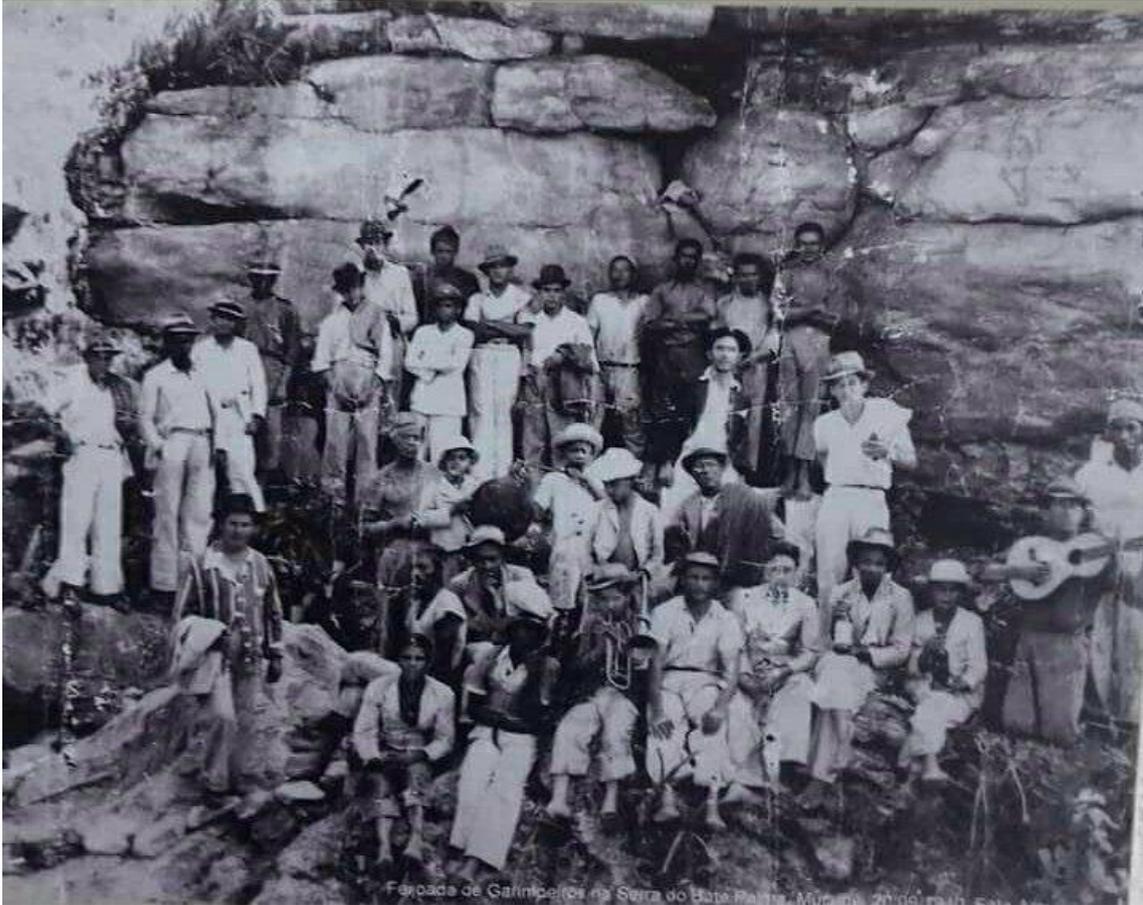
<sup>83</sup> Maria José Jardim Azevedo (Dona Zelita), entrevista já citada anteriormente.

Através das falas transcritas acima é possível identificar dois fatores importantes que as unem: a preocupação com os destinos dos filhos e a realização do trabalho sempre em grupo de mulheres. A interdição do trabalho feminino fora do lar estava calcada em rígidos códigos de moralidade que os via como um fator de desagregação familiar, sobretudo por afastar a mulher de seus deveres de mãe. Se estes códigos eram mais rígidos entre as classes mais favorecidas, entre as camadas mais populares eram mais frouxos, em decorrência da necessidade de sobrevivência. A própria necessidade de acionar as redes de relação de ajuda mútua denota que estavam atentas ao bem-estar dos filhos, inclusive o seu próprio trabalho tinha como finalidade principal a manutenção do lar. Com relação ao trabalho em grupos de mulheres, além de viabilizar um maior rendimento do serviço, era uma forma de se protegerem das más línguas, visto que a serra era tida como um lugar inadequado para uma mulher. Caleiro e Rodrigues (2007), pensando a realidade do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, discorre sobre os estigmas que as mulheres garimpeiras sofriam ao irem para o trabalho na serra desacompanhas de um homem (companheiro), sendo taxadas de “safadas” e “infieis”. Estas mulheres tinham que sistematicamente oferecer provas de que estavam no garimpo para trabalhar, para tal traziam o material extraído como comprovação do seu labor.

A partir do conjunto das entrevistas, que incluiu homens e mulheres, constatou-se que as mulheres que “trabalhavam o garimpo”, expressão comum em Igatu, o fizeram quase sempre em parceria com outras mulheres, como relatou Dona Alda: “não trabalhava com homem não, é com mulher.”<sup>84</sup> Com exceção de Dona Mariana e Dona Delzuita, que trabalharam com seus companheiros, as demais entrevistadas relataram não ter “trabalhado” com homens. Todavia, estas mesmas mulheres, ao longo de suas narrativas de vida, dão indícios de que estiveram ao lado dos pais, irmãos e de seus maridos no garimpo em diversos momentos de suas trajetórias, mas não as referenciam enquanto trabalho, era antes uma ajuda dada a família. Ressalta-se, contudo, que embora não tenha sido comum o trabalho de mulheres com homens nos garimpos lavristas, para além daqueles ligados por vínculos de parentesco, há vestígios de que as mulheres também estiveram presentes na serra possivelmente trabalhando em grupos mistos, conforme pode sugerir a figura 3.

---

<sup>84</sup> Entrevista já citada anteriormente.



**Figura 3- Feijoada de garimpeiros na Serra do Bate Palma, Mucugê, 20/09/1940**

Fonte: Arquivo Público de Mucugê

A fotografia acima é um dos poucos registros encontrados a apontar para presença de mulheres na serra juntamente com homens e crianças, que segundo descrito em seu rodapé foi tirada no ano de 1940, em um momento de lazer do grupo. Há pelos menos três mulheres na foto, mas uma delas, a que se encontra sentada na primeira fileira, chama a atenção pela sua caracterização. Na foto, esta mulher aparece vestida como “homem” e com uma garrafa de cachaça nas mãos, comportamentos que a aproximam do universo masculino. Tal qual apontado anteriormente, algumas mulheres podem ter encontrado na masculinização de seus corpos e gestos um caminho para a aquisição de respeito numa atividade considerados inapropriada para seres considerados biologicamente frágeis. Arruda (2015) e Caleiro e Rodrigues (2007) asseveram que o vestir-se como homem e a assunção de papéis reconhecidamente masculinos não eram incomuns, podendo ser um recurso para melhor executar ocupações masculinas. Todavia, em situações de falta ou ausência temporária dos homens, especialmente em períodos de recrudescimento econômico, a separação dos espaços de atuação de homens e mulheres tornava-se menos rígidos, a exemplo do que se verificou em Chique-Chique de Igatu.

A literatura regional, especialmente a obra *O Diamante Verde*, de Almachio Diniz (1981), escrita em 1910, também registrou a presença feminina no garimpo. Diferentemente, de obras como *Maria Dusá* (2001) e *Cascalho* (1956), em que as mulheres aparecem fiscalizando o serviço de garimpagem e/ou acompanhando seus maridos na serra, na obra de Diniz as mulheres aparecem na execução direta do garimpo, trabalhando em parceria com homens. O livro se reporta à história de um “bruaqueiro” inexperiente que chega à Vila Bela das Palmeiras com o propósito de fazer fortuna no garimpo, de modo a encontrar a felicidade ao lado de muitas mulheres. Ao passo em que a narrativa descreve as dificuldades do bruaqueiro na aprendizagem dos processos de extração do diamante, o trabalho das mulheres no garimpo vai sendo desvelado, como demonstra a passagem abaixo:

Nas margens dos riachos, **homens e mulheres se agrupavam afanosamente. Bateiavam o cascalho.** Era aquilo que Alésio queria experimentar, queria ver de perto, queria analisar mais detidamente. Todos que assim operavam, faziam-se, no entanto, indiferente à sua passagem, e ninguém o convidava para transpor os liqueiros cercado e se chegar da obra ingente da bateia. [...]. Algumas vezes, mesmo à distância, o irmão de Felícia se detinha. Não somente a ação dos homens o atraía. **No seu trabalho, as mulheres daquela gente se esqueciam do pudor, e os homens perdiam o instinto na febre das riquezas.** Mas, Alésio era quem não se lembrava mais de caminhar ou de lavar cascalho se, nos grupos que divisava, **esta ou aquela mulher tinha arregaçado mais as véstias e um pedaço de perna, um pouco além das dobras dos joelhos, se desenhava nos trejeitos que faziam as suas possuidoras, para apanhar o cascalho, ou para lançar fora da bateia os feijões denunciadores dos diamantes...**Só se retirava do pouso de observação quando a sua presença era demais notada. (DINIZ, 1981, p. 52, grifos nossos).

Em relação às mulheres, Diniz (1981) narra com certa naturalidade seu trabalho no garimpo, inclusive no ato de “bateiar” o cascalho, etapa executada majoritariamente por homens, o que indicia o desenvolvimento de certas habilidades que colocavam as mulheres em vantagem diante do bruaqueiro novato. Outro aspecto que merece destaque diz respeito à ideia de que a presença de mulheres na serra desviava a atenção dos homens em razão das tentações sexuais que as mesmas despertavam ao trabalharem com vestimentas que mostravam partes “proibidas” do corpo feminino. Entretanto, este autor ressalva que além do novato, os demais homens aparentavam ter perdido o “instinto” na ânsia de encontrar o diamante, o que pode sugerir, também, que a utilização da mão de obra feminina na garimpagem fosse algo costumeiro naquela localidade.

Afora estas duas referências que apontam para a estada de mulheres laborando na serra com homens, não necessariamente na condição de esposa ou filha, as entrevistas revelaram a preponderância do trabalho no garimpo em grupos de mulheres. Os impedimentos de ordem

física, econômica, sobrenatural e moral contribuíram para legitimar o garimpo como um lugar inapropriado para mulheres, sobretudo por ir de encontro às responsabilidades da mulher com a esfera da reprodução. Embora o esquema de alternância, descrito anteriormente, tenha possibilitado às mulheres se lançarem ao garimpo, os cuidados com o lar e os filhos impuseram limitações a uma investida mais permanente nesta atividade extrativa. Estas mulheres, por não possuírem recursos financeiros para externalizar o trabalho doméstico, através da contratação de uma outra mulher para cuidar dos filhos, só puderam contar com a solidariedade de parentes e/ou das vizinhas. Porém, mesmo se valendo deste recurso, a execução de seu trabalho no garimpo foi restrita. Muitas destas vizinhas provavelmente tinham muitos filhos e não teriam condições de assumir os cuidados dos filhos de outrem, sem contar que algumas delas também estavam inseridas no esquema de alternância. Diante destes condicionamentos, as mulheres não poderiam se dedicar exclusivamente à garimpagem, por não poderem se ausentar por períodos muito longos, tendo que faiscar em serviços localizados próximos à vila. Algumas explicações foram dadas pelas entrevistadas quando foram questionadas sobre os motivos pelos quais as mulheres não trabalhavam com os homens e/ou com seus maridos. Dona Zelita justificou da seguinte forma:

Eles ia pro lado do garimpo deles e as mulher pra outro lugar. [...] **Cada qual procurava o seu.** Se as mulher quisesse trabaiá mais outra sócia ia mais outra e eles pro garimpo dele.

[E porque era que a senhora não trabalhava com seu marido? Porque já tinha outro sócio?]

Não. Num trabaiava por isso, **porque trabalhava de dia e eu não podia tinha menino, tá entendendo? A casa cheia de filho, como era que deixava os filho pra ficar até mais tarde. Ele trabalhava pra lá, cada qual procurava seu mundo, se ele pegasse bom, mas se ele não pegasse e eu pegasse ajudava sempre. Ele ia pra lá, pra serra, pra lá, pra serra longe e eu por aqui.**<sup>85</sup> Grifos nossos.

As falas de Dona Zelita são bem significativas no tocante à estruturação do trabalho do garimpo através do gênero. Por este motivo, homens e mulheres procuravam cada qual o seu mundo, o homem na serra longe e as mulheres nas proximidades da vila. Por serem as mulheres as principais operadoras dos serviços domésticos e dos cuidados para com os filhos não poderiam se afastar por longos períodos. Seu trabalho era mais “picado” e condicionava-se aos horários profissionais do marido e/ou aos escolares dos filhos. Conforme pontuou a Sr.<sup>a</sup> Maria Áurea Alves Silva (Áurea), as mulheres iam para o garimpo de manhã e “[...] meio dia vinha para os meninos podem ir para a escola.”<sup>86</sup>. Em contrapartida, os homens tinham mais tempo

<sup>85</sup> Entrevista já citada anteriormente.

<sup>86</sup> Entrevista realizada pela autora, no dia 30 de março de 2019, na residência da depoente, em Igatu/BA.

livre para se dedicar ao garimpo. Diferentemente das mulheres, não acumulavam trabalho produtivo com o doméstico. Segundo Quirino (2011), o trabalho doméstico, remunerado ou não, é culturalmente percebido como atividade de mulher, o que representa uma sobrecarga para aquelas mulheres que realizam atividades econômicas fora do lar. Esta percepção, na prática, refletiu em menos tempo disponível às mulheres para dedicarem-se ao trabalho no garimpo.

A distribuição generificada entre “garimpo de homem” e “garimpo de mulher” foi um fator importante na inserção de algumas mulheres na garimpagem sem o consentimento dos maridos. Os homens, por disporem de mais tempo para se dedicar ao garimpo, costumavam se ausentar de casa por longas jornadas. Com a decadência, passaram a ficar menos tempo nas serras, indo para o garimpo pela manhã e retornando ao final da tarde, ainda assim mantinham uma rotina de trabalho mais fixa do que as mulheres, que tinham seu tempo dividido entre o trabalho doméstico e outras atividades externas ao lar. Dona Mariana discorreu que o seu primeiro marido não a deixava trabalhar o garimpo, “[...] por causa de não judiá com os meninos no sol, no tempo, na chuva”<sup>87</sup>, entretanto, quando o dito saía para o “garimpo dele” ela deixava os filhos com uma vizinha e saía para o “garimpo dela” com outra mulher. O marido acabou descobrindo o esquema, por sorte a descoberta seu deu da melhor forma possível: com um bambúrrio da esposa. Segundo ela, foi o primeiro a ver o diamante e quem o vendeu. Outras entrevistadas relataram resistências de seus companheiros com o trabalho fora do lar. Dona Joselita, por exemplo, discorreu que seu marido “não gostava que eu panhava lenha. Eu dei para trabalhar garimpo depois que já tava com meus meninos tudo grande.”<sup>88</sup>

Nestas empreitadas nas serras, as mulheres trabalhavam em grupos compostos por duas ou três, contando na maioria das vezes com a ajuda dos filhos mais crescidos. Em conformidade com o que foi apresentado no capítulo anterior, a utilização da mão de obra infantil no garimpo era uma prática costumeira na região lavrista e se constituiu em uma estratégia de sobrevivência importante, sobretudo, por aumentar o rendimento do trabalho. A porta de acesso dos menores ao mundo garimpeiro geralmente se dava na condição de ajudantes (carregadores de gamelas). Tomando como referência as fontes utilizadas nesta pesquisa, notadamente a literatura, os depoimentos orais e a figura 4, é possível aventar que foram preponderantes nos garimpos as crianças do sexo masculino, inseridas bem precocemente. Não era incomum encontrar crianças na faixa dos cinco, seis anos, iniciadas nesta atividade.

---

<sup>87</sup> Entrevista já citada anteriormente.

<sup>88</sup> Entrevista já citada anteriormente.

Entretanto, as histórias de vida, especialmente das mulheres entrevistadas, sinalizam para presença expressiva de meninas na garimpagem. Das dez mulheres ouvidas, quatro sinalizaram experiências laborativas no garimpo ainda na infância.



**Figura 4- Presença de crianças e adolescentes no garimpo**

Fonte: (TOLEDO, 2008, p.290)

As histórias de vida destas quatro mulheres guardam vivências em comuns. Dona Alda, Dona Zelita, Dona Joalita e Dona Delzuita estiveram no garimpo ao lado dos seus pais/padrastos. As duas primeiras relataram ter perdido a mãe quando eram crianças e por seus pais se negarem a arranjar outra companheira que cuidasse dos filhos, estiveram desde muito pequenas no garimpo. Dona Joalita também teve uma perda familiar importante. Seu pai morreu quando ela tinha aproximadamente nove anos de idade. Sua mãe casou-se novamente. Dona Joalita e a irmã, e também a sua mãe, trabalhavam juntas com o padrasto no garimpo do

Carbonato. Dona Delzuita, embora tenha contado com a presença de seus pais, relata que, com a decadência, seus irmãos homens procuraram outros meios de vida fora de Igatu. Por este motivo, ela passou a acompanhar o pai na serra aprendendo com ele a arte e o ofício do garimpo. Sobre a “ajuda” dada ao pai quando criança, Dona Joalita<sup>89</sup> afirmou que era “[...] carregando cascalho. Porque as mulher não lavava cascalho. [...] Aí a gente ficava enchendo o carumbé lá do esmeril e dano pra despejar na bateia pra ele ficar dentro d’água lavando o cascalho.” Em contrapartida, Dona Alda não se limitava ao ato de carregar o cascalho. Ela relata que desde os dez anos trabalhava com o pai e os irmãos no garimpo, acrescentando que na base dos doze anos “já enfrentava garimpo de verdade”, ou seja, fazia “o que meu pai fazia...pegava em enxada, quebrava pedra com marrão [...]. Eu não ficava quieta, eu fui criada feito uma formiga”<sup>90</sup>.

Vale ressaltar que mesmo aquelas que afirmaram não ter trabalhado quando crianças não estiveram indiferentes à faina cotidiana do labor garimpeiro. Muitas destas mulheres na reproduziram práticas vivenciadas com suas genitoras e outras mulheres na relação com os seus filhos e filhas. Quando o sistema de alternância no cuidado com os filhos não funcionava, estes eram levados ainda pequenos para a serra. Dona Alda, por exemplo, discorre que quando os meninos já estavam sentando, iam para o garimpo. As falas da Sr.<sup>a</sup> Delzuita de Souza Santos (Dona Dé) reforçam esta informação, quando relata que sua sócia, por não ter com quem deixar o filho, o levava ainda pequeno para o garimpo “dentro de uma lata de gás, a lata que a gente carregava o cascalho ela forrava e deitava o menino.”<sup>91</sup> As entrevistas denotam que as crianças estiveram presentes na serra desde muito cedo. Esta imersão, seja na condição de “ajudantes” ou como “acompanhantes” de suas mães, quando estas não dispunham de quem as olhassem, colaborou para a perpetuação de saberes e práticas através do aprendizado que adquiriam junto aos pais na serra.

As concepções de Thompson (1998) sobre a relação entre tradição, costume e trabalho ajudam a refletir sobre a forma como a aprendizagem profissional carrega consigo noções sociais. Thompson (1998) comunga da ideia de que nas culturas tradicionais, a exemplo da sociedade rural, manufatureira e mineira, encontra-se uma herança importante de definições e expectativas marcadas pelo costume, desta forma, “[...] o aprendizado, como iniciação em habilitações dos adultos, não se restringe à sua expressão formal na manufatura, mas também serve como mecanismo de transmissão entre gerações” (THOMPSON, 1998, p.17). Para o

---

<sup>89</sup> Entrevista já citada anteriormente.

<sup>90</sup> Entrevista realizada pela autora, no dia 23 de março de 2019, na residência da depoente, em Igatu/Ba.

<sup>91</sup> Entrevista realizada pela autora, no dia 24 de maio de 2019, na residência da depoente, em Igatu/Ba.

autor, os ofícios que não exigem um conhecimento formal são transmitidos no âmbito da família e da comunidade. O processo de formação do ser garimpeiro, considerando a perspectiva thompsiniana apresentada para a realidade da Inglaterra do século XVIII, guarda similitudes no que tange à assimilação do processo de aprendizagem desta atividade. Neste trilhar aprenderam as particularidades técnicas da garimpagem, mas também herdaram experiências sociais e/ou sabedorias comuns da coletividade. Estas experiências podem ter contribuído na manutenção de padrões culturais de gênero, ao associar a imagem do garimpo como uma atividade destinada aos homens, mas também no questionamento destes arquétipos ao passo que na experiência da vida concreta, muitas mulheres, a exemplo das entrevistadas, adentraram um universo dito masculino, invertendo, reformulando e inventando novos papéis sociais para além dos que lhes foram atribuídos como desejáveis.

As incursões das mulheres no garimpo, diferentemente dos homens, foram realizadas quase sempre por conta própria, ou seja, não recebiam fornecimentos. As depoentes, ao serem questionadas sobre os motivos pelos quais eram preteridas como meia-praça, ofereceram algumas explicações, dentre as quais, foram destacadas as mais expressivas.

1- Eu vou te dizer porque que não era fornecida. **Porque se eles forneciam os homens apulso não ia fornecer mulher.** [...] E as mulheres trabalhava menos e as vez a gente fazia uma faisqueirinha e num pegava quase nada.<sup>92</sup>

2- Mais ou menos **por causa do costume**, né? Mas mulher nunca trabalhou aqui pra outra pessoa fornecer não, mas agora homem sempre trabalha mais com fornecimento de outro.<sup>93</sup>

3- Que elas não tinha essa coragem de procurar um fornecedor, um patrão, né? **A mulher sempre se sentiu menos que o homem, né? E porque o garimpo é muito pesado.** [...] E um fornecedor quando fornece ele quer ver resultado [...]. Quer dizer, só se ela tivesse um homem do lado, pra só tá no ajuda, né? Ajudando.<sup>94</sup>

4- Mas era **questão de não fazer igual aos homens**, né? Que **os homens trabalhavam, aquilo era sempre**, só vivia daquilo, recebendo o fornecimento, trabalhando o garimpo [...] **E as mulher não.**<sup>95</sup>

5- **As que não recebia era mesmo porque os marido não deixava, né?** “- Não cê tem que cuidar de casa, pode deixar que eu vou trabalhar” e trabalhava alugado, trabalhava ne roça, trabalhava ne garimpo, tudo para ajudar em casa.<sup>96</sup>

6- **Porque tinha os maridos** e os maridos sempre, mesmo com dificuldade [...] colocavam comida em casa. [...] As **veis inventava de ir no garimpo pra ver se arrumava algo a mais.**<sup>97</sup> Grifos nossos.

<sup>92</sup> Alda Silva Pereira (Dona Neném) - entrevista já citada anteriormente, realizada no dia 23 de março de 2019.

<sup>93</sup> Joselita Alves Souza Silva (Dona Zelitinha) - entrevista já citada anteriormente.

<sup>94</sup> Maria Áurea Alves Silva - entrevista já citada anteriormente.

<sup>95</sup> Joalita Rodrigues Lima (Dona Lita) - entrevista já citada anteriormente.

<sup>96</sup> Delzuita de Souza Santos - entrevista já citada anteriormente.

<sup>97</sup> Antônia Santana Silva (Tuninha) - Entrevista realizada pela autora, no dia 23 de março de 2019, na residência da depoente, em Igatu/Ba.

Os argumentos acima sinalizam para algumas questões atinentes à natureza distinta do trabalho de homens e mulheres na garimpagem. As razões para o não fornecimento de mulheres, longe de ser um dado natural, estão alicerçadas na divisão sexual do trabalho que separa e hierarquiza o trabalho de acordo com o sexo de seus executores. Para além das questões de ordem econômica que contribuíram para a diminuição do número de “sociedades”, o que poderia justificar que os parques fornecimentos às mulheres estivessem ligados, unicamente, à crise econômica, a força do “costume” de que o garimpo é trabalho de e para homem não viabilizou uma inserção de mulheres em termos de igualdade, inclusive no tocante ao financiamento do seu trabalho como “meia-praça”. A codificação social apregoava que somente o homem, tido como fisicamente superior, aguentaria as duras condições em que se processa o garimpo, da mesma forma que também recaía sobre ele a obrigatoriedade pelo sustento dos seus lares. Estas premissas foram naturalizadas e internalizadas por homens e mulheres, desta forma, as justificativas acima apresentadas giraram em torno da fragilidade biológica da mulher para a execução do garimpo, visto que, por ser pesado, as mulheres não teriam o mesmo desempenho que os homens ocasionando perdas para os fornecedores. Outro ponto que sobressai das falas das mulheres refere-se à não aprovação dos homens quanto ao trabalho das suas esposas, uma vez que atentaria contra a sua moral de provedor. As mulheres casadas que trabalhavam o garimpo o faziam, na visão das entrevistadas, como forma de complementar a renda de seus companheiros, era antes uma ajuda à família.

Apesar da inexpressividade numérica, existiram casos de mulheres financiadas através do sistema de meia-praça. “Muitas mulher aqui trabalhou fornecidas. Tudo de meia-praça!”<sup>98</sup>, afirmou Dona Delzuita. Dentre estas mulheres a memória coletiva enfatizou o exemplo de Alexandrina<sup>99</sup>, dada a excepcionalidade do fornecimento feminino. Os casos mencionados foram destinados àquelas mulheres que não dispunham da figura do chefe de família, comumente as solteiras, viúvas e/ou abandonadas. A Sr.<sup>a</sup> Antônia Santana Silva (Tuninha), ao se referir à Alexandrina, noticiou que “ela era mulher solteira, ela não tinha assim ninguém pra ajudar ela, era mãe e só tinha um filho sozinho e esse filho era casado e tinha um bocado de fio. [...] Ela trabalhava mesmo pra sobreviver. Quando não estava no garimpo vendia lenha pra

---

<sup>98</sup> Entrevista já citada anteriormente.

<sup>99</sup> A presença de Alexandrina nas entrevistas foi uma constante. Quando se inquiria sobre a existência de mulheres garimpeiras em Igatu era, ao lado de Dona Alzira e Dona Mariana, uma das primeiras a serem lembradas sempre com a distinção de ter sido garimpeira fornecida, que trabalhava com muito afinco para garantir a sobrevivência da sua família. No fim da vida, contudo, fora bastante desrespeitada. A sua morte teria acontecido decorrente de uma bomba lançada em sua casa e seu enterro foi marcado por algazarras por parte daqueles que conduziram o seu corpo até o cemitério.

comprar o que comer.”<sup>100</sup> Argumento reforçado por Seu Aguinaldo Leite, que acrescentou que: “umas tinha, [fornecimento] outras não [...]. Otávio mesmo tinha umas três aí que dava uns fornecimento a elas. Fornecia a ela e os filho que ela não tinha marido, né?”<sup>101</sup> Não obstante, Dona Delzuita faz menção à existência de ao menos uma mulher casada que trabalhava o garimpo financiada. “[Casada] é só essa, só Tapuia. Agora as outras eram mulher solteira, já velha aí trabalhava de fornecimento porque não tinha quem dasse.”<sup>102</sup> Ao acessar as memórias das suas primeiras experiências no garimpo ao lado da sua sócia, Dona Delzuita vai apresentando alguns aspectos importantes do garimpo.

[...] A finada Tapuia, que é tia de Arandy também já trabalhou de meia-praça. Eu sou testemunha que eu trabalhei mais ela. Eu trabalhava que eu novinha ainda, eu tava aí nesta facha de uns 10 para 11 anos. [...]. Então pai confiava deu ir com ela pra serra, aí eu carregava cascalho, carregava uma latinha de cascalho. Meu padrinho Otávio me deu umas latinhas de bomboins, que eu não aguentava uma latona grande. [...] **Aí a gente ia carregar o cascalho e ia amontoando, quando era o final de semana ia pai, o marido dela (da minha companheira) pra lavar o garimpo. E sempre a gente pegava uns diamantinhos.**<sup>103</sup> (Grifos nossos).

Para além dos aspectos já trabalhados, a exemplo da inserção precoce de crianças no garimpo e das condições de trabalho a que estavam expostas na serra, o trecho acima transcrito faz referência a algumas questões recorrentes nas entrevistas no que se refere às características da execução do garimpo e preterição impostas às mulheres na realização da última fase da garimpagem, a lavagem do cascalho. Na execução do garimpo as mulheres desempenhavam diversas atividades, tais como: quebravam pedra de marrão e/ou marreta, ralavam e carregavam cascalho, faziam “corrida”. Dona Alda e Dona Mariana ao narrarem suas experiências, descreveram um pouco da sua rotina e seus afazeres na serra.

Uai, era umas **quebrando de marrão**, outras **puxando cascalho**. Às vezes quando eu trabalhava mais a sócia era uma **fazendo cascalho**, eu era mais na marreta, no marrão quebrei muito de marrão a sócia puxava o cascalho. [...] **Quando tinha água corria** e aí no dia de panhar **o marido ia fazer a cabeceira e lavar o cascalho**. Tinha dia de lavar que nem ia.<sup>104</sup> (Grifos nossos).

**Tirava cascalho**, relava, **relava no ralo, amontoava**, se fosse na corrida com água era na corrida **cortando pedra**, trabaiano. Garimpo minha filha é uma coisa que só a gente vendo pra puder acreditar.<sup>105</sup> (Grifos nossos).

<sup>100</sup> Entrevista já citada anteriormente.

<sup>101</sup> Entrevista já citada anteriormente.

<sup>102</sup> Entrevista já citada anteriormente.

<sup>103</sup> Entrevista já citada anteriormente.

<sup>104</sup> Entrevista já citada anteriormente.

<sup>105</sup> Entrevista já citada anteriormente.

Quando inquirida sobre o porquê de as mulheres não lavarem o cascalho, Dona Joselita relatou que “lavar cascalho é difícil, pra saber só homem mesmo. Que de primeiro era batéia, mas depois mudaro e [passou] a ser peneira. Ninguém sabia bater a peneira.<sup>106</sup>” No que se refere à mudança na utilização da bateia para a peneira, Dona Alda acrescentou: “[...] porque este negócio de peneira eu já não entendia. [...] Lavava de bateia, de peneira eles é que ia lavar”<sup>107</sup>. Segundo Áurea era preciso saber “bater” peneira para não deixar o diamante “ir pro mato”, perder-se. A apuração realizada através da bateia não foi incomum entre as mulheres igatuenses<sup>108</sup>, o que se assemelha à realidade retratada por Diniz (1981) para a região de Palmeiras. Entretanto, a introdução do uso das peneiras requeria um saber mais especializado, que as mulheres não eram estimuladas a adquirir, de modo a manter a hegemonia masculina nesta ação.

Em concordância com Dona Mariana, quando esta descreve a apuração do garimpo como algo difícil de se aprender, acredita-se que a restrição do trabalho das mulheres à preparação do cascalho e carregamento até os locais de lavagem guarda limitações impostas pelas construções sociais de gênero. Mulheres como Dona Mariana, que dentre todas as entrevistadas foi a única a trabalhar diretamente em garimpo de gruna, descrito pelos garimpeiros/as como o serviço mais perigoso por se realizar em grutas subterrâneas, colocava à prova os preceitos de que garimpo não era lugar de mulher. Contudo, vários interditos eram acionados para limitar a atuação destas mulheres. Elas poderiam até estar no garimpo, mas não eram consideradas “garimpeiras completas”, eram “curaus”. Consoante ao apregoador por Castilho e Castro (2006), a não lavagem do cascalho pode interligar-se a uma aura supersticiosa que associa a presença de mulheres nesta atividade como elemento de má sorte. Na obra *Cascalho*, Herberto Sales (1944), ao retratar a história de Dona Hilda, mãe do Coronel Germano, que após enviuar-se assumiu com altivez o gerenciamento das propriedades deixadas pelo marido, relata que misteriosamente a serra começou a se despovoar e os diamantes a sumirem. O “infusamento” dos garimpeiros foi justificado por Sales (1944) como decorrente do fato de Dona Hilda manter relações sexuais com os garimpeiros que trabalhavam nas serras de sua propriedade. Após a sua morte, momento em que seus filhos assumiram o comando dos negócios, a serra voltou à agitação dos velhos tempos, assim como os bambúrrios. As interdições de ordem moral, supersticiosa, associadas à noção de que as mulheres não

---

<sup>106</sup> Entrevista já citada anteriormente.

<sup>107</sup> Entrevista já citada anteriormente.

<sup>108</sup> Há relatos de que Dona Alzira, Alexandrina, Dona Mariana, Dona Dudu, dentre outras, bateavam o cascalho.

desempenhariam bem funções destinadas aos homens, corroboraram para a não valorização feminina no garimpo.

Outras limitações ao exercício do trabalho das mulheres aparecem quando se questiona a vendagem do diamante. Dona Delzuita foi a única das entrevistadas que afirmou ter vendido diamantes: “Era mais eu, que sempre ele fixado no garimpo. [...] Eu que ia lá vendia, fazia compras, comprava o que precisava. [...] Sabia vender, sabia preço, sabia isto tudo.” Contudo, esta não era regra, as mulheres mesmo afirmando trabalhar por conta própria, em geral não possuíam autonomia para vender as pedras que porventura pegassem. Eram comercializadas por seus maridos, por julgarem suas mulheres com poucas habilidades para tal fim. Consoante o já apresentado neste estudo, os casos de financiamento feminino no garimpo, limitaram-se a algumas poucas mulheres, comumente as abandonadas e/ou viúvas que não contavam com quem as sustentassem. As demais eram mulheres casadas, que trabalhavam em serviços “arranjados” pelos seus companheiros e outros parentes, o que possivelmente lhes davam o status de “patrão”.

Todavia, não necessariamente as “sócias” recebiam a parte que lhes cabia. A força de trabalho destas mulheres pode ter sido utilizada sob a forma ótica da “ajuda, o que talvez justifique a restrição de seu trabalho às duas primeiras etapas da garimpagem. Os homens “davam” o serviço às mulheres, estas preparavam o garimpo para que seus maridos, irmãos e/ou amigos fossem apurar, não necessariamente recebendo diretamente por seu trabalho. Quando recebiam algum dinheiro, acabavam gastando nas necessidades mais imediatas da casa, logo, o encontro do diamante não chegava a representar uma realização individual da mulher, porque se inscrevia na lógica das obrigações familiares “A gente tinha de gastar dentro de casa, tinha muita precisão, tinha que comprar as coisa que precisava. Negócio de lordeza? Não. Tinha que comprar o pão de cada dia, né?”<sup>109</sup>, pontuou Dona Zelita.

Pelas descrições do trabalho realizado no garimpo pelas mulheres, foi possível depreender que houve uma prevalência nos trabalhos de faiscação. Este tipo de serviço era comumente resquícios de antigos garimpos, “arranjados” por seus companheiros e/ou amigos. O serviço de faisqueira permitia interrupções de dias e até mesmo semanas, sem que isto acarretasse em prejuízos. Desta forma, se as mulheres precisassem de dinheiro com urgência, elas poderiam parar o garimpo por alguns dias e realizar outras atividades que garantissem uma renda mais imediata. Esta flexibilidade no trabalho de faiscação pode ser percebida nas

---

<sup>109</sup> Entrevista já citada anteriormente.

elocuições apresentadas por Dona Delzuita<sup>110</sup>, quando afirmou já ter lavado cascalho, confessando deter habilidades em pressentir aonde tinha diamante.

Foi com satisfação que esta garimpeira rememorou um bambúrrio que obteve trabalhando ao lado do seu companheiro Didio. Contou que saiu para serra à procura de um bom garimpo para poder trabalhar. Depois de andar “pra ali e pra acolá” parou em um lugar em que sentiu que daria diamante, comunicando ao marido. Este, meio que zombando, disse-lhe: “- Ah, lá vem você com estes cálculos errados, isto aqui não vai dar nada. Várias pessoas já trabalharam aí e não pegou.” Contrariada Dona Delzuita rebateu: “a sorte de sicrano não é a nossa! Pois eu vou trabalhar é aqui”. O marido, meio que a contragosto, ajudou a esposa no preparo do “cálculo” indicado por ela, mas investiu em um outro serviço paralelo. Neste ínterim, chegaram os festejos juninos e Dona Delzuita teve que se retirar temporariamente do garimpo para ajudar Darcy nas costuras das fantasias e, assim, conseguir dinheiro extra para ajudar dentro de casa. Perto de finalizar as costuras, a garimpeira sinalizou para o marido que na semana seguinte iriam lavar o cascalho. A esta altura, Didio já tinha apurado o seu garimpo e nada tinha encontrado, foi quando falou à esposa que iria lavar o cascalho dela, posto que tinha certeza que sua teimosia não daria em nada. Mesmo ela dizendo ao marido que a aguardasse para a lavagem, ele aproveitando um dia em que a água estava boa, acabou realizando sozinho o serviço da esposa. Quando Dona Delzuita chegou ao garimpo pela tarde, já encontrou as peneiras emborcadas e o marido, que veio logo lhe dizendo: “- num falei que não ia ter nada aí?”. “Mas eu não te falei pra não lavar sem a minha presença?” Retrucou Dona Delzuita. “Ah, mas você não é Deus, mesmo se tivesse aqui não ia pegar, pois não tem”. Após estas palavras, ela foi até a corrida, quando chegou lá, achou dois diamantes no resto de cascalho que ficara nos recantos. O marido, sem acreditar, acusou a esposa de ter trazido os diamantes de casa e colocado propositadamente na corrida. “-Ah, eu não acredito, [...] onde eu passo minha filha, não fica nada não”. Dona Delzuita fez questão de “deitar” o diamante sob os olhos do marido, ratificando a sua falta de atenção na lavagem e sua expertise para sentir a presença do diamante. Ao fim, Didio aceitou o seu erro e ambos voltaram felizes para casa. “O dele não deu, mas no meu tinha dado”, disse toda orgulhosa. Com o dinheiro da vendagem dos diamantes e das costuras supriram, pelo menos temporariamente, as necessidades de casa.

A história narrada nas linhas anteriores é bem significativa para esta pesquisa, tendo em vista a relativa igualdade entre os parceiros de trabalho e de vida. Dona Delzuita<sup>111</sup> iniciou sua vida laborativa aos nove anos de idade, ao lado do seu pai, com quem aprendeu a “trabalhar

---

<sup>110</sup> Entrevista já citada anteriormente.

<sup>111</sup> Entrevista já citada anteriormente

o garimpo”; aos 11 já trabalhava em sociedade com uma companheira, que segundo narrou, foi a única mulher casada que conheceu a trabalhar fornecida em Igatu. O casamento e a parceria com Seu Didio na garimpagem aconteceram aos 16 anos e até a morte do marido trabalharam juntos, o que lhe possibilitou adquirir habilidades que lhe oportunizaram, dentre outras coisas, “saber aonde tinha diamante”, fruto das experiências herdadas e/ou partilhadas ao longo da vida. Estas vivências deram a esta e outras mulheres uma clareza da importância do seu trabalho para a sustentação do lar, mas também da sua condição de exploração e opressão, conforme se verá no item subsequente.

### **3.2.1 Pesando o cascalho: Quanto vale o trabalho da mulher?**

“Homem não trabalha mais do que mulher! [...] Eles pode ser trabalhador como for, mas sempre a mulher é mais trabalhadeira que o homem”, afirmou enfaticamente Dona Delzuita ao descrever sua rotina em dias, em que além das obrigações domésticas, trabalhava no garimpo com o marido. A labuta desta mulher era iniciada antes mesmo de subir a serra. Relata que levantava bem cedo para adiantar as coisas de dentro de casa. Enquanto o marido, após o “arranjo da manhã”, ia para o serviço de garimpo, ela “já ia fazer feijão, arroz, eu ia fazer de tudo. Já varria a casa, até a água que a gente panhava era longe [...]. Os pratos também a gente já lavava.”<sup>112</sup> Somente quando agilizava “as coisas de dentro de casa” é que pegava sua capanguinha e ia ao encontro do marido. Chegava entre nove e 10 horas da manhã no garimpo e, conforme narra, “ajudava em tudo o meu marido”, seja pegando pedra, fazendo cascalho e/ou carregando-o até a corrida, quando não “apurava” o garimpo. Trabalhava cerca de uma e/ou duas horas e retornava para casa para terminar de cuidar do almoço e arrumar os meninos para a escola. A depender da necessidade, quando o garimpo era mais difícil, retornava pela tarde ou já permanecia no garimpo o dia inteiro. Os períodos em que se ausentava de casa era a filha mais velha quem cuidava dos irmãos, mas ressalta que já deixava tudo adiantado.

Era nesta labutação, no vai e vem da serra, no fatiamento do seu tempo para dar conta dos seus afazeres dentro e fora do lar, que muitas mulheres iam driblando a fome e a miséria. A noção de que trabalho doméstico é trabalho feminino era um fator que “pesava” e dificultava uma incursão mais permanente das mulheres no exercício do garimpo e de outras atividades. Embora as mulheres compartilhassem com os homens a responsabilidade com o sustento de suas famílias, quando não assumiam esta função sozinha, não havia reciprocidade do homem

---

<sup>112</sup> Entrevista Dona Delzuita.

para com a mulher nas atividades domésticas. As mulheres quando “trabalhavam o garimpo”, seja com suas sócias, seja com seus maridos, estavam “ajudando” os homens a sustentarem as suas famílias, mas os homens não “ajudavam” suas mulheres a lavar, passar, cozinhar, buscar água no córrego, sendo isto considerado um demérito. O trabalho doméstico, portanto, é para a mulher um campo de opressão, que ela experimentava como trabalhadora, e enquanto sexo. A posição que a mulher ocupa no trabalho coletivo e na hierarquia familiar está interligada à sua condição de mulher e mãe de família e às expectativas que dela se espera no cumprimento de seus papéis sociais, que resvala na divisão sexual do trabalho.

Santos (2001) ao se reportar à realidade dos garimpos mineiros, no tocante à divisão sexual do trabalho, sinalizou que as diferenças entre trabalho de homens e mulheres no garimpo, mais frequentemente apontadas pelas entrevistadas, destacaram, dentre outros, elementos o tempo mais “picado” da mulher em contraposição ao tempo mais livre do homem para o trabalho no garimpo. Estas questões também puderam ser observadas nas narrativas produzidas para esta pesquisa. Ao serem questionadas se o trabalho de homens e mulheres no garimpo eram distintos, responderam positivamente, afirmando que diferentemente dos homens, as mulheres não poderiam ficar “invernadas” no garimpo, ou seja, dedicarem-se com regularidade à esta atividade. Dona Antônia reverbera “o homem chega no garimpo ele tá concentrado naquele trabalho. [...] E a gente tava lá, mas a cabeça tava em casa”<sup>113</sup>, o que é reiterado por Dona Alda “o homem podia ficar o dia todo, a mulher não!”<sup>114</sup> Os motivos para não permanecer por muitas horas no garimpo estão diretamente ligados à responsabilização, quase que exclusiva, da mulher com o trabalho doméstico e os cuidados com os filhos. Conforme enfatizado no início deste tópico, Dona Delzuita, para poder trabalhar no garimpo, tinha que adiantar seus afazeres domésticos e retornar antes do meio dia para poder dar de comer aos filhos e levá-los à escola. Estes cuidados eram importantes, no intuito de se resguardar moralmente, haja vista que o seu trabalho só seria considerado bem-sucedido se não maculasse a sua identidade como dona de casa e mãe zelosa.

Dona Delzuita e Dona Antônia, embora concordem que o trabalho desempenhado pelo homem no garimpo seja mais pesado e cansativo, reconhecem que a mulher trabalhava mais que o homem. Dona Antônia discorda das falas dos homens que afirmam que “a mulher não faz nada, que só presta pra conversar”<sup>115</sup>. De acordo com a mesma isto é falacioso, posto que “a mulher trabalha o triplo do homem. [...] A gente sai pra trabalhar fora e [quando] chega em

---

<sup>113</sup> Entrevista Dona Antônia.

<sup>114</sup> Entrevista Dona Alda.

<sup>115</sup> Entrevista Dona Antônia.

casa ainda tem que fazer tudo de novo”<sup>116</sup>. Diferentemente da mulher, o homem quando saía do garimpo não tinha mais compromisso, chegava em casa, tomava o seu cafezinho e saía para a rua para prostrar com os amigos. Por esta razão é que Dona Delzuita proclamou: “pra mim o trabalho da mulher vale mais que o do homem. Os homem tem mais força, que a força da mulher já sabe, é fraca. Homem tem mais força, mas a mulher trabalha o dobro dele. Mulher é guerreira de mais menino!”<sup>117</sup>

Autoras como Hirata e Kergoat (2007), Quirino (2011) e Brito (2016) evidenciam que a divisão sexual do trabalho implica na responsabilização das mulheres pelos trabalhos domésticos e de cuidados (reprodução), que compreendem uma série de tarefas cotidianas realizadas dentro e fora do lar, que guardam relação com os cuidados com a família e as crianças, enquanto os homens seriam destinados, prioritariamente, às atividades que os jogam para o âmbito público (da produção), desempenhando as funções mais valoradas socialmente. A divisão sexual do trabalho organiza-se sob dois princípios: o da separação e a hierarquização. Enquanto o primeiro parte do suposto de que existem trabalhos diferenciados para homens e mulheres, o segundo reafirma a hierarquia entre eles, considerando o trabalho masculino mais valoroso do que o realizado pelas mulheres. Ou seja, o que diferencia o “trabalho de homem” do “trabalho de mulher” é o valor que é dado a eles. Como a produção pesa mais socialmente do que a reprodução, o trabalho dos homens vale mais do que o das mulheres, mesmo quando semelhante.

Tomando como parâmetro os princípios que regem a divisão sexual do trabalho para pensar as experiências do trabalho das mulheres nos garimpos em Igatu, é possível afirmar que apesar das mulheres terem quebrado paradigmas de gênero ao adentrarem numa atividade altamente masculinizada, tenderam a reproduzir o discurso do garimpo como um “não lugar” para elas, embora tenham mostrado cotidianamente o seu avesso. As mulheres que compuseram este estudo, quando estimuladas a diferenciarem o trabalho de homens e mulheres no garimpo, em sua maioria concordaram que o trabalho do “garimpeiro de verdade” era o que os homens realizavam, posto que estes poderiam se dedicar com afinco à atividade. O seu era o doméstico, e/ou suas extensões, que às vezes era complementado com algumas investidas no garimpo. As falas davam conta das diferenças biológicas entre os sexos e ressaltavam os atributos de força física, de que os homens eram portadores. Dona Alda e Dona Joalita, por exemplo, salientaram que as mulheres faziam ações semelhantes às dos homens no garimpo, contudo, para a primeira, “[...] o serviço da mulher é menos, o do homem é sempre mais, que eles pegam serviço pesado

---

<sup>116</sup> Entrevista Dona Antônia.

<sup>117</sup> Entrevista Dona Delzuita.

e a mulher tem que trabalhar em serviço mais leve, um serviço mais fácil”, no que acrescenta Dona Joalita: “[...] Se os homens derrubam uma cata aqui, [...] isto qualquer mulher pode fazer. Agora tem umas coisas que elas não vai aguentar. Quebrar pedra de marrão? Num guenta! Bateia? Era muito difícil. Peneira hoje em dia tá mais difícil ainda.”

Estas e outras garimpeiras justificaram as diferenças entre o seu trabalho e o dos homens através do “peso” destes. Neste sentido, as reflexões promovidas por Paulilo (1987), são bastante significativas para pensar os princípios norteadores da divisão sexual do trabalho aplicados aos garimpos. Ao comparar os significados atribuídos por mulheres trabalhadoras, de diversas regiões do Brasil, ao que consideravam como trabalho “leve” e/ou “pesado”, a autora demonstrou que o que era considerado pesado em uma região poderia ser leve na outra. Levando em consideração as experiências de Dona Alda e Dona Joalita no garimpo, notou-se que algumas ações sinalizadas por esta última como “pesadas”, como quebrar pedra de marrão e lavar cascalho de bateia, eram executados pela primeira, o que denota que dentre as garimpeiras houve variações na classificação de seus trabalhos com base nas condicionalidades de força. É válido ressaltar, contudo, que, de acordo com Paulilo (1987), a determinação do “peso” do trabalho é dada pelo sexo de quem o executa e não necessariamente pelo esforço físico empreendido. Desta forma, seriam consideradas “pesadas” as atividades executadas pelos homens, e “leves” as desempenhadas por mulheres e crianças. Isto porque, os elementos hierarquizantes do trabalho são perpassados pelos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, que enobrecem as atividades masculinas e desvalorizam as femininas.

A atividade garimpeira historicamente foi lida como masculina. Como num jogo, os homens tiveram mais chances de ganhar, haja vista que, além de jogar mais, investiam mais dinheiro e tempo no garimpo, frisou Santos (2001). Destarte, prevaleceu a percepção de que o garimpo não é um lugar para a mulher, dada as condições precárias em que se processava. Para adentrarem e prosseguirem trabalhando nesta atividade, as mulheres teriam de tecer diversos enfrentamentos, dentre eles, o de conciliar trabalho doméstico com o garimpo e outras tantas atividades. Além da exploração como trabalhadoras, eram discriminadas por serem mulheres. Desta forma as garimpeiras tiveram que trabalhar em serviços próximos à vila, por não poderem se ausentar por longos períodos de seus lares, trabalhavam em grupos de mulheres para fugirem às más línguas, tendo que em muitos momentos levar os filhos para a serra, eram preteridas na “contratação” como meia praça, tendo restrições na realização da última etapa do garimpo, assim como na vendagem do diamante. As justificativas quase sempre giraram em torno da falácia da “naturalidade”, da pretensa fragilidade dos corpos femininos, inaptos ao labor

garimpeiro, e do perigo moral que representava o afastamento da mulher no cumprimento de suas obrigações familiares.

O trabalho da mulher na garimpagem era comumente motivado pelas necessidades familiares, elemento que moralmente o impulsionava. Embora a baixa remuneração e acúmulo de jornadas pudessem estimular as mulheres a abandonarem o barco da garimpagem, na verdade foi antes um incentivo no sentido de que pelo seu trabalho não veriam seus filhos passando por privações. “Toda vida gostei fazer o maior sacrifício, para não deixar eles passar fome. Certas vezes tava tão difícil [que] a comidinha pouca eu dava pros meus filhos e eu mais meu marido dormia até com fome, mas eu ficava contente de ver eles com a barriga cheia”<sup>118</sup>, assinalou Dona Delzuita. Sarti (1997) evidencia que o sentido do trabalho ligado às obrigações familiares, que vinha em primeiro lugar para a mulher, justificava todo o esforço empreendido. Mesmo quando o sentido do trabalho envolvia alguma gratificação individual para a mulher ao ter o “seu dinheirinho”, este não deixava de ser vinculado à família, desta forma, o dinheiro auferido pelas mulheres “era mais pros meninos. Porque a gente sempre só [pensava mais] nos meninos”. Desta maneira, o trabalho da mulher atrela-se ao desempenho do seu papel de mãe, esposa e dona de casa. O “peso” do trabalho da mulher, portanto, é o trabalho doméstico, considerado pela ordem da “natureza” atribuição feminina.

---

<sup>118</sup> Entrevista Dona Delzuita.

## PICUÁ DAS APURAÇÕES: BAMBÚRRIOS CONCLUSIVOS

Este estudo, ao se propor analisar as experiências laborativas de mulheres nos garimpos igatuenses, cumpriu com o esforço de revirar os cascalhos e desvelar uma outra face do garimpo, concebido até então como uma atividade de homens e para homens. Ao ouvir as vozes femininas, aqui e ali escutadas em imagens literárias, mas, sobretudo negligenciadas pelos registros de papel, foi possível garimpar silêncios que recobriam a atividade garimpeira. Ao final desta apuração verificou-se, conforme ressaltou Dona Delzuita, que o “garimpo num é só de homem, é de mulher também”. Uma vez constatada a presença das mulheres nesta atividade, fez-se importante entender os fatores que corroboraram para esta inserção, sobretudo quais eram as condições de trabalho e os rebatimentos condicionados pela divisão sexual do trabalho, uma vez que pesava sobre as mulheres a responsabilidade com as “coisas do lar” e a suposta inaptidão dos seus corpos para o exercício desta atividade viril.

Os resultados desta investigação, aliado aos estudos realizados em outros centros de mineração, nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Santa Catarina, por exemplo, dão conta de que a inserção das mulheres em atividades de extração mineral foram intensificadas com o processo de decadência da mineração. A realidade miserável experienciada pelas poucas pessoas que teimavam em continuar tentando a sorte nos garimpos, que, mesmo com a crise, continuou a ser a principal atividade exercida em Igatu, tangeu as mulheres cada vez mais para o espaço público, as ruas e as serras, na busca incessante pela sobrevivência. Comumente a incursão das mulheres nos garimpos, foi resultado das necessidades familiares, fator que moralmente justificava o trabalho fora de casa, prerrogativa que era facultada aos homens. Diante da crise que se abateu sobre a região, fazendo despencar os índices populacionais e os investimentos na garimpagem, aliada ao esgotamento das lavras os homens dificilmente conseguiam dar conta de sustentar seus lares sozinhos e as mulheres não podiam se dar ao luxo de cruzar os braços e esperar a provisão divina. Tiveram antes que trabalhar e compartilhar com os homens (e muitas vezes sozinhas) os custos da sobrevivência.

A imersão das mulheres no garimpo, contudo, não se dava nos moldes masculinos, pois teriam ainda que dar conta das questões morais que recaiam sobre o fato de trabalharem fora de casa e em uma atividade considerada masculina. E de fato, a atividade garimpeira historicamente foi construída como território masculino, e nas Lavras Diamantinas, prevaleceu a percepção de que o garimpo não era um lugar para a mulher, devido as condições precárias e demandas de força física inerentes à atividade extrativa de diamantes. A despeito disso, muitas foram as mulheres que ultrapassaram esta fronteira e abriram espaços de liberdade. No mais

das vezes em condições adversas e pagando o alto preço do acúmulo de jornadas de trabalho. Para adentrarem e prosseguirem trabalhando nesta atividade, as mulheres tiveram que tecer diversos enfrentamentos, dentre eles o de conciliar trabalho doméstico com o garimpo e outras tantas atividades. Além da exploração como trabalhadoras, eram discriminadas por serem mulheres. Desta forma, as garimpeiras tiveram que trabalhar em serviços próximos à vila, por não poderem se ausentar por longos períodos de seus lares, trabalhavam agrupadas para fugirem às más línguas, em muitos momentos tiveram que levar os filhos para a serra, eram preteridas na “contratação” como meia praça, tendo restrições na realização da última etapa do garimpo, assim como na vendagem do diamante. As justificativas para a exclusão quase sempre giraram em torno da falácia da “naturalidade”, da pretensa fragilidade dos corpos femininos, considerados inaptos ao labor garimpeiro, e do perigo moral que representava o afastamento da mulher no cumprimento de suas obrigações familiares.

Conhecer os destinos das áreas de garimpo após o enfraquecimento da atividade exploratória é um caminho possível para pensar a inserção econômica de mulheres nas mais diversas atividades, entender suas condições de vida e trabalho, sendo relevante também para a compreensão e valorização do papel destas trabalhadoras nestas realidades. O trabalho destas mulheres, mesmo baseado em relações desvantajosas e de intensa exploração, representou muitas vezes o sustento de suas famílias, em face do desemprego do homem, mas também em situações de abandono, morte ou quando a família era numerosa e os rendimentos masculinos eram insuficientes para mantê-lo. As esposas dos garimpeiros e outras mulheres, além de se ocuparem da casa e dos filhos, também podiam ser rendeiras, costureiras, lavadeiras, cozinheiras, curandeiras, professoras, quituteiras, empregadas domésticas, bordadeiras. Entretanto, conforme foi demonstrada, a atuação das mulheres ia além dos serviços ditos femininos, já que as mesmas trabalharam em atividades ligadas ao comércio e à atividade garimpeira: donas de pensão, ajudantes e donas de vendas, feirantes, alqueladoras (negociantes de animais de cargas), donas de garimpo, fornecedoras e garimpeiras foram algumas das áreas de atuação.

Ao ocuparem o espaço do garimpo desafiaram com sua presença mitos e estereótipos construídos a partir da cultura de exploração e opressão do seu trabalho, sobretudo através da sua negação. Como num jogo, os homens tiveram mais chances de ganhar, haja vista que, além de jogar mais, investiam mais dinheiro e tempo no garimpo, como frisou Santos (2001). Contudo, nestas “facilidades” sempre está contido algum esforço feminino. Seja no compartilhamento das obrigações para com o suprimento das necessidades do núcleo familiar, seja na sua manutenção durante períodos de “infusamento” de seus companheiros, quando estes

buscavam refúgio em outras atividades até que a sorte voltasse a lhes sorrir ou quando abandonavam seus familiares. Enfim, o trabalho das mulheres, seja em atividades remuneradas fora do lar, seja no exercício do trabalho doméstico que é invisível, foram essenciais à re (produção) das condições de vida da população garimpeira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERT, Verena. Histórias dentro da História. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo. Contexto, 2005.
- ALBERT, Verena. **História Oral. A experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1990.
- ANDRADE, Cíntia da Silva. **No meio do caminho tinha uma pedra**: memória, turismo e místico na paisagem de xique-xique de Igatu, Andaraí-BA. Ilhéus, BA, dissertação de mestrado, defendida na UESC, 2005.
- ARRUDA, Luzia Rodrigues. **Mulheres negras garimpeiras na região de Peixoto de Azevedo-MT**: décadas de 1970 a 1980. Cuiabá. Dissertação de Mestrado em Educação, defendida na UFMT, 2015.
- BARROZO, João Carlos. **Em busca da pedra que brilha como estrela**: garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai Diamantino. Cuiabá- MT, Calini &Caniato, EdUFMT, 2007.
- BITTENCOURT, Naiara Andreoli. **Gênero, trabalho e marxismo: a luta das mulheres brasileiras e a construção de um direito insurgente**. Anais do Encontro Marx e o Marxismo: insurreições, passado e presente, NIEP/MARX, Niteroi/RJ, 2015.
- BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo, EDUSP, 1987.
- BRITO, Mariana Fernandes S. de. **Mulheres e mineração no Brasil**. Rio de Janeiro-RJ. IBASE, 2016.
- CALEIRO, Regina Célia Lima; RODRIGUES, Graciele Mendes. **Rompendo o silêncio: o cotidiano do trabalho feminino nos garimpos do Alto Jequitinhonha**. Montes Claros, v.9, n.º 1- Jan/Jun, 2007.
- CAROLA, Renato Carlos. **Dos subterrâneos da História: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002.
- CAROLA, Renato Carlos. Pandora, Eva e Sofia: a naturalização da desigualdade de gênero na história do pensamento ocidental. In: CASTILHOS, Zuleica; CASTRO, Núria Fernández; LIMA, Maria Helena Machado Rocha (org). **Gênero e trabalho infantil na pequena mineração – Brasil – Peru – Argentina – Bolívia**. Rio de Janeiro: CETEM/CNPQ, 2006, p. 23-40.
- CARRILHO, Anabelle. **Mulheres invisíveis, mas necessárias**: a negação da feminização no trabalho da Mineração. Brasília. Tese de doutorado em Política Social defendida na UNB, 2016, 211p.
- CASTILHOS, Zuleica; CASTRO, Núria Fernández. Mulheres na mineração: restituição que será também. In: CASTILHOS, Zuleica; CASTRO, Núria Fernández; LIMA, Maria Helena Machado Rocha (org). **Gênero e trabalho infantil na pequena mineração – Brasil – Peru – Argentina – Bolívia**. Rio de Janeiro: CETEM, CNPQ, 2006.

CATHARINO, José Martins. **Garimpo, Garimpeiro, Garimpagem – Chapada Diamantina**. Rio de Janeiro. Philobiblion; Salvador: Fundação Econômica Miguel Calmon, 1986.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 2.<sup>a</sup> Edição. Campinas/SP, Editora da UNICAMP, 2001.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1990.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. São Paulo/SP, Editora Outras Expressões, 2012.

CISNE, Mirla. **Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista**. Anais IV Colóquio Internacional Marx e Engels, 2005.

COELHO, Júlio Cezar. **Lapidando Diamantes- a presença da mulher nas zonas diamantíferas do leste mato-grossense (Lageado, 1933-1953)**. Cuiabá-MT. Dissertação defendida na UFMT, 2005.

COSTA, Luciano Rodrigues. **Os garimpos clandestinos de ouro em Minas Gerais e no Brasil: tradição e mudança**. História & Perspectiva. Uberlândia (36-37): 247-279, jan-dez, 2007.

CRUZ, Maria Helena Santana. Resgatando modos de vida de trabalho de mulheres artesãs. In: CRUZ, Maria Helena Santana. (Org.). **Múltiplos enfoques e espaços plurais da pesquisa no campo da educação**. São Cristovão: Editora UFS, 2008.

DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARXENGELS, 4., 2007. Campinas, SP. **Anais...** Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

DEZIN, N. K; LINCOLN, Y.S. Introdução a disciplina e a prática de pesquisa qualitativa. In: DEZIN, N. K; LINCOLN, Y.S. **O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens**. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

FACINA, Adriana e SOIHET, Rachel. **Gênero e memória: algumas reflexões**. Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero- NUTEC. V.5, N.1, Niterói, EDUFF, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História Oral: um inventário das diferenças**. In: ENTREVISTAS: abordagens e usos da história oral/ Marieta de Moraes Ferreira (coord); Alzira Alves de Abreu (et al). Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 1-13.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. **A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental.** Revista fato&versões / n.2 v.1 / p. 3-16 / 2009.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (org); BASSANEZI, Carla (cood). **História das Mulheres no Brasil.** 2.<sup>a</sup> edição. São Paulo. Contexto, 1997.

FRADER, Laura L. Edward P. Thompson: classe, gênero, historicidade e “capacidade de agir. In: RYCHTER, Danielle Chabaud... [et al.]. **O Gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour.** Tradução Lineimar Pereira Martins. 1.<sup>a</sup> Edição. São Paulo (SP), Editora UNESP. Brasília (DF), Editora UNB, 2014.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da Mineração memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX.** Cuiabá- MT, Calini & Caniato, EdUFMT, 2006.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** São Paulo. Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de pesquisa, V. 37, N.º 132, p. 595-609, set/dez, 2007.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991).** 2.<sup>a</sup> Edição, 37<sup>a</sup> reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

JESUS, Daniella Silva dos Santos de. **Na trilha do diamante que fugiu: condições de vida, trabalho e estratégias de sobrevivência nas serras de Chique-Chique de Igatu (1930-1950).** Feira de Santana/Bahia. Monografia apresentada à UEFS, 2009.

JESUS, Zeneide Rios De. **Eldorado sertanejo: garimpos e garimpeiros nas serras de Jacobina (1930-1940).** Salvador, Dissertação de Mestrado defendida na UFBA, 2005.

KARTCHEVSKY, André... [et al.]. **O sexo do trabalho.** Tradução de Sueli Tomazini Cassal. RJ (RJ): Paz e Terra, 1986.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Hirata, Helena, et al (orgs). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo. UNESP, 2009.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY, André... [et al.]. **O sexo do trabalho.** Tradução de Sueli Tomazini Cassal. RJ (RJ): Paz e Terra, 1986.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Rev. Katál. Florianópolis (SC) v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.

LOBO, Elisabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência.** 2.<sup>a</sup> Edição. São Paulo (SP). Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Possibilidades de diálogo: classe e gênero**. História Social. Campinas (SP), N.º 4/5, pp. 135-156, 1998.

MARTINS, Marcos Lobato. **A crise dos negócios do diamante e as respostas dos homens de fortuna no Alto do Jequitinhonha, décadas de 1870-1890**. Estudos Econômicos. São Paulo (SP), V. 38, N.º 3, p. 611-638, Julho-Setembro, 2008.

MARTINS, Rômulo de Oliveira. **“Vinha na fé de trabalhar em diamantes”**: escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina-BA (1840-1888). Salvador. Dissertação de mestrado, do Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2013.

MARTINS, Suely Aparecida. **As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura**. Santa Catarina. Revista Eletrônica dos Pós Graduandos em Sociologia Política da UFSC, V. 2, N.º 2, agosto-dezembro, 2006.

MATOS, Maria Izilda S.de. **Por uma História da Mulher**. Bauru -SP. EDUSC, 2000.

MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. O conceito de experiência histórica em Edward Thompson. São Paulo. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, julho, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18.ª ed. Petrópolis. Vozes, 2001.

MIRANDA, Antônio Luis e ZANELATTO, João Henrique. Trabalhadoras e trabalhadores da cerâmica em Criciúma 1960-1980. In: Reginaldo de Souza Vieira. (org). **Estado, política e direito: políticas públicas, democracia e direitos fundamentais**. 1. Ed. Criciúma: UNESC, 2013, v.1, p. 255-274.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2011.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias 1889-1934. A Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1979.

PAULILO, Maria Ignez S. **O peso do trabalho leve**. In: Ciência Hoje. Vol. 5, N.º 28, Jan/Fev, 1987.

PENA, Maria Valéria Junho. **A mulher na força de trabalho**. In: Revista Brasileira de Informação em Ciências Sociais, BID- Rio de Janeiro, N.º 9, 1980.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP. EDUSC, 2005.  
PERROT, Michele. **Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência**”. In: Cadernos Pagu: fazendo história das mulheres. Campinas (4), pp. 9-28, 1995.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. 2.ª ed., 4.ª reimpressão. São Paulo. Editora Contexto, 2017.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade:** visões literárias do urbano- Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2.<sup>a</sup> Edição. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2002.

PINA, Maria Cristina Dantas. **Diamantes de Papel:** um estudo sobre as Lavras Diamantinas séc. XIX. Feira de Santana: UEFS, Monografia de final do curso de Especialização em Teoria e Metodologia da História, 1997.

PINA, Maria Cristina Dantas. **Santa Isabel do Paraguassú:** Cidade, Garimpo e Escravidão nas Lavras Diamantinas, Século XIX. Salvador (BA). Dissertação de Mestrado pela UFBA. 2000.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Estudos de gênero e História Social.** Estudos Feministas, Florianópolis, 17 (1): 296, jan-abr, 2009.

QUIRINO, Raquel. **Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sex: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista.** Belo Horizonte. Trabalho & Educação. V.24, N.º 2, pp.229-246, mai-ago, 2015.

QUIRINO, Raquel. **Mineração também é lugar de mulher! Desvelando a (nova) face da divisão sexual do trabalho na mineração de ferro.** Belo Horizonte (MG). Teses de doutorado em Educação, defendida na UFMG, 2011, 287p.

RIBEIRO, Tarsiano Dantas. **Alforrias em Santa Isabel do Paraguassú (1847-1870).** Alagoinhas (BA), monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2015.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **História oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos.** Marta Gouveia de Oliveira Rovai (Org.). São Paulo: Letra e Voz, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho.** São Paulo. Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?** Crítica Marxista. N.º 11, 2000, p. 71-75.

SANTOS, Bernadette Grossi dos. **O reino da impura sorte: mulheres e homens, garimpeiros em Minas Gerais.** Florianópolis (SC). Dissertação de mestrado em Antropologia Social, defendida na UFSC, 2001, 156p.

SARTI, Cynthia A. A sedução da igualdade: trabalho, gênero e classe. In: SCHPUN, Mônica Raisa (org). **Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre as mulheres e relações de gênero.** Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

SCOTT, Joan. **A mulher trabalhadora.** Trad. Claudia Gonçalves. In: FRAISSE, Genevière. PERROT, Michele (org.). História das mulheres: o século XIX. São Paulo. Edições Afrontamentos/Ebradil, 1991, v.4.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Educação e Realidade. Porto Alegre, V.16, N.º 2, jul/dez, 1990.

SILVA, Eleonora Feliz da. **E.P. Thompson e as contribuições para a História Social e os estudos sobre a escravidão**. Guarabira (PB). Anais do XIII Encontro Estadual da ANPUH-PB: História e Historiografia: entre o nacional e o regional, 2008.

SILVA, Glaybson Guedes Barbosa. **Mulher, trabalho e turismo na Chapada Diamantina: em busca de alternativas possíveis para Igatu**. Feira de Santana (BA). Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica- (UEFS/ FAPESB), 2007.

SILVA, Glaybson Guedes Barbosa. **Mulher, trabalho e turismo na Chapada Diamantina: em busca de alternativas possíveis para Igatu**. Feira de Santana (BA). Relatório final de Iniciação Científica- Ano II (UEFS/ FAPESB), 2008.

SILVA, Glaybson Guedes Barbosa. **Homens com sonhos de riquezas inexauríveis: virilidade, ambição e violência nas minas de diamantes de Lençóis (1850-187)**. Feira de Santana (BA). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), 2012.

SILVA, Sonilda Aparecida de Fátima. As siebeiras do garimpo de esmeraldas, suas narrativas, seus saberes e práticas. In: **Campos Verdes: memórias, história e saberes**. Goiânia (GO). Dissertação de mestrado apresentada junto à Universidade Católica de Goiás, 2006.

SOIHET, Rachel. História da Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. & VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de metodologia**. Rio de Janeiro (RJ), Campus, 1997.

SOUZA, Vanessa Bezerra de; VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica**. São Paulo, Saraiva, 2015.

SOUZA, Laura de Melo e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 4.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

SOUZA, Laura de Melo e. **Opulência e Miséria das Minas Gerais**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Tradução: Waltensir Dutra, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. 2.<sup>a</sup> Edição. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa I- A árvore da liberdade**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TILLY, Louise A. **Gênero, História das Mulheres e História Social**. Cadernos Pagu (3). Campinas., pp. 29-62, 1994.

TOLEDO, Carlos de Almeida. **A região das Lavras Baianas**. São Paulo (SP). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo (USP), 2008.

TOLEDO, Edilene. **O “silêncio de Marx” e a historiografia: marxismo renovado, antropologia, classe e consciência de classe na obra de Edward Thompson**. Projeto História. São Paulo, n.º 48, Dez. 2013.

VARIKAS, Eleni. **Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott**. Cadernos Pagu (3), pp. 63-84, 1994.

VELOSO, Renato. **Relações de gênero: notas introdutórias**. ENFOQUES, Revista Eletrônicas dos alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ. V.2, N.º 1, jul. 2003, p.29-100.

## LISTAGEM DE FONTES

### FONTES IMPRESSAS

#### Literárias

DINIZ, Almachio Diniz. **O diamante verde**. 3.<sup>a</sup> Edição. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1981.

LIMA, Herman. **Garimpos**. Rio de Janeiro/RJ, 1.<sup>a</sup> Edição, Editora Civilização Brasileira, 1932.

ROCHA, Lindolfo. **Maria Dusá**. (1.<sup>a</sup> edição em 1910), 2.<sup>a</sup> Edição. Editora Ática, 2001.

SALES, Herberto Sales. **Além dos Marimbus**. Rio de Janeiro. Edições O Cruzeiro, 1961.

SALES, Herberto. **Cascalho**. Rio de Janeiro. Edições O Cruzeiro, 1944.

SALES, Herberto. **Cascalho**. 2.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1951.

SALES, Herberto. **Cascalho**. 3.<sup>a</sup> edição revista e ilustrada. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1956.

#### Livros

CHAGAS, Américo. **O chefe Horácio de Matos**. São Paulo. Oficinas de “Artes Gráficas Bisordi”, 1961.

MORAES, Walfrido de. **Jagunços e heróis. A civilização do diamante nas Lavras Diamantinas**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

#### Relatórios

IPAC. **Serra Geral Diamantina**. Vol. IV, 1979.

BRAGA, Célia Maria Leal; MACHADO NETO, Zahidé e. **Garimpos e Garimpeiros na Bahia**. Salvador: Governo do Estado da Bahia- Secretaria das Minas e Energia/UFBA/FFCH, 1974.

FALCÓN, Gustavo Aryocara de. **O Diamante- a inserção da Bahia na evolução Nacional – 1.<sup>a</sup> etapa: 1850-1889**. Atividades produtivas. Coleção SEPLANTEC. Salvador, 1978.

SALES, Herberto. **Garimpos da Bahia**. Rio de Janeiro. Serviço de Informação Agrícola (Documentário da Vida Rural, 8), 1955.

## **Censos Demográficos/Anuários Estatísticos**

Anuário Estatístico da Bahia (1929-1930). Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1933.

Censo Demográfico (população e Habitação), recenseamento Geral do Brasil (1 de setembro de 1940).

Censo Demográfico Série Regional- Parte XII- Bahia Tomo I- Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1950.

Série Regional, Volume I, Tomo VIII (1960).

Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, VIII Recenseamento Geral (1970).

## **Memorialistas**

AGUIAR. Durval Vieira de. **Descrições práticas da Província da Bahia**. Primeira Edição em 1902. 2.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro, Cátreda – MEC, 1979.

PEREIRA. Gonçalo de Athayde. **Memória Histórica e descritiva do município de Andarahy**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

PEREIRA. Gonçalo de Athayde. **Memória Histórica e descritiva do município de Lençóis**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1910.

PEREIRA. Gonçalo de Athayde. **Memória Histórica e descritiva do município de São João do Paraguassú**. Bahia. Litho-Typ. e encadernação Reis & Cia, 1907.

## **Periódico**

Jornal **O Sertão** (1930 a 1950). Arquivo Particular do Senhor Mestre Osvaldo localizado na cidade de Lençóis (BA).

## **Legislação de Minas**

Decreto-lei n.º 24.642, de 10 de julho de 1934.

Decreto-Lei n.º 466, de 04 de junho de 1938. Retirado do site:  
<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/1937-1946/Del0466.htm>.

Decreto-Lei n.º 1985, de 29 de janeiro de 1940. In: RIBEIRO, A. Varela. **Garimpagem: seus aspectos jurídico-sociais**- s/ed. Rio de Janeiro, 1946.

## **Manuscritas**

Fallas de Presidentes de Província 1857 (APEB)

Livro de correspondência oficial de Andaraí (1912-1941)

Livro de Projetos e Leis da Câmara Municipal de Andaraí (1948-1969)

### Fontes Orais/Entrevistas

<b>Entrevistada</b>	<b>Idade</b>	<b>Data da entrevista</b>
M1- Maria José Jardim Azevedo	83	17/11/2008 31/07/2018
M2- Joselita Alves Souza Silva	82	14/04/2019
M3- Alda Silva Pereira	81	26/01/2009 23/03/2019
NM4- Nely Vieira Novais dos Santos	81	24/05/2019
M5- Joalita Rodrigues Lima	80	24/05/2019
M6- Liélia de Jesus Gomes	77	31/03/2019
M7- Maria Ferreira França- Falecida	71*	17/09/2008
M8- Delzuita de Souza Santos	67	24/05/2019
M9- Antônia Santana Silva	62	23/03/2019
M10- Maria Áurea Alves Silva	57	30/03/2019
H1- Herculano Francisco dos Santos	101	05/11/2008
H2- Marcionílio Sergio Machado	83	07/02/2009 26/05/2019
H3- Odilon Cândido Pereira	82	14/04/2019
H4- Aginaldo Leite dos Santos	81	08/02/2009
H5- João Ribeiro da Silva- Falecido	76*	03/11/2009

\* Idade que tinha os depoentes no momento da entrevista.

### Fontes Icnográficas

Fotografias datadas entre 1930 a 1970.

## GLOSSÁRIO

**Alugado:** Trabalhador que recebe por diárias. Em caso de encontrar diamante não tem direito ao mesmo.

**Apuração:** O mesmo que resumo, última etapa do processo da garimpagem.

**Apurar:** (igual resumir) Lavar cascalho na batéia, (igual resumir)

**Bambúrrio:** Achado de diamante e/ou carbonato de grande valor.

**Bateia:** Gamela de madeira em forma de cone, utilizada para a lavagem do cascalho.

**Capangueiro:** Comerciante de diamantes e carbonatos. Tinha este nome pela capanga onde levava os picuás.

**Carbonato:** É uma espécie diamantino de alto grau de dureza. É negro, opaco e geralmente poroso. Não se presta a lapidação. É empregado unicamente na indústria.

**Carumbé:** Recipiente de madeira, empregado no transporte do cascalho do paiol para as bateias.

**Capangueiro:** Grande comprador de diamantes e carbonatos.

**Colchão de arrasto:** esteiras, comumente utilizadas com colchão.

**Correr a praça:** Buscar o melhor preço do diamante ou mercadorias que o oferecido à primeira vista.

**Curau:** Garimpeiro iniciante, com pouca experiência.

**Dono de Serra:** Capangueiro dono de terrenos diamantíferos. Tinha direito a receber 20% pelas pedras extraídas em suas propriedades. Pelo código de 1940 esta percentagem cai para 10%.

**Faiscar-** Garimpar esporadicamente.

**Faisqueira-** Local das minas de diamantes; mesmo que cata e/ou cátreia.

**Fornecedor:** Aquele que “fornece” a alimentação e ferramentas para o garimpeiro em troca da “meia-praça”.

**Fornecimento:** Nome dado ao sistema de meia-praça e/ou a provisão de alimentos que recebe do fornecedor (saco).

**Gruna:** Todo e qualquer serviço subterrâneo.

**Grupiara:** Depósito diamantífero localizado nas barrancas altas do rio ou encosta dos morros.

**Infusado:** Garimpeiro que não encontra diamante a muito tempo, nunca o fez ou mesmo as pequenas pedras achadas não lhe renderam nada de substancial.

**Marrão:** Martelo para quebrar pedras.

**Meia-praça:** Sociedade constituída pelo garimpeiro, e seu fornecedor, que tem um papel de sócio capitalista. Nome dado ao garimpeiro submetido a esse tipo de contrato de trabalho.

**Monção:** Garimpo de terra firme em área afastada do rio.

**Mosquitador:** Pequeno comprador de diamantes, comumente intermediário entre o garimpeiro e o capangueiro. Comercializa com pouca quantidade de dinheiro, em geral fornecido pelo capangueiro.

**Quinto:** Ônus diamantífero, cobrado pelos donos da serra sobre produto extraído em suas propriedades, na base de 20%. Esta cobrança passou a ser de 10 % com o Código de Minas de 1940.

**Paiol:** Local onde se amotoa cascalho.

**Picuá:** Tubo cilíndrico que serve para guardar diamante feito comumente de imbé.

**Saco:** Provisão de alimentos adiantada ao meia-praça como parte no contrato firmado com o fornecedor.

**Serviço:** Trabalho de garimpo em geral.

**Sociedade:** Ver meia-praça.

**Sócio:** Ver meia-praça.

## APÊNDICE A



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
QUESTIONÁRIO SÓCIO DEMOGRÁFICO**

Nome: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_ Raça e/ou cor: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Naturalidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Tipo de residência: ( ) própria ( ) alugada ( ) cedida ( ) outros

Tempo de residência: \_\_\_\_\_

Município/Estado de origem dos pais: (Mãe) \_\_\_\_\_

(Pai) \_\_\_\_\_

Escolaridade dos pais: (Mãe) \_\_\_\_\_

(Pai) \_\_\_\_\_

Profissão/Ocupação dos pais: (Mãe) \_\_\_\_\_

(Pai) \_\_\_\_\_

**Estado Civil**

( ) solteira/o ( ) separada/o ( ) viúva/o

( ) união estável Tempo de união \_\_\_\_\_

**Escolaridade**

( ) Fundamental completo ( ) Fundamental incompleto

( ) Médio completo ( ) Médio incompleto

( ) Superior completo ( ) Superior incompleto

( ) Analfabeto

Ocupação (es) anterior (es): \_\_\_\_\_

Ocupação atual: \_\_\_\_\_ Tempo na atividade: \_\_\_\_\_

Renda Pessoal \_\_\_\_\_ Renda Familiar: \_\_\_\_\_

Fonte de renda: Trabalho - ( ) Aposentadoria- ( ) Pensão- ( ) BPC- ( ) Outras fontes ( )

## APÊNDICE B



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### 1. A Infância:

- Onde e quando nasceu?
- Os pais – Quem eram, de onde vieram, o que faziam?
- Como foi a infância?
- Os estudos – Se fez, onde, quando e como era.

#### 2. A adolescência:

- Como vivia nessa época de mocidade, como era o lugar de moradia e a cidade ou povoado, existem diferenças hoje?
- Já trabalhava? Onde e em que? Como era o trabalho?

#### 3. A vida adulta.

- As festas, o lazer, o namoro – Como era, como se divertia, o que existia no povoado?
- O casamento – Quando casou, a esposa (o) é de outro lugar ou é do povoado? Como foi o casamento e a vida familiar?
- Os filhos: Quantos são, todos estão vivos, como foi criá-los. Todos estudaram. Como era a vida com eles?
- Quando começou a trabalhar. Em que trabalhou. Quais as maiores dificuldades encontradas. Como era a remuneração?
  - As condições de vida e saúde (doenças, assistência médica, insalubridade, acidentes de trabalho, formas alternativas de cura, etc.)
  - As moradias – tipo, infraestrutura.
  - Alimentação – Onde comprava, como era o pagamento, tipos de alimentos.
  - A violência no povoado.
  - A solidariedade entre os moradores.
  - Os filhos ajudavam no sustento da família? O que faziam?

- A mulher também trabalhava no garimpo? Fazia outras atividades? O que fazia enquanto o companheiro garimpava?
- O que as pessoas diziam ao verem uma mulher garimpando? E o que pensavam das mulheres de maneira geral?
- Como se davam as relações entre as serras e a cidade.
- A presença das prostitutas.

#### **4- Articulação entre garimpo e outras atividades econômicas diante da crise econômica**

- O garimpo de diamante durou muito tempo? Quando diminuiu ou acabou a extração dessa pedra? Porque diminuiu o diamante?
- Havia muita gente nos garimpos? De onde vinham? Com o declínio do garimpo as pessoas passaram a fazer outra coisa? O que fizeram. Para onde foram.
- Nos momentos em que o garimpo não oferecia recursos para sobreviver o que as pessoas faziam?

#### **5- A atualidade. Como é viver hoje em Igatu. O que faz.**

- Que lembrança mais agradável guarda do tempo do garimpo?
- Qual a lembrança mais triste?
- Tinha algum sonho? Ele se realizou?

## APÊNDICE C



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Estamos realizando uma pesquisa intitulada **Gênero, trabalho e garimpo: uma análise histórica do trabalho de mulheres nos garimpos de diamantes, Igatu/Andaraí/BA (1930-1970)**, tendo como responsável a estudante Daniella Silva dos Santos de Jesus, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Maria Lúcia Machado Aranha, do curso de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Esta pesquisa busca analisar a forma como se constituiu o trabalho de mulheres no garimpo, buscando compreender como as mulheres se inseriram, quais eram suas condições de trabalho e a importância do seu trabalho na garantia da sobrevivência de suas famílias. Para alcançar estes objetivos, sua participação é fundamental, pois vai permitir que olhemos a história de Igatu, a partir de suas experiências de vida. Esta pesquisa poderá trazer alguns benefícios à sua comunidade, sobretudo quanto à valorização da história e da experiência da população garimpeira, especialmente das mulheres, possibilitando a divulgação de saberes dos mais velhos às crianças e jovens. Tais informações históricas também podem contribuir com futuros projetos sociais comunitários, uma vez que auxiliarão na construção de uma imagem positiva da própria comunidade. Convidamos você a fazer parte deste estudo através de uma entrevista registrada por meio de gravador, que contém perguntas sobre a sua história de vida. Se alguma questão lhe causar constrangimento, vergonha, lembranças desagradáveis você tem o direito de não respondê-la. As informações desta entrevista serão guardadas em um local seguro e utilizadas para fins de pesquisas sobre Igatu, sua autoria será indicada em publicações, com iniciais e/ou o com seu nome. É importante ressaltar que, caso ache necessário, seu anonimato será assegurado, ou seja, sua identificação (nome e sobrenome) não será divulgada. Se desejar desistir de participar deste estudo poderá fazê-lo a qualquer momento, sem que haja nenhum tipo de penalidade. Esta pesquisa foi submetida à apreciação e aprovação do Conselho de Ética e Pesquisa (CEP) da UFS, em cumprimento à Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta a pesquisa com seres humanos. Caso aceite participar, pedimos sua autorização através de gravação ou assinatura deste documento, o qual possui duas vias. Uma destas ficará com você e a outra conosco. Em caso de dúvidas ou esclarecimentos sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato através do endereço e telefone abaixo registrados.

Agradecemos sua colaboração.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Daniella Silva dos Santos de Jesus- Pesquisadora responsável  
Rua Alto São Salvador, S/N, Centro, Andaraí-BA  
(075) 982478786

## ANEXO 1

Entrevistado (a)	<b>UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE</b>	
------------------	--	---

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**
**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Gênero, trabalho e garimpo: uma análise histórica do trabalho feminino nos garimpos de diamantes, Igatu/Andaraí/BA (1930-1970)

**Pesquisador:** DANIELLA SILVA DOS SANTOS DE JESUS

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 85237318.2.0000.5546

**Instituição Proponente:** Programa de Pós Graduação em Serviço Social

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.587.354

**Apresentação do Projeto:**

Trata-se de uma pesquisa de mestrado em Serviço Social, sobre trabalho feminino em garimpo numa cidade do interior bahiano, numa perspectiva histórica e de gênero. Abordagem qualitativa com foco na história oral.

**Objetivo da Pesquisa:**

Investigar, através de uma abordagem histórica e de gênero, as configurações do trabalho feminino e as estratégias de inserção de mulheres nos garimpos de diamantes de Chique-Chique de Igatu, nas décadas de 1930 e 1970.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos bem apresentados, assim como a forma de contorna-los. Benefícios indiretos apresentados.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa bem delineada de acordo para o alcance do objetivo proposto. Precisa apenas deixar mais claro metodologicamente sobre como essas mulheres serão acessadas.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Folha de rosto adequada. Orçamento e cronograma factíveis. TCLE em formato de carta convite, sendo anunciado as duas vias, com apresentação dos riscos, forma de contorna-los e benefícios indiretos.

**Endereço:** Rua Cláudio Batista s/n°

**Bairro:** Sanatório

**UF:** SE

**Município:** ARACAJU

**CEP:** 49.060-110

**Telefone:** (79)3194-7208

**E-mail:** cephu@ufs.br

**UFS - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SERGIPE**



Continuação do Parecer: 2.587.354

**Recomendações:**

Recomendamos analisar a possibilidade de incluir algum benefício direto para o grupo de mulheres participante, algo de valorização da condição feminina, dentro da perspectiva feminista, por exemplo. E, apresentar como se pretende chegar à essas participantes.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Este comitê aprova este parecer, considerando que as recomendações serão atendidas.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1083601.pdf	08/03/2018 17:50:12		Aceito
Outros	Oficio_de_encaminhamento.pdf	08/03/2018 17:44:22	DANIELLA SILVA DOS SANTOS DE JESUS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento.pdf	08/03/2018 17:40:18	DANIELLA SILVA DOS SANTOS DE JESUS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Mestrado_CEP.pdf	08/03/2018 17:39:37	DANIELLA SILVA DOS SANTOS DE JESUS	Aceito
Orçamento	RECURSOS_E_ASPECTOS_ORCAMENTARIOS.pdf	08/03/2018 17:38:42	DANIELLA SILVA DOS SANTOS DE JESUS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_dos_pesquisadores.pdf	08/03/2018 17:37:43	DANIELLA SILVA DOS SANTOS DE JESUS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_DE_ATIVIDADES.pdf	08/03/2018 17:36:22	DANIELLA SILVA DOS SANTOS DE JESUS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	08/03/2018 17:35:31	DANIELLA SILVA DOS SANTOS DE JESUS	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Rua Cláudio Batista s/nº

**Bairro:** Sanatório

**CEP:** 49.060-110

**UF:** SE

**Município:** ARACAJU

**Telefone:** (79)3194-7208

**E-mail:** cephu@ufs.br

UFS - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SERGIPE



Continuação do Parecer: 2.587.354

ARACAJU, 09 de Abril de 2018

---

**Assinado por:**  
**Anita Hermínia Oliveira Souza**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Rua Cláudio Batista s/nº

**Bairro:** Sanatório

**UF:** SE

**Município:** ARACAJU

**CEP:** 49.060-110

**Telefone:** (79)3194-7208

**E-mail:** cephu@ufs.br